

DIVULGAÇÃO MARXISTA

SUMÁRIO

<i>Calvino Filho</i> — Notas sobre o Estado Soviético	1
<i>Bronski</i> — A ameaça de crise nos EE.UU.	33
<i>Aleksándrov</i> — Sobre a democracia soviética	37
De tudo um pouco	76
<i>Rodrigues (C.R.)</i> — Catolicismo e reação	77
De tudo um pouco	88
Perguntas e respostas	89
<i>Engels</i> — Da autoridade	91
Correspondência dos nossos leitores	94
O Grupo Música Viva e sua Declaração de Princípios ..	95
<i>Angrand</i> — Os princípios do materialismo histórico ..	97
De tudo um pouco	106
<i>Marx</i> — A circulação de mercadorias é fonte de mal- valia?	107
O que está certo e o que está errado	115
<i>Amerino Wanick</i> — A Inglaterra e os EE.UU. mar- cham para o fascismo	117
<i>Prenant</i> — Biologia e Marxismo: O problema da adaptação	131
<i>Hook</i> — Lênin: a volta a Marx e para a frente	137
<i>Spektorov</i> — O sistema bicameral do Soviet Supremo da URSS: o Soviet da União e o Soviet das Na- cionalidades	143
De tudo um pouco	152
Questões de Economia Política	153
Pequeno Dicionário Marxista	155

ANO II

25 ABRIL 1947

N. 19/20

DIVULGAÇÃO MARXISTA

Publicação mensal

Sai aos dias 25 de cada mês

Direção de
Calvino Filho

e

S. O. Hersen

Redação e Administração

Av. 28 de Setembro, 174

Rio de Janeiro — Brasil

*

Número em circulação .. Cr\$ 10,00

Número atrasado Cr\$ 12,00

*

ASSINATURAS

Para o Brasil

Trimestral (3 números) Cr\$ 30,00

*

As assinaturas começam na data em que são tomadas e cada número da revista é remetido sempre sob registro. Os pedidos devem ser dirigidos à

EDITORIAL CALVINO LIMITADA

Av. 28 de Setembro, 174

Rio de Janeiro

*

Foi publicado no número 15 de
Divulgação Marxista:

Calvino Filho, Notas para o estudo do fomento da produção agrícola e liquidação dos latifúndios; *Liápin*, Sobre a transição gradual do socialismo para o comunismo; O socialismo conservador ou burguês; *Barbosa de Oliveira*, Porque é necessária uma nova reforma agrária no Brasil; *Ocherov*, União Soviética, novo tipo de federação estatal; *Pres-tes*, A situação política e o PCB; *Angrand*, A filosofia ao alcance de todos; Os materialistas franceses do século XVIII; *Surrarevski*, A re-

construção socialista dentro do novo Plano Quinquenal; Questões de Economia Política; *Lénin*, Vicissitudes históricas da doutrina de Marx; Um "ersatz" de reforma agrária; *Andreiev*, "Visitantes ilustres" na Áustria; *Leonidas de Resende*, A ciência, novo dogma; *Stálin*, Teoria da "estabilidade" da pequena economia camponesa; *Hook*, Ditadura e democracia; *Prenant*, Biologia e marxismo.

*

Foi publicado no número 16 de
Divulgação Marxista:

Calvino Filho, Notas sobre o problema do Estado; *Baskin*, O sentimento popular da democracia soviética; O que está certo e o que está errado; *Bogolepov*, Os impostos na União Soviética; *Stálin*, Os intelectuais da classe operária; Nossa realidade descrita por um brasileiro que a vive penosa e conscientemente; *Max Beer*, O movimento herético; *Prenant*, Alguns pontos importantes do materialismo dialético; *Tarlé*, A propósito da "História da Diplomacia"; *Mitrorrin*, A indústria da borracha no novo Plano Quinquenal da URSS; O pensamento de Lénin; *Lénin*, O chovinismo morto e o socialismo vivo; *Angrand*, A posição de Marx e Engels é dialética; *Tchtkerachvili*, O ensino superior livre na URSS; Ignorância e reacionarismo; *Hook*, A exegese revisionista; O pensamento de Marx; O que dizem nossos parlamentares; O Vaticano e o macarrão; O que se passa pelo mundo.

AJUDE-NOS A DIFUNDIR DIVULGAÇÃO MARXISTA

Pedimos aos leitores do interior nos enviem nomes e endereços completos de amigos ou simples conhecidos, que se interessem ou sejam capazes de se interessar pelo estudo do marxismo.

DIVULGAÇÃO MARXISTA

Ano II

Diretores: *Calvino Filho e S. O. Hersen*

N.º 19/20

NOTAS SOBRE O ESTADO SOVIETICO

RECOMPILAÇÃO DE CALVINO FILHO.

O Estado é uma superestrutura, que corresponde necessariamente ao modo de produção. Quando o modo de produção se transforma, o Estado também necessariamente se transformará.

A URSS atual, a fundo empenhada na execução do 4.º Plano Quinquenal, é basicamente uma federação de novo tipo, socialista, já tendo ultrapassado a necessária fase prévia de eliminação da propriedade privada burguesa e das antigas classes, desde 1936. A fase de destruição do Estado burguês e de estabelecimento das bases do socialismo começou a ser vencida de modo visível em 1928 e rapidamente foi superada no desdobramento dos três primeiros planos quinquenais, à medida que se estendia e consolidava o modo de produção socialista. Atualmente constitui esse período apenas uma etapa histórica, vencida e superada, de onde a URSS ser hoje uma Federação Socialista em plena evolução para o regime comunista, com a reabsorção progressiva das funções do Estado pela sociedade.

Por que, entretanto, há tão grande confusão, entre a burguesia e amplas camadas do povo, sobre o atual regime da URSS?

Apenas por deficiência terminológica e falta absoluta de conhecimento sobre a dialética, que nos permite compreender que uma coisa é e não é; que uma coisa tanto que é já está deixando de ser e, pois, não é mais o que era, da mesma forma que o que é ainda guarda dentro de si restos do que foi.

Assim, o Estado Soviético foi tomando a forma de um Estado socialista à medida que ia sendo liquidado o antigo Estado burguês, sob o novo Estado, a ditadura do proletariado, da mesma forma que, decorrente deste, o atual Estado Socialista, cujas bases já estão construídas, está se transformando numa sociedade comunista, numa transição gradual e

pacífica que se baseia na concomitante consolidação do Estado Socialista e estabelecimento das bases da sociedade comunista, possível com o incomparável desenvolvimento das forças produtivas socialistas, liquidação do cerco capitalista e de todas as sobrevivências burguesas materiais e mentais.

E por que amplas camadas de trabalhadores: operários, camponeses, artesãos e pequenos-burgueses de todas as categorias de assalariados e de pequenos proprietários não se esforçam por compreender o Estado Soviético, como a forma de democracia mais avançada do mundo, em todos os tempos?

Porque para a generalidade das pessoas, o VELHO é o conhecido e o NOVO, que surge, o que ainda se não conhece. Com o VELHO há a acomodação, o hábito, e a sua justificação, para que se o tolere; enquanto o NOVO exige uma readaptação, uma compreensão, um esforço para incorporá-lo aos hábitos. O VELHO penetra e se impregna no sub-consciente individual; enquanto a admissão do NOVO exige luta para expulsar o que caducou. Por isso, a generalidade das pessoas, nas fases sociais de transição, individualmente, subjetivamente, estão presas ao VELHO e reagem contra o NOVO, mesmo quando só têm a ganhar com este. As tendências gerais para o *conservadorismo* ou *reacionarismo* são a expressão subjetiva dessa luta de contrários — VELHO e NOVO — quando ainda predomina o VELHO; e as para o *ultra reacionarismo* quando o NOVO prevalece. As vanguardas proletárias lutam pelo desenvolvimento do NOVO e as amplas camadas dos trabalhadores, ainda não conscientes, pela sobrevivência do VELHO, que se encontra em processo de aniquilamento. Quando, entretanto, por força da acentuação das contradições antagônicas, o NOVO se impõe a mais amplas camadas e o NOVO se transforma em realidade para a maioria, então a mutação qualitativa se processa e o VELHO se transforma em seu contrário, na sua negação, o NOVO. A revolução se realizou. Mas a revolução não significa ainda a liquidação total do VELHO, que ainda sobrevive de alguma forma e precariamente no NOVO. Somente com a evolução posterior se materializa a liquidação completa e integral do VELHO, objetiva e subjetivamente. O VELHO... “não quer morrer simplesmente, mas luta pela própria existência, defende a própria causa caduca. Sempre há-de haver alguma coisa que nasce para a vida e o que nasce não nasce simplesmente, mas guincha, grita, defendendo o seu direito à existência. A luta entre o VELHO e o NOVO, entre o agonizante e o nascente é a base do desenvolvimento.” (Stálin — Inf. Pol. do CC ao XV Congr. do PC (b) da URSS.)

DEFICIÊNCIA TERMINOLÓGICA

Se consultarmos qualquer dicionário, nacional ou estrangeiro, verificaremos para logo que a palavra ditadura, de acordo com o seu significado burguês, jamais se aplicou acertadamente à URSS.

A palavra *ditadura* é usada pelos comunistas, desde Marx, não no sentido burguês tradicional, mas no do marxismo, que envolve o conceito de classe, porisso *ditadura do proletariado*, em oposição à *ditadura da burguesia*.

Ditadura, pois, para os marxistas, é todo sistema político: desde a prehistória até hoje, podemos dizer, foi sempre assim. A partir do comunismo primitivo, nas fronteiras da animalidade, as sociedades humanas evoluíram à custa dessa lenta e longa luta de classes de dominados contra dominadores, e dela se libertarão apenas quando, extremamente desenvolvidas as forças produtivas, se confundam e se extingam as próprias classes pela inexistência de base econômica para as suas diferenciações e conseqüentes desnivelamentos sociais.

"Não compreendendo a teoria da luta de classes, acostumado a ver se entre-devorarem, na arena política, os círculos e camadas da burguesia, compreende o burguês por *ditadura* a abolição de tôdas as liberdades e de tôdas as garantias da democracia, a arbitrariedade, o abuso do poder pelo interesse pessoal do ditador". (Lénin — *Dois Tácticas*). O conceito de ditadura de classe, pois, nunca foi admitido pelos burgueses, mas dêle para logo ressalta que ditadura do proletariado e ditadura da burguesia perdem o sentido comum de ditadura, sempre individual até então, para adquirir o conceito de ditadura de classe. É uma ditadura de novo tipo, dialeticamente transformada de conceito individual para o de classe.

Assim, para os marxistas, o regime burguês, o Estado burguês, é uma ditadura da classe burguesa, minoria, contra a esmagadora maioria, os trabalhadores; enquanto a ditadura do proletariado, o Estado proletário, na sua primeira fase, é uma ditadura do proletariado revolucionário, comunista, expressão dos históricos interesses da esmagadora maioria, contra a classe burguesa, minoria.

Portanto, o significado da palavra ditadura, que se refere a indivíduo para os burgueses, passa a referir-se a classe, para os marxistas, sempre que estudam as ditaduras burguesa e do proletariado.

O não versado em marxismo, quando lê ditadura do proletariado, prêso ao significado burguês que conhece da palavra ditadura e desconhecendo o conceito de classe, pensa imediatamente em ditadura individual.

Não pode, pois, compreender o significado marxista, daí tôda a série de mal-entendidos.

Esclarecido o significado de ditadura do proletariado, veremos, mais adiante, se ela é ou não uma necessidade histórica, como fase de transição inicial entre o Estado capitalista e a sociedade sem Estado, ou melhor, como etapa primeira do Estado Proletário, o qual, por sua vez, encontra plena expansão no Estado Socialista, no qual o proletariado tenderá ao desaparecimento como classe.

ESQUEMA DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO SOVIÉTICO

A Ditadura do Proletariado, da mesma forma que a Ditadura da Burguesia, para que exista, no conceito clássico marxista, é preciso que o Estado se erija sobre uma sociedade dividida em classes, com condições antagônicas.

Que caracteriza fundamentalmente as classes de uma sociedade dividida em classes? — a *posse* ou *não-posse* dos meios de produção.

Na moderna sociedade capitalista, Ditadura da Burguesia, encontramos também, como é óbvio, essas 2 classes fundamentais: capitalistas, possuidores dos meios de produção; e trabalhadores, desapossados, que só possuem a sua própria força de trabalho, que a vendem ou alugam aos capitalistas, sob formas diversas.

Na sociedade soviética, atual, há uma classe de possuidores dos meios de produção ? Não.

A propriedade dos meios de produção pertence ao Estado, representando o direito de propriedade de toda a sociedade, e às cooperativas — kolhozianas, cujos direitos de propriedade são limitados pelos direitos de propriedade do Estado.

Se a propriedade dos meios de produção no Estado Soviético é social, desapareceu, por consequência, a base econômica que permite a distinção entre os homens em possuidores e não possuidores, logo, desapareceu também a possibilidade da existência dessas classes, donde a impossibilidade de uma classe, por inexistente, sujeitar, oprimir e explorar outra.

Sendo o Estado o instrumento da classe dominante para sujeitar, oprimir, garantir e defender o "direito" de uma classe explorar outra, e tal Estado, com essa inerente função não existindo na URSS, então o Estado Soviético (à falta de designação apropriada) é um Estado, sob esse aspecto, de novo tipo, de conceituação diferente.

Da mesma forma ocorre com as "classes" atuais da URSS. Por que ?

Porque na URSS não há classes do tipo das sociedades anteriores: escravista, feudal e capitalista, cujos interesses são antagônicos, donde as contradições entre si serem de caráter antagônico.

Se não há classes com contradições antagônicas na URSS, então como podem ser classificados os camponeses, operários e "inteligentsia" soviéticos ?

"Classes — disse-o Lênin — são grupos de homens, nos quais um pode apropriar-se do trabalho de outro, graças às diferenças de suas posições numa determinada ordem da economia social".

Se não há, na URSS, classes, na conceituação de Lênin, que são, então, repetimos a pergunta, os operários, camponeses e "inteligentsia" soviéticos ? Só podem ser camadas de trabalhadores, de membros de uma sociedade que se não baseia em classes separadas, em oposição, por contradições antagônicas.

São trabalhadores que se diferenciam entre si em virtude do lugar que ocupam no sistema soviético de produção social, mas tendo todos as mesmas relações com os meios de produção, que pertencem a toda sociedade.

Portanto, existem contradições entre si, mas não de caráter antagônico.

Num tal estado social, pois, não se pode mais falar em ditadura de classe, embora persista, de alguma forma, o Estado, que é de novo tipo, por isso que não coarctador e tampouco expoliador, apesar de ainda ser repressor, e com caráter defensivo altamente desenvolvido.

Portanto, a Ditadura do Proletariado, que foi necessária para destruir o Estado burguês e todas suas funções, deixou de existir quando foi cumprida a sua missão histórica, ao mesmo tempo que o Estado Soviético se movendo pelos trilhos da construção socialista completou

o estabelecimento das bases em que tal Estado socialista se poderia desenvolver e expandir-se.

O Estado Soviético, na atualidade, é um Estado de tipo novo, dificilmente definível formalmente, porque um Estado transitório, em plena transformação e perecimento.

Ainda é um Estado porque repressor, como disciplinador, e com órgãos garantidores da liberdade dos povos soviéticos, defensivos, voltados para o exterior, altamente desenvolvidos: Exército e Polícia.

Ainda possuiu "classes", ou, melhor, camadas de uma só classe: trabalhadores, pelas determinadas posições ocupadas na produção por diversas camadas da população.

Não é mais Estado, entretanto, no conceito clássico, por ter perdido seus caracteres de instrumento de coação e exploração.

Da mesma forma, as "classes" já não são mais classes no conceito clássico, porisso que não há antagonismo entre elas resultante de suas relações com os meios de produção.

Conseqüentemente, o Estado Soviético é um Estado Socialista que se não pode comparar com nenhum outro tipo de Estado existente até aqui, porisso que é uma forma de transição para uma sociedade sem classes e, pois, sem Estado.

Para ser melhor compreendido, valemo-nos de um exemplo:

A crisálida de uma borboleta ainda não é uma borboleta da mesma forma que já não é mais uma larva, mas é uma forma de vir-a-ser ou devir.

O Estado Soviético, como forma de transição, é e não é um "Estado com classes", visto que está se transformando numa sociedade sem classes e, pois, sem Estado.

Durante esse período de gradual transição de sociedade socialista para sociedade comunista, o Estado Soviético é o Estado de novo tipo em que se realiza plenamente a democracia, no sentido de "governo do povo, pelo povo e para o povo", o que determina a igualdade real jurídica e econômica em suas relações com os meios de produção, visto que, com a abolição das classes e, pois, de privilégios, individuais e de classe, a todos oferece igual oportunidade de se tornarem desiguais intelectual e materialmente, à custa da plena expansão da "natureza humana" e não por força de privilégios de classe, como ocorre em todos os demais tipos de democracia, desde a escravista à burguesa.

Já na sociedade comunista futura, para a qual, a passos gigantescos, caminha o Estado Soviético, quando cada indivíduo, pelo seu elevado nível cultural e moral, determinado pelo mais amplo desenvolvimento das forças produtivas, tiver dado o salto para a liberdade plena com o domínio absoluto sobre a natureza, então a democracia, por supérflua, deixará de existir, como forma de transição que é, pois a sociedade comunista dispensará tôdas formas de disciplina e direção, ou, seja, de governo, como conhecemos, porque o trabalho, se transformando de necessidade vital em exigência fisiológica, igualará o trabalho físico ao intelectual, e à necessidade de governo sucederá o da administração pura e simples das coisas, em que prevalecerá o princípio "de cada um segundo sua capacidade; a cada um segundo sua necessidade".

Ditadura do
partido, repre-
sentando as
forças revolu-
cionárias

Ditadura do
Proletariado

Estado
socialista

1.^a fase
ainda sob cerco capitalista

2.^a fase
com ou
sem cerco
capita-
lista

1.^a fase
De 1917
a 1928

2.^a fase
De 1928
a 1937

3.^a fase
De 1937
a ... ?

Tomada do Poder. Predomínio nos Soviets.

“Ataque da guarda vermelha ao Capital” (Lénin). Estabelece-se com a tomada do Poder e posterior liquidação das alianças com os mencheviques e social-revolucionários, para o fortalecimento do Poder Soviético. Estruturação da ditadura do proletariado.

Nacionalização dos meios de produção. Destruição da máquina estatal burguesa. Expulsão dos intervencionistas. Liquidação das classes exploradoras. Preparação das condições indispensáveis para o surgimento do Estado socialista. O Estado Soviético ainda é coarctor e repressor como NOVO em luta contra o VELHO, mas não é mais explorador.

Liquidação dos elementos capitalistas da cidade e do campo. Vitória completa do sistema socialista de produção planificada, criando as bases do Estado socialista. O Estado perde o caráter coarctor, mas se fortalece no seu caráter defensivo, com a criação de um Exército moderno e poderoso. Nova Constituição. Democracia em pleno desenvolvimento. E' o NOVO que amadurece e *liquida* o VELHO, o Estado burguês.

Desenvolvimento do trabalho pacífico no campo da organização econômica e no da educação e cultura. Conclusão da construção da sociedade socialista sem classes. Transição para o comunismo. Os órgãos do Estado: Exército e Polícia não mais dirigem sua ponta aguçada para o interior do país, mas para o exterior, contra os inimigos. O novo — ditadura do proletariado — vai-se tornando VELHO e *cederá* o seu lugar ao NOVO, o Estado socialista completo, quasi livre de sobrevivências materiais do Estado burguês. O Estado socialista vai perdendo as características do Estado de velho tipo e conceito.

O Estado socialista será o VELHO e não mais coarctor e repressor. O Estado ou *perece* ou será apenas o órgão de defesa contra as agressões externas. O comunismo será o NOVO, que liquidará o VELHO, o Estado socialista.

A CONQUISTA DO PODER PELOS BOLCHEVIQUES

Em março de 1902, Lênin publica o seu trabalho "Que Fazer", em que demonstra a necessidade de um partido capaz de dirigir vitoriosamente a revolução.

"Temos que tomar essa fortaleza (governo tsarista) e a tomaremos, se soubermos unir num só Partido (no qual se somará tudo quanto na Rússia houver de vívido e de honrado) — todas as forças do proletariado, que já abriu os olhos, e todas as forças revolucionárias russas.

Somente então será cumprida a grande profecia do revolucionário operário russo Piótr Alekséiev: "Levantar-se-á o braço vigoroso de milhões de homens operários e o jugo do despotismo, defendido pelas baionetas dos soldados, saltará feito em pedaços". (Lênin — *Que fazer?*, pag. 9 — Ed. Calvino Ltda. — 1946.)

"A direção exclusiva de "um só" partido, do Partido Comunista, como factor fundamental da preparação de outubro, constitui, portanto, o traço característico da Revolução de Outubro; essa é a primeira particularidade da tática dos bolcheviques no período da preparação de outubro.

Não é preciso demonstrar que, sem esta particularidade da tática dos bolcheviques, teria sido impossível a vitória (da revolução e a consolidação) da ditadura do proletariado, na época do imperialismo. (Stálin — *A Revolução de Outubro e a Tática dos Comunistas Russos*, in "Divulgação Marxista", pag. 23, n. 4, de 15-8-1946).

Depois da Revolução de Fevereiro, as organizações do Partido bolchevique, que, sob as duras condições do tsarismo tinham trabalhado ilegalmente, saíram da clandestinidade e começaram a desenvolver abertamente seu trabalho político e de organização. Naquela ocasião, o número de filiados do Partido bolchevique era de 40 a 45 mil. Mas eram quadros temperados na luta. Os Comitês do Partido foram reorganizados à base do centralismo democrático e se estabeleceu o princípio de designar por eleição de baixo para cima todos os órgãos do Partido.

A Conferência de Abril de 1917, na qual estavam representados os bolcheviques de toda a Rússia, revelou o desenvolvimento impetuoso do Partido. Representando um total de 80 mil membros organizados do Partido, assistiram a ela 133 delegados com direito de palavra e voto e 18 com direito de palavra mas sem direito de voto.

A 3 (16) de junho de 1917, se reuniu o I Congresso dos Soviets de toda a Rússia. Os bolcheviques estavam ainda em minoria dentro dos Soviets; neste Congresso, contavam com pouco mais de 100 delegados, contra 700 a 800 que os mencheviques, social-revolucionários e outros partidos possuíam.

Posteriormente, assistiram ao VI Congresso do Partido (26 de julho a 3 de agosto de 1917) 157 delegados com direito de palavra e voto e 128 com direito de palavra somente. O Partido contava, então, com uns 240 mil filiados. Perto de 3 de julho, isto é, antes de ser esmagada a manifestação operária deste mês, quando os bolcheviques trabalhavam ainda na legalidade, o Partido tinha 41 órgãos de imprensa, dos quais 29 eram publicados em russo e 12 em outras línguas.

Em 25 de outubro (7 de novembro), o Partido Bolchevique desencadeia a revolução e toma conta do Poder.

A existência do Estado Soviético começa com a vitória da Grande Revolução de Outubro, que derrubou o governo burguês então dominante na Rússia desde fevereiro. Essa revolução foi realizada pelo Partido Bolchevique, apoiado em amplas camadas populares.

“Na época do capitalismo, quando as massas operárias se encontram submetidas a uma exploração permanente e não podem desenvolver suas faculdades humanas, o que mais caracteriza os partidos políticos operários é precisamente o fato de só poderem abranger uma minoria de sua classe. Um partido político só pode unificar a minoria da classe, do mesmo modo que os operários realmente conscientes de toda a sociedade capitalista formam apenas uma minoria dentro da totalidade dos operários. Isto obriga-nos a reconhecer que só essa minoria consciente pode dirigir as grandes massas operárias e levá-las consigo. (Lénin, t. XXV, pág. 347, discurso pronunciado no II Congresso da Internacional Comunista “Sobre o Papel do Partido Comunista”).

A 25 de outubro (7 de novembro) de 1917, o Partido Comunista (b) da URSS (1) publicou um manifesto “Aos cidadãos da Rússia”, no qual informava que o Governo provisório burguês havia sido derrubado e que o Poder, o Governo, pois, havia passado para as mãos dos Soviets, nos quais os bolcheviques já então dominavam.

Nessa mesma data, dissolvido o parlamento burguês, que se organizara sob o governo de Kerénski, os Soviets, sob a direção do PC (b) da URSS, instalam e dão início ao seu II Congresso.

Em nome do Congresso dos Soviets, foi proclamada a passagem de todo o Poder para as mãos dos Soviets.

No apêlo do II Congresso dos Soviets se dizia:

“Apoiando-se na vontade da imensa maioria dos operários, soldados e camponeses e na insurreição triunfante levada a cabo pelos operários e a guarnição de Petrogrado, o Congresso toma em suas mãos o Poder”.

Pelo II Congresso dos Soviets de toda a Rússia foi designado o primeiro Governo Soviético, o Conselho dos Comissários do Povo, *formado em sua totalidade por bolcheviques*. Para presidí-lo foi escolhido Lénin.

Com isto, terminou suas tarefas o histórico II Congresso dos Soviets, encontrando-se o Partido Comunista (b) da URSS no Poder.

Lénin chamava o período que vai de novembro de 1917 até fevereiro de 1918 como o período de “ataque da Guarda Vermelha contra o Capital”.

Com a tomada do poder pelos bolcheviques, a Rússia passa de antigo, secular, Estado autocrático, sob o Governo czarista, com pequeno estágio sob governo burguês, a Estado Proletário, sob governo proletário, composto pela vanguarda dos proletários, o Partido Comunista (b) da URSS.

(1) O Partido Operário Social Democrata da Rússia passou a chamar-se Partido Comunista (b) da URSS segundo resolução do VII Congresso do Partido, em março de 1918.

No V Congresso dos Soviets, em julho de 1918, foi aprovada a Constituição da República Socialista Federativa Soviética da Rússia, a primeira de todas as Constituições soviéticas.

Não bastava, certamente, a tomada do Poder para garantir a sobrevivência do Estado Proletário. Um mundo de realizações era necessário: destruição da potência econômica burguesa e feudal, destruição da máquina estatal burguesa e seus aliados e iniciar a construção do Estado socialista.

"Os bolcheviques tinham que aprender a organizar de um modo novo a produção e administrá-la. Lênin escrevia que o Partido bolchevique tinha conseguido convencer a Rússia e tinha conseguido arrancá-la das mãos dos ricos para entregá-la ao povo; agora, dizia Lênin, é necessário que o Partido bolchevique aprenda a governar e administrar a Rússia". (Hist. Part. Com. (b) da URSS, pág. 307. Vitória).

E, para tanto, impunha-se

A NECESSIDADE DA DITADURA DO PROLETARIADO

A ditadura do proletariado, entretanto, não foi um regime inventado na hora da tomada do Poder pelos bolcheviques.

Já no *Manifesto Comunista*, de fevereiro de 1848, Marx e Engels afirmavam:

... "que a primeira etapa da revolução operária é a constituição do proletariado em classe dominante, a conquista do regime democrático.

O proletariado usará de sua supremacia política para arrancar, pouco a pouco, à burguesia, todo o capital, para centralizar entre as mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dirigente, todos os instrumentos de produção e aumentar cada vez mais a massa das formas de produção". (Marx e Engels — *Manifesto Comunista*, pág. 107 — Edit. Calvino, 1945).

Da mesma forma em 1852, Marx, em carta de 12 de março a Weydemeyer, reconhecia a necessidade da ditadura do Proletariado: "... *a luta de classes necessariamente conduz à ditadura do proletariado*"... *"essa ditadura é, por si mesma, apenas uma transição para a abolição final de todas as classes e para a criação de uma sociedade sem classes."*

Em "Análise Crítica do Programa de Gotha", Marx também afirma: *"Entre os sistemas sociais capitalistas e comunistas há o período de transformação revolucionária de um para outro."*

"Isso corresponde a um período de transição política, no qual o Estado não pode ser outra coisa senão a ditadura revolucionária do proletariado".

Já em 1905, entendia Lênin que, como resultado da insurreição vitoriosa do povo, o governo czarista deveria ser substituído por um Governo Provisório Revolucionário. A missão desse Governo Provisório Revolucionário consistiria em garantir as conquistas da revolução, em esmagar a resistência da contra-revolução e realizar o programa mínimo do Partido Operário Social Democrata da Rússia (que depois passou a chamar-se de Partido Comunista (b) da URSS, em 1918). Entendia

Lénin que, sem isso, era impossível conseguir uma vitória decisiva sobre o tsarismo. E, para cumprir essa missão e obter uma vitória decisiva sobre o tsarismo, o governo provisório revolucionário devia ser, não um governo como outro qualquer, mas o governo da ditadura das classes vitoriosas, dos operários e camponeses, a ditadura revolucionária do proletariado e dos camponeses. Reportando-se à conhecida tese de Marx, segundo a qual "a estrutura provisória de todo o Estado, depois da revolução, exige a ditadura e uma ditadura enérgica", Lénin chegava à conclusão de que, caso se quizesse assegurar a vitória decisiva sobre o tsarismo, o governo provisório revolucionário não poderia ser senão a ditadura do proletariado e dos camponeses.

"A vitória decisiva da revolução sobre o tsarismo — escrevia Lénin — é constituída pela ditadura revolucionário-democrática do proletariado e dos camponeses... Esse triunfo será, precisamente, representado por uma ditadura; isto é, deverá apoiar-se inevitavelmente na força das armas, nas massas armadas, na insurreição, e não nas atuais ou noutras instituições criadas "pelos meios legais", "pelos meios pacíficos". Só pode ser uma ditadura, porque a implantação das transformações imediatas e absolutamente necessárias ao proletariado e aos camponeses, provocará uma resistência desesperada por parte dos grandes proprietários territoriais, da grande burguesia e do tsarismo. Sem ditadura, será impossível esmagar essa resistência, repelindo as tentativas contra-revolucionárias. Mas não será, naturalmente, uma ditadura socialista, e sim uma ditadura democrática. Essa ditadura não poderá modificar (sem passar por uma série de graus intermediários de desenvolvimento revolucionário) as bases do capitalismo. Poderá, no melhor dos casos, introduzir mudanças radicais na distribuição da propriedade da terra em favor dos camponeses, implantar uma democracia conseqüente e completa, até chegar à república, desarraigando não só dos costumes camponeses, mas também dos hábitos fabris todos os traços asiáticos e servis; iniciando uma séria melhoria da situação dos operários; elevando seu nível de vida... Semelhante triunfo não converterá ainda, de maneira alguma, nossa revolução burguesa em socialista; a revolução democrática não transporá imediatamente os limites das relações econômico-sociais burguesas, mas, apesar disso, terá uma importância gigantesca no desenvolvimento futuro da Rússia e do mundo inteiro. Nada elevará a tal altura a energia revolucionária do proletariado mundial, nada concorrerá tão consideravelmente para encurtar o caminho que conduz à sua vitória final, como essa vitória decisiva da revolução que já se iniciou na Rússia" (Lénin — *Dois Táticos*, págs. 15/17 — Edit. Calvino, 1945).

Lénin, perfilhava, pois, inteiramente a opinião de Marx, visto que considerava o Estado, em seu desenvolvimento histórico, como sendo sempre uma ditadura de classe.

"Além do mais, a essência da teoria de Marx sobre o Estado só foi assimilada por quem houver compreendido que a ditadura de uma classe é necessária, não só para toda a sociedade de classe em geral, não só para o proletariado depois de derribar a burguesia, como também para todo o período histórico que separa o capitalismo da "sociedade sem classes", do comunismo. As formas dos Estados burgueses variam extraordiná-

riamente, porém sua essência é sempre a mesma: todos êsses Estados são, de uma forma ou de outra, porém, em última análise, necessariamente, uma ditadura da burguesia. A transição do capitalismo ao comunismo não pode, naturalmente, deixar de proporcionar também uma enorme abundância e diversidade de formas políticas, porém a essência de todas elas será necessariamente uma: a ditadura do proletariado". (Lénin — *O Estado e a Revolução*, pág. 39 — Edit. Vitória, 1946).

E, até aqui, as ditaduras de classe, embora suas múltiplas formas, têm sido de uma minoria esmagando a maioria, ou, seja, os trabalhadores em geral.

E sob a ditadura do proletariado, nova forma de ditadura, a ditadura é da maioria contra a minoria exploradora.

"Na realidade, este período (ditadura do proletariado) é inevitavelmente um período de encarnizada luta de classes, em que esta se reveste de formas agudas nunca vistas e, conseqüentemente, o Estado deste período tem inevitavelmente de ser um Estado democrático de forma nova (democrático para os proletários e os despojados em geral) e ditatorial também de nova forma (contra a burguesia)". (Lénin — *"O Estado e a Revolução"*, pág. 39 — Vitória), isto é, ditadura da maioria contra a minoria.

DITADURA DO PROLETARIADO — ESSÊNCIA E FORMA

Tanto Marx quanto Lénin tiveram seus pontos de vista teóricos confirmados e desenvolvidos com a Revolução de Outubro.

Em verdade, a própria essência e forma da ditadura do proletariado teriam que evoluir de acordo com a experiência e realidades do período revolucionário, com a sua reestruturação sistemática e progressiva.

Reconhecia Lénin que "*Na Rússia, a ditadura do proletariado tem que se distinguir inevitavelmente por certas particularidades, em comparação com os países avançados, como conseqüência do enorme atraso e do caráter pequeno-burguês de nosso país. Mas as forças fundamentais — e as formas fundamentais da economia social — são, na Rússia, as mesmas que em qualquer outro país capitalista...* (Lénin, t. XXIV, pág. 508, *A Economia e a Política no Período da Ditadura do Proletariado*).

"Até a segunda revolução russa (Fevereiro de 1917), os marxistas de todos os países partiam do critério de que a república democrática parlamentar era a forma de organização política da sociedade mais conveniente para o período de transição do capitalismo ao socialismo. E' certo que Marx havia assinalado já na década de 70 do século passado que a forma mais conveniente da ditadura do proletariado não era a república parlamentar, mas uma organização política do tipo da Comuna de Paris. Mas, desgraçadamente, esta indicação de Marx não foi desenvolvida em suas obras e caiu no esquecimento. Além disso, a autorizada declaração feita por Engels em sua crítica do projeto de programa de Erfurt, em 1881, de que "*a república democrática... é... a forma específica para a ditadura do proletariado*", não deixava dúvida quanto ao fato de que os

marxistas continuavam considerando a república democrática como a forma política da ditadura do proletariado. Esta tese de Engels serviu mais tarde de orientação a todos os marxistas, incluindo Lênin. Entretanto, a revolução russa de 1906 e, sobretudo a de fevereiro de 1917 destacaram uma nova forma de organização política da sociedade: os Soviets de deputados operários e camponeses. Baseando-se no estudo da experiência das duas revoluções russas e partindo da teoria do marxismo, Lênin chegou à conclusão de que a forma política melhor para a ditadura do proletariado não é a república democrática parlamentar, mas a república dos Soviets. Em abril de 1917, no período de transição da revolução burguesa para a revolução socialista, Lênin lançou, baseando-se nisto, a palavra de ordem de organizar a república dos Soviets, como a melhor forma política da ditadura do proletariado. Os oportunistas de todos os países se aferravam à república parlamentar, acusando Lênin de voltar as costas ao marxismo e afundar a democracia. Mas era Lênin, naturalmente, e não os oportunistas, quem representava o autêntico marxismo e dominava a teoria marxista, já que, enquanto os oportunistas a arrastavam para trás e convertiam uma de suas teses em um novo dogma, Lênin a impulsionava, enriquecendo-a com uma nova experiência".

(História do Partido Comunista (b) da URSS, pág. 416 — Vitória).

Portanto, a ditadura do proletariado, essência, deveria revestir-se, na opinião acertada de Lênin, da forma República dos Soviets, ou seja, Estado Soviético. Esta foi uma notável contribuição teórica de Lênin para maior riqueza do marxismo, materializada na Revolução de Outubro.

REPÚBLICA DOS SOVIETS

A forma política, pois, da ditadura do proletariado foi a de República dos Soviets de Deputados Operários, Soldados e Camponeses: Estado Soviético.

Analisando a experiência da Comuna de Paris de 1871, Marx já havia mostrado que a organização política do tipo da Comuna de Paris é a ditadura do proletariado. Esta conclusão não sofreu, no entanto, maior desenvolvimento nas obras de Marx e Engels. Numa época histórica nova, em novas condições de lutas de classe do proletariado, Lênin e Stálin, partindo da teoria marxista, e estudando a experiência da revolução russa de 1905 e 1917, que gerou uma nova forma de organização política da sociedade — os Soviets de deputados, operários e camponeses —, chegaram à conclusão de que justamente os Soviets representam a melhor forma política da ditadura do proletariado, que assegura a construção de uma sociedade nova e socialista. (I. Gálkin — *A Comuna de Paris de 1871* — in "Divulgação Marxista", pág. 117, n. XII, de 15-12-946.)

Diz a História do P.C. da URSS: "Nos dias agitados da greve política de outubro, sob o fogo da luta contra o tsarismo, a iniciativa criadora das massas operárias forjou uma nova e poderosa arma — os Soviets

de deputados operários. Os Soviets de deputados operários, assembléias de delegados de todas as fábricas e empresas industriais, eram uma organização política de massas da classe operária sem precedentes no mundo. Estes Soviets, que aparecem pela primeira vez em 1905, haveriam de ser o prototipo do poder soviético, criado pelo proletariado, sob a direção do Partido Bolchevique em 1917. Os Soviets eram uma nova forma revolucionária, fruto da iniciativa popular. Foram criados exclusivamente pelas camadas revolucionárias da população, saltando por cima de todas as leis e normas do tsarismo. Foram obra da própria iniciativa das massas lançadas à luta contra o regime tsarista”.

Os conselhos de operários e camponeses são, hoje, a base política da URSS. Esses conselhos governam a URSS, são os delegados do povo que dirigem a democracia socialista, eleitos pelos trabalhadores e por todo o povo.

Sobre o significado dos Soviets como base política, assim se refere Stálin:

“Em que consiste a força dos Soviets, em comparação com as velhas forças de organização? Em que os Soviets são as *mais vastas* organizações de massas do proletariado, pois só eles, os Soviets, podem enquadrar todos os operários, sem exceção. Em que os Soviets são as *únicas* organizações de massas que englobam todos os oprimidos e explorados, operários e camponeses, soldados e marinheiros, e em que, como consequência disto, permitem levar a cabo a direção política da luta de massas pela vanguarda destas massas, pelo proletariado, da maneira mais fácil e completa. Em que os Soviets são os *órgãos mais poderosos* da luta revolucionária de massas, das ações políticas de massas, da insurreição de massas, *órgãos* capazes de destruir a onipotência do capital financeiro e seus apêndices políticos. Em que os Soviets são organizações *diretas* das próprias massas, isto é, portanto, com maior autoridade entre as massas; facilitam ao máximo a participação destas na organização do novo Estado e em seu governo e desdobram ao mais alto grau a energia revolucionária, a *iniciativa*, a capacidade criadora das massas na luta pela destruição da antiga ordem de coisas, na luta por uma ordem de coisas nova, por uma ordem de coisas proletária. O Poder Soviético é a unificação e estruturação dos Soviets locais numa organização geral de Estado, na organização estatal do proletariado como vanguarda das massas oprimidas e exploradas e como classe dominante, sua unificação dentro de uma República dos Soviets. A essência do Poder Soviético reside no facto de que as organizações mais de massas e mais revolucionárias, precisamente das classes que eram oprimidas pelos capitalistas e latifundiários, são agora “a base *permanente* e *única* de todo o poder estatal, de todo o aparelho do Estado”; no facto de que “precisamente estas massas que, até nas repúblicas burguesas mais democráticas”, não obstante fôsem por lei iguais em direitos, “se viam de facto, em virtude de mil processos e ardis, privadas de mínima participação na vida política e do gozo dos direitos e liberdades democráticas, têm hoje participação *permanente, iniludível*, e, além disso, decisiva na direção democrática do Estado”. (Lénin, t. XXIV, pág. 13, *Tese Sobre a Democracia Burguesa e a Ditadura do Proletariado, Apresentada ao I Congresso da Internacional Comunista.*)

Em que consiste a força dos Soviets comparativamente às antigas formas de organização? Responde Stálin:

Nisto: que os Soviets são as mais vastas organizações de massa do proletariado, pois englobam todos os operários sem exceção.

Nisto: que os Soviets são as únicas organizações englobando todos os oprimidos e explorados: operários e camponeses, soldados e marinheiros...

Nisto: que os Soviets são os mais poderosos órgãos da luta revolucionária das massas, de suas intervenções políticas, de sua insurreição, os órgãos mais capazes de quebrarem a onipotência do capital financeiro e de seus satélites políticos...

O poder soviético é a unificação dos soviets locais numa organização estatal geral, que é a República dos Soviets... A Comuna de Paris foi o embrião dessa forma. O poder soviético é seu desenvolvimento e coroamento. Eis por que Lênin disse que "...a República dos Soviets de Deputados, Operários, Soldados e Camponeses não é sômente a forma de tipo mais elevado das instituições democráticas... mas a *única* forma capaz de assegurar a passagem menos dolorosa possível para o socialismo". (Lênin, t. XXII, pág. 131, *Tese Sobre a Assembléia Constituinte*.)

DEFINIÇÃO DA DITADURA DO PROLETARIADO POR LÊNIN E STÁLIN

"Convém seja lembrado aqui que a teoria marxista-leninista não significa decorar todas as suas fórmulas e conclusões e ficar aferrado à letra delas. Para possuir a teoria marxista-leninista é preciso, antes de tudo, aprender a distinguir entre sua letra e sua essência."

"Possuir a teoria marxista-leninista significa assimilar sua essência e aprender a aplicá-la para resolver os problemas práticos do movimento revolucionário nas diversas condições da luta de classes do proletariado."

"Possuir a teoria marxista-leninista significa saber enriquecer esta teoria com a nova experiência do movimento revolucionário, saber enriquecê-la e impulsioná-la, sem retroceder ante a necessidade de substituir, partindo da essência da teoria, algumas de suas teses e conclusões, já caducas, por outras novas, segundo a nova situação histórica."

"A teoria marxista-leninista não é um dogma, mas um guia para a ação." (*História do Partido Comunista (b) da URSS*, pág. 498 — Vitória.)

E justamente por isso, por serem marxistas, Lênin e Stálin conceituam a ditadura do proletariado, na época revolucionária que estava vivendo a Rússia, da seguinte forma:

A ditadura do proletariado não é uma simples cúpula governamental, "habilmente selecionada" pela mão experiente de um "estrategista competente" e que "se apóia inteligentemente" em tais ou quais camadas da população. A ditadura do proletariado é a aliança de classe entre o proletariado e as massas trabalhadoras do campo para a derrota do capital e para a vitória definitiva do socialismo, sempre e quando o proletariado seja a força dirigente dessa aliança. (Stálin, *A Revolução*

de Outubro e a Tática dos Comunistas Russos, in "Divulgação Marxista", pág. 12, n. 4, de 15-8-1946).

A ditadura do proletariado — diz Stálin — não é uma nova mudança de governo, mas um Estado novo, com órgãos novos do poder no centro e na periferia, o Estado do proletariado, que brota das ruínas do Estado velho, do Estado da burguesia. A ditadura do proletariado não nasce à base da ordem burguesa, mas no processo da destruição desta, depois da derrocada da burguesia, no processo da expropriação dos latifundiários e capitalistas, da socialização dos instrumentos e meios de produção fundamentais, no processo da revolução violenta do proletariado. A ditadura do proletariado é um poder revolucionário que se apóia na violência contra a burguesia. O Estado é uma máquina posta nas mãos da classe dominante para esmagar a resistência dos adversários de classe. Neste sentido, a ditadura do proletariado não se diferencia essencialmente em nada da ditadura de qualquer outra classe, pois o Estado proletário é uma máquina para esmagar a burguesia. Mas aí existe uma diferença essencial. Esta diferença consiste em que todos os Estados de classe que existiram até agora eram a ditadura da minoria exploradora sobre a maioria explorada, enquanto a ditadura do proletariado é a ditadura da maioria explorada sobre a minoria exploradora. Resumindo: *"A ditadura do proletariado é a dominação do proletariado sobre a burguesia, dominação não limitada pela lei e que se calca na violência e goza da simpatia e do apoio das massas trabalhadoras e exploradas"* (Lénin, *O Estado e a Revolução*). Daí se extraem duas conclusões fundamentais: *Primeira conclusão* — A ditadura do proletariado não pode ser uma democracia "completa", uma democracia para todos, para pobres e ricos; a ditadura do proletariado "tem de ser um Estado democrático de um modo novo para (sublinhado por Stálin) os proletários e deserdados em geral e ditatorial de um novo modo, contra (sublinhado por Stálin) a burguesia..." (Lénin, t. XXI, pág. 39., *O Estado e a Revolução*).

"A ditadura do proletariado — diz Lénin — é uma luta tenaz, cruenta e incruenta, violenta e pacífica, militar e econômica, pedagógica e administrativa, contra as forças e tradições da velha sociedade. A força do costume de milhões e dezenas de milhões de homens é a força mais terrível. Sem um partido férreo e retemperado na luta, sem um partido que goze da confiança de tudo o que haja de honrado dentro da classe, sem um partido que saiba medir o estado de espírito das massas e influir nêlo, é impossível levar a cabo com êxito esta luta." (Lénin, t. XXV, pág. 190, *Extremismo, Doença Infantil do Comunismo*).

"...a chefia do partido é o principal na ditadura do proletariado, quando se tem em vista uma ditadura sólida e completa e não uma ditadura como o foi, por exemplo, a Comuna de Paris, que não foi uma ditadura completa nem sólida" (J. Stálin — *Problemas do Leninismo*).

A definição mais geral da ditadura do proletariado é fornecida por Lénin: "A ditadura do proletariado não é o termo da luta de classes, mas a continuação desta sob novas formas. A ditadura do proletariado é a luta de classes do proletariado, que triunfou e tomou em suas mãos o poder político contra a burguesia vencida, mas não aniquilada, não desaparecida, e que não deixou de opor resistência, enfim, contra a

burguesia, cuja resistência se reforçou." (Lénin, t. XXIV, pág. 311, discurso pronunciado no Congresso das Instituições de Instrução Extra-Escolar).

"A ditadura do proletariado é uma forma especial de aliança de classe (sublinhado por Stálin) entre o proletariado, vanguarda dos trabalhadores, e as numerosas camadas trabalhadoras não proletárias (pequena burguesia, pequenos patrões, camponeses, intelectuais, etc.) ou com a maioria delas, aliança dirigida contra o capital, aliança que se propõe derrubar completamente o capital e esmagar completamente a resistência da burguesia e de suas tentativas de restauração, aliança que tem como fim criar e consolidar definitivamente o socialismo. Esta é uma aliança de tipo especial, que se forma sob condições especiais, ou, seja, sob as condições de uma furiosa guerra civil, a aliança dos partidários firmes do socialismo com seus aliados vacilantes e, às vezes, "neutros" (neste caso, o pacto de luta *converte-se em pacto de neutralidade*), aliança entre *classes diferentes do ponto de vista econômico, político, social e espiritual*". (Sublinhado por Stálin). (Lénin, t. XXIV, pág. 311, discurso pronunciado no Congresso das Instituições de Instrução Extra-Escolar).

A ditadura do proletariado tem seus períodos, suas formas especiais, seus diversos métodos de trabalho. Durante o período da guerra civil, o que salta a nossos olhos é, sobretudo, o aspecto da violência da ditadura. Mas disso não se depreende, de modo algum, que, durante o período da guerra civil, não se leve a cabo nenhum trabalho construtivo. Sem trabalho construtivo é impossível sustentar a guerra civil. Pelo contrário, durante o período da construção do socialismo, ressalta sobretudo o trabalho pacífico, organizador e cultural da ditadura, a legalidade revolucionária, etc. Mas daí não se conclui, também, do mesmo modo, que o aspecto de violência da ditadura tenha desaparecido ou possa desaparecer durante o período da construção. Os órgãos de repressão, o exército e outras organizações, continuam sendo necessários, agora, no período da construção, da mesma maneira que na guerra civil. Sem esses órgãos, a ditadura não poderia realizar trabalho construtivo mais ou menos garantido. Não se deve esquecer que, por enquanto, a revolução não triunfou senão num só país. Não se deve esquecer que, enquanto existir o cerco capitalista, o perigo de intervenção, com todas as consequências derivadas do mesmo, continuará existindo". (Stálin — *Sobre os fundamentos do leninismo*, págs. 175-82 — Edit. Calvino Ltda., 1945).

"A ditadura do proletariado, traduzindo esta expressão latina, científica, histórico-filosófica, para uma linguagem mais simples, significa o seguinte: só uma determinada classe, isto é, os operários urbanos e, em geral, os operários industriais de fábricas e oficinas, está em condições de dirigir toda a massa de trabalhadores e explorados na luta pela destruição do jugo do capital, por meio de sua derrocada, da luta pela consolidação e conservação do triunfo, por meio da criação de um novo regime social, socialista, no decorrer de toda a luta pela supressão completa das classes." (Lénin, t. XXIV, pág. 336, *Uma grande iniciativa*).

Tal é a teoria da ditadura do proletariado formulada por Lénin

Assinalando um dos objetivos mais importantes da ditadura, o de esmagar os exploradores, diz Lênin:

"Cientificamente, ditadura não significa senão o poder ilimitado, não restringido por nenhuma lei, absolutamente por nenhuma norma, um poder que se apóia diretamente na violência"... "Ditadura significa — tomem, nota, de uma vez por todas, senhores kadetes! — um poder ilimitado que se apóia na força e não na lei. Durante a guerra civil, o poder vitorioso, seja qual for, só pode ser ditatorial" (Lênin, t. XXV, págs. 441 e 436 — *Em torno à História do Problema da Ditadura*).

Mas, naturalmente, a ditadura do proletariado não se reduz somente à violência, ainda que, sem violência, não possa haver ditadura.

"Ditadura — diz Lênin — não significa somente violência, ainda que não seja possível sem violência: significa também organização do trabalho, organização superior à precedente". (Lênin, t. XXIV, pág. 305, discurso *Como se Engana o Povo com Lemas de Liberdade e Igualdade*).

"A ditadura do proletariado... não é somente o exercício da violência contra os exploradores, nem sequer é principalmente violência. A base econômica dessa violência revolucionária, a garantia de sua vitalidade e de seu êxito, está em que o proletariado representa, e põe em prática, um tipo mais elevado de organização social do trabalho que o do capitalismo. Nisso reside a sua essência. Nisso reside a fonte da força e da garantia do triunfo completo e inevitável do comunismo". (Lênin, t. XXIV, págs. 335-336, *Uma Grande Iniciativa*). ... "Sua essência fundamental (isto é, a da ditadura, J. Stálin) está na organização e na disciplina do destacamento de primeira linha dos trabalhadores, de sua vanguarda, de seu único dirigente: o proletariado. Seu objetivo é construir o socialismo, suprimir a divisão da sociedade em classes, converter todos os membros da sociedade em trabalhadores, destruir a base sobre a qual descansa toda a exploração do homem pelo homem. Este objetivo não pode ser alcançado de uma vez; isto exige um período de transição bastante longo do capitalismo ao socialismo, seja porque é empresa difícil reorganizar a produção, seja porque é necessário muito tempo para implantar mudanças radicais em todos os domínios da vida, seja também porque a enorme força do costume que é o manejo da economia de modo pequeno-burguês só pode ser superada por meio de uma luta tenaz e ampla. E' precisamente por isto que Marx fala de todo um período de ditadura do proletariado como sendo um período de transição do capitalismo ao socialismo". (Idem, pág. 314).

Estes são os traços característicos da ditadura do proletariado.

Donde se conclui serem estes os três aspectos fundamentais da ditadura do proletariado...

1. Utilização do poder do proletariado para esmagar os exploradores, para a defesa do país, para consolidar as relações com os proletários de outros países, para o desenvolvimento e a vitória da revolução proletária em todos os países.

2. Utilização do poder do proletariado para desligar definitivamente, da burguesia, as massas trabalhadoras e exploradas, para consolidar a aliança entre o proletariado e estas massas, para fazer com que

estas massas participem na obra de construção socialista, para a direção estatal destas massas pelo proletariado.

3. Utilização do poder do proletariado para organizar o socialismo, para suprimir as classes, para alcançar a sociedade sem classes, a sociedade sem Estado.

A ditadura do proletariado é a soma destes três aspectos.

Nem um só destes três aspectos pode ser considerado como o único traço característico da ditadura do proletariado. Basta, pelo contrário, que falte um deles, mesmo que seja um apenas, para que a ditadura do proletariado deixe de ser ditadura, dentro das condições do cerco capitalista. Por isso, não se pode eliminar nenhum destes três aspectos sem se correr o perigo de contradizer a idéia da ditadura do proletariado. Somente os três aspectos em conjunto é que dão idéia completa e acabada da ditadura do proletariado." (Stálin — Sobre os fundamentos do leninismo, págs. 179-81 — Edit. Calvino).

Conceituada teoricamente a ditadura do proletariado, vejamos como se realizou na URSS:

REALIZAÇÃO DA DITADURA DO PROLETARIADO

Na Rússia, a princípio, como reconheceu para logo Lênin, "a ditadura do proletariado é uma forma especial de aliança de classe entre o proletariado, vanguarda dos trabalhadores, e as numerosas camadas trabalhadoras não proletárias (pequena burguesia, pequenos patrões, camponeses (constituindo a maioria da população — NR), intelectuais, etc.) ou com a maioria delas, aliança dirigida contra o capital, aliança que se propõe derrubar completamente o capital e esmagar completamente a resistência da burguesia e de suas tentativas de restauração, aliança que tem como fim criar e consolidar definitivamente o socialismo. Esta é uma aliança de tipo especial, que se forma sob condições especiais, ou, seja, sob as condições de uma furiosa guerra civil, a aliança dos partidários firmes do socialismo com seus aliados vacilantes e, às vezes, "neutros" (neste caso, o pacto de luta converte-se em pacto de neutralidade), aliança entre classes diferentes do ponto de vista econômico, político, social e espiritual" (Lênin, t. XXIV, pág. 311).

Dai a aliança dos bolcheviques com os social-revolucionários e mencheviques, para logo desfeita, liquidada no desenvolvimento do processo revolucionário de consolidação do Poder Soviético.

Porque, "a ditadura do proletariado não pode surgir como resultado do desenvolvimento pacífico da sociedade burguesa e da democracia burguesa; pode surgir somente como resultado da destruição da máquina do Estado burguês, do exército burguês, do aparelho burocrático burguês, da polícia burguesa". (Stálin — Sobre os fundamentos do leninismo, pág. 64 — Edit. Calvino Ltda. — 1946).

E "...a ditadura do proletariado é a guerra mais abnegada e implacável da nova classe contra um inimigo mais poderoso, contra a burguesia, cuja resistência é decuplicada pela derrota"; que "a ditadura do proletariado é uma luta tenaz, cruenta e incruenta, violenta e pacífica,

militar e econômica, pedagógica e administrativa, contra as forças e tradições da velha sociedade" (Lénin).

E uma "guerra" dêsse porte não poderia ser levada até as suas últimas conseqüências se a ditadura do proletariado inicial, forma especial de aliança de classe entre o proletariado, vanguarda dos trabalhadores, e as numerosas camadas trabalhadoras não proletárias, não evoluísse para uma forma mais pura, proletária, simplesmente.

"A classe, que tomou em suas mãos a dominação política, tomou-a na certeza de ser ela unicamente quem tem a seu cargo essa dominação. Isso é o que encerra o conceito da ditadura do proletariado. Este conceito só tem sentido quando uma classe sabe que é ela apenas quem toma em suas mãos o poder político e não engana a si mesma nem engana os demais com palavreado sobre o poder "de todo o povo", poder "eleito por sufrágio universal", consagrado por todo o povo". (Lénin, t. XXVI, pág. 286, discurso pronunciado no Congresso dos Operários de Transporte de Tóda a Rússia).

ESTRUTURAÇÃO DA DITADURA DO PROLETARIADO

Conquistado o poder político, estabelecida a ditadura do proletariado, sob a direção do Partido, é preciso que ela se realize, para se transformar de um poder formal em real.

E para se realizar a ditadura do proletariado, é preciso que se estruture a ditadura para poder levar a cabo diàriamente a imensa tarefa da ditadura do proletariado.

A força orientadora é o destacamento de primeira linha do proletariado, sua vanguarda, que constitui a força dirigente e fundamental da ditadura do proletariado. E' o Partido.

Quais os demais órgãos fundamentais da ditadura do proletariado?

São, em primeiro lugar, os Sindicatos operários com suas ramificações no centro e na base, sob a forma de toda uma série de organizações de produção, de cultura, de educação, etc. Estas organizações unificam todos os operários de todos os ofícios. Não se trata de uma organização de partido. Pode-se dizer que os sindicatos são a organização geral da classe operária dominante em nosso país. Os sindicatos são a escola do comunismo. Destacam-se de seu seio os melhores homens para o trabalho dirigente em todos os ramos da administração. Servem de ligação entre os elementos mais avançados e os mais atrasados dentro da classe operária. Unem as massas operárias com a vanguarda da classe operária.

São, em segundo lugar, os Soviets, com suas numerosas ramificações no centro e na base, sob a forma de organizações administrativas, econômicas, militares e culturais, além das demais organizações do Estado, ligadas à inumerável quantidade de associações de massas de trabalhadores surgidos espontaneamente e que envolvem essas organizações, unindo-as à população. Os Soviets são uma organização de massas de todos os trabalhadores da cidade e do campo. Não são uma organização de partido. Os Soviets são a expressão direta da ditadura do proletariado.

Através dos Soviets passam tôdas e cada uma das medidas de consolidação da ditadura e da construção do socialismo. Por meio dos Soviets leva-se a cabo a direção estatal dos camponeses pelo proletariado. Os Soviets unem os milhões e milhões de trabalhadores com a vanguarda do proletariado.

São, em terceiro lugar, todos os tipos de Cooperativas, com tôdas as suas ramificações. A cooperativa é uma organização de massas dos trabalhadores, uma organização sem partido, que unifica os trabalhadores, antes de mais nada, como consumidores e, no decorrer do tempo, também como produtores (nas cooperativas agrícolas). Esta organização adquire importância especial depois da consolidação da ditadura do proletariado, durante o período da construção em grande escala. Facilita o contacto da vanguarda do proletariado com as massas camponesas e fornece a possibilidade de arrastar essas massas para os canais da edificação socialista.

Em quarto lugar, temos a União das Juventudes. E' esta uma organização de massas da juventude operária e camponesa, organização que não pertence ao Partido, mas lhe dá apoio. Sua missão é ajudar o Partido a educar a nova geração no espírito do socialismo. Fornece reservas novas às demais organizações de massas do proletariado, em todos os ramos da administração. A União das Juventudes adquiriu importância especial depois da consolidação da ditadura do proletariado, durante o período de realização do vasto trabalho cultural e educativo do proletariado.

Por último, é o Partido do proletariado, sua vanguarda. A força do Partido consiste em absorver os melhores homens do proletariado, aídos de tôdas as suas organizações de massas. Sua missão consiste em unificar o trabalho de tôdas as organizações de massas do proletariado, sem exceção, e encaminhar suas atividades para um só objetivo: a libertação do proletariado. E isto, unificar e encaminhar seus atos na direção de um só objetivo, é absolutamente necessário, pois, sem isso, é impossível a unidade de luta do proletariado, sem isso, é impossível dirigir as massas proletárias na sua luta pelo poder, na sua luta pela construção do socialismo. Mas só a vanguarda do proletariado, o seu Partido, é capaz de unificar e encaminhar o trabalho das organizações de massas do proletariado. Só o Partido do proletariado, só o Partido dos comunistas é capaz de desempenhar este papel de dirigente principal dentro do sistema da ditadura do proletariado.

Por que ?

"Primeiro, porque o Partido é o ponto no qual se concentram os melhores elementos da classe operária, mantém vínculos diretos com as organizações sem partido do proletariado e, com freqüência, as dirige; segundo, porque o Partido, como um ponto no qual se concentram os melhores elementos da classe operária, é a melhor escola para a formação dos chefes da classe operária, capazes de dirigir tôdas as formas de organização de sua classe; terceiro, porque o Partido, como a melhor escola para a formação dos chefes da classe operária, é, por sua experiência e autoridade, a única organização capaz de centralizar a direção da luta do proletariado, convertendo assim tôdas e cada uma das orga-

nizações sem partido da classe operária em órgãos auxiliares e em correias de transmissão que unem o Partido à classe”.

“O Partido é a força dirigente fundamental dentro do sistema da ditadura do proletariado.

“O Partido é a forma superior da unificação de classe do proletariado”. (Lénin).

Resumindo: os sindicatos, como organização de massas do proletariado, que vinculam o Partido à classe operária, principalmente no que se refere à produção; os Soviets, como organização de massas dos trabalhadores, que vinculam o Partido a estes, principalmente no sentido do Estado; as cooperativas, como organização de massas, principalmente dos camponeses, que vinculam o Partido às massas camponesas, principalmente no sentido econômico, no sentido de atrair os camponeses para a edificação socialista; a União das Juventudes, como organização de massas da juventude operária e camponesa, chamada a facilitar a vanguarda do proletariado a educação socialista da nova geração e a formação de reservas juvenis; e, finalmente, o Partido, como força fundamental, orientadora, dentro do sistema da ditadura do proletariado, chamada a dirigir todas essas organizações de massas. Tal é, em traços gerais, o quadro do “mecanismo” da ditadura, o quadro do “sistema da ditadura do proletariado”.

Sem o Partido, como força dirigente fundamental, não pode haver ditadura do proletariado mais ou menos estável e sólida.

Dêsse modo, para usar as palavras de Lénin, “obteremos, em conjunto, um aparelho proletário, formalmente não comunista, flexível e relativamente amplo, potentíssimo, por meio do qual o Partido estará estreitamente ligado à classe e à massa e por meio do qual se conseguirá a ditadura de classe sob a direção do Partido”. (Lénin, t. XXV, pág. 192, Extremismo, Doença Infantil do Comunismo).

Isso, naturalmente, não significa que o Partido possa ou deva substituir os sindicatos, os Soviets e as demais organizações de massas. O Partido realiza a ditadura do proletariado, não o fazendo, porém, diretamente, mas sim com o auxílio dos sindicatos, por meio dos Soviets e de suas ramificações. Sem essas “correias de transmissão”, seria impossível uma ditadura mais ou menos sólida.

“Não é possível — diz Lénin — levar a ditadura a seu termo sem que haja algumas “correias de transmissão” entre a vanguarda e a massa da classe avançada, nerte essa e a massa dos trabalhadores... “O Partido absorve, por assim dizer, a vanguarda do proletariado, e esta vanguarda leva a seu termo a ditadura do proletariado. E, sem uma base como a dos sindicatos, não se pode chegar à ditadura, não se pode cumprir as funções do Estado. Estas têm que se realizar por meio de uma série de instituições especiais também de tipo novo, e concretamente por meio do aparelho soviético”. (Lénin, t. XXVI, págs. 65 e 64, Sobre os Sindicatos).

Em nosso país, a União Soviética, o país da ditadura do proletariado, deve-se, por exemplo, considerar como expressão superior do papel dirigente do Partido o fato de que não haja uma só questão importante de política ou de organização que as organizações soviéticas ou as outras organizações de massas de nosso país resolvam sem as indicações orien-

tadoras do Partido. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que a ditadura do proletariado é, substancialmente, a "ditadura" de sua vanguarda, a "ditadura" de seu Partido, como força fundamental dirigente do proletariado".

(Stálin — "Sobre os fundamentos do leninismo", (publicado pela primeira vez em 1924, em russo) págs. 184/9 — Edit. Calvino).

"O Partido é o instrumento da ditadura do proletariado". (Stálin), sendo a recíproca verdadeira, no desenvolvimento histórico. E o partido cresceu, absorvendo a maioria dos melhores e mais decididos elementos de todas as camadas das classes trabalhadoras da Rússia. De um partido fechado e pequeno, essencialmente revolucionário, passa a ser um amplo partido de massas, com o apoio da maioria do povo.

Assim, o Partido estrutura o sistema da ditadura do proletariado, pois que

"Sob a ditadura do proletariado, será preciso reeducar milhões de camponeses e pequenos proprietários, centenas de milhares de empregados, funcionários, intelectuais burgueses, subordinando todos ao Estado proletário e à direção proletária e vencer nêles os hábitos e tradições burgueses"; e será necessário também "...reeducar... com uma luta prolongada, na base da ditadura do proletariado, os próprios proletários, que não se desembaraçarão dos preconceitos pequeno-burgueses de um momento para outro por milagre, por graça do Espírito Santo ou pelo efeito mágico de alguma palavra de ordem, de uma resolução ou de um decreto, mas exclusivamente através de longa e difícil luta de massas contra as influências pequeno-burguesas que existem entre as massas". (Lénin, t. XXV, págs. 248 e 247, Extremismo, Doença Infantil do Comunismo).

E estruturando o sistema da ditadura do proletariado, o Partido cria as organizações necessárias para o proletariado, porque, sem êles, êle sofreria uma derrota irremediável em sua luta pela liquidação da burguesia, na luta pela consolidação do seu poder, na luta pela construção do socialismo" (Stálin).

DA DITADURA DO PROLETARIADO AO ESTADO SOCIALISTA

Vencendo todos os obstáculos e dificuldades incriveis, embora naturais, a ditadura do proletariado conta a apoiá-la decididamente cada vez com mais amplas camadas trabalhadoras, à custa do que pôde ir destruindo rapidamente a burguesia e estabelecendo as premissas para a criação das bases da edificação socialista.

Ultrapassados os períodos terríveis do comunismo de guerra, das intervenções, e depois o da NEP, a ditadura do proletariado entra num novo período, de desenvolvimento pacífico da revolução, em que os métodos diretos e violentos foram sendo sucedidos pelos indiretos e pelos de educação e persuasão.

Por volta de 1936, a URSS já apresentava um panorama completamente diverso de todos os anteriores. A economia havia mudado radicalmente. Havia sido liquidados os elementos capitalistas e o sistema socialista havia triunfado em todos os ramos da economia nacional. Por consequência, a estrutura de classes, com as novas relações de produção, também se havia transformado na URSS. De um país de 80 % de analfabetos passa à alfabetização quase de 100 %. Instrução e politização intensa, teórica e prática.

De tudo isso é expressão a nova Constituição votada em 12 de dezembro de 1937. Dos 94 milhões de eleitores, tomaram parte nas eleições mais de 91 milhões, ou sejam 96,8 %. Em nenhuma democracia do mundo, em qualquer tempo, a população de um país participou tão intensamente da formação de seu próprio governo.

E esses milhões de cidadãos conscientes, distribuídos por todos os postos de comando e execução, decidindo democraticamente dos seus próprios destinos e, portanto, da sociedade que criavam, foram, cada vez mais precisando menos de um regime de ditadura de classe, que já não tinha sobre quem exercer a ação ditatorial.

Intervindo diretamente nos detalhes e nos planos gerais da construção do socialismo, as diversas camadas do povo soviético — proletários, camponeses e “inteligêntsia” — que não constituem classes fundamentais na acepção marxista, por isso que, dentro da sociedade socialista, os seus interesses são comuns, não antagônicos (embora ainda persistam contradições que pacificamente serão resolvidas no processo de comunização da URSS atual), já se encontram reunidos em um Estado socialista. O Estado, nas suas funções, está sendo reabsorvido pela sociedade inteira.

Esse Estado socialista representa a primeira fase da forma superior de sociedade humana, que se realizará no comunismo.

Em 9-6-1925, respondendo aos estudantes da Universidade de Sverdlov, Stálin disse:

“A ditadura do proletariado não é uma finalidade. E’ apenas um meio, o caminho que leva ao socialismo. Ora, que é socialismo? E’ uma etapa entre a ditadura do proletariado e a sociedade sem Estado”.

Em maio de 1946, A. Liápin, em sua conferência realizada no Palácio dos Sindicatos, em Moscou, sob o tema “Sobre a transição gradual do socialismo para o comunismo”, entre outras coisas, disse:

“A execução deste novo plano quinquenal (1946-1950) representará, portanto, grande avanço realizado no caminho da *conclusão da construção da sociedade socialista, bem como no da transição gradual do socialismo para o comunismo*”. (O grifo é nosso — N. R.).

“Do ponto de vista das relações internas, existem na União Soviética todas as condições requeridas, bem como as possibilidades para a construção da sociedade comunista integral. Nos anos correspondentes aos planos quinquenais stalinianos, foi criada, na URSS, uma grande e moderníssima indústria de máquinas — como base material do socialismo; foi concluída a obra da colectivização da agricultura, bem como foram liquidadas as classes exploradoras; foi construída, em suma, nos seus elementos básicos, a sociedade socialista. E esta vitória do socialismo

abriu diante do nosso país o caminho para a fase superior, que é a do comunismo.”

*

“Nos seus elementos básicos, já foi realizada, na URSS, a primeira fase do comunismo, sendo que a transição gradual para a sua segunda fase mais alta, representa atualmente uma simples tarefa prática”.

*

Seria, outrossim, incorreto imaginar a evolução social neste período como dividida em duas etapas: concluída, primeiro, a construção da sociedade socialista, é então somente que começaria a transição para o comunismo. Essa evolução, porém, não se efetua por dois processos consecutivos, sinão por um processo único. Junto com a consolidação e o subsequente desenvolvimento do método socialista de produção, junto com a conclusão da construção da sociedade socialista, realizar-se-á, simultaneamente também, o processo da transição gradual do socialismo para o comunismo.

*

A condição essencial para a transição da primeira etapa do comunismo para a segunda consiste na realização da tarefa básica da economia da URSS, que é a de igualar e, em seguida, superar os principais países capitalistas no que diz respeito ao volume médio da produção industrial por habitante.

*

No comunismo, existirá uma única forma de propriedade sobre os meios de produção — a propriedade comunista. A transição para essa única forma de propriedade social sobre os meios de produção efetuar-se-á na base da consolidação a todo custo e do subsequente desenvolvimento das duas formas de propriedade socialista na URSS, destacando-se o papel diretor que cabe à propriedade estatal, que é a forma mais alta da propriedade socialista. A forma cooperativista-kolroziã da propriedade social desenvolver-se-á por meio da consolidação da economia social dos kolrózes.

*

A transição para o comunismo está ligada de modo inseparável à liquidação da antiga divisão social do trabalho e da dos restos das diferenças de classe. Já nos dias que correm estão desaparecendo aos poucos as distinções entre a classe operária e os camponeses, assim como entre

estas classes e a "inteliguêntia". Mas, no socialismo, permanecem, todavia, restos das distinções entre operários e camponeses.

Na segunda etapa do comunismo não haverá mais classes, nem mesmo restos das antigas distinções entre estas. Os caminhos para a liquidação completa das distinções entre as classes operária e camponesa já foram indicadas por Lênin. "... Para a liquidação completa das classes — escreveu ele — é necessário não somente derrubar os exploradores, os latifundiários e os capitalistas, não somente privá-los dos seus direitos à respectiva propriedade, mas também anular *todos* os direitos de pessoas privadas sobre os meios de produção, bem como liquidar as distinções existentes, quer entre a cidade e o campo, quer entre os que se dedicam ao trabalho intelectual e os que executam o trabalho físico" (*Obras Compl.* T. XXIV, pág. 337).

*

Na sociedade socialista, já está abalada em sua base a oposição entre a cidade e o campo. Isto foi conseguido como resultado da transformação socialista da nossa sociedade, como resultado da realização da industrialização socialista do nosso país e a coletivização da sua agricultura. Subsistem, contudo, ainda, no regime socialista, restos da antiga divisão do trabalho e a oposição entre a cidade e o campo ainda não foi completamente liquidada. Somente na fase mais alta da sociedade socialista será definitivamente liquidado aquele antagonismo entre a cidade e o campo, isto é, entre o trabalho industrial e o da lavoura.

O factor mais importante da liquidação do antagonismo entre a cidade e o campo é constituído pela vitória nesta do regime kolroziانو. No seu discurso pronunciado na convenção dos agrários-marxistas, observou o camarada Stálin que "a questão toda das relações entre a cidade e o campo passou agora para um terreno novo, e a oposição entre ambos será eliminada num ritmo acelerado". Compreende-se, por isso, que o fortalecimento e o subsequente desenvolvimento da economia social dos kolroziانوس constituirão uma das condições básicas para a liquidação total da oposição entre a cidade e o campo.

O método da eliminação desta oposição pressupõe a mais ampla mecanização e eletrificação dos processos da produção empregados na agricultura e a transformação do trabalho agrícola em mera variedade do trabalho industrial.

O Estado soviético constitui o instrumento principal e decisivo da transformação socialista da nossa sociedade. Seu subsequente fortalecimento representa, portanto, a condição principal para a transição do socialismo para o comunismo. Na *primeira fase* do seu desenvolvimento — naquela que se estendeu desde a Revolução de Outubro até a liquidação das classes exploradoras — desempenhava o Estado soviético as funções de repressão dentro do país, da resistência das classes exploradoras, as da defesa do país contra os ataques vindo do exterior, assim como as da restauração da economia e de preparação das condições requeridas para levar a efeito a liquidação total dos elementos exploradores.

Na segunda fase do desenvolvimento do Estado soviético — na que se estendeu desde a liquidação dos elementos capitalistas da cidade e do campo, até a vitória completa do sistema socialista na economia e à promulgação da nova Constituição — a tarefa básica do regime consistia na organização da economia socialista em todo o país, na realização da revolução cultural e na organização completa de um Exército moderno para a defesa do país.

“A tarefa básica atual do nosso Estado, a ser executada dentro do país, — diz o camarada Stálin — consiste num trabalho pacífico no campo da organização econômica e no da educação e cultura. No que se refere ao nosso Exército, aos órgãos punitivos e ao serviço secreto de informações, eles não mais dirigem sua ponta aguçada para o interior do país, mas para o exterior, contra os nossos inimigos externos” (*Questões do Leninismo*, pág. 606).

*

O Estado soviético, dispondo dos meios básicos da produção, está executando um trabalho gigantesco tanto no campo da organização da economia, como, também, no da educação e cultura, abrangendo, assim, os lados principais da vida do país. O Estado soviético dirige tudo que se relaciona com a defesa do país, estabelece os planos do desenvolvimento da economia nacional, assegurando, ao mesmo tempo, a respectiva execução, e organiza o levantamento sistemático e o controle de tudo que se relaciona com a produção e a distribuição dos produtos.

O Estado soviético é, portanto, indispensável no transcurso de toda a fase do socialismo. Ele será indispensável também no comunismo integral se subsistir ainda o cerco capitalista.

*

O socialismo, nos seus elementos básicos, já está construído no nosso país. Está fora de dúvida que a tarefa da conclusão da construção da sociedade socialista sem classes, assim como a conseqüente transição gradual do socialismo para o comunismo, serão, por sua vez, executadas também com todo o sucesso.

Sob a liderança do Partido Comunista e a direção do grande Stálin, o povo soviético marcha sempre para a frente, para um novo florescimento da nossa pátria soviética, para a vitória total do comunismo no nosso país.

(Traduzido diretamente de *Bolchevik*, n. 11-12, de junho de 1946 e publicado em *Divulgação Marxista*, n. 15, de 10-2-1947).

A NECESSIDADE DO ESTADO NO SOCIALISMO

Às vezes, pergunta-se: “Em nosso país (URSS), foram suprimidas as classes exploradoras, não existem mais classes hostis, não há mais

a quem esmagar; portanto, não há também necessidade de Estado e este deve ser extinto. Por que, pois, não contribuímos para a extinção de nosso Estado socialista, por que não procuramos acabar com ele? Não chegou a hora de liquidarmos de uma vez por todas com esse traste da organização estatal?"

Ou então: "As classes exploradoras já foram suprimidas em nosso país, o socialismo foi construído no que havia de fundamental, marchamos para o comunismo e a doutrina marxista sobre o Estado diz que com o comunismo não deve existir nenhum Estado. Por que, pois, não contribuímos para a extinção de nosso Estado socialista? Não chegou a hora de entregá-lo ao museu de antiguidades?"

Estas perguntas são o testemunho de que aqueles que as formulam aprenderam conscienciosamente certas frases da doutrina de Marx e Engels sobre o Estado. Mas são, também, o testemunho de que estes camaradas não compreenderam a essência dessa doutrina, não se penetraram das condições históricas em que certas teses dessa doutrina foram elaboradas e, sobretudo, não compreenderam a situação internacional atual, passaram por alto o fato do cerco capitalista e os perigos que dele se derivam para o país do socialismo. Estas perguntas não só revelam que se dá menos importância do que se deve ao fato do cerco capitalista; revelam também que se desconhece o papel e a importância dos Estados burgueses e de seus órgãos, que enviam ao nosso país espões, assassinos e sabotadores e esperam a ocasião para atacá-lo militarmente; revelam, ainda, que se desconhece o papel e a importância de nosso Estado socialista e de seus órgãos militares, de sanção e de contra-espionagem, necessários para defender o país do socialismo contra um ataque do exterior.

Mas, a justificação da existência ainda do Estado Soviético não contraria quanto foi ensinado por Marx e Engels, sobre a teoria do Estado?

"Não consideramos, absolutamente, a *teoria de Marx* como coisa acabada e imutável; estamos convencidos, bem ao contrário, de que esta teoria nada mais fez que lançar as pedras angulares da ciência, que os socialistas *devem* impelir em todos os sentidos, toda vez que não desejem ficar retardados na vida. Acreditamos que para os socialistas russos é particularmente necessário impulsionar *independentemente* a teoria de Marx porque esta teoria fornece apenas os princípios *diretivos* gerais, que se aplicam *em particular* à Inglaterra e de maneira diferente à França, à França, diferentemente da Alemanha, à Alemanha, diversamente da Rússia". (*Lénin*, t. II, pág. 492. *Nosso Programa*).

Tomemos, por exemplo, a fórmula clássica de Engels da teoria sobre o desenvolvimento do Estado socialista:

"Quando não existirem classes sociais às quais seja necessário manter submissa; quando não existir dominação de uma classe sobre outra nem luta pela existência; quando forem suprimidas as coligações e coações que disso se derivam: então não haverá mais a quem esmagar e sujeitar; desaparecerá a necessidade do Poder do Estado, que atualmente desempenha esta função. O primeiro ato com o qual o Estado agirá como verdadeiro representante de toda a sociedade — a conversão dos meios de produção em propriedade social — será o último ato independente do Estado como Estado. A intervenção do Poder do Estado nas relações sociais tornar-se-á a pouco e pouco superflua e cessará por si mesma. O lugar do governo dos homens será ocupado pela administração das coisas e a direção dos métodos de produção. O Estado não será "abolido": *extinguir-se-á*" (F. Engels, *Anti-Dühring*).

E' justa esta tese de Engels ?

Sim, é justa, mas sob uma destas duas condições: a) *se* estudamos o Estado socialista unicamente do ponto de vista do desenvolvimento interno no país, fazendo de antemão abstração do fator internacional, isolando, para maior comodidade da investigação, o país e o Estado da situação internacional, ou então b) *se* supomos que o socialismo já venceu em todos os países, ou na maioria dos países, e, em vez do cerco capitalista, existe um cerco socialista; não existe mais a ameaça de ataque do exterior, não existe, portanto, necessidade de fortalecer o Exército e o Estado.

Muito bem. E se o socialismo não triunfou senão num só país, em virtude do que não é possível, de modo algum, fazer abstração das condições internacionais, como proceder neste caso ? A esta pergunta, a fórmula de Engels não dá resposta. Própriamente dito, Engels nem sequer se fez essa pergunta; portanto, não a podia responder. Engels partiu da hipótese de que o socialismo já tinha vencido, mais ou menos simultaneamente, em todos os países ou na maioria dos países. Portanto, Engels investiga, no caso, não este ou aquele Estado socialista concreto de tal ou qual país em separado, mas o desenvolvimento do Estado socialista, em geral, admitindo o fato de que o socialismo triunfou na maioria dos países, de acordo com a seguinte fórmula: "Admitamos que o socialismo triunfou na maioria dos países. Cabe perguntar: Que transformações deverá sofrer neste caso o Estado proletário, socialista ?" Somente este caráter geral e abstrato do problema pode explicar o fato de que, ao investigar o problema do Estado socialista, Engels tivesse feito completa abstração de um fator como o das condições internacionais, o da situação internacional.

Disto se infere que não se deve estender a fórmula geral de Engels, referente ao destino do Estado socialista, em geral, ao caso particular e concreto da vitória do socialismo num só país, rodeado de países capitalistas, que vivem sob a ameaça de um ataque armado do exterior, e que em virtude disso, não pode fazer abstração da situação internacional

e precisa dispor de um exército bem instruído, de órgãos de sanção bem organizados, de forte serviço de contra-espionagem; portanto, deve manter o seu Estado suficientemente forte, para ter a possibilidade de defender as conquistas do socialismo contra os ataques do exterior.

Não se pode exigir dos clássicos do marxismo, separados de nossa época por período de 45 a 55 anos, que tivessem previsto para um futuro longínquo, todos e cada um dos casos de zigue-zague da história de cada país em separado. Seria ridículo exigir que os clássicos do marxismo houvessem elaborado soluções feitas para nós, para todos e cada um dos problemas teóricos que pudessem surgir em tal ou qual país, 50 ou 100 anos mais tarde, para que nós, sucessores dos clássicos do marxismo, pudessemos ficar tranquilamente de braços cruzados, a ruminar as soluções feitas. Mas podemos e devemos exigir dos marxistas-leninistas de nossa época, que não se limitem a decorar algumas teses gerais do marxismo, penetrem no fundo do marxismo, aprendam a levar em consideração a experiência dos vinte anos de existência do Estado socialista em nosso país, aprendam, finalmente, a concretizar, apoiando-se nessa experiência e baseando-se na essência do marxismo, algumas teses gerais do marxismo, assimilando-as e melhorando-as. Lênin escreveu sua famosa obra, *O Estado e a Revolução*, em agosto de 1917, isto é, alguns meses antes da Revolução de Outubro e da criação do Estado Soviético. Lênin considerava como objetivo principal dessa obra a defesa da doutrina de Marx e Engels sobre o Estado, contra as deformações e vulgaridades dos oportunistas. Lênin tinha o propósito de escrever a segunda parte dessa obra, na qual pretendia fazer o balanço geral das revoluções russas de 1905 e 1917. Não há dúvida que Lênin se propunha desenvolver e impulsionar, na segunda parte do livro, a teoria sobre o Estado, apoiando-se na prática da existência do Poder Soviético em nosso país. A morte, porém, impediu-o de levar a termo este propósito. Mas o que Lênin não conseguiu realizar, devem-no fazer os seus discípulos.

O Estado surgiu na base da divisão da sociedade em classes hostis, nasceu para manter sujeita a maioria explorada, no interesse da minoria exploradora. Os instrumentos de poder do Estado encontravam-se, principalmente, no exterior, nos órgãos de sanção, no serviço de espionagem, nos cárceres. Duas funções fundamentais caracterizam a atividade do Estado: uma interna (a principal), a de manter sujeita a maioria explorada, e outra externa (não-principal), a de ampliar o território de sua própria classe, a dominante, à custa do território de outros Estados, ou defender o território de seu Estado contra os ataques de outros Estados. Isto era o que acontecia sob o regime escravista e feudal. O mesmo ocorre sob o capitalismo.

Para destruir o capitalismo, não só houve necessidade de eliminar a burguesia do poder, não só foi preciso expropriar os capitalistas, como também foi necessário demolir integralmente a máquina estatal da burguesia, seu velho exército, sua burocracia, sua polícia e colocar em seu lugar um novo sistema estatal proletário, o novo Estado socialista. Como é sabido, foi precisamente assim que procederam os bolcheviques. Mas daí não se depreende, absolutamente, que o novo Estado proletário não

possa conservar certas funções do velho Estado, modificadas de acôrdo com as necessidades do Estado proletário. Disto não se infere de modo nenhum que as formas de nosso Estado socialista devam permanecer inalteráveis, que tôdas as funções iniciais de nosso Estado devam continuar mantendo-se plenamente também no futuro. Na realidade, as formas de nosso Estado modificam-se e continuarão se modificando, de acôrdo com o desenvolvimento de nosso país e com as transformações da situação exterior”.

O ESTADO SOVIÉTICO EVOLUE E SE TRANSFORMA

Lénin tem mil vêzes razão quando diz:

“As formas dos Estados burgueses são extraordinariamente variadas, mas sua essência é sômente uma: todos êsses Estados constituem, de um ou de outro modo, mas em última instância, infalivelmente, uma *ditadura da burguesia*. A transição do capitalismo para o comunismo não pode, naturalmente, deixar de proporcionar imensa abundância e variedade de formas políticas, mas o fundo será neste caso inevitavelmente um só: a *ditadura do proletariado*”. (Lénin, t. XXI, pág. 393, *O Estado e a Revolução*).

E já vimos, páginas atrás, que o govêrno soviético é constituído hoje por tôdas as camadas da população soviética: operários, camponeses e “inteliguêntsia”, que participam ativamente da vida política e econômica do Estado Soviético, em todos os seus órgãos dirigentes e executantes. num democratismo desconhecido até aqui.

“Desde a época da Revolução de Outubro, nosso Estado socialista atravessou, em seu desenvolvimento, duas fases principais.

Primeira fase: o período que vai da Revolução de Outubro à liquidação das classes exploradoras. A tarefa principal dêste período consistiu no esmagamento da resistência das classes derrubadas, na organização da defesa do país contra os ataques dos intervencionistas, na restauração da indústria e da agricultura, na preparação das condições para liquidar os elementos capitalistas. Coerentemente com isso, nosso Estado realizou, naquêle período, duas funções fundamentais. A primeira, esmagar as classes derrubadas dentro do país. Dêste modo, nosso Estado se parecia, exteriormente, aos Estados precedentes, cuja função consistia em esmagar os insubmissos, mas com a diferença de princípios de que nosso Estado esmagava a minoria exploradora em favor dos interesses da maioria trabalhadora, enquanto os Estados anteriores esmagavam a maioria explorada, em favor dos interesses da minoria exploradora. A segunda função: defesa do país dos ataques do exterior. Nisto também se parecia exteriormente aos Estados precedentes, que também se preocupavam com a defesa armada de seus países, mas com a diferença de princípios de que nosso Estado defendia dos ataques do exterior

as conquistas da maioria trabalhadora, enquanto os Estados anteriores defendiam, nestes casos, a riqueza e os privilégios da minoria exploradora. Havia também uma terceira função: a dos organismos de nosso Estado no trabalho de organização econômica e de educação cultural, que tinha por objeto desenvolver os germes da economia nova, socialista, e reeducar os homens no espírito do socialismo. Mas esta nova função não atingiu, naquêlo período, grande desenvolvimento.

Segunda fase: o período que vai da liquidação dos elementos capitalistas da cidade e do campo ao triunfo total do sistema socialista da economia e da adoção da nova Constituição. O objetivo fundamental dêste período era: organizar a economia socialista em todo o país e liquidar os últimos resíduos dos elementos capitalistas, organizar a revolução cultural, organizar um exército completamente moderno para a defesa do país. Em coerência com isso, transformaram-se também as funções de nosso Estado socialista. Desapareceu, extinguiu-se a função de esmagamento militar dentro do país, porque a exploração foi suprimida, não existem mais exploradores e não há, portanto, a quem esmagar. No lugar da função de repressão, surgiu a função, para o Estado, de salvar a propriedade socialista contra os ladrões e delapidadores dos bens do povo. Foi mantida plenamente a função da defesa militar do país contra ataques do exterior; por conseguinte, foi mantido também o Exército Vermelho, a Marinha Vermelha de Guerra, e bem assim os organismos de sanção e de contra-espionagem, necessários para capturar e castigar os espões, assassinos e sabotadores que os serviços de espionagem estrangeiros enviam ao nosso país. Também foi conservada, obtendo um desenvolvimento completo, a função dos organismos do Estado no trabalho de organização econômica e de educação cultural. Agora, a tarefa fundamental de nosso Estado, dentro do país, consiste em desdobrar o trabalho pacífico de organização econômica e de educação cultural. No que se refere ao nosso Exército, aos organismos de sanção e de contra-espionagem, não estão contra o interior do país, mas contra o exterior, contra os inimigos externos.

Como vedes, temos agora um Estado completamente novo, socialista, sem precedentes na história, e que se distingue consideravelmente, por sua forma e funções, do Estado socialista da primeira fase.

Mas o desenvolvimento não se pode deter aqui. Continuamos avançando para o comunismo. Manter-se-á o Estado em nosso país também durante o período do comunismo? Sim, manter-se-á, se não se liquidar o círculo capitalista, se não se suprimir o perigo de um ataque armado do exterior. É evidente que, neste caso, as formas de nosso Estado tornarão a modificar-se de acordo com as transformações da situação interna e externa.

O Estado, porém, não será mantido e se extinguirá, se o círculo capitalista fôr liquidado, se fôr substituído por um círculo socialista.

Este é o estado de coisas, quanto ao problema do Estado socialista. (Stálin — Do *Informe ao XVIII Congresso do PC (b) da URSS*).

DEMOCRACIA SOVIÉTICA E ESTADO MULTINACIONAL

Recomendamos a leitura dos artigos de Lesnik: *As liberdades políticas na União Soviética*, in "Divulgação Marxista", n. 13; Ocherov: *União Soviética, novo tipo de Federação estatal*, in "Divulgação Marxista", n. 15; Kolachnikov: *A instrução pública em 20 anos de poder soviético*, in "Divulgação Marxista", n. 14; e Calvino Filho: *E' a URSS uma potência imperialista?*, in "Divulgação Marxista", n. 13; e o magistral trabalho de Aleksandrov, publicado neste número, sob o título: *Sobre a democracia soviética*.

Nesses trabalhos, os leitores encontrarão exaustivamente esclarecidos todos os problemas que envolvem os conceitos de democracia e do Estado federativo soviético.

Como se trata de problema do mais alto interesse atual, preferimos indicar os trabalhos acima a condensá-los, para que os nossos leitores possam confundir os caluniadores vulgares da URSS e compreender por que as massas trabalhadoras de todo mundo têm seus olhos voltados para o Estado Proletário, que significa a libertação da humanidade e o início de uma nova civilização.



A DIALÉTICA MATERIALISTA — Marx não se limitou ao materialismo do século XVIII, mas levou a filosofia mais longe. Enriqueceu-o com muitas aquisições da filosofia clássica alemã, sobretudo do sistema de Hegel, de onde proveu também o materialismo de Feuerbach. A principal destas aquisições é a *dialética*, ou ciência da evolução, em seu aspecto mais completo, mais profundo e mais isento de estreitezas, a ciência da relatividade dos conhecimentos humanos, que nos dão a imagem da matéria em desenvolvimento perpétuo. As descobertas mais recentes das ciências naturais — o radium, os electrons, a transformação dos elementos — confirmaram magnificamente o materialismo dialético de Marx, a despeito das doutrinas dos filósofos burgueses e de seus "novos" retornos ao antigo idealismo apodrecido. (Lénin — *As três fontes do marxismo* — "in" *Marx, Engels e Marxismo*, pág. 191 — Edit. Calvino Ltda., 1945.)



DIALÉTICA DE MARX — "Meu método de desenvolvimento não é o de Hegel: porque eu sou materialista e Hegel é idealista. A dialética de Hegel é o fundamento de toda a dialética, mas unicamente quando se desembaraçou de sua forma mística, e é isso precisamente que distingue meu método." (Marx — *N. Z. XX, 2: 189.*)



Atualidades

A AMEAÇA DE CRISE NOS ESTADOS UNIDOS DA AMERICA DO NORTE

B. BRONSKI.

O povo norte-americano festeja a entrada do Ano Novo de 1947 numa atmosfera de grande animação econômica. Os jornais e as revistas enchem-se de balanços e demonstrações de contas oficiais que testemunham a nova "prosperity" (prosperidade) dos norte-americanos.

E, efetivamente, a produção industrial desse país chegou a alcançar um nível mais alto do que em qualquer outra época de paz.

O desemprego não chegou ainda a atingir aquelas assustadoras proporções que foram prognosticadas por muitos economistas americanos. O diretor do Departamento da Desmobilização e Reconversão, Stillman, no seu relatório apresentado em outubro do ano de 1946, ao Presidente dos EE. UU., Truman, sobre o andamento da reconversão das indústrias, indicou que o número de desempregados se eleva a dois milhões. Citam-se, nesse relatório, dados que demonstram encontrar-se trabalhando 58 milhões de pessoas, nos diversos sectores da economia, o que representa 9 milhões a mais, em comparação com o ano de 1940.

Nota-se, outrossim, o grande desenvolvimento atual na agricultura dos EE. UU. A safra, segundo os dados do Departamento da Agricultura, ultrapassa a de qualquer ano anterior. Os dados oficiais mostram ainda que os rendimentos das grandes fazendas alcançaram um nível extraordinariamente alto.

Acontece, no entanto, que essa animação verificada na indústria e na agricultura, não somente deixou de proporcionar a tranquilidade que era de esperar, mas tornou-se, ainda, uma fonte de grande apreensão pelo subsequente desenvolvimento econômico do país. Na expressão do *Journal of Commerce*, "o atual período de relativa tranquilidade da indústria outra coisa não representa sinão a calma que precede uma tempestade".

Desde já há alguns meses, a discussão sobre a questão da possibilidade do advento de uma nova crise econômica não abandona as páginas dos periódicos norte-americanos, bem como dos de outros países. Estadistas, próceres políticos, economistas, publicistas e comentaristas de rádio vêm se pronunciando sobre este assunto, e todos eles manifestam suas sérias apreensões a respeito do futuro dos Estados Unidos, vaticinando o advento de uma crise.

E os norte-americanos, extremamente desassossegados, vêm perscrutando o horizonte, onde deve despontar o inquietante amanhã. Para

uns, a questão já não reside mais em saber se a crise econômica há de sobrevir ou não, mas em prever o momento da chegada desta, em saber se isto há de ocorrer no ano entrante ou um ano mais tarde.

Eis a razão dessa atmosfera de desânimo, de incerteza e de desespero que reina atualmente no seio das massas do povo norte-americano. Caracterizando o atual estado de espírito dos norte-americanos, disse o observador Attlee, na sua palestra pelo rádio, que "passado um ano desde a vitória, os EE.UU., neste período de grande bonança, não sentem júbilo algum. E' a primeira vez, possivelmente, que os americanos, que sempre viveram o dia de hoje se preocupam em perscrutar o futuro e a observar os preços cada vez mais altos, um número ainda maior de greves e também um mundo intranquilo". "Não me recordo — continua o mesmo observador — de nenhum período anterior de prosperidade, em que os americanos tenham vivido tão sobressaltados, como acontece na época atual. Eles receiam que a máquina econômica dos EE.UU., que atualmente entrou a funcionar tão bem, venha novamente a sofrer um desarranjo... Os americanos estão receiosos pelo futuro; temem que sobrevenha um grande *crack*."

Sobremodo apreensivas estão as massas trabalhadoras norte-americanas, pois a crise, tal como sempre aconteceu, prejudicará, em primeiro lugar, justamente essa classe.

Não há dúvida, os norte-americanos têm sérias razões para a manifestação de semelhantes receios. A situação atual, na economia dos EE.UU., lembra, em certa medida, o "boom" da especulação desenfreada que se deu em seguida à Primeira Guerra Mundial e que teve seu remate na crise econômica do ano de 1921. Segundo os dados publicados pelo órgão do Departamento de Comércio, *Survey of Current Business*, os preços de 28 gêneros básicos de mercadoria alcançaram, no decorrer deste primeiro ano de após-guerra, seu ponto culminante em julho, tendo aumentado de um terço. Os capitães de indústria e grandes comerciantes continuam a amontoar estoques de mercadorias, na expectativa de preços ainda mais altos, esperando poder ainda auferir grandes lucros, antes da inevitável queda dos preços. O "boom" atual distingue-se precisamente pelo facto de se desenvolver num ambiente de sempre crescente aumento de lucros e de queda geral dos salários. O aumento rápido e geral dos preços, a par da enorme acumulação de mercadorias, provoca a subsequente carestia e vem agravando mais ainda a situação do povo norte-americano.

Em vista da brusca queda do valor real dos seus salários, entraram os operários e as demais camadas da população trabalhadora a gastar aceleradamente as respectivas economias, amealhadas durante a recente guerra.

E essa rápida diminuição das economias, que esgota os recursos das grandes massas da população, vem causando apreensões aos círculos dos homens de negócios, pois estes vêem no referido fenómeno o sintoma da próxima queda da capacidade aquisitiva do povo. Um grande incremento receberam as compras a crédito. Como informa o *Wall Street Journal*, as famílias americanas, em 13 de novembro, estavam devendo aos bancos, às agências de crédito, aos armazéns e às casas de penhores mais de

10 bilhões de dólares. Em conexão com isto, alguns órgãos da imprensa fizeram ver que, já em meados de 1947, o lançamento de mercadorias de largo consumo terá ultrapassado a procura destas. Este facto leva muita gente à convicção de que a crise econômica já não está muito longe.

Stillman tinha declarado no seu relatório que "o subsequente aumento rápido dos preços pode impossibilitar a procura, destruir a estabilidade dos negócios e provocar uma queda catastrófica dos preços, com as mais sérias consequências econômicas e sociais".

Poucos são os norte-americanos a acreditar que esse "boom" poderá continuar ainda por um tempo bastante prolongado. Mesmo nos relatórios oficiais se confessa abertamente — como o testemunha a declaração de Stillman — que o atual "boom" "esconde em si determinados perigos".

Estes receios baseiam-se no facto de que o subsequente aumento descontrolado dos preços, assim como a excessiva acumulação de mercadorias, podem levar tudo à falência. O *Journal of Commerce* escreve, em referência a isto: "A crescente acumulação de mercadorias pode levar a uma diminuição da atividade nos negócios e à paralisação do mercado, que mesmo agora já se acha saturado, mau grado a falta de produção disponível para entrega imediata".

O mesmo pensamento foi expresso, num tom de grande apreensão, também, pelo jornal *United States News*. Este escreve que "nós nos encontramos diante de mais uma volta da roda na vida dos negócios, de uma volta, desta vez, para baixo". Este jornal declara que o aumento dos preços alcançará seu ponto culminante entre janeiro e abril do ano de 1947, aproximadamente, devendo em seguida sobrevir a falência, que terá lugar, provavelmente, no meado do ano, ou mesmo antes.

A crise econômica nos Estados Unidos da América do Norte há de repercutir, sem dúvida, também na situação dos demais países capitalistas. Eis porque tantos observadores estrangeiros não tiram seu olhar vigilante do quadro do desenvolvimento econômico dos EE.UU. O correspondente nova-iorquino do jornal inglês *Yorkshire Post* escreveu no fim de novembro, que a economia norte-americana se encontra numa situação semelhante à de um homem extremamente nervoso, que sabe perfeitamente que suas forças hão de abandoná-lo de um momento para outro, mas que não dispõe, contudo, de possibilidade alguma para impedir tal emergência.

Os observadores estrangeiros empenham-se, sem descanso, em procurar uma resposta à pergunta: os EE.UU. vêm de facto deslizando diretamente para a depressão? Fazem a si próprios a pergunta se a economia norte-americana não se revelará, uma vez mais, tão instável quanto o era antes da guerra.

A transição de uma produção de guerra para a de paz é acompanhada, geralmente, de grandes abalos econômicos. Sobrevem uma diminuição do volume da produção, crescem as fileiras dos sem-trabalho, e decai a capacidade aquisitiva da população.

Tais fenómenos, inevitáveis nos países capitalistas, devido à anarquia reinante no seu sistema de produção, são absolutamente impossíveis na União Soviética. A economia soviética está livre das chagas peculiares

à sociedade burguesa. Nosso país passou para a construção pacífica, sem sofrer qualquer abalo econômico ou crise. O camarada Jdánov, na assembléia solene do Soviet de Moscou, realizada em 6 de novembro de 1946, disse: "O povo soviético marcha decididamente para a frente, sem receio de sobrevirem crises econômicas ou desemprego, pois êle se apoia num outro e superior sistema de organização de economia — no sistema socialista, que desconhece fenômenos tais como crise e desemprego".

(Traduzido diretamente de *Konsomólskaia Právda*, 31-12-946).

● ●

SOB O CAPITALISMO MONOPOLISTA — "No período do capitalismo monopolista não se formam elementos socialistas; observamos, apenas, a completa maturidade das premissas para a transição ao modo socialista de produção. Ao mesmo tempo, as contradições de classes agravam-se até o extremo e prepara-se uma explosão revolucionária contra o capitalismo. O período de transição do capitalismo para o socialismo, não começa sinão no dia em que se instaura a ditadura do proletariado." (Segal — *Noções Fundam. de Econ. Política.*)

●

COMO PROCEDER ? — "Enquanto a burguesia não fôr derrubada e, depois de sua queda, enquanto não houverem desaparecido por completo a pequena exploração e a pequena produção mercantil, o ambiente burguês, os hábitos de proprietários, as tradições pequeno-burguesas corromperão o trabalho do proletariado, não só de fora, e sim no próprio seio do movimento operário; não só na esfera de ação parlamentar, e sim, inevitavelmente, em todos e cada um dos aspectos da atividade publica, em todos os aspectos, sem exceção, da atividade cultural e política. Constitue profundíssimo erro, que inevitavelmente será pago mais tarde, procurar desembaraçar-se, resguardar-se de um dos problemas "desagradáveis" ou das dificuldades que se apresentam numa das esferas do trabalho. E' preciso aprender a dominar todos os aspectos de atividade e trabalho sem exceção, vencer tôdas as dificuldades, costumes, tradições e rotinas burguesas sempre e em tôdas as partes. Qualquer outra maneira de encarar a questão não é séria; não passa de uma puerilidade." (Lénin — *A doença infantil do "Esquerdismo" no comunismo*, pág. 138 —

Editorial Vitória, 1946.)

●

ESTADO MAIOR — Nenhum exército em guerra poderá prescindir de um Estado Maior experimentado se não se quiser ver condenado à derrota. Não é porventura evidente que também o proletariado — e com maior razão — não poderá prescindir dêsse Estado Maior, se não quiser entregar-se à mercê de seus inimigos jurados? Mas qual é o seu Estado Maior? Não pode ser sinão o Partido revolucionário do proletariado. Sem um Partido revolucionário, a classe operária é como um exército sem Estado Maior. O Partido é o Estado Maior de combate do proletariado. (Stálin — *Sôbre os fundamentos do leninismo*, págs. 132-33 — Edit. Calvino Ltda., 1946.)

SOBRE A DEMOCRACIA SOVIETICA

por G. ALEKSÁNDROV

*Relatório lido na sessão da Academia de Ciências da URSS,
realizada em 4 de dezembro de 1946*

I

SÔBRE O PROBLEMA DA DEMOCRACIA APÓS A II GUERRA MUNDIAL

O problema da democracia provocou, nos últimos anos, em toda a imprensa internacional, os mais vivos debates, as mais acerbadas e apaixonadas discussões. E, embora a II Guerra Mundial já tenha proferido a sentença decisiva nesta questão, as discussões sobre a mesma não somente continuam, mas aumentaram ainda de força e a questão toda sobre a democracia vem sendo confundida cada vez mais pelos diversos autores burgueses do estrangeiro. Particularmente ricos em invenções de toda sorte são os escritos sobre a democracia soviética. A experiência obtida com a discussão, verificada na literatura mundial dos últimos anos, sobre a questão da democracia, vem provar, com evidência cada vez maior, que somente o leninismo fornece respostas verdadeiramente científicas sobre as absorventes questões da atualidade.

Raros são os exemplos, na História, de compreensão profunda e acertada, por parte dos homens, mesmo dos grandes homens, do caráter, sentido e tendências históricas da vida social da respectiva época em que vivam. Verificava-se isto raramente, porque, nas épocas passadas, não dispunham os cientistas de capacidade para julgar os fenômenos da vida social com base científica, objetividade e precisão idênticas às que os mesmos vinham revelando nos seus julgamentos sobre os fenômenos e as leis do desenvolvimento da natureza. Esses cientistas não dispunham ainda de uma verdadeira ciência sobre a sociedade.

Quais eram, pois, as dificuldades que surgiam diante do pesquisador da sociedade, cada vez que este procurava abranger num único olhar a verdadeira essência dos acontecimentos da sua época? Quais eram as dificuldades encontradas pelo sociólogo, cada vez que este pretendia pôr os sucessos da sua época em conexão com a história mundial e tirar algumas deduções sobre a tendência histórica do desenvolvimento da sociedade, soerguendo, com isso, a cortina que envolve o futuro?

Essas dificuldades, que não foram vencidas no passado pelos pesquisadores da sociedade, provinham do fato de que o cientista de então, ao querer abranger a vida não de um modo empírico — nos acontecimentos isolados, nas suas manifestações, exemplos e fatos, ora impor-

tantes, ora de pouca significação, — mas na mútua e profunda correlação entre êstes, tinha diante de si um quadro extremamente mutável da vida.

O pesquisador procura descobrir o provável rumo a ser seguido pelo desenvolvimento de algum fenômeno importante, como é, por exemplo, o Estado ou as relações entre Estados e povos. Êsse provável rumo do desenvolvimento da sociedade depende, por seu turno, das relações e da luta entre as classes, os partidos e demais forças, que não podem ser criteriosamente apreciadas das posições da sociologia não-científica. Quando o pesquisador da vida da sociedade vai enumerando e examinando os fenômenos mais importantes que sucederam em sua época, pode êle, às mais das vêzes, descobrir as causas imediatas que concorreram para a manifestação dêles; mas mui raras vêzes consegue o mesmo determinar, com idêntica precisão, as consequências históricas, que são inevitavelmente provocadas por cada importante acontecimento no desenvolvimento da sociedade.

O historiador, o político ou o sociólogo contemporâneo estuda, por exemplo, importantes acontecimentos da nossa época, tais como: a concessão pelos EE. UU. de um grande empréstimo à Grã-Bretanha; as negociações realizadas entre os estados-maiores dêstes países sobre a adoção pelos respectivos exércitos de idênticos tipos e modelos de armamentos; a expulsão pelos americanos dos capitais ingleses empregados no domínio britânico do Canadá; a construção pelos EE. UU. de uma armada que chegou a exceder em muito à da Grã-Bretanha, que, ainda há pouco tempo era a maior do mundo, etc. O historiador político ou sociólogo está no seu direito de tirar dêstes fatos alguma conclusão geral sobre a tendência para a sujeição — gradual, mas decidida — da economia e política inglesas às da América. Mas não resta dúvida, que êste historiador, político ou sociólogo, não estando de posse de uma teoria científica, não está em condições de tirar tôdas as deduções necessárias para poder precisar a que grandes consequências históricas, a serem materializadas nos próximos anos ou decênios, conduzirá, na arena econômica, política ou diplomática mundial, essa suplantação da Inglaterra pelos Estados Unidos da América do Norte e a sujeição daquele país aos interesses dêste.

Voltemos, porém, à questão já levantada.

A experiência ajuda-nos mostrando que os contemporâneos podem, com maior ou menor grau de precisão, julgar sobre os acontecimentos verificados num passado distante, pois todos os efeitos e resultados históricos dêsses eventos já assumiram, na História, o caráter de fatos banais da vida, já esclarecidos com toda a exatidão. Os pesquisadores da vida da sociedade podem, às vêzes, julgar com certa fidelidade, embora muito menor neste caso, sobre acontecimentos e fenômenos da vida social da sua própria época. Mas, devido a causas facilmente compreensíveis, era com um grau muitíssimo menor de fidelidade que os pesquisadores podiam julgar sobre as tendências e os resultados futuros do nível e

do estado da vida social contemporânea a eles. Quando, no entanto, sobrevêm, no desenvolvimento da sociedade, épocas em que se faz necessário o exame rápido e radical da vitalidade e da força de todos os aspectos de uma dada sociedade, o estudo da vida social sofre então uma grande modificação, pois o processo do desenvolvimento histórico que se acelerou, e a sucessão dos acontecimentos e fenômenos, assim como a brusca revisão de valores, feita pela própria vida, de qualquer que seja a política, dão a possibilidade de se julgar com maior acerto sobre a significação desses acontecimentos e sobre os seus verdadeiros resultados. Em tais períodos, fica esclarecida, de uma só vez, a influência de acontecimentos isolados ou da política dos governos destes ou daqueles Estados sobre o desenvolvimento da sociedade: percebe-se, imediatamente, se uma dada política concorre para o desenvolvimento progressista da sociedade, ou está dirigida para a conservação nesta dos aspectos e princípios reacionários.

A ciência marxista-leninista sobre a sociedade diferencia-se de todas as outras teorias do desenvolvimento da sociedade pelo fato de estar ela em condições de julgar, com todo o acerto, tanto sobre as coisas passadas como, também, sobre os acontecimentos contemporâneos. Esta ciência julga com acerto sobre acontecimentos verificados em períodos de desenvolvimento regular da sociedade. Ela aprecia, também, com igual acerto, os sucessos que se verificam em épocas de brusca e rápida queda dos velhos sistemas, nos períodos da mais aguda e tensa luta de classes. E ela está, outrossim, em condições de discernir os germes do futuro, contidos no presente, isto é, de ver claramente as perspectivas do desenvolvimento da sociedade. A ciência marxista-leninista apóia-se na experiência histórica, generaliza os fenômenos da vida e revê, com os próprios fatos destas, as deduções e as normas teóricas e políticas.

Em nossa época, foi a Segunda Guerra Mundial que determinou o maior exame de todas as formas contemporâneas da vida social. Mais ainda: ela possibilitou aos seus próprios participantes a faculdade de julgar sobre os acontecimentos contemporâneos e de fazê-lo de um modo tão preciso, como o poderiam ter feito, em relação a estes mesmos acontecimentos, os homens do século vindouro apenas.

O camarada Stálin forneceu a mais profunda análise marxista do significado da guerra, como sendo esta a grande escola de prova e de exame de todas as forças do povo. No seu discurso, feito em 9 de fevereiro de 1946 perante o eleitorado, disse o camarada Stálin: "A guerra tinha posto a nú todos os acontecimentos e fatos, quer na retaguarda quer na "front"; ela arrancou, sem misericórdia, todos os véus e máscaras que encobriam a verdadeira fisionomia de Estados, governos e partidos, expondo-os no palco, já sem máscaras e adornos, com todos os seus respectivos defeitos e virtudes. A guerra criou algo semelhante a um exame para o nosso regime soviético, nosso Estado, nosso governo e nosso Partido Comunista; ela determinou um balanço do respectivo trabalho, como que dizendo a nós: "Ei-los aqui, vossos homens e

vossas organizações, suas ações — examinem-nos com tãda a atenção e retribuam-lhes de acôrdo com as respectivas ações”.

E' êste, justamente, o lado da questão que ora nos interessa, uma vez que tencionamos esclarecer aqui o papel desempenhado pela democracia soviética no desenvolvimento geral — gradual, ascendente e progressivo — da humanidade.

Na atual vida política dos povos, talvez não exista um problema mais agudo e significativo do que a questão sôbre a democracia, sôbre sua interpretação, assim como sôbre a efetiva aplicação dos seus princípios, na vida. Não é por mero acaso que os políticos, sociólogos e diplomatas estão cruzando armas nesta importantíssima questão da atualidade.

Esta questão chegou a adquirir tão relevante importância, antes de tudo, porque *nossa época constitui a revisão mais séria, pode-se dizer até que a mais decisiva, das forças e da vitalidade de tôdas as formas de democracia contemporânea*. Isto é fácil de compreender. Depois de tantos anos de severa luta de todos os povos pela ampliação das bases democráticas da vida, ficou pairando uma ameaça mortal sôbre a própria existência da democracia. O fascismo — germânico, italiano e espanhol — como é sabido, não sômente liquidou por completo tôdas as instituições democráticas nos países onde dominou, rejeitando, em princípio, qualquer que fôsse a democracia, em geral, mas chegou, também, a mobilizar tôdas as forças dos seus respectivos Estados e exércitos para aniquilar a democracia em vigor noutros países. Já sabemos o resultado dessa prova. Não sômente a forma mais adiantada da democracia — a soviética, mas também as democracias do tipo parlamentar-burguês — cuja vida básica já se encontra, tôda ela, no passado e não no futuro — revelaram-se, contudo, no exame feito pela guerra, como constituindo formas de sociedade mais altas e de mais vitalidade que a ditadura terrorista dos fascistas.

A questão sôbre a democracia tem, em nossa época, uma importância de caráter tão primordial, em virtude, também, de já se ter dado — quer no decorrer da luta armada contra o fascismo e a reação, quer depois da guerra — e de continuar a processar-se, mesmo agora, uma grande revisão do autêntico democratismo de cada um dos Estados contemporâneos que se dizem democráticos. Acaso não se propõe, com efeito, nos nossos dias, esta importante questão: Qual é, justamente, a forma de democracia, que durante a guerra chegou a revelar-se *de maneira mais eficiente possível*? Os representantes de que Estado vêm lutando atualmente, com a máxima coerência, por uma paz universal, que seja duradoura, justa e deveras democrática? E acaso não se sabe que a imensa maioria dos homens de vanguarda do mundo inteiro — os que não venderam suas convicções e que jamais tiveram medo de enfrentar corajosamente a verdade, — ao responder a essas perguntas, voltam seus olhares, cheios de esperança, para o lado da União Soviética?

E deve-se dizer desde logo claramente — eles não se enganaram nisso. Foi justamente o nosso Estado soviético quem conduziu com

tanto brilho a vitoriosa campanha militar contra a Alemanha hitlerista e quem defendeu, nesta guerra, de modo mais pertinaz e abnegado, os interesses da democracia popular. E foi, também, justamente, o nosso Estado socialista, quem, tendo vencido o inimigo na mais onerosa das guerras, empreendeu uma política corajosa e consequente, dirigida para o estabelecimento de uma paz democrática, embora certos Estados, inclusive alguns Estados muito grandes, procurassem obter uma paz não tão democrática, senão imperialista. Ninguém pode, além disso, negar o fato de que ainda agora, quando já foram destroçadas as duas grandes potências fascistas — a Alemanha e o Japão — são justamente os homens soviéticos, os que, apesar de todos os obstáculos encontrados, continuam conduzindo uma luta decisiva contra toda sorte dos atuais — declarados ou ocultos — adeptos e partidários do fascismo, assim como, também, contra todos e quaisquer defensores e comensais da reação. A guerra e o período que a esta se seguiu forneceram, desta forma, um abundante material, que deve ser aproveitado, para que cada um, em possa época de graves lutas, possa, com todo o acerto, distinguir entre os partidários autênticos da democracia e os meramente fingidos.

Não se pode deixar de levar, também, em consideração, o fato de que o problema da democracia adquiriu agora excepcional importância em face dos acontecimentos que vieram acrescentar uma nova página à experiência mundial do desenvolvimento político. Referimo-nos à constituição de Estados democráticos na Iugoslávia, Tchecoslováquia, Polónia, Bulgária e outros países. Esta nova experiência é muito importante em vários sentidos. Ela demonstrou, de um modo convincente, que muitos povos europeus, ao se libertarem da tirania hitlerista e ao terem podido escolher para si livremente o regime de vida social, rejeitaram as formas da democracia parlamentar burguesa, que desde há muito se firmaram, por exemplo, na Inglaterra e nos EE. UU. Os povos dos Estados europeus anteriormente mencionados não quiseram introduzir nos seus países aquela democracia que não assegura direitos políticos efetivos à maioria da população. Esses povos consideraram que tal forma de democracia já sobreviveu a si mesma e ficou grandemente atrasada em relação aos desejos e às exigências das massas populares. Surgiram, assim, nos nossos dias, novas formas de democracia, formas mais elevadas, em comparação com o Estado parlamentar burguês, e que abriram seus caminhos de transição para formas ainda mais perfeitas de vida social.

A questão sobre a democracia adquiriu ainda relevante importância, devido aos extraordinários acontecimentos dos últimos anos, que esclareceram de modo cabal e para sempre a questão sobre a verdadeira essência e a força inquebrantável da *democracia soviética*.

A partir dos primeiros anos da revolução social, e até a época atual, é conduzida contra a nossa democracia soviética uma forte *ofensiva política*, pelos círculos reacionários de muitos Estados estrangeiros. Esta ofensiva não conseguiu, todavia, abalar as forças da nossa democracia.

Antes, pelo contrário, os homens soviéticos adquiriram a necessária experiência política e revigoraram suas forças na luta contra os adversários do socialismo. A tentativa, amplamente planejada e persistentemente levada a efeito, de enfraquecer e abalar a União Soviética, organizando contra ela a ofensiva política, fracassou fragorosamente. Contra a nossa democracia soviética foi conduzida, também, uma outra ofensiva, de caráter não menos sério: a *ofensiva econômica*. Em conexão com isto, basta recordar as intermináveis tentativas dos círculos reacionários dos Estados estrangeiros de isolar a URSS na esfera das relações econômicas com outros países, os obstáculos de toda sorte levantados no campo do crédito, assim como a diplomacia "do dólar" e "do pão", etc. E que aconteceu? Os homens soviéticos venceram valorosamente as inevitáveis dificuldades relacionadas com o desenvolvimento econômico, o qual se apóia somente nas suas próprias fontes de acumulação e nas reservas; o partido elaborou sua própria política, perfeitamente socialista, de criação de uma poderosa indústria, moderna em tudo, assim como de uma grande agricultura kolroziãna. Dessas provas econômicas, saiu o nosso país vencedor e as esperanças dos inimigos da república soviética, de que se revelasse a suposta fraqueza e in experiência na organização da sociedade socialista, já se desvaneceram por completo.

Mas não terminaram ainda aqui as provações para a democracia soviética. Num período de um quarto de século, aproximadamente, foi o Estado soviético obrigado, por duas vezes e por períodos prolongados, a pegar vigorosamente nas armas e com suas forças principais trocar o martelo e o arado pela espada. Não tendo conseguido quebrantar o poderio do Estado soviético, nem pelos métodos políticos, nem pelos processos econômicos, fez a reação internacional uma tentativa de liquidar a nova democracia socialista pela *força militar*. Por duas vezes, no decurso dos últimos trinta anos, conseguiu o Estado soviético não somente repelir as tentativas de sufocar pela força armada a república soviética, mas também destroçar, numa luta aberta nos campos de batalha, seus obstinados inimigos. As campanhas militares, empreendidas contra a União Soviética, também não conseguiram abalar os sólidos alicerces da nossa democracia. Mais que isto, a União Soviética conquistou uma enorme experiência na condução de uma guerra moderna, conseguiu adestrar um exército digno de um Estado socialista, criou uma moderníssima técnica para a fabricação de material bélico e assim tirou, por muito tempo, de toda sorte de amigos da propriedade alheia, a vontade de se intrometerem em nossos negócios internos. Com isto foram liquidadas, justamente, as esperanças dos inimigos da democracia soviética na eliminação da democracia socialista e do Estado soviético por meio de uma ação militar. E, se, nos últimos tempos, se escreve, na imprensa estrangeira, particularmente, muito sobre a democracia soviética, sobre os princípios bolcheviques e sobre o comunismo em geral, existem, para isto, razões especiais. Quando a todos já se tornou claro que não se consegue — nem com pressão polí-

tica, nem com embaraços econômicos e nem mesmo com expedições militares — destruir a República dos Soviets, que continua sempre no seu impetuoso avanço para a frente, incrementaram, então, em grande parte, os reacionários, na Grã-Bretanha, nos EE. UU., no Canadá e em outros países, a campanha *contra os princípios soviéticos, contra a democracia socialista*. Calúnia alguma, assim como também sandice alguma, deixaram de ser empregadas nessa campanha contra o regime soviético. Mas os homens soviéticos receberam esta torrente de calúnias e mentiras, com serenidade e dignidade, — que ladrem os cães à lua! Os homens soviéticos mantiveram sua serenidade, porque estão inabalavelmente convencidos da superioridade de sua democracia. A crítica aos princípios da sociedade soviética, assim como da sua organização política e da sua democracia, desenvolve-se no estrangeiro, isto é claro demais, não porque todos esses “críticos” estejam interessados num regime de vida social mais adiantado, longe disso, essa crítica desenvolve-se unicamente devido ao fato de que a democracia soviética — sendo a mais alta das formas até agora conhecidas de organização da vida estatal e da atividade política do povo — tem claramente demonstrado a viciosidade e a imperfeição das formas parlamentares burguesas da democracia, atualmente existentes. Eis porque essa crítica malévola da nossa democracia constitui, às vezes, em verdade, apenas uma forma de defesa, da manutenção de formas de organização política da sociedade, que já se tornaram antiquadas, e de modo algum de defesa de sistemas adiantados. Na própria serenidade, com que nosso povo recebe a crítica estrangeira da democracia soviética, também se revela a força da nossa sociedade. A ofensiva ideológica desencadeada contra as bases da nossa vida e contra os nossos princípios, exigiu do partido de Lênin, assim como da “inteliguentsia” soviética e do nosso povo em geral, ainda maior firmeza política, moral e espiritual, o que deu em resultado a unânime refutação pelos homens soviéticos dos ataques de toda espécie, feitos pelos reacionários, contra o sistema soviético.

Tudo isso significa que, nos últimos anos, e particularmente nos anos da Segunda Guerra Mundial, foram as forças da democracia submetidas a uma das maiores, das mais severas e decisivas provas. Esta, contudo, não abrangeu as forças da democracia em sua generalidade: a vida fez um confronto entre as diversas formas de democracia, examinou o teor progressista, assim como a vitalidade de cada uma das democracias atualmente existentes. E, nesta prova, a democracia soviética não se envergonhou.

II

O GRANDE SENTIDO PROGRESSISTA E A FÔRÇA DA DEMOCRACIA SOVIÉTICA

Na história da sociedade, assim como na história da ciência, existe uma regularidade sobremodo interessante. Cada novo sistema de vida

política e de interpretação científica do mundo, se o mesmo era efetivamente adiantado e progressista, resolvia, com sucesso, não somente os problemas recentemente surgidos, mas também aqueles que foram apresentados à sociedade ou à ciência nas etapas anteriores do respectivo desenvolvimento. Aquilo que se evidenciou ter sido demais para as forças dos predecessores políticos e cientistas ficava, comumente, e com êxito, resolvido pelos contemporâneos. Estes, por seu turno, também não chegavam, é claro, a resolver todos os problemas do seu tempo, e a atividade deles era, mais uma vez, completada pelo subsequente desenvolvimento, que levantava diante da sociedade tarefas novas, ampliava o horizonte dos homens e encontrava, enfim, as soluções para os problemas que haviam se apresentado ante os seus antecessores, mas que não tinham sido solucionados pelos mesmos. Cada sistema de princípios e instituições verdadeiramente progressistas distinguem-se justamente pela possibilidade que proporciona de encontrarem uma solução, bem como uma explicação mais correta e precisa, as questões da vida política ou da ciência, que até então permaneciam sem solução. O que estava além das forças de Ptolomeu, explicaram-no Copérnico e Galileu; o que estes, por sua vez, não conseguiram realizar, fizeram-no os cientistas do século XIX, ao criar a nova teoria do desenvolvimento cósmico; o que estes últimos não conseguiram fazer, fê-lo a ciência contemporânea.

Um processo idêntico observamos na história do desenvolvimento político.

A forma atual da democracia que se firmou, por exemplo, na Grã-Bretanha ou na França, nos EE. UU. ou no Canadá, representava, não há dúvida, uma grande conquista, um avanço progressista dos respectivos povos. Depois de muitos séculos de afastamento, quase total, das grandes massas do povo da participação na vida política, constituiu a democracia parlamentar burguesa um grande passo para a frente, no desenvolvimento da vida política. Ela provocou uma considerável animação na vida social e deu, ao menos formalmente, certos direitos à população.

Os marxistas-leninistas jamais negaram êste mérito da democracia burguesa. Lênin observou, por exemplo, repetidas vezes, que a república democrática burguesa, assim como o direito de voto, em geral, constituíam, em comparação com o regime de servidão, um enorme progresso, pois deram possibilidade à classe trabalhadora de alcançar essa unidade e firmeza que ela possui atualmente. Lênin observou, outrossim, que nada semelhante, mesmo em grau aproximado, existia para o camponês à época do regime de servidão, já nem falando dos escravos. Os escravos sublevavam-se, arranjavam motins, promoviam guerras civis, mas nunca chegavam a compreender claramente para que objetivo se dirigiam, e, mesmo nos momentos mais revolucionários, não passavam de peões nas mãos das classes dominantes. A república burguesa, o parlamento, o sufrágio universal, — tudo isso representa, do ponto de vista do desenvolvimento da sociedade mundial, um enorme progresso. A humanidade marchou para o capitalismo, e somente o capitalismo, graças à cultura da cidade, deu à classe oprimida dos proletários a possibilidade de desenvolver a sua auto-consciência e criar o movimento mundial dos trabalhadores, daqueles milhões de operários que já se acham organizados pelo mundo inteiro...

Sem o parlamento, sem o direito de voto, o desenvolvimento da classe trabalhadora seria impossível. Eis a razão porque tudo isso adquiriu, aos olhos das mais amplas massas do povo, tão grande importância" (1).

Muitos problemas políticos de indubitável importância histórica mundial, principalmente os mais graves, cuja solução sobremodo interessava à humanidade progressista, permaneceram, no entanto, sem solução.

Ao número de tais importantíssimos problemas pertencem, em primeiro lugar, os seguintes: a questão da libertação dos trabalhadores de qualquer que seja exploração e jugo; a da participação real, e não fictícia apenas, do povo inteiro na direção do Estado; a das relações recíprocas entre as nacionalidades (grupos étnicos), dentro dos limites de um mesmo Estado; a da unidade, e a da divulgação da cultura, ciência e do conteúdo da civilização, entre a população toda.

O desenvolvimento da vida política dos Estados europeus efetuou-se de uma maneira tal, que, com a transição de uma forma de vida social para outra, mais alta, chegaram a tomar parte ativa na vida política massas cada vez maiores da população, e a esta proporcionaram-se, relativamente, direitos políticos cada vez maiores. Não resta dúvida que, depois das revoluções burguesas, que tiveram lugar na Inglaterra, na França e na Alemanha, os direitos políticos das respectivas populações foram consideravelmente ampliados, em comparação com o período que precedeu a cada uma daquelas revoluções. Acontece, contudo, que, entre aquilo que o povo recebeu, e aquilo com que este sonhava, a que aspirava e pelo que combatia, existe uma grande diferença. Os Estados burgueses e a democracia parlamentar burguesa não puderam, em virtude da sua própria natureza e da sua predestinação histórica, chamar o povo para a participação na vida política da sociedade e na direção do Estado. Tal problema não foi, nem podia ser, solucionado pela democracia burguesa.

Ainda menos foi o Estado burguês capaz de solucionar o problema das nacionalidades. É verdade que a própria formação dos Estados nacionais burgueses contemporâneos já constituiu um grande passo para a frente, no desenvolvimento, pela criação de Estados soberanos, da cultura, economia e idioma da respectiva nação. Tudo isso exprime um progresso inegável no desenvolvimento estatal dos países europeus. Mas a História levantou a questão não somente sobre a consolidação de cada nação nos limites de um respectivo Estado, não somente sobre a conservação da sua soberania e da sua cultura. A questão levantada pela história refere-se também ao desenvolvimento dos direitos soberanos e da cultura de todos os demais povos que entram na composição dos Estados modernos, mas que não gozam ainda de direitos iguais aos da nação dominante. São conhecidas a história e a situação atual da Grã-Bretanha como Estado. É conhecido também, que a maior parte da população do Império Britânico — 499 milhões de habitantes, do número total de 547 milhões — é totalmente impedida de participar da direção do Estado, não é representada nem na Câmara dos Comuns, nem na Câmara dos Lordes, isto é, no parlamento inglês, e não participa na elaboração das leis para o seu próprio respectivo país. Esses milhões de habitantes das colônias inglesas chegam

(1) Lênin. *Obras Completas*, T. XXIV, pág. 375.

a sentir o poder do Estado e a presença d'este sòmente num caso apenas: no caso da applicação d'esse poder estatal contra a maioria da população do Império Britânico. No entanto, exige o autêntico desenvolvimento democrático, que direitos políticos cada vez mais amplos sejam concedidos a todos os povos que habitam um país; êle exige também o desenvolvimento da auto-consciência nacional e da respectiva cultura de todo e qualquer povo, independentemente do fato, se tal povo constitui a nação dominante no Estado, ou seja uma nação subordinada, atrozada e oprimida. Verif ca-se, contudo, que nem a Grã-Bretanha, com tôda a sua elogiada democracia parlamentar, foi capaz de solucionar esta importantíssima questão, nem qualquer outro Estado burguês contemporâneo.

Dificuldades ainda maiores veio encontrar a democracia parlamentar burguesa contemporânea, nas suas tentativas de conseguir uma certa unidade moral e política de todos os cidadãos da sociedade.

Devemos esclarecer, a propósito, que os apelos em prol da união de tôdas as camadas e classes sociais vêm sendo atualmente dirigidos não sòmente por políticos profissionais e por diplomatas, mas também, e com não menos insistência, por sociólogos e historiadores, por economistas e filósofos. Mais ainda, — muitos dentre êstes tomam o m'èramente desejado por algo real, e — como se dá, por exemplo, com vários sociólogos norteamericanos — vêm encarecendo e exaltando, de tôdas as maneiras possíveis, a unidade social e moral de todos os cidadãos americanos, já efetuada, segundo asseveram êsses autores, na vida do país inteiro. Mas uma coisa constituem as declarações, teorias e bonitas palavras d'esses políticos estrangeiros, e coisa muito diferente é a realidade. A nenhuma efetiva unidade de conceitos, convicções ou atividade política de todos os cidadãos, numa democracia parlamentar burguesa, é lícito referir-se. Tal união não existe, e a causa disto é evidente. Os Estados de democracia burguesa se apresentam como países, nos quais há, de um lado, classes, englobando diversos grupos e categorias sociais, às quais pertence, em sua maior parte, a riqueza nacional do país; de outro lado, também classes cujos membros dispõem tão sòmente das suas mãos trabalhadoras, dos seus conhecimentos profissionais ou de uma pequena propriedade. Compreende-se, portanto, que grupos sociais tão diferentes não podem ter diante de si problemas políticos idênticos. Nem é preciso dizer ainda, que as contradições existentes entre os interesses dos diferentes grupos de pessoas, e que fazem parte da própria vida daqueles países, revelando-se no campo da política, encontram sua expressão, não menos aguda, também na esfera da moral e da disposição de espírito de tôdas essas classes e grupos sociais. Nas obras de muitos pesquisadores burgueses esta questão encontra, aliás, uma exposição pormenorizada e objetiva. Assim, por exemplo, representa grande interesse o livro de Stuart Chase, "A Democracia sob Pressão. Interesses Específicos de Grupos Isolados contra o Bem-estar de Todos" (2), publicado no ano passado por um instituto de pesquisas científicas sobre problemas econômicos dos EE. UU.

(2) STUART CHASE. "Democracy under Pressure; Special Interests versus the Public Welfare". The Twentieth Century Fund. New York. 1945.

Esse livro do conhecido perito em questões da vida econômica dos EE. UU. — Chase — é muito característico no sentido de que fala sem eufemismos sobre muitas contradições que atualmente vêm dilacerando a sociedade americana, estando o autor longe de pretender provar qualquer que seja a unidade política ou moral dessa sociedade. Ele considera que a capacidade do Estado de aguentar ou não as provações é determinada pela atitude mantida por pessoas isoladas para com o seu respectivo país. Em alguns Estados, os respectivos cidadãos revelam disposição para se sujeitar a grandes sacrifícios em prol da sua pátria, e o Estado pode-se então manter em pé; em outros países, possuem os respectivos cidadãos coragem individual menor, não querem se sujeitar a sacrifício algum em prol da sua pátria, e o Estado sucumbe então. Chase pergunta: Em que medida é este princípio aplicável aos EE. UU.? Revela, acaso, o povo dos EE. UU. bastante firmeza frente às provações? Considera o autor, que, para a América, a provação não foi constituída, pela guerra, sinão por aquilo que sobreveiu depois desta — a desmobilização e o desemprego. E ele mesmo exclama: Acaso teremos entre nós bastante desse "cimento que une a nação num período de crise?" (3). Este pesquisador americano vê o perigo para o seu país — segundo ele diz — na luta entre três elementos antagônicos da sociedade: o capital, o trabalho e a agricultura. Os membros desse "grande trio", ou desses — como Chase ainda os chama — "grupos de pressão", criaram, cada um na sua respectiva esfera, um monopólio e acabaram, desta forma, com o livre jogo de forças concorrentes. A luta entre esses grupos ameaça cortar as artérias vitais da sociedade, e então será preciso acabar com a própria democracia, "o Congresso ter-se-á então retirado para o mundo das lendas, e os grupos da "pressão" irão para a atividade secreta, por um período não determinado" (4). Chase faz, no seu livro, um apêlo ao povo norte-americano, para que este se una para a execução de um programa destinado a conseguir um levantamento do nível de atividade de cada indivíduo, assim como o refreamento dos monopólios. Espera o autor que a América disponha ainda de tempo suficiente e que os recursos nacionais lhe permitam conservar as suas instituições políticas, com mínimas alterações (5).

Vozes assim alarmadas fazem-se ouvir atualmente, naquele país norte-americano, cada vez mais freqüentemente e cada vez mais alto.

A sociedade burguesa não conseguiu resolver — e, por sua própria natureza, nem pôde mesmo apresentar — uma questão histórica de tão elevado sentido progressista, como o é a da unidade política, moral e ideológica da sociedade.

A sociedade burguesa contemporânea não chegou, outrossim, a resolver o grande problema do levantamento cultural da sociedade toda, em massa, e do acesso da população inteira às bases fundamentais da ciência e da civilização.

(3) *Idem, ibid.*, pág. 4.

(4) *Idem, ibid.*, pág. 8.

(5) *Idem, ibid.*, pág. 132.

Não há dúvida, o surgimento da sociedade burguesa e o desenvolvimento, nos Estados burgueses, da sua vida política e da economia capitalista constituem, de fato, um grande impulso na divulgação das bases da interpretação científica da natureza, assim como na propagação das bases da cultura, na alfabetização e na instrução pública. Mas a divulgação dessas bases de cultura e a propagação dessas bases da civilização alcançaram apenas o nível necessário para que se possa, na sociedade burguesa, dirigir a economia e produzir mercadorias, e daquilo não passou.

A democracia burguesa não empreendeu nada, para que os conhecimentos, acumulados pela humanidade, no decorrer dos muitos milênios do seu desenvolvimento, não se concentrassem somente num polo da sociedade, nem para que esses conhecimentos não fôsem aproveitados contra os interesses do povo.

Mas o que estava além das forças da sociedade burguesa e da democracia burguesa para ser solucionado foi com grande sucesso resolvido pela democracia soviética, ficando com isso demonstrado que esta representa uma forma mais alta, mais adiantada e perfeita da vida política do que o sistema parlamentar burguês.

Os Soviets resolveram, proveitosamente e no interesse do povo, a questão básica de toda a democracia, que envolve a participação efetiva de toda a população trabalhadora, de todos os cidadãos da sociedade, na construção consciente e ativa da vida social, e a participação destes na direção do Estado.

Quasi desde que surgiu, entre os homens, a desigualdade de haveres, apareceram também no mundo os conceitos sobre a diferente predestinação dos indivíduos, dentro da mesma sociedade. Possivelmente, quem exprimiu de modo mais franco e explícito essa convicção foi Aristóteles, na sua "Política", pois ele não somente descobriu que o homem é um animal político, mas convencia, também, a seus discípulos, que para o escravo é bom e útil ser escravo, e para o senhor — ser senhor. Desde então, não houve geração, na qual não aparecesse um novo apregoador da desigualdade social dos indivíduos. Em nossa época, tornou-se axioma, no estrangeiro, que homens do povo não são capazes de governar o Estado. A grande significação da democracia soviética consiste, entre outros, no fato de ter ela derrubado e destruído esses conceitos, de antiguidade já várias vezes milenária. Homens do povo — operários, camponeses e intelectuais — estão criando novos valores materiais e espirituais, e são eles próprios quem dirigem, também, este trabalho e quem governam o Estado. Porisso se compreende que o regime soviético representa, para os operários, camponeses e intelectuais, isto é, para o povo, o máximo de democratismo.

Não se pode dizer que a chamada democracia parlamentar exclua por completo a participação das massas do povo na vida política. Não, tal participação tem, de fato, lugar. A questão, porém, não se reduz aqui a uma simples confirmação ou negação dessa participação, em geral. A questão reside numa coisa diferente. Trata-se de estabelecer se o povo vem mesmo tomando parte decisiva na vida política e na direção do Estado, ou se sua influência aqui é de undécima categoria apenas. A diferença básica entre a nossa democracia soviética e a democracia parlamentar burguesa consiste em que, na URSS, é o próprio povo quem governa

o Estado, é ele próprio quem constrói sua vida, ao passo que nas condições da democracia parlamentar burguesa jamais pode a maioria da população adulta do país, isto é, o povo, vir a exercer uma influência, de caráter mais ou menos importante — e, sobretudo, uma influência decisiva, básica e determinante — na organização da vida social do seu país, na direção do Estado e na elaboração da política do seu governo.

A grande reviravolta sucedida no desenvolvimento político do nosso tempo, a nova, relevante experiência na construção estatal, consiste, justamente, em que, *pela primeira vez em toda a história política, foi criada uma sociedade, que é precisamente a sociedade soviética, na qual todos os cidadãos são chamados — como o disse admiravelmente Lênin — “à participação permanente e irrecusável, e, por isso mesmo, decisiva, na direção democrática do Estado”* (6).

Isto se tornou possível, devido ao fato de ser a União Soviética um Estado socialista de operários e camponeses. Sua base política é constituída pelos Soviets de Deputados dos Trabalhadores; sua base econômica pelo sistema socialista da economia e pela propriedade socialista dos instrumentos e meios de produção. (A Constituição da URSS, artigos 1, 2, 3, 4 e 5).

A democracia soviética resolveu, outrossim, o problema das relações recíprocas entre diferentes nações que vivem dentro dos limites de um mesmo Estado. A democracia soviética aboliu *de fato*, e não apenas formalmente, a desigualdade entre os povos e consolidou, pelo vigor da lei, os direitos políticos destes, direitos que são iguais para todos os povos que habitam nosso país. O valer e a grandeza da democracia soviética consiste em que esta movimentou enormes recursos materiais e forças culturais para levar a efeito um levantamento rápido e geral de nações e povos, até então atrasados, que habitam as diversas regiões do imenso território da URSS, para que estes, alcançando, com sucesso, o nível das nações e povos mais adiantados do nosso país, pudessem utilizar de fato os seus direitos na construção da nova vida.

Na Grande Guerra Pátria, ficou ainda mais consolidada e revigorada a fraternidade dos povos da URSS, e a democracia soviética pôde extrair dessa revisão histórica novas forças. Disse o camarada Stálin, em fevereiro do ano de 1946: “A guerra demonstrou que o regime soviético multinacional passou com êxito por essa prova, ficou ainda mais revigorado durante a guerra e demonstrou ser um regime estatal com perfeita vitalidade... Agora, a questão já não reside mais na verificação da capacidade vital do regime soviético, pois esta não pode mais ser posta em dúvida. Agora a questão já reside no fato de ter se tornado o regime soviético um autêntico modelo de Estado multinacional, no fato de constituir o regime soviético um sistema de organização estatal, onde a questão nacional, bem como o problema da cooperação entre diferentes nacionalidades, foram solucionados de maneira muito melhor que em qualquer outro Estado multinacional”.

(6) Lênin. *Obras Completas*. T. XXIV, pág. 13. — O grifo é meu: — G. A.

A solução da questão nacional, dada pela democracia soviética e pelo Estado soviético, constitui uma das maiores conquistas sociais da humanidade, assim como um exemplo, deveras excepcional, pela sua significação histórica, de solução do problema de um rápido desenvolvimento cultural e estatal de povos grandes e pequenos.

Uma das grandes conquistas da democracia soviética, que caracteriza seu sentido autenticamente progressista, é constituída pela sua brilhante solução da questão sobre a criação de uma sociedade socialista, moral e politicamente una, coesa, monolítica, compacta.

Nossa sociedade soviética é politicamente una, porque sua coluna vertebral é constituída pela união dos operários e camponeses, reforçada, por sua vez, pela união destas classes com a "inteliguentsia" soviética. Os operários, os camponeses e a "inteliguentsia" da União Soviética não se acham separados, uns dos outros, por interesses políticos e culturais antagônicos; eles não têm diante de si, absolutamente, problemas sociais diferentes. Antes, pelo contrário, os operários camponeses e a "inteliguentsia" vêm criando, numa atmosfera de amistosa cooperação, as bases da sociedade comunista.

Aqui não há necessidade de estendermo-nos acerca do caminho histórico pelo qual passaram o nosso Estado soviético e o nosso país antes de se tornar possível a unidade política da sociedade soviética. E' preciso recordar apenas, que essa unidade não surgiu prontamente, já concluída e perfeita, logo após a revolução socialista, em outubro de 1917. Foram necessárias grande luta, assim como enorme trabalho criador da parte do povo inteiro, sob a liderança do partido de Lênin e Stálin, para liquidar as classes que até então oprimiam o povo, assim como para fazer desaparecer as próprias condições que engendraram as classes exploradoras e tornavam possível a apropriação do trabalho alheio. Foi necessário vencer, na União Soviética, a multiplicidade da economia, unificar e construir toda a vida econômica sobre bases únicas, isto é, socialistas. Foi um processo de criação muito complexo, este da construção de uma sociedade socialista, segundo o plano elaborado por Lênin e Stálin e realizado sob a direção dos mesmos. E somente naquêl período de desenvolvimento do nosso país, em que já se distinguiam nitidamente os contornos do novo regime social, da nova sociedade — a socialista, quando sobre o socialismo já se podia falar não somente apoiando-se nos livros dos grandes utopistas do passado, ou mesmo nas precisas descrições científicas, contidas nas obras dos fundadores da doutrina marxista, mas na prática, na vida e no modo de viver de 200 milhões de indivíduos que habitam o nosso país, — somente então é que surgiram as condições reais para a criação da unidade política da sociedade soviética. *A criação da unidade política da nossa sociedade constitui a maior conquista da democracia soviética e o resultado mais alto de todo o desenvolvimento político-social do País dos Soviets.*

A unidade política da sociedade constitui uma grande força motriz. Esta força vem revelando de maneira a mais variada, seu conteúdo interno, suas possibilidades e vantagens. Esta unidade é fortalecida pelo profundo patriotismo, pela lealdade dos homens da nova sociedade ao seu regime, que surgiu como resultado da destruição das bases, manifestações e conseqüências da exploração do homem pelo homem. Tal nível de

desenvolvimento foi atingido pela sociedade soviética poucos anos antes da Segunda Guerra Mundial, na época em que nosso país tinha entrado no período do socialismo e da transição gradual para as formas comunistas de vida. E' naquela época, justamente, que foi alcançada não somente a unidade política, mas também a unidade moral de todos os homens soviéticos. As melhores qualidades, próprias ao homem do novo regime, chamadas à vida e ao desenvolvimento neste mesmo regime, receberam propagação geral e se transformaram em característico essencial dos aspectos mais profundos e distintos da sociedade soviética, da democracia soviética e do homem soviético.

A ilimitada lealdade dos homens da sociedade socialista ao seu país. ao seu Estado e ao seu povo; a preferência sincera, consciente e incondicional dos interesses da nação inteira, do Estado, dos da coletividade, aos seus respectivos interesses privados; assim como a persistência em procurar alcançar os fins visados, a capacidade de conservar seu nobre ideal na luta contra as dificuldades encontradas na sua constante marcha para a frente e a capacidade de compreender a verdadeira natureza dessas dificuldades e de vencê-las, — tudo isso vem constituir novos alicerces morais, sobre os quais se apoia o nosso regime social. Tais são as qualidades dos homens soviéticos, qualidades próprias agora a milhões e milhões de cidadãos da União Soviética e que caracterizam consigo o aspecto moral da nossa sociedade soviética.

Vemos, portanto, que *a unidade político-moral da sociedade soviética representa precisamente aquela situação de sociedade e de vida política de Estado; aquêle mesmo nível de civilização e de alto desenvolvimento da auto-consciência e da cultura do povo, que caracterizam, em plena medida, o socialismo, como uma determinada formação no progresso histórico da sociedade humana.* Somente a democracia soviética mostrou-se capaz de executar esta tarefa histórica. Não foi por acaso que o grande Lênin observou: "Aquilo que a constituição soviética dá, nenhum outro Estado pôde dar em 200 anos" (7).

Mas, tendo executado esta tarefa, não chegou ainda a democracia soviética a esgotar suas múltiplas possibilidades para o ulterior fortalecimento da unidade político-moral da sociedade soviética e para uma manifestação mais vigorosa ainda da unidade político-ideológica da sociedade, na época do socialismo. Compreende-se logo, que levar ainda mais para diante o desenvolvimento da unidade político-moral dos homens soviéticos constitui uma grande e nobre tarefa. Executar esta tarefa significa dar um novo passo para a frente no desenvolvimento da consciência comunista e da cultura dos homens soviéticos, significa a aproximação do nível cultural de todos os cidadãos soviéticos, trazendo-os, aos poucos, até o nível em que se encontram os homens mais adiantados, significa a ampla divulgação, através do povo inteiro, de conhecimentos rigorosamente científicos e completamente modernos sobre a natureza e as leis do desenvolvimento da sociedade. Compreende-se que esta tarefa não pode ser cumprida de uma só assentada, súbitamente, num prazo histórico muito breve.

(7) Lênin. *Obras Completas*. T. XXV, pág. 144.

Para a sua realização, requer-se enorme trabalho do Partido Bolchevique e de toda a "intelligentsia" soviética, no subsequente desenvolvimento cultural, no enriquecimento idealístico e no preparo de todo o nosso povo. Não há dúvida de que a nossa sociedade vem se desenvolvendo nessa direção e de que precisamente a União Soviética, com a sua democracia socialista, é quem abre o caminho para regime social no qual serão desfeitas todas as distinções entre o trabalho intelectual e o trabalho físico, e todos os cidadãos na nossa sociedade serão pessoas altamente desenvolvidas, superiormente cultas, conhecendo a fundo quer a moderna história natural, quer a ciência marxista-leninista sobre as leis do desenvolvimento da sociedade. A tarefa do nosso Estado consiste justamente em elevar, de um modo ininterrupto e a um grau cada vez mais alto, o desenvolvimento espiritual e a cultura de toda a sociedade soviética, procurando conseguir uma superioridade cada vez maior, no sentido cultural, espiritual e moral. A tarefa do nosso Partido consiste precisamente numa divulgação tão ampla dos conhecimentos modernos entre o povo, numa difusão tão ampla da cultura moderna entre toda a população, que o povo soviético inteiro possa, em resultado final, ser elevado até o nível dos seus homens mais adiantados, até o nível da sua vanguarda.

Em que época, que partidos políticos, que governos e Estados, em quais formas de vida política e de democracia puderam apresentar à humanidade tão grandes tarefas históricas? E não somente apresentá-las, mas, ainda, realizá-las com êxito? Tais partidos, governos e Estados, tais formas de democracia nunca existiram na história da humanidade. Tudo isso se encontra no nosso Estado socialista, na nossa democracia soviética, no nosso governo de Lênin e de Stálin e no nosso Partido Bolchevique. Como, então, não repetir hoje estas admiráveis palavras de Lênin: "A democracia proletária é um milhão de vezes mais democrática que qualquer uma das democracias burguesas; o regime soviético é um milhão de vezes mais democrático que a mais democrática das repúblicas burguesas" (8).

Tal é a situação em relação a alguns problemas da vida política, apresentados pela marcha do desenvolvimento histórico. *A democracia soviética firmou-se, de modo inabalável e para sempre, como sendo o mais avançado sistema político de vida estatal, capaz de solucionar os grandes problemas sociais, inclusive, também, aqueles sobre os quais se debatiam impotentes todas as demais ordens estatais, todas as conhecidas formas da democracia burguesa.* Nisto reside o sentido histórico e a grande força da democracia soviética.

Não é para estranhar, pois, que muitos autores estrangeiros, que escrevem sobre questões da vida social, se vejam obrigados a pôr em relevo este aspecto do desenvolvimento da sociedade soviética. Assim, o professor Melvin Rader, da Universidade de Washington, publicou na seleta "O Pensamento Político do século XX", um artigo, sob o título "O Comunismo Soviético", no qual declarou que, atualmente, já não se pode mais negar a enorme influência do comunismo soviético. "Nem nos tempos antigos,

(8) Lênin, *Obras Completas*. T. XXIII, pág. 350.

nem nos modernos, jamais houve filósofos sociais, cuja influência tivesse sido tamanha, como a de Marx, Lênin e Stálin, e o sistema soviético representa a mais importante inovação do nosso século" (9).

Nossa democracia soviética demonstrou sua incontestável superioridade sobre todas as demais formas da democracia, antigas e modernas, não somente na esfera da organização estatal como na da vida política do povo; ela o demonstrou, do melhor modo e com uma força, talvez, ainda maior, também na esfera da contribuição para o desenvolvimento de uma economia adiantada, na esfera das novas relações recíprocas entre os homens, no campo econômico.

A doutrina marxista-leninista sobre o desenvolvimento da sociedade distingue-se, como se sabe, de toda sorte de teorias sociológicas idealistas, antes de tudo pelo fato de que ela pôde descobrir a conexão regular e objetiva entre os fenômenos históricos; pôde avistar e distinguir, por entre milhares e milhares de grandes e pequenos acontecimentos, a única linha em ascensão progressiva do desenvolvimento da sociedade, a linha progressista pelo seu caráter. Com isto, conseguiu a doutrina social marxista estabelecer firmemente que na base do movimento da sociedade para a frente — não obstante todos os obstáculos criados pelas forças reacionárias, não obstante as tão freqüentes e às vezes prolongadas pausas e mesmo retrocessos, passos para trás — está o desenvolvimento progressivo da produção, dessa base material de toda a vida social.

Neste desenvolvimento regular e ascendente da sociedade, desde as formas mais rudimentares de produção até às mais complexas e perfeitas, revelou-se o mesmo traço característico, que observamos, também, no desenvolvimento da vida política: os problemas plenamente amadurecidos, que surgiam na marcha do desenvolvimento da produção, assim como na vida econômica, em geral, e não podiam encontrar solução numa etapa anterior do desenvolvimento da sociedade, foram solucionados com êxito numa etapa posterior. Como é sabido, o caráter escravista do trabalho passara a impedir o progresso econômico do mundo antigo. O oferecimento de certa liberdade pessoal aos produtores das utilidades e a liberação da respectiva iniciativa deram à sociedade um grande impulso para a frente. A sociedade feudal superou, pelo seu nível econômico, a sociedade escravista. Mas as formas atrasadas e conservadoras de direção da economia, assim como a falta de interesse, da parte dos grandes proprietários de terras, pelo aperfeiçoamento dos meios de produção, vieram, em breve, a constituir, mais uma vez, freios ao desenvolvimento das forças econômicas da sociedade. O desenvolvimento da produção em grande escala, baseado numa nova técnica, somente se tornou possível com o aparecimento da ordem capitalista. E então teve lugar uma repentina e grande ascensão da sociedade, na esfera econômica. Surgiu a grande produção burguesa. Para tal contribuíram em plena medida as instituições políticas, que apareceram junto com o método burguês de produção. A democracia parlamentar burguesa, que então se formou, desempenhou um papel vanguar-

(9) "Twentieth Century Political Thought". — *Melvin Rader*. "Soviet Communism". — Philosophical Library. New York. 1946. Pág. 34.

deiro em relação à vida política da época do feudalismo. Essa democracia constituiu um grande passo para a frente, pois ela não punha obstáculos para o desenvolvimento econômico da sociedade burguesa, mas vinha, pelo contrário, contribuindo para tal.

Surgiram, também, diante da sociedade, certos problemas, cuja solução é obrigatória do ponto de vista do progresso histórico, mas contra a qual a sociedade burguesa mobiliza todas as suas forças. -A civilização burguesa liquidou o trabalho de escravos e servos, mas ela não pôde minorar a situação da maioria dos habitantes da Terra, compelidos a trabalhar unicamente em proveito dos exploradores. A civilização burguesa trouxe para o processo da produção novos milhões de indivíduos e, com isso, veio acelerar o ritmo do desenvolvimento econômico dos povos. Mas ela não pôde trazer para a produção todas as forças e reservas materiais fundamentais de que a sociedade dispõe, ou seja, toda a reserva básica do trabalho social dos homens. Mais que isto, a sociedade burguesa, nas épocas dos grandes abalos econômicos, das crises que vêm se repetindo periodicamente, expulsava do processo da produção enormes massas de trabalho, grandes destruições de valores materiais, que se verificam, não devido a grandes destruições de valores materiais, que se verificam não devido a calamidades provocadas pelas forças espontâneas da natureza, mas em resultado da viciosa organização da sociedade e da sua economia.

A democracia burguesa aprovava, reforçava e defendia esse caráter de relações econômicas entre as pessoas e por essa razão não podia contribuir para que fossem vencidos os obstáculos postos pelo capitalismo no caminho do subsequente desenvolvimento econômico da sociedade. E, no entanto, tinham surgido nessa sociedade as possibilidades de serem satisfeitas as necessidades das pessoas, em medida maior do que se vinha fazendo. Mas para isso era necessário que a atividade do povo seguisse um plano único e que a imensa energia do trabalho humano fosse encaminhada numa direção mais conveniente para o progresso econômico e cultural da sociedade inteira. Esse problema não foi, e nem podia ser solucionado nos limites da sociedade burguesa. A democracia burguesa, por sua vez, não podia contribuir para a solução dessas questões amadurecidas.

O que não pôde ser feito pelo Estado burguês, pela democracia burguesa, — foi realizado pelo Estado soviético, pela democracia soviética. A sociedade soviética liquidou o trabalho dos homens em proveito dos exploradores. Os homens passaram a trabalhar agora para si próprios.

Anteriormente, a posição de cada indivíduo na sociedade já era determinada com antecipação — quer pelo montante dos haveres deste, quer pelos privilégios conferidos a ele pela respectiva categoria ou classe social, quer pela sua nacionalidade, sexo ou funções exercidas. E por isso não ficavam os frutos da democracia ao alcance de todos. Precisamente nisso é que se revelou o caráter formal da democracia parlamentar, que confirma a efetiva desigualdade das pessoas dentro do Estado. Para a realização da democracia soviética, isto é, da democracia no seu mais alto sentido, era necessário que a situação do indivíduo na sociedade fosse determinada pelas respectivas aptidões e pelo trabalho pessoal de cada cidadão. Tal situação é perfeitamente natural, na sua importância histórica e sabe-

doria política. Mas precisamente isto, e somente isto, é que nos dá a possibilidade de julgarmos com exatidão a respeito de cada forma de democracia. Foi, graças a isto, que a sociedade soviética conseguiu aproveitar em máxima medida o trabalho produtivo da maioria dos seus cidadãos e pôr a serviço da sociedade todas as possibilidades básicas, quer efetivas, quer potenciais, da extensão da produção em benefício da coletividade. O regime soviético criou um sistema de direção da economia, que exclui a possibilidade de destruição de valores materiais, por crises e desemprego engendrados pela própria organização da sociedade burguesa. A sociedade soviética dirige o desenvolvimento de toda a economia nacional de maneira mais prática e segundo um plano criteriosamente elaborado, que atende aos interesses da sociedade inteira, aos interesses da obtenção do mais rápido progresso, em determinadas condições históricas. Isto quer dizer que foram precisamente o regime soviético, o Estado soviético e a nossa democracia, que puderam resolver os problemas surgidos durante a marcha progressiva do desenvolvimento da sociedade, mas que não chegaram, todavia, a ser solucionados dentro da sociedade burguesa e da democracia burguesa. Nisto está a grandeza e a força da nossa democracia, nisto se revela o seu caráter progressista e vanguardeiro.

Coube à sociedade soviética solucionar problemas completamente novos na esfera social e econômica. Mas a democracia soviética conseguiu, e em escala histórica não menor, resolver grandes problemas também na esfera do desenvolvimento da cultura. E também aqui topou a nossa sociedade com um problema que não foi solucionado, pois este nem mesmo chegou a ser levantado, anteriormente.

Com efeito, em todas as formas anteriores da vida social, inclusive na forma burguesa, jamais se defrontaram as classes que subiam ao poder com este problema duplo: criar, por um lado, para a nova sociedade, quadros de pessoal completamente novos, uma nova "intelligentsia" e uma grande camada de homens instruídos, que pudessem ser postos ao leme do Estado; e, por outro lado, divulgar amplamente o saber entre o povo e conseguir um grande levantamento do nível cultural da população inteira.

Isto se explica pelo fato de terem vindo sempre em substituição às classes velhas, outras, novas, mas, por sua vez também, *classes ricas*, que já dispunham de quadros de pessoal próprios, assim como desfrutavam de todas as possibilidades de receber instrução e de aprender a cultura. E, por outro lado, representando eles as classes ricas, que, com o correr do desenvolvimento da sociedade se tornavam as dominantes e oprimiam as demais, os mesmos jamais, e em circunstância alguma, podiam ter levantado, e efetivamente não chegaram a levantar, o problema de uma decidida elevação do povo inteiro até o seu próprio nível de cultura, instrução, experiência política e atividade.

A grandeza da revolução soviética e a importância histórica, jamais superada, da democracia soviética consistem, precisamente, em que, para a atividade política e para o exercício do poder, tenha sido atraído o povo inteiro — os operários, os camponeses e a "intelligentsia". Diante da democracia soviética levantou-se logo o seguinte problema de uma complexidade incomum: criar novos e amplos quadros de homens de ação vindos

do seio do povo, em todos os sectores da vida da nossa sociedade, assim como tomar as necessárias medidas para a mais ampla, corajosa e decidida divulgação entre o povo do conteúdo da ciência e da cultura contemporâneas. Tal foi o plano da formação da nova sociedade, elaborado por Lênin e Stálin. E o nosso Partido enveredou por esse caminho. Nossa "inteliguentsia" trabalhou muito e condignamente para a execução dessa grande tarefa. E, breve, manifestou-se o resultado esperado. O que estava acima das forças da democracia parlamentar para ser por esta realizado, a tarefa que esta nem mesmo podia propor-se a executar, a democracia soviética a realizou.

Isto vem demonstrar o relevante sentido e a superioridade da democracia soviética, assim como o grande papel desempenhado por esta no desenvolvimento da sociedade.

A sociedade soviética demonstrou sua grande superioridade sôbre qualquer outro regime social, em todos os sentidos — tanto na esfera política e econômica, como também no campo da elevação cultural. O regime soviético demonstrou, outrossim, a sua enorme superioridade na esfera da defesa do país contra inimigos externos. A vitória do povo soviético na Guerra Patriótica constitui uma grande vitória do regime soviético. "Agora se trata do fato — disse o camarada Stálin — de o regime soviético se ter revelado como o mais estável e de maior vitalidade do que qualquer regime social não-soviético, assim como de representar o regime social soviético uma forma de organização da sociedade superior à representada por qualquer que seja o regime social não-soviético".

Tão grande é, em nossos dias, a força do progresso e da influência da democracia soviética, que — segundo as palavras do fundador da democracia soviética, V. I. Lênin, — somente um reacionário pode atualmente exaltar as maravilhas da democracia burguesa e tagarelar sôbre pura democracia com os olhos voltados para um mundo que já passou. A democracia burguesa — escreveu Lênin — "foi progressista em relação à Idade Média e foi necessário aproveitá-la. Agora, porém, ela já se tornou *insuficiente* para a classe trabalhadora. Agora devemos olhar não para trás, mas para a frente, para a substituição da democracia burguesa pela *proletária*" (10).

Tal é a experiência do desenvolvimento da democracia soviética, tais são as suas grandes conquistas, formuladas de um modo genial, em forma generalizada, pelo camarada Stálin na Constituição da sociedade soviética.

Até época recente, estava muito difundido nas ciências humanísticas o conceito, segundo o qual, generalizações teóricas sôbre a experiência do desenvolvimento político de uma sociedade e de um Estado podem ser feitas somente muitos decênios ou, mesmo, alguns séculos depois. Mas a experiência histórica nos fornece, todavia, material para outras deduções. Esta experiência diz que a criação de uma teoria sôbre esta ou aquela sociedade, sôbre o seu desenvolvimento político e a respectiva construção estatal, assim como o descobrimento das leis do seu movimento, não são apenas possíveis de ser feitas, mas devem, mesmo, ser feitas, em

(10) Lênin. *Obras Completas*. T. XXIII, pág. 361.

pleno auge do desenvolvimento dessa sociedade. Acaso não tinha Aristóteles escrito a sua "Política" — essa teoria de um Estado da antiguidade, realizando, com isso, uma tentativa de consolidar teoricamente as relações entre os membros da sociedade que ainda se encontrava então no período da sua formação, assim como de demonstrar que essas relações não são apenas melhores, em comparação com as do passado, mas também as únicas possíveis no futuro? Acaso não tinha Thomas Hobbes criado no seu "Leviathan" — essa teoria do Estado burguês, dando como exemplo de sua incarnação concreta na Inglaterra, numa época ainda, quando este Estado estava se formando, e toda a complicada história da Grã-Bretanha burguesa ainda pertencia ao futuro?

Disso se conclui que a ciência política sempre procurava penetrar no caráter das relações sociais da sua própria época, sempre procurava generalizar a experiência — já formada ou ainda em formação — da história política e sempre tentava criar a teoria do desenvolvimento dos Estados, na própria época em que estes se formavam e manifestavam a sua respectiva atividade.

Mas, se os historiadores, políticos e sociólogos das épocas passadas puderam criar, partindo embora de posições falsas, a história da luta política, assim como a teoria da formação estatal, — não é evidente, então, que, em nossa época, já surgiu também, a sua própria, e ainda maior, necessidade de uma explicação teórica da experiência soviética? E este problema amadurecido já foi realmente solucionado e de maneira genial. A teoria, cientificamente fundamentada e brilhantemente elaborada, do Estado soviético e da democracia soviética, foi criada e amplamente desenvolvida pelos fundadores, construtores e teóricos da sociedade socialista — Vladimir Lênin e Ióçif Stálin. Essa teoria foi criada, no princípio, como uma doutrina geral sobre o processo histórico do desenvolvimento da sociedade, cujo resultado será o socialismo. Isso constituiu a teoria marxista geral do desenvolvimento histórico. Em seguida, foi esta desenvolvida como uma generalização da magna experiência da construção do socialismo, da criação e do desenvolvimento da nova democracia, e também como uma compreensão das leis desse desenvolvimento e uma ilustração teórica de todo o caminho do movimento da sociedade soviética — desde a Revolução de Outubro até o socialismo, e desde o socialismo até a sua fase superior, o comunismo.

III

CRÍTICA A ALGUNS CRÍTICOS DA DEMOCRACIA SOVIÉTICA

Em nossa época, já conseguiu a mais ampla divulgação e penetrar na consciência de milhões de pessoas uma das teses mais profundas e cientificamente melhor elaboradas da filosofia marxista, a do desenvolvimento dialético, ou seja a da luta contínua entre o novo e o velho. A

elaboração integral, assim como a comprovação científica desta notável descoberta na esfera da filosofia, são devidas ao camarada Stálin.

A luta entre o novo e o velho, constituindo uma lei da vida da sociedade e de todo o desenvolvimento histórico, faculta-nos um discernimento mais profundo das peculiaridades da substituição das formas políticas da democracia na história da sociedade.

Quando fixamos o nosso olhar no caráter da luta e da substituição de instituições políticas e Estados na História, não podemos deixar de prestar atenção sobre o caráter geral é constante da luta, na sociedade, entre instituições políticas que já se firmaram, que já adquiriram certa força e influência, e as que se acham ainda em estado embrionário e que representam, em certa medida, o futuro. Sempre acontecia que o aparecimento de novas instituições políticas tinha que abrir caminho por entre enormes obstáculos. As forças da velha sociedade descarregavam sobre as novas formas de organização todo o seu peso, todo o alcance da sua influência, e não raro conseguiam, mesmo, sufocar as novas instituições, ainda no seu respectivo estado embrionário. As novas instituições eram submetidas, em regra, a uma severa crítica condenatória. Para desacreditar estas instituições, era instigada e levantada contra as mesmas a opinião pública; aproveitavam-se largamente todos os recursos da calúnia, da chantagem, assim como o meio simples da divulgação de falsas informações. E, no entanto, êsses brotos, essas novas formas da vida política, quando eram de fato progressistas, alcançavam, ao cabo de tudo, a vitória.

O que se pode dizer a respeito de instituições políticas isoladas é plenamente aplicável também aos Estados e às diferentes formas de organização política da sociedade. E' sabido que o estabelecimento, na França, no fim do século XVIII, do regime social buguês e das respectivas formas de democracia, provocou os mais cruéis ataques da parte das forças reacionárias de toda a Europa. A maioria dos políticos, historiadores e diplomatas de então, fora da França, consideraram essa experiência dos franceses como algo efêmero, casual e pobre de vitalidade. Mas, como é sabido, a História já derrubou os juízos dessa espécie de políticos. Nos decênios subseqüentes, passou, por sua vez também, por revoluções burguesas a maior parte dos demais Estados europeus, chegando, nestes também, a triunfar a nova forma de democracia, a democracia burguesa. Tal processo ocupou um século inteiro.

Em nossa época, a História já vem percorrendo seu caminho em prazos mais curtos. O Estado soviético existe há trinta anos. Em todos os países do mundo houve não poucos críticos da forma soviética da vida social. Mas agora já não foram mais precisos séculos inteiros para que se firmasse a nova democracia. E, embora muitos políticos, historiadores e diplomatas de vários Estados estrangeiros continuem não querendo reconhecer, até agora, as excepcionais vantagens da democracia soviética, os mesmos vêm-se obrigados, contudo, a levar em consideração a grande, vigorosa e invencível força desta.

A lei do desenvolvimento político, anteriormente referida, continua a atuar também em nossa época. E' claro que, se cada esquivador reacionário estrangeiro, geralmente um perfeito ignorante na matéria em questão, ao emitir seus juízos sobre os grandes problemas sociais da nossa

época, se lança, com muita audácia, a enunciar incrivelmente estultas considerações sobre a essência da democracia, aproveitando, com isso, a oportunidade de experimentar suas "forcinhas" impotentes na crítica do regime soviético, isso já não pode mais ser explicado por circunstâncias meramente casuais, mas por uma espécie de "incumbência social", por uma manifestação da eterna luta do velho contra o novo.

Por motivos fáceis de compreender, não há necessidade de fazermos aqui uma exposição pormenorizada e uma crítica de todos os disparatados conceitos, de todas as incoerências desses autores estrangeiros sobre a nossa democracia soviética. Já será o bastante, se examinarmos um ou outro exemplo das opiniões sobre a nossa vida política, que estão mais em voga, dentre todos os que foram divulgados no estrangeiro. Em todo caso, isso será o suficiente para podermos esclarecer o método habilmente usado por todos os inimigos e adversários da democracia soviética, qualquer que tenha sido o aspecto específico da nossa vida, que não chegou a agradar aos mesmos e que provocou o respectivo novo ataque de fúria raivosa e de mentiras.

Nos EE. UU., na Inglaterra e em alguns outros países, foram publicadas, ultimamente, muitas obras dedicadas a questões da democracia, e particularmente da democracia soviética (11).

(11) "Responsible Citizenship". William E. Mosher — editor. Henry Holt & Co. New York. 1941; Max Lerner. "It is later than you think". Viking Press. New York. 1943; C. Crove Haines and Warren B. Walsh. "The Development of Western Civilization". Henry Holt & Co. New York. 1941; Osmond K. Fraenkel. "Our Civil Liberties". Viking Press. New York. 1944; Franz Boas. "Race and Democratic Society". J. J. Augustin. New York. 1946; John Dewey and James H. Tufts. "Ethics". Henry Holt & Co. New York. 1945; William B. Ziff. "Two Worlds". Harper & Brothers Publishers. New York and London. 1946; Donald R. Richberg. "Government and Business to-morrow". Harper & Brothers Publishers. New York and London. 1943; Harold D. Lasswell. "World Politics Faces Economics". McGraw-Hill Book Co. New York and London. 1945; William Anderson. "The National Government of the United States". Henry Holt & Co. New York. 1946; Carlos P. Romulo. "Mother America". Doubleday and Co. New York. 1946; Roscoe Lewis Ashley. "Principles and Policies of American Government". Thomas Nelson & Sons. New York. 1941.

Benedetto Croce. "Politics and Moral". Philosophical Library. New York. 1945; Morris R. Cohen. "The Faith of a Liberal". Henry Holt & Co. New York. 1946; Harold J. Laski. "Faith, Reason and Civilization. An Essay in Historical Analysis". Viking Press. New York. 1944.

Harold J. Laski. "Reflections on the Revolution of our Time". Viking Press. New York. 1943; Edgar Snow. "The Pattern of Soviet Power". Random House. New York. 1945; John Scott. "Europe in Revolution". Houghton Mifflin Co. Boston. 1945; Andre Visson. "The Coming Struggle for Peace". Viking Press. New York. 1944; John A. Kinneman and Richard G. Browne. "America in Transition". McGraw-Hill Book Co. New York and London. 1942; "Problems of the Postwar World". Thomas McCormic — Editor. McGraw-Hill Book Co. New York and London. 1945.

Todo êsse conjunto de obras de autores estrangeiros, nas quais se analisa a questão sôbre a democracia soviética, pode ser subdividido em alguns grupos específicos. Assim, por exemplo, verificamos que a maior quantidade dêsses livros foi publicada com a intenção de "comprovar" que na União Soviética não há democracia, mas existe, sim, um regime "totalitário".

Em outras obras de modernos escritores estrangeiros vem sendo explicada a democracia soviética, atribuindo-se ao nosso povo e ao nosso Estado um certo caráter "oriental".

Em diversos outros trabalhos, afirmam os respectivos autores que há falta de conformidade entre a teoria da democracia soviética e a sua aplicação prática na vida.

Apareceu, outrossim, uma boa quantidade de "estudos", nos quais se fazem tentativas de submeter à crítica os fundamentos teóricos do regime soviético.

E' curioso observar, por exemplo, como Melvin Rader, no seu artigo "O Comunismo Soviético", aparecido no livro "O Pensamento Político do Século XX", há pouco publicado nos EE. UU., introduz um capítulo inteiro sob o título de "Crítica da teoria marxista-soviética", na qual muito de longe chega êle à crítica da democracia soviética. Iniciando a sua "crítica" com um exame dos princípios teóricos do marxismo, em geral, faz êle referências aos conceitos emitidos por Werner Sombart, Max Weber, Ernesto Trelch e Rodolfo Stamler. Rader recorda também os argumentos contra o comunismo, formulados por George Sorel e De Man, os quais tentaram contrapor à doutrina marxista sôbre o papel decisivo desempenhado na História pelas massas populares, o conceito, já desde há muito derrubado e rejeitado pela vida, de que os ideais abstratos, assim como atos heróicos individuais, desempenham freqüentemente um papel mais importante que quaisquer que sejam outros processos sociais. Contra o marxismo vem sendo reunido tudo o que neste sentido já foi dito por alguém, inclusive a declaração de Marx Lerner de que "os marxistas não dão a devida importância aos elementos irracionais da conduta humana" (12).

Em quasi todos os livros dedicados à nossa democracia, tocam, no entanto, os autores, freqüentemente, em questões sempre idênticas. Por isso, basta que analisemos aqui sômente a enxurrada de "estudos" "críticos" das duas seguintes espécies: 1) os dedicados ao exame da questão sôbre a relação existente entre a democracia e o número de partidos num

"Twentieth Century Philosophy". Edited by *Dagobert D. Runes*. Philosophical Library. New York. 1943; *John Dewey*. "Problems of Men". Philosophical Library. New York. 1946; *Henry Bamford Parkes*. "Marxism: An Autopsy". Houghton Mifflin Co. Boston. 1939; *Merle Curti*. "The Growth of American Thought". Harper & Brothers Publishers. New Yory and London. 1943.

(12) "Twentieth Century Political Thought". — *Melvin Rader*. "Soviet Communism", pág. 34.

país, e 2) os dedicados à questão sobre a tão chamada "pouca tolerância", "pouca liberdade" da imprensa soviética.

Une todos os críticos da democracia soviética uma exigência que os mesmos querem apresentar à chamada "pura", "autêntica" democracia. Na imprensa estrangeira — não apenas em jornais e revistas, mas também num grande número de livros editados nos últimos anos — vem sendo feita, insistentemente, a seguinte pergunta: uma vez que a razão esteja com os bolcheviques, e estes efetivamente vêm aplicando na vida os princípios democráticos, — por que será, então, que na União Soviética existe somente um único partido político? Acaso não constitui sinal de "autêntica" democracia uma luta contínua de diversos partidos entre si? Acaso não fica melhor assegurada a liberdade da palavra, de reuniões e de opinião sobre o regime social ou a política do governo, quando sobre tais assuntos vêm discutindo entre si vários partidos políticos, quando a política do Estado vem sendo fixamente observada sob o prisma dos interesses de diferentes grupos sociais, de diferentes princípios e de diferentes partidos?

Esta pergunta, como se evidência por si mesmo, possui mais de uma face: Será que um regime democrático é mesmo caracterizado pela existência neste de dois ou mais partidos? Acaso será justo o conceito, atualmente muito difundido entre os políticos burgueses, de que a democracia é tanto mais ampla e perfeita, quanto mais partidos estejam lutando entre si pelo poder estatal? E, para concluir: porventura chegam a atingir o alvo as flexas dos atuais críticos da democracia soviética, as das pessoas que consideram anti-democrático ter o povo um partido único?

Como se sabe, o próprio termo "democracia" significa a autoridade do povo, em geral. A maioria dos que vêm analisando a questão sobre democracia concorda que por democracia deve-se entender um tal sistema de relações políticas na sociedade, com o qual fique assegurado o desenvolvimento desta e das suas instituições, segundo os interesses do povo e com a participação do próprio povo. E, mesmo através das mais confusas divagações dos filósofos burgueses contemporâneos, dos de propensão mais mística, brilham claros desse mesmo pensamento (13). Portanto, dos pontos de vista histórico e social, revela-se o caráter da democracia não pelo fato de estarem ligados o regime e as formas do governo a um só ou a mais de um partido, mas pelo teor das instituições políticas, pelo caráter do poder estatal, assim como pela política interna e externa do Estado e do respectivo governo. Quem é que desconhece, por exemplo, a multiplicidade de organizações políticas, assim como a luta aguda entre as classes e grupos sociais, em Atenas, nos séculos V-IV anteriores à nossa era? Ou a luta entre as diferentes classes sociais e facções, na antiga Roma? Mas quem é que, baseando-se

(13) "A democracia — escreve o conhecido filósofo italiano Croce — significa a tendência de proporcionar às massas, isto é, ao vulgo, uma determinada influência na ação política" (*Benedetto Croce*. "A Política e a Moral").

nessa multiplicidade de agremiações políticas, que existia naquelas cidades, terá coragem para se referir a estas e aos países por elas representados, tão notáveis pelo seu sistema escravista, como a perfeitos exemplos de organização democrática da sociedade? E acaso vale a pena recorrer a exemplos distantes, para a comprovação da falsidade, inventiva e artificialismo desse "argumento" dos críticos da democracia soviética? Para desmascarar esse "argumento", que já há mais de vinte anos vem sendo repetido por toda espécie de aventureiros políticos, podemos dirigir à História dos tempos modernos e mesmo à situação atualmente vigente nos próprios Estados Unidos da América do Norte ou na Grã-Bretanha, onde, nos últimos tempos, se pôde fazer uma farta colheita, quer dos mais variados "críticos" e "pesquisadores" recém-aparecidos, quer de meros bandidos políticos — todos eles, porém, especialistas em matéria de "democracia".

Os políticos e sociólogos ingleses e norte-americanos apresentam freqüentemente seus próprios países como modelos a serem copiados pelos demais, como exemplos de países onde reina, praticamente, o sistema de dois partidos. Em política, porém, não se pode aceitar de mera boa-fé razões desta ordem. Pois muitos, até entre os próprios deputados trabalhistas do parlamento inglês, reconhecem que em toda uma série de importantes questões da atualidade *não há divergências de princípios* entre os partidos ingleses trabalhista e conservador. Uns denominam-se conservadores e vêm desenvolvendo ostensivamente uma política imperialista e expansionista; os outros adotaram o nome de trabalhistas, socialistas, partido operário, mas, às mais das vezes, mórmente em questões de política exterior, desenvolvem uma política perfeitamente idêntica.

O mesmo pode ser dito também acêrca dos EE. UU. Lênin, já há mais de trinta anos atrás, observou, que, na América, depois da Guerra da Secessão, isto é, da guerra civil pela abolição da escravatura, em 1860-1865, dois partidos burgueses se distinguiram por uma especial solidez e força: o partido dos antigos escravistas constituiu o atual "Partido Democrático", ao passo que o partido dos capitalistas, dos que propugnavam pela libertação dos negros, veio a ser o "Partido Republicano".

"Depois da libertação dos negros, foi se tornando cada vez menor a diferença entre um partido e o outro. A luta entre esses partidos tem sido conduzida, principalmente, em torno de questões sobre maiores ou menores tributos aduaneiros. Para a massa do povo, porém, essa luta partidária *não denuncia a existência de qualquer que seja séria diferença* entre os dois grupos. O povo está sendo enganado e distraído dos seus interesses vitais pelos duelos — de grande encenação, mas sem conteúdo algum, entre os dois partidos burgueses.

Este tão declamado "sistema de dois partidos", que vigora na América e na Inglaterra, constitui um dos meios mais eficientes para impedir o aparecimento de um partido operário independente, isto é, de um partido realmente socialista" (14).

(14) Lênin. *Obras Completas*. T. XVI, pág. 190.

De qualquer modo, se os atuais partidários da "democracia de dois partidos" não se sentem embaraçados ao nos apresentarem toda sorte de — segundo eles afirmam — "sérias" perguntas, então — respondendo com reciprocidade a tais gentilezas e partindo dos mesmos princípios democráticos — nós, os homens soviéticos, por nossa vez, também gostaríamos de fazer algumas perguntas a todos esses "especialistas" em matéria de democracia, assim como aos sistemáticos perguntadores, em geral. Por exemplo: Se a existência de dois, três ou mais partidos coincide com o padrão de vida verdadeiramente democrático, então por que razão se empenham, por exemplo, os trabalhistas, em diversas questões avulsas, sem maior importância, numa luta contra os conservadores, ao passo que ficam completamente fora de si a uma simples menção acerca dos comunistas ingleses? Se é a existência de vários partidos o que constitui o distintivo de uma autêntica democracia, não seria, então, racional e lógico estimular e apoiar qualquer movimento oposicionista na Inglaterra, assim como dar àquelas partidos que não conseguiram obter a maioria no parlamento a possibilidade de exprimirem livremente a sua opinião? No entanto, é de conhecimento geral que os trabalhistas de fato não se guiam por tais princípios, e, se os mesmos dispusessem de força suficiente para tal, teriam aceito, então, como é lícito supor, todos os assentos no parlamento, atualmente pertencentes aos conservadores, não dando grande importância ao fato de que a existência, então, de um único partido no parlamento iria constituir uma evidente violação dos princípios democráticos. Não, segundo consta, — quando se trata de precisar, se o caráter de um Estado é democrático ou não-democrático, a questão não se relaciona com o fato de neste existir um ou mais de um partido. Quem é que pode prestar atenção a certos teóricos do Partido Trabalhista, aos do tipo de Laski, ou a quaisquer outros "paladinos" da democracia, na sua asserção de que estão interessados na realização e ampliação da atividade dos seus adversários políticos? E, no entanto, é assim mesmo que se deve interpretar a fervorosa fundamentação de uma inquestionável necessidade de conservação do sistema de dois ou mais partidos, para o resguardo da própria democracia! Não, a razão de tudo isso reside no fato de que hoje em dia os trabalhistas não possuem, por enquanto, forças suficientes para, numa luta eleitoral, conseguir dar cabo dos seus adversários políticos, conquistando desse modo integralmente para o seu lado a sociedade toda.

Eis porque chega a parecer completamente verossímil, que a tese sobre a coincidência da democracia com a luta na sociedade entre dois ou mais partidos representa, em verdade, a tese daqueles que hoje não estão em condições de atrair para o seu lado a maioria da sociedade, a tese daqueles que sabem perfeitamente que, nas condições da sociedade burguesa, isto é, nas condições que vigoram quando a sociedade vive e se desenvolve na base de uma luta entre diferentes classes sociais, não pode ter lugar um partido único que chegasse a exprimir, com igual sucesso, os interesses de classes sociais opostas. Enquanto existir a sociedade de classes antagonicas, é inevitável que tenha lugar uma luta de diferentes partidos políticos entre si, exprimindo esta a luta de classes. A essência da pergunta, tão freqüentemente formulada na literatura

estrangeira, consiste, portanto, nisto, somente nisto: Será que a democracia é de fato compatível com a existência de um único partido? Acaso não constitui o distintivo da verdadeira, da autêntica democracia a existência de mais de um partido na sociedade?

Nós, os homens soviéticos, damos a isso uma resposta clara, sem ambiguidade: Não, não constitui. O caráter democrático ou não-democrático da vida social, do Estado ou da política do governo não fica determinado pelo número de partidos, mas pelo teor da política desse Estado ou desses partidos, pelo fato de ser esta ou aquela política aplicada nos interesses do povo inteiro ou nos de uma sua insignificante minoria.

Assim estão as coisas, em relação à primeira pergunta, sobre se a democracia coincide com a existência de um único partido na sociedade, ou com a de mais de um partido.

E' claro que todos os raciocínios dos "especialistas" estrangeiros em matéria de democracia giram em redor da questão referente ao partido único da União Soviética. Mas qual é a relação de correspondência entre a realização dos verdadeiros princípios democráticos da sociedade socialista, com a posição de liderança, mantida nesta sociedade, pelo único partido, que é precisamente o Partido Comunista?

Ao formularem, pela milésima vez, esta pergunta pela imprensa, chegam os políticos estrangeiros a esfregar as mãos de contentamento e um sorriso velho e maldoso a desenhar-se nos seus lábios: veremos, pois, agora, como é que os bolcheviques poderão responder a uma pergunta deste teor! E essa gente tem a ingenuidade de considerar que, já com a simples formulação dessa pergunta, eles chegam a "derrubar" todos os princípios soviéticos e a "desmascarar" a democracia soviética. Foi, todavia, cedo demais que os escrevinhadores da imprensa de Hearst, assim como certos publicistas ingleses — gente insincera e, em política, pouco honesta — começaram a esfregar as mãos de contentamento e a sorrir com malícia.

Para nós, os homens soviéticos, tal como para todos os homens honestos e adiantados do mundo inteiro, a resposta a essa pergunta não representava, aliás, dificuldade alguma. Já o camarada Stálin, ainda no ano de 1936, tinha arrebatado das mãos dos inimigos da democracia soviética aquilo que a estes parecia ser o mais poderoso e arrasador dos argumentos. O camarada Stálin dissera então:

"No que diz respeito à liberdade para a existência de vários partidos, nós, aqui, adotamos pontos de vista um tanto diferentes. Um partido constitui parte de uma classe, a respectiva parte de vanguarda. Vários partidos e, por conseguinte, a liberdade de partidos só podem existir numa sociedade, onde há classes antagônicas, reciprocamente hostis, cujos interesses são inconciliáveis, onde há, digamos, capitalistas e operários, fazendeiros e camponeses, kulaks e aldeões pobres, etc. Mas na URSS já não existem mais classes, como as de capitalistas, fazendeiros, kulaks, etc. Existem, na URSS, duas classes apenas: os operários e os camponeses, cujas relações não são hostis, mas, pelo contrário, perfeitamente amistosas. Não há, por conseguinte, na URSS, terreno para a existência de mais de um partido e, portanto, para a liberdade

dêsses partidos. Na URSS há terreno sômente para um único partido, o Partido Comunista, que vem defendendo, com denodo e até o fim, os interesses dos operários e dos camponeses. E que êle não vem defendendo mal os interesses destas classes é pouco provável que, sôbre isto, ainda possa persistir qualquer dúvida" (15).

A democracia soviética exprime os princípios da sociedade socialista. Como é sabido, a sociedade socialista começa quando deixam de existir as classes exploradoras — os fazendeiros, os fabricantes, os maneja-dores das finanças, os negociistas bancários, os kulaks, especuladores e todos os demais grupos sociais, que vivem de rendimentos que não provêm de trabalho — e começa o desenvolvimento da sociedade, na base de uma união fraternal dos operários, camponeses e da "inteliguentsia". Enquanto existirem as classes exploradoras, estas se empenham em defender seus interesses políticos na sociedade, em criar suas organizações políticas e em empregar seus partidos na defesa dos seus interesses comuns e para a sujeição dos interesses da sociedade tôda aos de uma determinada facção ou de seu próprio grupo social. Mas desde que a nova ordem social — precisamente, a socialista — já tenha vencido em tôda a linha, não há mais lugar, na sociedade, para as classes que oprimem as demais: começa a época da grande solidariedade das massas, a criação da mais profunda unidade do povo todo. Nessa época, desaparecem a antiga necessidade e exigibilidade da existência de diferentes partidos políticos. Aquêlê partido que com o maior sucesso pôde exprimir os interesses mais profundos e radicais de tôda a sociedade e traçar o plano mais curto e, ao mesmo tempo, o mais real da construção das bases da nova vida — da vida sem exploradores nem parasitas; aquêlê partido que conseguiu, com o seu trabalho organizador, unir ao redor de si tôda a sociedade e conduzi-la por novos caminhos — pelos caminhos da construção do comunismo; o partido, enfim, que conquistou, com a sua atividade extremamente abnegada em benefício do povo, a indubitável e inquestionável autoridade na sociedade inteira, é, precisamente, o partido que pode exprimir històricamente as mais profundas aspirações e objetivos da vida, assim como os ideais da enorme maioria da população do Estado. E' neste ambiente històrico, justamente, que desaparece a necessidade e qualquer que seja possibilidade da existência de vários partidos na sociedade. Na União Soviética, tem existência real e vem trabalhando em benefício do povo um único partido — o Partido Comunista, o partido de Lênin, dirigido pelo seu grande lider, o camarada Stálin.

Os homens soviéticos identificaram-se com o Partido Bolchevique, adotaram o seu programa e os seus ideais, e êstes passaram a constituir seus próprios ideais.

Qualquer outro partido, que se tivesse constituído na sociedade soviética, só poderia ter um programa de teor reacionário — o programa de retrocesso, de volta para a vida antiga, já liquidada pelo nosso povo, o programa de luta contra o socialismo.

(15) J. STÁLIN. "Questões do Leninismo", págs. 523-524.

Acaso não é com isso que contam todos os críticos da sociedade soviética, ao darem tão grande destaque ao princípio da coincidência da democracia unicamente com a existência de mais de um partido? Não é nisso que se baseiam todas as suas esperanças? Mas eles ficam esperando em vão! O povo soviético já sabe muito bem que espécie de partidos eram aqueles que se insurgiam contra o socialismo, ele conhece bem os grupos sociais que formavam tais partidos. Este povo já sofreu o bastante da "atividade" de tais grupos e partidos e, por isso, foi obrigado, para a defesa da sua nobre causa e para a garantia dos interesses do socialismo, a tomar as necessárias medidas para a completa liquidação das classes exploradoras e de todo o seu séquito de comensais, em forma de organizações trotskistas, burrarinistas e diversas outras, inclusive os partidos e organizações de objetivos meramente corrompedores.

Não é evidente, depois disto, que já não se pode mais contar com a implantação, na União Soviética, de vários outros partidos! Não é evidente que os homens soviéticos já tinham decidido, de uma vez para sempre, unir o seu destino à do Partido Comunista, à do partido de Lênin e de Stálin! A quem é que ainda não se tornou claro, que os homens soviéticos vêm apoiando, por todos os modos possíveis, o Partido Bolchevique, o partido que tomou por objetivo conduzir o nosso povo para um florescimento sempre crescente da economia e da cultura, assim como elevar, cada vez mais, a civilização do nosso país e a força da nossa república, elevar o nível da vida material do nosso povo e levantar, enfim, a cultura e a consciência de todos os operários, camponeses e "inteligentia do nosso país até o nível dos homens de vanguarda do nosso partido?

Daqui decorre mais uma importante dedução. Todos os defensores da democracia burguesa, adversários e "críticos" da democracia soviética, batendo-se pela necessidade da existência, na sociedade, de vários partidos e identificando isso com a própria essência da democracia, estão apregoando, desta forma, não apenas o princípio da multiplicidade de partidos, mas também o de uma sociedade de classes eterna e inabalável. Para essa gente não existe, e nem pode ter existência, uma sociedade sem classes nem partidos. A tal ponto chegaram a identificar-se e a habituar-se com a sociedade burguesa, dividida em várias classes e em diferentes partidos políticos, a tal ponto se tornaram parte componente dessa sociedade, o parafusinho que jamais deve faltar na máquina política do Estado burguês, — que os mesmos, sem o perceberem, procuram, abertamente e com muita petulância, impingir a democracia parlamentar burguesa, com todos os seus sórdidos aspectos, como sendo esta a única democracia admissível e verdadeira. Mais que isto, eles apresentam

essa democracia como um exemplo aos homens soviéticos!

Não seria muito mais acertado pensar que incomparavelmente mais democrático é o princípio que não eterniza a desigualdade social, mas liquida-a; o princípio que não consolida a ordem classista e o domínio classista de um grupo de cidadãos sobre os demais, tal como existem atualmente nos Estados burgueses, mas derroga-os, criando a sociedade sem classes exploradoras nem parasitas, a sociedade de homens de ação, iguais nos seus direitos e empenhados na construção do socialismo? Não seria mais justo reconhecer que os princípios da verdadeira demo-

cracia são defendidos por aqueles homens, aquela sociedade e aquele partido, que procuram elevar todos os cidadãos até o nível da sua vanguarda e tornar real, ao fim de tudo, uma ordem social, na qual não mais haverá classes, nem partidos políticos, na qual haverá somente uma coletividade de pessoas conscientes, harmônicamente desenvolvidas em todos os sentidos e trabalhando em tôdas as esferas da vida social?

Tal é o verdadeiro aspecto da questão sobre se a democracia de fato coincide com o princípio de um partido único ou com o de vários partidos.

Não nos sendo possível fazer aqui um exame mais detalhado de tôdas as atuais tentativas na esfera de crítica da democracia soviética, chamamos a atenção somente sobre dois livros, há pouco tempo publicados, de autoria de Harold Laski, um dos mais conhecidos teóricos contemporâneos do movimento trabalhista inglês e ex-presidente do Comitê Executivo do Partido Trabalhista.

Dos dois livros ultimamente escritos por este autor, um traz o título "Reflexões sobre a Revolução da Nossa Época" (16).

No segundo capítulo do mencionado livro, que é dedicado à revolução russa, procura Laski prevenir o leitor de que atualmente é ainda muito difícil aos homens julgar sobre os acontecimentos que tiveram lugar na Rússia, tomando em consideração o fato de se ter realizado a revolução há pouco tempo apenas, e que as paixões ainda não chegaram a se amainar. Laski considera que no mundo há atualmente dois campos opostos: o dos que cegamente odeiam o acontecido e o daqueles que o aceitam incondicionalmente. A si próprio, êle inclui no rol dos homens que estão em condições de apresentar uma análise objetiva da revolução russa.

Em que consiste, porém, essa "análise objetiva" do aparecimento e desenvolvimento, assim como da apreciação do regime soviético?

Já devemos ficar de sobreaviso logo à primeira reflexão dêsse autor, quando o mesmo tenta explicar as causas que contribuíram para a consolidação, na Rússia, do Partido Bolchevique, em seguida à Revolução de Outubro. Tais causas, segundo descobriu Laski, são as três seguintes: 1) o terem trazido os bolcheviques ao povo russo a esperança de poder cada cidadão obter o direito de dispor da sua própria vida; 2) a intervenção estrangeira, que, de maneira extraordinária, veio "muitíssimo ajudar aos bolcheviques", e 3) o ter a sociedade em decadência, ao gênio de Lênin e dos seus companheiros de armas, podido contrapor apenas aventureiros, e de segunda categoria, os quais o que prometiam era meramente a volta ao passado.

A formulação da questão, tal como o fez Laski, não é de todo desinteressante. Contudo, dá muito na vista o fato de ter Laski desistido da análise de muitas causas fundamentais, que contribuíram para a vitória da política do partido de Lênin, para a consolidação do regime soviético e para o florescimento da democracia soviética. E' duvidoso

(16) Harold J. Laski. "Reflections on the Revolution of our Time". Viking Press. New York. 1943.

que isto possa ser explicado pelo fato de ser desconhecida dêsse teórico trabalhista a verdadeira história do nosso Estado. O conteúdo dêste seu livro fala-nos de algo diferente. Fala-nos do fato de ter Laski falsificado a história moderna com o objetivo de realizar uma defesa de convicções políticas bastante reacionárias.

Tal como ocorre com a maior parte dos autores que vêm escrevendo sobre o sistema soviético da vida social, Laski também, por sua vez, não pôde deixar de mencionar algumas grandes conquistas da democracia soviética. Ele fala, pois, no seu livro, sobre milhões de pessoas, que conseguiram ter acesso aos valores culturais, assim como sobre o enorme crescimento do nível cultural das numerosas nacionalidades que habitam o território da URSS e que, nos tempos anteriores ao atual regime, nem mesmo linguagem escrita possuíam. O autor descreve algumas das maiores realizações da União Soviética, que constituem algo com que os países capitalistas nem mesmo podiam sonhar. Laski frisa que seria insensato negar tais conquistas, pois por meio de negações, positivamente nada pode ser alcançado, ao passo que aquelas conquistas desempenham, em verdade, um grande papel na sustentação do Partido Bolchevique pelo povo soviético. Depois de descrever as grandes realizações da União Soviética, passa o autor a reflexões sobre os grandes sacrifícios que essas realizações custaram ao povo soviético.

Para que foi, então, que Laski precisou enumerar essas evidentes conquistas da democracia soviética? Verifica-se que isto de modo algum foi feito para chegar a uma conclusão perfeitamente natural, lógica, já por si mesma decorrente daqueles fatos, de que uma vez o povo tenha recebido, num determinado regime político, direitos tão amplos e tão grandes possibilidades para o seu desenvolvimento econômico, isto já quer dizer, portanto, que o Estado soviético deu ao povo plena possibilidade de o mesmo poder desenvolver tôdas as suas forças. Laski, no entanto, faz uma declaração de estarrecer a gente, dizendo que, no sistema democrático de vida, semelhantes conquistas sociais seriam impossíveis, e que na União Soviética se conseguiu levar a efeito grandes transformações sociais, devido, precisamente, ao fato de ter o governo soviético abolido tôdas as instituições democráticas. Tal é a lógica dêsse homem. Por nossa parte, achamos muito exquísito, para não dizer mais, semelhante amontoado de tolices dêsse socialista inglês. No seu livro, comete Laski um verdadeiro ultraje à verdade sobre o país que chegou a salvar a sua própria pátria!

Quem é que não sabe, atualmente, que, se não fôsse a União Soviética e o seu heróico povo, não somente os belgas, franceses e noruegueses, mas também os ingleses já há muito que se teriam tornado escravos de barões alemães!

Laski explica a forma *soviética* da nossa democracia por "um atraso e um estado semi-selvagem" do nosso povo. Publicando as suas "obras" num país onde os trabalhadores não possuem tipografias próprias, nem dispõem de papel, e nem mesmo chegam a dispor de recintos para as suas reuniões; onde o governo trabalhista, do qual seria lícito esperar que desenvolvesse uma política socialista, vem seguindo, no entanto, uma linha política que pouco se diferencia da dos conservadores, — Laski

ainda ousa afirmar que “na União Soviética não há liberdade de palavra, nem liberdade de imprensa, nem liberdade de reuniões”. Esse teórico trabalhista, que finge, até, ser amigo dos homens soviéticos, dá tantas largas à sua imaginação, no seu “estudo”, que chega ao ponto de assegurar (segundo parece, considera ele idiotas os seus leitores), que na União Soviética tem havido condenações à pena capital pelo crime de uma mera caçoada sobre um starranovista! E’ claro que, depois de ter dito tantos disparates sobre o poder soviético, a democracia soviética e o regime soviético, viu-se Laski, todavia, obrigado a explicar, de um modo qualquer, porque é que o povo soviético, mau grado todos esses “horrores” descritos no seu mencionado livro, vem seguindo, com fé e amor, o Partido Bolchevique e o seu grande líder. Tais fatos ele não pode negar. Mas ele procura, contudo, atribuí-los a uma certa fé dos homens soviéticos numa vida luminosa do futuro e ao temor pela volta ao passado. Laski compara a fé dos homens soviéticos à dos primeiros cristãos e à dos seguidores fanáticos de Maomé, Lutero, Calvino e Cromwell, que não admitiam compromisso algum e puniam cruelmente os heréticos.

Desta forma, chegou Laski a cometer uma nova trapalhada. Pois a gente há de perguntar: Se a ordem, na União Soviética, é efetivamente tal como é descrita por Laski, por que será, então, que os homens soviéticos devam reacar um retorno ao passado? E igualmente justificada é est’outra pergunta: Como é que pode aspirar a um futuro melhor e acreditar nele uma nação inteira — 200 milhões de indivíduos — se o presente, segundo o afirma o mesmo autor, não fornece fundamento algum para uma tal certeza?

Segundo consta, este homem, ao cabo de tudo, emaranhou-se por completo. Laski escreveu seu livro não como um cientista, nem como um amigo da União Soviética. Ele traiu a verdade, para poder expor melhor os seus preconceitos reacionários. Laski é um professor. Ele é, também, além disso, socialista. Contudo, segundo consta, são mesmo, em relação a certos professores-socialistas, que fazem carreira nos países burgueses, plenamente aplicáveis estas palavras de Lênin: “... a posição social dos professores na sociedade burguesa é tal, que aos respectivos cargos têm acesso somente os que vendem a ciência para servir aos interesses do capital, somente os que concordam em emitir contra os socialistas os conceitos mais anti-científicos, em dizer as mais inconcebíveis tolices e repetir toda sorte de disparates e despropósitos. A burguesia perdoará tudo isso aos professores, desde que estes se dediquem ao “aniquilamento” do socialismo” (17).

Uma impressão não menos triste deixa no leitor o artigo do homem público inglês Beveridge, publicado, em agosto deste ano, na revista “Europe-Amerique” de Bruxelas, sob o título muito curioso de: “O que pensa a Grã-Bretanha sobre a Rússia?” (18). Beveridge não ousa contrariar fatos. Também se sente obrigado a reconhecer que

(17) Lênin. *Obras Completas*. T. XVII, pág. 243.

(18) William Beveridge. “*Ce que la Grande-Bretagne pense de la Russie*” (“*Europe-Amerique*”, 29 de Aout 1946, N. 63).

o poderio colossal, evidenciado pela URSS na guerra, constitui um dos aspectos da sua imensa força em tôdas as esferas da economia. Este poderio representa apenas a expressão daquela revolução industrial que foi levada a efeito na União Soviética, com uma rapidez sem precedentes. "A Rússia Soviética — escreve Beveridge — deu ao mundo uma lição. Ela demonstrou que é perfeitamente possível, com o emprêgo do sistema de planificação central, ser levada a efeito a criação, num período de vinte anos, de uma grande potência industrial, assim como a elevação do nível material da vida, quer no tempo de guerra, quer numa época de paz, com o que fica aberto o caminho para o progresso cultural. Entre as duas guerras e, ainda mais, no período da Segunda Guerra Mundial, um grande número de ingleses estava inclinado a considerar a Rússia Soviética como precursora da nova civilização e líder não somente no campo de planificação econômica, mas também em muitos outros sentidos".

Destas últimas palavras de Beveridge conclui-se que, embora o mesmo tenha estado inclinado, tal como muitos outros, a considerar a Rússia Soviética como precursora da nova civilização em muitos setores da vida social, êle chegou, contudo, devido a uma causa qualquer, a ficar desiludido.

Qual foi, precisamente, esta causa ?

Verifica-se que a União Soviética, ao ter realizado um incrível salto para a frente no campo do desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo — se se der crédito às palavras de Beveridge — "atrazou-se em cem anos, pelo menos" no reconhecimento das "liberdades humanas" e nas "relações internacionais". Um desgosto todo especial é causado a este autor pela nossa imprensa soviética, que vem flagelando, sem constrangimento algum, os reacionários, os escrevinhadores venais e os ignorantes, principalmente os que o são em questões sociais. Está descontente, ainda, o mesmo autor, com a existência, na URSS, de um partido único, e grande é o desprazer causado a êle pelo fato de se encontrarem sempre em estado de alerta os órgãos de segurança pública existentes na União Soviética, exercendo uma rigorosa vigilância para garantir os interesses do povo e impedindo que os inimigos da democracia soviética e do regime socialista possam conseguir algum dia desenvolver um trabalho reacionário de sapa contra o povo. Contribui, outrossim, para aumentar a tranquilidade de Beveridge, a posição da União Soviética na esfera das relações internacionais. Aqui entra êle numa série de reflexões caluniadoras das mais descontroladas sobre toda sorte de dificuldades que — segundo este autor — vêm encontrando os ingleses no seu desejo de aproximação com o povo russo, assim como sobre a impossibilidade que se apresenta aos ingleses de penetrarem, com a sua imprensa de colonizadores, seu rádio tendencioso e seus livros de propaganda anti-soviética especialmente selecionados, no território da União Soviética. Beveridge se aflige por causa disso e, no fundo, considera que um povo que não dispõe da possibilidade de sujeitar a sua vida e a política do seu Estado aos interesses ingleses, vem sofrendo um imenso prejuízo. No leitor soviético só pode provocar um sorriso esta afirmativa de Beveridge: "Se o governo soviético pudesse concordar em dar por terminado

tal estado de coisas, a humanidade, então, pela primeira vez, poderia ter esperança de ganhar a paz".

Tal é, pois, o caráter dêste outro espécime de análise "objetiva" contemporânea da democracia soviética.

Em tudo isso, não devemos ficar surpreendidos com o aspecto incrivelmente pomposo ou com a extrema gravidade do tom assumido por todos êsses desastrados críticos da nossa ordem soviética. A experiência já nos ensinou, de maneira bastante clara, que, quanto mais insolentes e caluniadores se tornam os líderes reacionários burgueses em suas referências sobre a democracia soviética, tanto menos limpa é a consciência dêles e em tanto pior estado se encontram os seus próprios negócios.

Assim, pois, Laski e Beveridge consideram que, na União Soviética, não há liberdade de imprensa, ficando, com isso, violados os princípios básicos da democracia.

Não se pode negar que a liberdade da palavra e da imprensa constituem, de facto, sinal distintivo muito importante de um regime democrático da sociedade. Toda a questão se reduz ao mero esclarecimento do seguinte: que é que devemos entender por *liberdade de imprensa* e em que medida esta liberdade vem se efetivando no mundo?

Compreende-se, por si mesmo, que, em nosso país, existem determinadas leis, as quais são obrigatórias também para a imprensa. Essas leis têm por objetivo a defesa dos direitos democráticos do povo. A nossa Constituição proíbe, por exemplo, a pregação do ódio racial, assim como de qualquer inimizade entre diferentes nacionalidades. Não é permitido, em nosso país, — nem pela imprensa, nem por outra maneira qualquer — fazer a propaganda daquêlê conceito anti-democrático, segundo o qual a uma determinada nação cabe o direito de exercer domínio sobre outros povos. É verdade que tal propaganda vem sendo feita, em muitos outros países, sem encontrar impedimento algum. Nós, porém, não podemos reconhecer que a liberdade de pregar pela imprensa o exclusivismo nacional ou racial constitua o sinal distintivo da verdadeira democracia. Antes, pelo contrário, nós consideramos que justamente a proibição de tal pregação é que constitui a condição necessária para a realização do princípio de direitos iguais entre os povos, que é o mais importante dos princípios democráticos.

No nosso país, não é permitido instigar o ódio para com Estados estrangeiros, nem insuflar a idéia de guerra contra outros países. É verdade que, em certos outros países, dispõem os provocadores de guerras de toda a liberdade para a sua propaganda pela imprensa. Mas nós, os soviéticos, consideramos que a condição básica da democracia é constituída pela paz entre os povos, e que a proibição do trabalho de sapa realizado pelos provocadores de guerras, longe de constituir um golpe dado na democracia, visa, pelo contrário, a defesa desta. Os homens soviéticos reconhecem, como sendo a verdadeira democracia, aquela que vem sendo dirigida para o benefício do povo, assim como em prol de uma paz no mundo inteiro, e não em prejuízo dos interesses vitais do povo ou para desservir à causa da Paz.

Nossa imprensa soviética se encontra plenamente à disposição do povo inteiro, assim como à disposição do Estado, que está velando pelos interesses daquele.

E' de lamentar, pois, que o mesmo não possamos dizer a respeito da imprensa de uma série de países estrangeiros.

Na literatura política e sociológica contemporânea, quer da Europa Ocidental, quer dos EE.UU., é hábito considerar que a chamada "liberdade de imprensa" constitui um característico inalienável e um dos aspectos mais essenciais da democracia burguesa, sendo que, como exemplos da liberdade de imprensa e da liberdade de palavra, vêm sendo exaltados os regimes que se firmaram na Grã-Bretanha, nos EE. UU. e nos países dependentes destes.

Em conexão com isto, representa grande interesse político o livro há pouco aparecido na Austrália, da autoria de A. Mander, e intitulado: "A Imprensa — Inimigo da Sociedade" (19). Neste livro é de fato provada a ausência da liberdade de imprensa e da liberdade da palavra nos Estados democráticos burgueses contemporâneos. Não é de extranhar, portanto, que este livro tenha provocado referências as mais ásperas e hostis em quasi tôda a imprensa mundial. A tiragem quase tôda desse livro foi comprada na Austrália pelas companhias interessadas e destruída em seguida, para que as revelações feitas por Mander não viessem a ser conhecidas das grandes massas.

Queu foi que Mander provou?

Ele demonstrou que, quando se fala atualmente em liberdade de imprensa, isto se refere, propriamente, àqueles que são os donos da imprensa e que a controlam. Ele considera, por isso, que seria muito mais acertado desistir de vez da expressão "liberdade de imprensa" e substituí-la por est'outro: "liberdade dos proprietários da imprensa". No seu livro, Mander expõe material deveras interessante sobre a maneira como é encaminhada a imprensa australiana, nos interesses políticos reacionários de alguns círculos dirigentes, contra a União Soviética. Ele supõe que, em tôda a história do periodismo, o mais chocante exemplo de sujeição da imprensa e da tão declamada "liberdade da palavra" aos interesses reacionários dessa corja política foi constituído pelo "constante abafamento, durante um período de vinte anos, de tôdas as informações de caráter positivo sobre a Rússia". Os jornais e as revistas australianas, assim como as empresas editoras de livros, vinham divulgando, durante mais de vinte anos, falsas informações sobre a União Soviética, fazendo circular somente aquêle gênero de notícias nas quais se falava "de intermináveis fracassos e calamidades, de infrutíferas tentativas de criar uma indústria e sobre a política interna que fazia lembrar a política numa casa de loucos".

E eis que vieram os anos da guerra, e a verdade sobre a União Soviética penetrou, enfim, nas páginas da imprensa australiana. Verificou-se, então, que, "máu grado as tão repetidas lendas sobre o contris-

(19) A. E. Mander. *Public Enemy — the Press*. Currawony Publishing Co. Sydney. 1944.

tador insucesso das tentativas de organizar a indústria, teve lugar, na Rússia, um desenvolvimento industrial tão vigoroso, que é de crer que igual não tenha existido em parte alguma do mundo. Em lugar de uma nação oprimida e de escravos ignorantes, surgiu diante de nós um povo ardente de entusiasmo, olhando com orgulho e fé para um futuro esplendoroso, e capaz de sacrificar-se para o bem da sua pátria, da sua causa e da nova ordem social, por ele próprio estabelecida”.

Mander descobre, igualmente, a causa dêsse sistema de direção da imprensa australiana. Os proprietários da imprensa — escreve Mander — “receiavam que os australianos pudessem tomar conhecimento do fato de que é possível a um país florescer, desenvolver-se e alcançar brilhantes sucessos — sem a propriedade privada sobre os jornais, sem a publicidade comercial e sem a civilização de mercadores”. Mander cita, outrossim, para ilustrar, um exemplo de como homens do maior destaque no cenário político, assim como dirigentes de importantes jornais e de outras publicações, confessavam que, no fundo, não existe liberdade de imprensa na sociedade contemporânea.

Refere-se mesmo ao redator de um jornal norte-americano, John Swinton, o qual, discursando no banquete a ele oferecido por motivo da sua destituição como correspondente, declarou: “Na América não existe uma imprensa independente, e vocês sabem disto tão bem como eu. Entre vocês, jornalistas, não há ninguém, que ouse exprimir honestamente a sua própria opinião. E, se vocês chegassem a fazer isso, vocês mesmos já devem saber perfeitamente, e d'antemão, que aquilo jamais chega a ser publicado na imprensa. Eu vinha percebendo 250 dólares por semana — para não exprimir honestamente a minha opinião no jornal ao qual estou ligado. A obrigação do jornalista é destruir a verdade, mentir, deturpar, difamar e arrastar-se aos pés de Mamom. Nós somos apenas instrumentos e vassalos dos magnatas que se acham atrás dos bastidores. Vocês sabem disso, e eu também o sei, — e, portanto, seria estulto levantarmos brindes pela “imprensa independente”.

O mesmo se refere também à Inglaterra. Mander cita um exemplo, mostrando como, na Inglaterra, o próprio primeiro ministro, o conservador Stanley Baldwin, chegou a dizer, em 1931, muita verdade sobre a imprensa inglesa. Falando a respeito dos jornais “Daily Express”, “Daily Mail”, “Evening Post”, “Evening Standard”, “Sunday Express” e “Sunday Dispatch”, Baldwin declarou: “Os jornais dirigidos por Lord Pottermeer e Lord Beaverbrook constituem meros instrumentos de propaganda, conduzida nos interesses de uma política em constante mutação, de tendências e desejos de caráter privado, de preferência pessoal ou de hostilidade entre duas pessoas. Quais são os métodos por eles empregados? Esses métodos consistem em mentira direta, em abafamento da verdade, em mostrar as coisas sob uma falsa luz, na inexatidão e deturpação daquilo que o orador queria dizer, — destacando, para tal fim, frases soltas do contexto ou fazendo nos editoriais a crítica de discursos não publicados no respectivo jornal. O que os proprietários dêsses jornais estão procurando alcançar é o poder, mas o poder sem responsabilidade alguma — as prerrogativas dos embusteiros de todos os tempos”.

Tal é, em suma, a verdade sôbre a liberdade da imprensa em alguns países estrangeiros.

Resta-nos fazer ainda duas observações que caracterizam o próprio método empregado pelos publicistas estrangeiros, ao saírem êstes em campo com a sua crítica da democracia soviética.

Mui freqüentemente podem ser encontradas, nos juízos formulados a respeito do nosso país, diversas observações mordazes sôbre o tema de que nós ainda não conseguimos encontrar solução para tais problemas, ou de que se pode constatar, em nosso país, a falta disto ou daquilo. Sim, concordamos que há muita coisa ainda a realizar. E de vez em quando se verifica, também, alguma falha no nosso trabalho. Mas a tal espécie de "crítica" seria justo responder: Já é tempo, senhores, de aprenderem a distinguir o grande do insignificante, o eterno e nobre do efêmero e desprezível! Ainda Marx, o fundador da interpretação científica da vida e do desenvolvimento da sociedade, observou, que poder criar a história mundial seria, naturalmente, uma coisa muito conveniente, se a luta estivesse sendo empreendida exclusivamente sob a condição de fatos plenamente favoráveis. A História, assim como a vida da sociedade, em geral, teriam adquirido um aspecto muito esquisito, se o respectivo conteúdo concreto fôsse constituído pelo absoluto apenas, por aquilo que já não é mais suscetível de ser aperfeiçoado. E mais uma circunstância seria bom que fôsse lembrada a tôda aquela classe de "críticos". Na base do julgamento feito por cada uma dessas pessoas, estão, como regra, não os fatos reais, mas a sua própria disposição de espírito, as suas próprias simpatias, os seus próprios desejos. Mas quem é que não sabe que a disposição de espírito de uma pessoa não pode servir de juiz na apreciação de fenômenos históricos e que de tal espécie de julgamentos outra coisa não pode resultar sinão uma série de disparates! Lênin já havia demonstrado, admiravelmente bem, o absurdo de semelhante método de empreender o estudo dos fenômenos da vida social, quando escreveu: "Nós consideramos, que, sôbre acontecimentos históricos, é preciso julgar pelo movimento das massas e das classes em seu todo, e não pela respectiva disposição de espírito de pessoas e grupinhos isolados" (20).

* * *

Não há necessidade de continuarmos fazendo a crítica de semelhantes conceitos a respeito da democracia soviética. Os exemplos citados já demonstraram o critério das "obras" publicadas sôbre êsse assunto, assim como o tom exasperado usado pelos respectivos autores. E é com pesar que olhamos para êsses homens, cuja capacidade para distinguir o verdadeiro sentido dos fenômenos políticos da atualidade é mèramente condicional; cujas opiniões são preconcebidas e cuja miopia resultante é deveras absoluta. Pois é assim mesmo: na História, sempre

(20) Lênin. *Obras Completas*. T. XVI, pág. 133.

sucedida que cada nova sociedade era obrigada a despende parte das suas forças espirituais no trabalho de explicar — não apenas uma vez, mas centenas de vezes — aos fervorosos, mas enfadonhos e impertinentes defensores dos regimes caducos, que eles são estéreis e que sua "atividade" se assemelha mais a um triste e aborrecido mugir de brutos, que a um consciente trabalho criador de um ser verdadeiramente civilizado. A necessidade histórica deve ser tomada em consideração...

No que diz respeito a nós, os homens soviéticos — cientistas, operários e camponeses, representantes de todas as profissões do trabalho socialista — bem sabemos qual é o nosso caminho e nele temos profunda fé. E' o caminho que está traçado na nossa esplêndida Constituição. E' o caminho que nos foi indicado pelos dois maiores homens — Lênin e Stálin. E é por este caminho que corajosamente prosseguimos.

(Traduzido diretamente da revista "Bolchevik" N. 22, de novembro de 1946).

"INTELIQUENTSIA" é uma palavra russa intraduzível, pois que compreende, no conceito soviético, a quantos realizem trabalhos no qual se exija o uso da inteligência em vez do trabalho físico, como o dos trabalhadores manuais. Fazem parte da "inteliquentsia", por exemplo, não só os sábios, os escritores, os artistas, mas também os técnicos de todas as atividades, os profissionais de todos os ramos cujo trabalho é intelectual, em vez de manual.

QUE É SER MARXISTA — Não se pode exigir dos clássicos do marxismo, separados de nossa época por um período de 45 a 55 anos, que tivessem previsto para um futuro longínquo todos e cada um dos casos de zigue-zaque da história de cada país em separado. Seria ridículo exigir que os clássicos do marxismo houvessem elaborado soluções feitas para nós, para todos e cada um dos problemas teóricos que pudessem surgir em tal ou qual país, 50 ou 100 anos mais tarde, para que nós, sucessores dos clássicos do marxismo, pudessemos ficar tranquilamente de braços cruzados, a ruminar as soluções feitas. (*Riso geral.*) Mas podemos e devemos exigir dos marxistas-leninistas de nossa época, que não se limitem a decorar algumas teses gerais do marxismo, penetrem no fundo do marxismo, aprendam a levar em consideração a experiência dos vinte anos de existência do Estado socialista em nosso país, aprendam, finalmente, a concretizar, apoiando-se nessa experiência e baseando-se na essência do marxismo, algumas teses gerais do marxismo, assimilando-as e melhorando-as. (Stálin — Informe sobre a atuação do Comité Central do Partido perante o XVIII Congresso do P.C. (b) da URSS., em 10 de março de 1939 — "in" *O Abecedário da Nova Rússia*, pág. 254.)

De Tudo, um Pouco...

QUE É O DEVER? — “A verdade não é nem o *ser* nem o *não ser*, mas o facto de que o *ser* se converta, ou, melhor, se haja convertido em o *não ser* e vice-versa. A verdade, porém, não é tão pouco sua indiscernibilidade, mas o facto de que *não sejam o mesmo*, de que sejam *absolutamente distintos*, por sua vez separados e separáveis, *desaparecendo cada um em seu contrário*. A verdade é, por conseguinte, êste movimento do imediato desaparecer de um em o outro: o *devir*; um movimento no qual ambos os termos são distintos, mas com uma espécie de diferença que por sua vez se desfaz imediatamente” (Hegel — *Logik*, ed. Lasson, I, pág. 67).

Hegel precisa, ademais, que êste *devir* “não é a unidade feita por abstracção do *ser* e do *não ser*, sinão que, como unidade do *ser* e do *não ser*, é esta unidade *determinada*, dir-se-á, algo no qual se encontram tanto o *não ser* como o *ser*” — um encontrar-se que, segundo a clássica concepção de Hegel, consiste em anular-se e superar-se: e *Aufheben* ou absorção.

EXPROPRIANDO — A propriedade comunal, inteiramente distinta da propriedade pública, era uma velha instituição germânica, conservada em vigor no seio da sociedade feudal. As violentas usurpações das comunas, quasi sempre seguidas da conversão das terras aráveis em terras de pastagens, começaram no último terço do século XV e se prolongaram para além do XVI. Mas êstes atos de rapina não constituíam então sinão atentados individuais, combatidos em vão, é certo, durante cento e cinquenta anos pelo Parlamento. Mas no século XVII — vede o progresso! — a própria lei torna-se instrumento de expoliação, o que por outro lado não impediu aos grandes arrendatários de recorrer a outros recursos particulares por assim dizer extra-legais (*). (Marx — *A expropriação da população primitiva* — “in” *A origem do capital*, págs. 30-21 — Ed. Guaira Ltda.)

(*) Os arrendatários proibiram os caseiros de manter, salvo êles próprios, qualquer criatura viva, gado, aves, etc., sob o pretexto que de outro modo êles poderiam roubar as granjas. “Se quizerdes que os caseiros trabalhem, diziam êles, conservai-os na pobreza. O facto real é que os arrendatários se arrogam assim todo o direito sobre as terras comunais e delas fazem o que bem lhes parece”. *A Political enquiry into the consequences of enclosing waste Lands*. Lond., 1785, pág. 75.

CATOLICISMO E REACÇÃO

CARLOS RAFAEL RODRÍGUEZ.

Úmida ainda a tinta da resposta equilibrada e precisa que Juan Marinello dera às agressivas palavras de monsenhor Arteaga em sua entrevista a *El Mundo*, o cardeal cubano parece ter querido repeti-las, ampliando seus efeitos. Em Carta Pastoral dirigida a seus fiéis, Arteaga volta a esgimir os conceitos fundamentais. De uma parte, nega a intervenção da Igreja Católica no recente pleito eleitoral, mas afirma, ao mesmo tempo, que autorizou e estimulou os católicos para que fizessem ressaltar a sua condição de tais naquela batalha. Ao fazê-lo, considerava que a marca do catolicismo imprimia qualidade moral e garantia pública aos pronunciamentos políticos. E enquanto pretende demonstrar o alheamento da Igreja das querelas políticas entre partidos, formula uma exceção bem clara e nítida: a Igreja se antepõe ao "comunismo ateu", isto é, o catolicismo cubano há de tomar uma posição antagônica ao Partido Socialista Popular.

A reiteração do cardeal Arteaga, sua negativa a discutir o problema católico-comunista no elevado plano em que o companheiro Marinello o situara, constituem um sintoma de que a parte decisiva da hierarquia católica de Cuba — com as plausíveis exceções que conhecemos — se filia à corrente vaticanista, que assumiu uma posição retrógrada, encarnadamente reacionária, ante o dilema entre democracia e fascismo — ainda o signo de nossa atribulada época.

Porque nem mesmo a forçada serenidade de uma Carta Pastoral pode ocultar o seu verdadeiro conteúdo. Monsenhor Arteaga quer desvirtuar, sob um manto de palavras dissimulantes, o que tãda Cuba presenciou muito recentemente. A influência oficiosa da Igreja, de suas mais conhecidas congregações, das entidades seculares católicas, não se exerceu, indistintamente, a favor dos candidatos "católicos", qualquer que fôsse a sua tendência política. Muito ao contrário, o movimento católico oficialmente orientado lançou todo o seu peso ao lado de um programa específico e de candidatos bem definidos. Em cada localidade, a campanha daqueles a quem, segundo confissão espontânea, Arteaga e demais jerarcas autorizaram e estimularam, foi orientada no sentido de combater as forças mais progressistas do país. O "anti-comunismo" foi, como sempre, um pretexto. Mas não se pode encontrar, em tãda a propaganda impressa, um único indício de que os agrupamentos católicos que fizeram política militante dessem o mais leve apoio ao governo de Grau (católico de inegável convicção) ou impulsionassem um programa democrático-progressista. Com tinturas demagógicas, alguns católicos, liderados por Dorta Duque, acolheram várias das reivindicações do movimento democrático para dar um aspecto menos reacionário a seus candidatos. Mas, ao mesmo tempo, envolviam essas medidas "programáticas" em uma política geral orientada contra o essencial da democracia cubana, e, o que mais os definia, se aliavam aos piores elementos

falangistas em seus ataques contra o governo e a classe operária organizada.

Católicos são Supervielle e Casero. Católicos são dezenas de prefeitos eleitos em todo o país, contra os quais o se-dizente "catolicismo" desencadeou os mais grosseiros ataques. Não se produziu — como monsenhor Arteaga pretende fazer parecer — a exaltação do candidato católico diante dos fiéis de outras confissões. No fundo, desenvolveu-se uma campanha a todo impulso a favor das forças reacionárias, apoiando às vezes os candidatos menos católicos, atacando católicos firmes, procurando somente a vitória daqueles que querem deter a marcha histórica do nosso país.

O VATICANO, CENTRO REACIONÁRIO

A célebre frase de Marx — que alguns clericais pretendem usar para interceptar toda ponte possível entre católicos e comunistas — "A religião é o ópio do povo", tem quase um século de vida. Com ela, Marx quis expressar o caráter e função social da religião. Transpondo as misérias sociais para o céu intemporal, dotando os oprimidos de paciência para suportarem as angústias da exploração econômica, as religiões — católicas ou não — debilitam o sentimento de resistência social das massas. Como disse Lênin: *"A religião é uma das formas de opressão espiritual que se exerce, em toda parte, sobre as massas esmagadas pelo trabalho para benefício de outros, pela pobreza e pela privação"*.

Isso é teoricamente certo para todas as religiões. Mas um movimento religioso, quando se projeta militantemente na política e na vida social, nem sempre tem um imediato sentido reacionário. O protesto contra o catolicismo, na época da Reforma, adquiriu muitas vezes um claro sentido progressista, apesar de seu conteúdo geral religioso. A atitude da Igreja Ortodoxa russa na guerra de libertação contra o nazismo é fundamentalmente progressista, embora não o seja, por seu conteúdo, a própria religião ortodoxa.

O cristianismo teve, em seu início, uma muito rica projeção social, sobre a qual Engels escreveu artigos inesquecíveis. Mas o catolicismo, entretanto, se foi tornando, no transcurso dos séculos, em um baluarte da reação espiritual e política. Não é este o lugar para dedicar uma análise pormenorizada a tão vasto problema. Dezenas de livros deixaram demonstrada a persistência de uma luta intestina, no seio da Igreja Católica, entre as forças mais liberais e as tendências retrógradas, encabeçadas, há quatro séculos, pela Companhia de Jesus. Por muitos anos, essas tendências reacionárias triunfaram. O Vaticano tornou-se um dos centros da reação mundial. A crise do sistema capitalista, que engendra o fascismo, provocou uma resposta similar nos baluartes espirituais. Enquanto a filosofia idealista se vem tornando mais reacionária do que nunca, a Igreja Católica, defendendo seus vastos interesses econômicos e aferrada à sua dominação política, faz o jogo com as piores forças mundiais.

Não é necessário reiterar cifras, dados e documentos. Nesta mesma revista, publicou-se há pouco o excelente artigo de Roger Garaudy, que apresenta provas irrecusáveis (ver *A política reacionária do Vaticano e o M. R. P.*, "Fundamentos", n. 56-57). Quando Pio XI chamou Mussolini de *um dom da Providência*, estava expressando o que ia ser uma linha política do Vaticano. O fascismo vinha a ser — segundo acreditava o Papa — a salvaguarda contra a revolução social. Segundo o testamento de Pierre van Paassen, "monsieur von Gehrlach me disse, confidencialmente, que Sua Santidade havia dormido tranquilamente, pela primeira vez em muitos meses, no dia seguinte ao da chegada de Mussolini a Roma".

Essa não ia ser a única mostra da aquiescência católica ao Duce. A 25 de outubro de 1935, o bispo de Milão, cardeal Schuster, proclamava:

"A bandeira italiana leva, neste momento, triunfalmente, à Etiópia a Cruz de Cristo, para abrir o caminho da emancipação dos escravos, franqueando-nos, ao mesmo tempo, a nossa propaganda missionária".

Dois meses antes, no mesmo dia em que a Liga das Nações se reunia para discutir as sanções contra a Itália, por sua rapace aventura na Etiópia, o *Osservatore Romano*, órgão oficial do Vaticano, informava que 57 bispos e 19 arcebispos na Itália haviam enviado o seguinte telegrama a Mussolini:

"A Itália Católica deu graças a Jesus Cristo pela renovada grandeza deste país, que a política de Mussolini tornou ainda mais forte".

Mais tarde, o próprio Pio XI devia santificar a obra predatória quando enviava à rainha da Itália e "Imperatriz da Etiópia" a famosa Rosa de Ouro.

A união do Vaticano e Mussolini, selada no tratado de Latrão e cheia de incidentes que, mais de uma vez, provocaram encontros agressivos, não foi somente um episódio a mais da velha luta papal por recuperar sua influência política e espiritual sobre a Itália. Envolveria negociações financeiras que ascenderam a mais de cem milhões de dólares, reconhecidos como indenização no célebre tratado.

A Alemanha de Hitler devia presenciar, também, esforços similares. O que o movimento católico, orientado por padres reacionários, significou no ascenso do nazismo, observou-o uma publicação neutra inglesa, o *Annual Register*, em 1933, ao mencionar, como fator decisivo:

"A orientação poderosa da classe média católica, no oeste e no sul da Alemanha, em direção ao partido nazista".

Todos sabemos como o movimento liberal católico repeliu o nazismo. Entretanto, aquele protesto foi mitigado pela influência vaticanista. A *Revue des Deux Mondes*, em 15 de janeiro de 1935, recordava que haviam sido dadas ordens aos bispos alemães para que cessassem toda hostilidade a Hitler. A eficácia dessas ordens pode ser comprovada lendo-se a mensagem que os bispos alemães ditavam em sua Carta Pastoral coletiva de 1936, por ocasião de sua reunião em Fulda:

“Não é necessário falar amplamente da tarefa que o nosso povo e nossa nação foram chamados a empreender. Que o nosso ‘Fuehrer’, com a ajuda de Deus, tenha êxito nesta tarefa extremamente difícil”.

Em Viena, o cardeal Innitzer abriu as portas aos nazistas e ordenou aos austríacos se submeterem à “voz da Divina Providência”. A Tchecoslováquia, a Áustria e a Polônia presenciariam o mesmo espetáculo.

O fato de a política vaticana não ter logrado influência decisiva com os nazistas não pode ser atribuído a falta de esforços e ações encaminhados com êsse propósito.

Apenas é necessário que recordemos a conduta oficial da Igreja Católica no caso da Espanha. Milhares de sacerdotes combatiam ao lado da República; a católica Vasconcia era bombardeada pelos nazistas, e seus templos eram destruídos; o Papa e seus porta-vozes, apesar disso, não tinham escrúpulos em mostrar ante o mundo o seu apoio a Franco e à Falange. O Primaz da Espanha, cardeal Comá, declarava:

“Estamos em completo acôrdo com o governo nacionalista, que, de outra parte, nunca dá um passo sem consultar-me e obedecer-me”.

Enquanto o Papa felicitava o cardeal por

... “esta nova e tangível prova de zelo infatigável e devoção filial”,

dois altos dignitários, o cardeal Vidal y Barraquer, de Tarragona, e o bisto de Vitória tinham de sair da Espanha por se negarem a dar provas de adesão ao franquismo.

A culminação dessa política não pôde surpreender o mundo. Depois da conquista de Madrid, o próprio Papa, o atual Pio XII, enviou a Franco uma mensagem que, segundo *Voz de Espanha*, rezava os seguintes termos:

“Com grande alegria, nos dirigimos a ti, o mais caro filho da Espanha católica, para expressar-te nossa paternal congratulação pelo dom da paz e da vitória com que Deus quis coroar o heroísmo cristão de tua fé e caridade”...

Roger Garaudy, no artigo a que antes fizemos referência, cita uma frase de Pio XII que resume a tendência política do Vaticano. Em plena guerra, quando todos os povos davam até o limite de suas atividades e punham tôdas as suas riquezas e potencial humano a favor da causa anti-nazista, Pio XII, coroando quase trinta anos de luta feroz contra a União Soviética, formulava o seguinte apêlo:

"Ponhamos fim a esta guerra fratricida e unamos os nossos esforços contra o inimigo comum: o ateísmo".

Goebbels nunca havia esperado tão influente auxiliar.

O VATICANO NO APÓS-GUERRA

Os rumos do Vaticano no após-guerra não são menos perigosos. Por tôda parte se comprova a influência de sua política. Na França, atua através do M. R. P.. Na Polônia, o movimento clandestino anti-democrático tem a bênção papal. Franco continuou desfrutando do crédito vaticanista. Na Áustria, Hungria, Alemanha, os católicos que acolhem a influência papal se associam em partidos nos quais os imperialistas e pró-nazistas depositam tôda a sua confiança. A ofensiva de propaganda anti-soviética, com a qual querem lançar as premissas de uma nova guerra, dirigida no sentido da destruição da U.R.S.S. e da eliminação de todo o vestígio democrático, tem nos porta-vozes oficiais e oficiais da Igreja um eco cada dia mais vigoroso.

Bastam poucos dados para mostrar, em sua face verdadeira, essa política vaticana de após-guerra.

Há bem pouco tempo, a imprensa americana publicou, como matéria paga, isto é, ao custo de centenas de milhares de dólares, o apêlo a Mr. Truman dos Cavaleiros de Colombo — a mesma seita que tanto tem atuado em nossa política recente — sôbre o caso da Espanha. Trata-se, nem é preciso esclarecer, da mais empenhada defesa do regime franquista.

Naqueles mesmos dias, o bispo de Tucumán, monsenhor Barrera, que acompanhou o cardeal argentino Caggiano a Roma, para receber a nova dignidade, publicou uma Carta Pastoral em defesa de Franco e incitando a que, em vez de fazerem eco dos protestos contra o franquismo, os católicos orientassem a sua luta "contra a Rússia". Dizia o bispo Barrera:

"A cruzada militar pela libertação da Espanha do comunismo ateu e das forças do mal a seu serviço foi declarada legítima e bendita por Xio XI, de feliz memória, e Pio XII, que reina gloriosamente".

Muito poucos dias depois, a Espanha era a sede do famoso Congresso da "Pax Romana". Dignitários eclesiásticos de todo o mundo ali se congregaram com propósitos aparentemente religiosos. Que fizeram, entretanto? Eis algumas mostras:

A "United Press" informava em 4 de julho que a delegação hispano-americana pôs "uma nota sentimental fora do programa". A rota consistiu nada menos em depositar uma coroa no túmulo do conhecido líder fascista José Antonio Primo de Rivera.

Seguindo idêntico caminho, o Congresso se pronunciou a favor dos chamados "estudantes exilados da Polônia", na realidade, militantes pró-fascistas do movimento clandestino polonês, dirigido por Anders e pelos feudais ex-governantes de Londres.

Boa parte do Congresso dedicou-se à luta contra o "comunismo". Católicos como Maritain foram denunciados por sua política de "mão estendida" para o comunismo. O bispo de Cardiff, monsenhor Griffin, felicitou calorosamente os falangistas espanhóis pelo que ele chamou de sua "brava luta contra o comunismo". Como se sabe, o bispo Griffin é notório por sua participação nas atividades anti-soviéticas.

A AMÉRICA LATINA

A nossa América não podia ficar livre dessa ofensiva vaticanista. Durante longo tempo, Roma considerou a América Latina como cenário natural de sua dominação. A famosa "hispanidad" falangista não é mais do que um prolongamento dêsse domínio "espiritual" que o catolicismo mais ferrenho pretende exercer sobre nós. Tal projeção política da Igreja chegou a originar uma pugna interna entre o clero nacional, que por vezes resiste a ser usado como simples instrumento de uma potência exterior, e os sacerdotes estrangeiros agentes do Vaticano, particularmente os jesuítas, cujos fios se estendem firmemente ao longo de todo o território americano.

Colômbia, Equador, México, Brasil, Chile e Cuba presenciaram, nos últimos tempos, a acometida enérgica do vaticanismo, que, às vezes, como no caso do bispo Dalmau, adquiriu caracteres de extraordinária agressividade. A Argentina pôde ver, com o surgimento de um pseudo-nacionalismo pró-nazista, o aparecimento de um clero ferozmente falangista, contra o qual os próprios católicos tiveram de elevar a sua alarmada voz. O mais visível sintoma externo da coordenação de tôdas essas investidas tivemos-lo no último Seminário de Ação Católica realizado em Havana e do qual já se ocupou, nestas páginas, o companheiro R. Calderío. Também nessa ocasião, apesar da unidade interna de propósitos, não pôde faltar a divisão entre aqueles que, como o padre Núñez, de Costa Rica, quiseram "adaptar" a Igreja às correntes sociais para tomar a hegemonia do movimento operário e o grupo coeso que, presidido pela delegação espanhola, se opôs a tôda concessão democrática. Mas, em definitivo, o Seminário evidenciou como até os dirigentes mais retrógrados do catolicismo americano compreenderam que a sua aliança pública com os exploradores os separa do povo e buscam novos métodos. Lênin

já o havia dito: "A religião policial já não é adequada para narcotizar as massas", e agora se lhes apresenta "uma religião mais brilhante, mais elevada, mais moderna".

Entretanto, a política vaticanista na América Latina tem, agora, um traço distintivo de interessante novidade. Durante toda a primeira etapa da atuação imperialista na América, a Igreja católica considerou os EE. UU. como um adversário contra o qual devia resistir. O alto clero via o perigo de seu deslocamento pelas correntes protestantes, mais aptas para servir de veículo aos interesses de Washington. Nos últimos anos, produziu-se uma modificação que obedece, também, a mudanças na disposição interna dos próprios EE. UU.. O catolicismo, que era, na Norte-América, uma seita minoritária de pouca significação, passou a ser a mais poderosa de todas as igrejas, consideradas isoladamente. Ao mesmo tempo, nos círculos governamentais dos EE. UU., surgiu a tendência a utilizar as relações com o Vaticano como um veículo político. Até o próprio presidente Roosevelt se deixou arrastar por essas idéias, como oportunamente o assinalaram os seus mais firmes amigos. A designação de Myron Taylor e o predomínio que concedeu a personalidades católicas na diplomacia latino-americana fortaleceram a nova tendência. Atualmente, o alto clero católico procura, por todos os meios a seu alcance, prestar os seus serviços ao imperialismo em toda a América.

A velha pugna entre protestantes e católicos assume, desse modo, um novo caráter. Os setores mais fanáticos do catolicismo, que sempre se opuseram à presença protestante na América Latina, começam a reclamar agora o direito a dominar, sôzinhos, o panorama religioso americano. Há bem pouco tempo, o companheiro Diego González Martín, nas páginas do *Hoy*, chamava a atenção para o artigo do padre Murphy, do Weston College (Boston), publicado no *Diario de la Marina* e retirado, mais tarde, de suas páginas, ante o escândalo que provocou no povo cubano. Murphy, escrevendo sobre "A questão protestante na Ibero-América", expôs o critério dessas forças ultramontanas, ao exigir que os protestantes fossem eliminados de nossos países. Nesse artigo, podem ser lidas frases como esta: "A integridade de nossa fé católica pode ser aniquilada hábilmente por meio dessa nova doutrina espúria a respeito da liberdade (o grifo é meu), da qual o protestantismo não é o último apóstolo". E também: "A nossa definição de liberdade não admite a liberdade para propagar erros".

Por monstruoso que pareça, isto não é novo. O jesuíta Rickbay põe na boca de Tomaz de Aquino a afirmação de que os herejes "não só devem ser separados da Igreja pela excomunhão, mas devem ser destruídos do mundo mediante a morte". E confirmando-o, o cardeal Lepicier, em sua obra sobre direito canônico *De Stabilitate et Progressu Dogmatis*, sustenta: "Ninguém duvida de que eles (os apóstatas) não só merecem ser separados da Igreja pela excomunhão, mas que merecem ser condenados à morte"...

Essa é a atitude atual do clero mais atrasado, na América Latina. Não é estranho que a sua influência se manifeste em acordos com o do Perú, entregando a direção espiritual absoluta do país à clerezia católica. Em nosso próprio país, os dirigentes protestantes tiveram que

levantar suas queixas contra a preferência que, por muitos funcionários oficiais, se vem dando ao catolicismo, com evidente vulneração do nosso texto constitucional e das melhores tradições.

A enumeração de dados sobre o perfil reacionário que a atual política vaticanista está imprimindo ao movimento católico alongaria excessivamente este artigo. Como cubanos, cabe-nos perguntar, todavia: Que caminho escolherá o catolicismo cubano neste momento tão definidor para Cuba e para o mundo?

SINTOMAS OMINOSOS

Os sintomas não podem ser mais lamentáveis. Monsenhor Arteaga, desde a sua ordenação cardinalícia, não tem vacilado em definir a sua atitude ao lado das piores forças. Sabe-se que Franco convidou os novos cardeais a visitar a Espanha, neles buscando um sustentáculo para o seu regime decrépito. Monsenhor Arteaga não pode ignorar que a esmagadora maioria dos católicos cubanos abomina o franquismo e o expressou de modo bem inequívoco. Pois bem, o cardeal cubano foi o único que se associou ao cardeal Spellman, antigo porta-voz do que existe de mais retrógrado nos EE. UU., na viagem ao paraíso franquista. Essa viagem não foi apenas uma visita espiritual. Arteaga pretendeu justificar o fascismo espanhol e fazê-lo grato aos olhos cubanos. Na mesma Carta Pastoral em que ataca, sem razões, as forças mais progressistas de Cuba, o cardeal camagüeyano faz o elogio encoberto do regime que Franco vem mantendo à custa do sangue do povo espanhol.

Outros indícios está oferecendo o movimento oficial católico. Os dirigentes dos Cavaleiros de Colombo, Cavaleiros Católicos, Ação Católica e demais agrupamentos se lançam na vanguarda da luta contra aquelas forças e grupos que querem para Cuba um futuro livre e um regime social a coberto da miséria e da angústia. Em nome de uma suposta luta "anti-comunista", porta-vozes dessas entidades católicas têm pretendido associar todos os católicos cubanos a uma campanha contra qualquer iniciativa renovadora. As eleições foram apenas uma parte episódica. Antes e depois delas, se vêm desenvolvendo contínuas atividades de muito claro sentido anti-popular.

E' hora, pois, que os católicos verdadeiros se perguntem se o seu posto é junto a êsses que querem utilizar a religião como chamariz político. O catolicismo não é, por si mesmo, um movimento forçosamente reacionário em sua projeção pública cotidiana. Erigido sobre as premissas cristãs, isto é, surgido de um protesto social, se converteu, lentamente, em instrumento para esmagar aquêle mesmo protesto que o engendrara há séculos. Mas os católicos faltam a seu dever quando não resistem a que a sua convicção íntima seja tomada como veículo para assegurar, no mundo, o predomínio daqueles mesmos que incendiaram as igrejas de Guernica, que assassinaram os católicos poloneses, que violaram os conventos alemães...

O P.S.P. E OS CATÓLICOS

Não temos muitas esperanças de que o cardeal Arteaga e seus amigos abandonem os caminhos perigosos em que se situam. Em compensação, há milhares de homens e mulheres católicos que não os seguiram, que não os devem seguir. As eleições constituíram boa prova de que, sem abjurar a sua fé, a grande massa do catolicismo está disposta a não se deixar conduzir a uma ação política retrógrada. O voto católico foi às urnas a favor do progresso. Os que levantaram a bandeira de um catolicismo reacionário ficaram tão desfeitos que, mais tarde, pretenderam negar a sua própria campanha.

Existe ainda uma grande margem de colaboração possível entre as forças católicas e as não católicas. O P.S.D. acredita-o firmemente. Não se trata agora — já o temos dito reiteradamente — de instaurar, de imediato, uma sociedade comunista em nossa pátria. Primeiramente, será necessário ganhar uma Cuba livre. Ontem, nos campos insurretos, católicos e ateus, maçons e sacerdotes, juntos se bateram pela liberdade de Cuba. Hoje, podemos desenvolver a mesma unidade libertadora.

Opõe-se a isto o caráter marxista do P. S. P., como maliciosamente sustentam os falangistas e como, fazendo-lhes eco, afirmou o próprio monsenhor cubano? Nada mais falso.

O cardeal Arteaga deduz a impossibilidade de colaboração católica com o movimento marxista, do caráter ateísta de nossa doutrina. Nunca ocultamos essa atitude. A base da nossa teoria, o materialismo dialético, é atéia. Pretendemos chegar a uma explicação absolutamente científica dos problemas do universo e da vida social. Aspiramos a que as massas rejeitem os erros implícitos em toda a interpretação religiosa. Mas isso não pode e nem deve impedir a colaboração, para fins específicos e justos, entre católicos e comunistas. Se assim fôsse, os católicos não poderiam ter outra militância do que a que lhes oferecessem partidos definitivamente católicos. E bem se sabe que, em todos os partidos políticos nacionais, os católicos ombreiam com ateus, agnósticos, maçons, protestantes, etc., com os quais colaboram para os objetivos específicos da política partidária.

Trata-se, portanto, de outra coisa. O que é preciso definir é se o ateísmo filosófico do Partido Socialista Popular resulta de uma atitude anti-clerical, de perseguição às diversas confissões religiosas, a seus dignitários e fiéis. O facto de que católicos e socialistas não possam trabalhar juntos se deve, porventura, a que postulamos a supressão do direito a professar o culto católico ou, mesmo, na etapa ulterior do socialismo, a eliminação violenta do culto?

Tal seria a única justificação possível para a atitude de monsenhor Arteaga. Isto é precisamente o que se tenta fazer crer aos católicos, como meio de impedir a união das forças populares.

A falsidade dessas suposições é bem visível. De Marx a Engels, os marxistas fizeram patentes os seus princípios quanto aos direitos políticos dos crentes religiosos. Ninguém o explica melhor do que Lênin,

em célebres artigos muito difundidos e que, dentro de breves dias, poderão estar de novo em tôdas as mãos, pois serão editados em nosso país. (1)

Os comunistas, definiu Lênin, consideram a religião como *assunto privado* no que concerne ao Estado. Isto é, repelem tôda intervenção estatal a favor ou contra qualquer crença religiosa. Exigem a mais rigorosa separação entre a Igreja e o Estado e a equiparação em direitos de todos os cidadãos, qualquer que seja sua crença religiosa ou sua filiação ateísta. Essa atitude foi condensada na célebre sentença de Lênin, que é hoje parte integrante da Constituição do primeiro Estado socialista:

"Toda pessoa deve ser absolutamente livre de professar a religião que lhe parecer melhor ou de não professar nenhuma".

Examinando a origem social da religião e a causa de sua penetração nas massas, os marxistas coincidiram em afirmar que a exploração e a miséria é que produzem e mantêm os preconceitos religiosos das massas. Por isso, Marx e Engels, Lênin e Stálin nos ensinaram que o único modo de eliminar do mundo o predomínio falaz das idéias religiosas consiste em destruir as bases sociais das mesmas, isto é, o sistema capitalista. Frente aos ideólogos progressistas da burguesia e seus tributários do anarquismo — para os quais o enraizamento da religião nas massas se deve à ignorância e, portanto, pode ser vencido pela propaganda anti-clerical, com gritos de "Abaixo a religião e viva o ateísmo" —, os marxistas postulam a necessidade de combinar a mais estrita explicação científica dos problemas da ciência natural e social com a luta mais tenaz por substituir o atual regime que origina a miséria implacável das massas, caldo de cultura do clericalismo e dos sofismas religiosos.

Não se poderá encontrar, entre os marxistas, um anti-clericalismo vulgar à maneira anarquista. Tãopouco será possível acusar-nos de organizar a perseguição religiosa. Ninguém nos culpará por hostilização aos crentes. Ao contrário, ali onde uma tendência religiosa sofre perseguições, os comunistas se levantam para apoiar o protesto de seus fiéis. O caso mais extremo foi citado pelo próprio Lênin em uma de suas contribuições mais conhecidas, em fins do século XIX: a social-democracia alemã advogava a liberdade de admissão dos jesuítas na Alemanha, e Friedrich Engels o considerava acertado.

Os dramáticos acontecimentos dêsses últimos anos confirmam, na prática, esta atitude dos comunistas. Católicos, protestantes, hebreus e comunistas aprenderam a lutar juntos nos países dominados pelo hitlerismo. Uma aspiração comum à liberdade democrática e à libertação de seus países uniu-os por cima das diferenças artificiais.

Os esforços por separar as massas, cindindo os trabalhadores católicos de seus irmãos socialistas, nada têm a ver com a pretensa defesa

(1) A religião, por V. I. Lênin.

da religião. Trata-se de uma simples manobra destinada a debilitar as forças do povo. Católicos, protestantes, maçons, comunistas, atuando conjuntamente nos sindicatos, na frente nacional anti-imperialista, na luta contra a guerra, impedirão que se cristalizem os propósitos das novas forças mundiais do fascismo. Quando, com pretextos religiosos, se quer afastar o trabalhador católico dos sindicatos, a quem se serve? Quem se beneficia com uma política como a delineada por Dorta Duque e demais abandeirados do chamado "catolicismo", que pretendem agrupar os católicos cubanos em torno de partidos, tendências e políticos de inconfundível sabor reacionário?

O que estamos reiterando agora, foi muitas vezes explicado. Blas Roca, em seu admirável folheto *Católicos y Comunistas*, o expôs com clareza tal que ninguém pode alegar ignorância. Juan Marinello o disse da tribuna da Constituinte e em cada ocasião em que o problema tem sido levado a debate. Assim o compreendem milhares de católicos. Muitos deles militam hoje em nosso partido. Sabem que, embora doutrináriamente sejamos marxistas, isto é, ateus, cada membro do Partido pode professar a religião que melhor lhe parecer. Esforçamo-nos por difundir a nossa concepção científico-materialista, mas não intervimos na consciência de nossos filiados. Não há contradição entre o seu idealismo religioso e a sua militância socialista. Somente quando alguém pretenda usar, em nossas próprias fileiras, a religião como instrumento político, contra o programa de serviço nacional e de transformação social que desfraldamos, se tornará incompatível essa má utilização politiqureira das convicções religiosas com a permanência no partido.

Graves momentos aguardam o nosso povo cubano. Diante dos acontecimentos do futuro, se tornará indispensável a mais estreita unidade nacional, a inquebrantável união do povo. Nenhuma divergência política, confessional ou filosófica deve interpor-se entre os que almejam conduzir Cuba à plena independência, salvar as nossas instituições democráticas. Os que trabalham contra essa unidade são inimigos de Cuba. Assim o demonstraram, nas últimas eleições, aqueles que pretenderam misturar religião e política com propósitos definidamente reacionários. Embora monsenhor Arteaga finja ignorá-lo, essa atitude cria um problema do qual, felizmente, o nosso país tem estado livre, mas que na Espanha, Polônia, México, para citar três exemplos bem trágicamente visíveis, produziu amargos resultados.

As massas católicas, que tão boa resposta deram a seus maus pastores em 1.º de junho, devem fechar o caminho a essa sombria perspectiva. A ampla avenida de uma Cuba plenamente livre, na qual conviverão, com iguais direitos, católicos, budistas, protestantes e ateus, necessita do trabalho comum. Devemos dá-lo sem reservas.

(*Fundamentos*, n. 60, setembro-outubro de 1946; La Habana, Cuba.)

De Tudo, um Pouco...

A PEDRA DE TOQUE DA DIALÉTICA — “A natureza é a pedra de toque da dialética e não temos outro remédio senão agradecer às modernas ciências naturais nos terem oferecido um acervo de dados extraordinariamente copioso e que vêm enriquecendo todos os dias, demonstrando, assim, que a natureza se move, em última análise, pelos canais da dialética e não sobre os trilhos metafísicos. Mas, até hoje, os naturalistas, que têm sabido pensar dialéticamente, são pouquíssimos e esse conflito, entre os resultados descobertos e o método especulativo tradicional que utilizam, desvenda aos nossos olhos a ilimitada confusão hoje reinante na teoria das ciências naturais e que constitui o desespero de mestres e discípulos, de autores e leitores.

Só pela via dialética, não perdendo de vista a ação geral das influências recíprocas, da gênese e da caducidade de tudo quanto vive, das mudanças de avanço e retrocesso, podemos chegar a uma concepção exata do universo, de seu desenvolvimento e do desenvolvimento da humanidade, assim como da imagem por ele projetada nos cérebros dos homens.” (Engels — *Anti-Dühring*, pág. 25 — Edit. Calvino Ltda., 1944.)

●

RELAÇÃO ENTRE O CAPITALISTA E O ASSALARIADO — “A relação oficial entre o capitalista e o assalariado é de um caráter puramente mercantil. Se o primeiro desempenha o papel de senhor e este o de servidor, é graças a um contrato pelo qual este não somente se põs ao serviço daquele, e, portanto, sob sua dependência, mas por cujo contrato ele renunciou, sob qualquer título, a propriedade sobre seu próprio produto. Por que, então, teria o assalariado feito este negócio? Porque ele nada mais possui senão a sua força física, o trabalho em estado potencial, ao passo que todas as condições exteriores necessárias a dar corpo a esta força, tais como a matéria prima e os instrumentos indispensáveis ao exercício útil do trabalho, o poder de dispor das subsistências necessárias à manutenção da força operária e à sua conversão em movimento produtivo, tudo isso se encontra do outro lado, isto é, com o capitalista.” (Marx — *O segredo da Acumulação Primitiva* — “in” *A origem do Capital* — pág. 10 — Ed. Guaira Ltda.)

●

COMÊÇO DE SOCIALISMO... — “A social democracia apresenta o capitalismo monopolista como o verdadeiro comêço do socialismo, com o objetivo de afastar a classe operária da destruição revolucionária do capitalismo, para salvar o capitalismo agonizante.” (Segal — *Noções Fund. de Econ. Política.*)

Perguntas e Respostas

PERGUNTA — As mutações qualitativas dos objetos têm alguma influência sobre a quantidade? Estará contra a lei dialética da transformação da qualidade em quantidade e vice-versa?

RESPOSTA — Respondamos exemplificando:

O objetivo da seleção de qualquer espécie superior de vegetais consiste em, logrado o respectivo melhoramento, aumentar-lhe a fertilidade, obter maior quantidade do vegetal da referida espécie. Desta forma, a mutação da qualidade do vegetal visa o objetivo de criar também a mutação em sua quantidade.

K. A. Timiriassév fala de uma espécie de trigo obtida em consequência da seleção realizada no curso de cinco anos. Um dos 87 grãos semeados produziu, no ano seguinte, 688 grãos (10 espigas), cada um dos quais, por sua vez, produziu, já no ano seguinte, 1.190 grãos (17 espigas). No terceiro ano, obtiveram-se já, de cada grão destas últimas espigas, 2.145 grãos (39 espigas). Como vemos, a mutação qualitativa do trigo está relacionada com a quantitativa.

Vamos citar alguns exemplos tomados do campo do desenvolvimento da sociedade. A sociedade feudal, pela força das leis que lhe são inerentes, cria as condições para a transformação do feudalismo em capitalismo, como formação social qualitativamente nova. Que é, porém, qualitativamente, um fenômeno novo? Seria incorreto pensar que a nova qualidade se diferencia da velha só por seu aspecto exterior. Na realidade, diferencia-se por toda sua estrutura, seu conteúdo, suas leis de desenvolvimento.

As leis do modo capitalista de produção são absolutamente diferentes das da economia feudal. As novas leis do modo capitalista de produção exercem influência decisiva sobre a mutação do nível quantitativo das forças produtivas da sociedade. A sociedade capitalista elevou as forças produtivas a um nível com que não sonharam, nem podiam sonhar as anteriores formações sociais. Pode-se citar um exemplo curioso para ilustrar o facto: os engenheiros americanos fizeram o cálculo de que a pirâmide egípcia para cuja construção se precisou do trabalho de 100 mil escravos, durante 30 anos, agora, com a moderna técnica capitalista, exigiria, tão somente, o trabalho de 100 operários, durante um ano, apenas.

O mesmo sucede com a sociedade socialista em comparação com a capitalista. Toda a gente se assombra com a rapidez do desenvolvimento da economia nacional na URSS. Os ritmos de seu desenvolvimento são, efetivamente, desconhecidos na história do progresso social. E isso tem explicação simples: as leis da sociedade socialista, isto é, as leis que, qualitativamente, se distinguem das do capitalismo, são tais, que criam todas as condições para o crescimento mais alto das forças produtivas.

Dêste modo, as relações recíprocas entre o lado qualitativo e o quantitativo dos objetos têm caráter bilateral. A mutação quantitativa de um objeto leva à formação de nova qualidade; a nova qualidade determina quantidade completamente nova, novas proporções quantitativas.

Esta influência mútua manifestou-se também, de maneira ostensiva, no seguinte caso da construção socialista na União Soviética.

Lénin e Stálin disseram, reiteradamente, que, sem a industrialização do país, sem a transformação de suas bases técnicas, não é possível modificar-lhe a economia, vale dizer, transformar a economia rural de pequena mercadoria, disseminada, em economia grande, socialista. Por outro lado, o camarada Stálin disse que uma simples unificação em kolrozes das pequenas economias camponesas disseminadas lhes aumenta de muitas vezes a força em comparação com as anteriores, quando trabalhavam individualmente...

"...O simples facto de se trazerem os instrumentos camponeses ao fundo comum dos kolrozes produz efeitos com os quais nem sequer haviam sonhado nossos especialistas práticos. Em que se acusam êsses efeitos? Em que a passagem dos camponeses aos kolrozes se traduziu em aumento de 30, 40, 50 por cento da superfície de cultivo." (Stálin — *Questões do leninismo*, pag. 341, ed. espanhola.)

● ●

ANTAGONISMOS — Um exemplo de desarmonia entre as relações de produção e a natureza das forças produtivas, de conflito entre umas e outras, temo-lo nas crises económicas dos países capitalistas, onde a propriedade privada dos meios de produção está em violenta discordância com o caráter social do processo de produção, com a natureza das forças produtivas. Consequência dessa discordância são as crises económicas, que resultam na destruição de forças produtivas; e êsse desajustamento social, cuja missão consiste em destruir as relações de produção vigentes, com o fim de estabelecer outras novas, em harmonia com a natureza das forças produtivas. (Stálin — *Sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico* — "in" *Sobre os fundamentos do leninismo*, págs. 293-4 — Edit. Calvino Ltda., 1945.)

●

SOCIALISMO x CAPITALISMO — A terra está atualmente dividida em duas regiões, a cada uma das quais corresponde um sistema de produção, que se contrapõem entre si. Dois mundos, que se combatem numa luta de vida ou de morte. O antigo, o capitalismo moribundo, e o novo, o mundo do socialismo, que marcha para a frente, estabelecido na URSS (Adoratski).

●

O Pensamento de Engels



DA AUTORIDADE (1)

Alguns socialistas, de uns tempos para cá, iniciaram uma verdadeira cruzada contra o que eles chamam *princípio de autoridade*. Basta que se lhes diga que este ou aquele ato é *autoritário* para que o condenem. Abusa-se deste método sumário de proceder a tal ponto que não ha remédio senão examinar a coisa mais de perto. Autoridade, no sentido de que se trata, quer dizer: imposição da vontade de outrem à nossa; autoridade supõe, por outro lado, subordinação. Ora, por mais que soem mal estas palavras e por mais desagradável que seja, para a parte subordinada, a relação que elas representam, a questão está em saber se existe algum meio de se prescindir dela, se — consideradas as condições atuais da sociedade — podemos criar outro regime social no qual não tenha mais razão de ser esta autoridade e no qual, portanto, deva desaparecer. Examinando as condições econômicas, industriais e agrícolas, que constituem a base da atual sociedade burguesa, verificamos que elas tendem a substituir cada vez mais a ação isolada pela ação combinada dos indivíduos. A indústria moderna, com suas grandes fábricas e oficinas, nas quais centenas de operários fiscalizam o movimento das máquinas movidas a vapor, veio a ocupar o lugar da pequena oficina do produtor isolado; os coches e as carruagens para transporte a grande distância foram substituídos pela estrada de ferro, assim como as gôndolas e os barcos a vela o foram pelos barcos a vapor. A própria agricultura vai caindo, pouco a pouco, sob o domínio da máquina e do vapor, os quais substituem, lenta mas inexoravelmente, os pequenos proprietários pelos grandes capitalistas, que cultivam, com a ajuda de trabalhadores assalariados, grandes extensões de terra. A ação coordenada, a complicação dos processos, sujeitos uns aos outros, toma o lugar, em tôdas as partes, da ação independente dos indivíduos. E quem diz ação coordenada diz organização. Ora, existe porventura organização sem autoridade?

Suponhamos que uma revolução social tivesse derrubado os capitalistas, cuja autoridade dirige hoje a produção e circulação da riqueza.

(1) Publicado, pela primeira vez, no "Almanaque Republicano de 1874". (N. da Red.).

Suponhamos, para nos colocarmos inteiramente do ponto de vista dos anti-autoritários, que a terra e os instrumentos de trabalho se tivessem convertido em propriedade coletiva dos operários que os empregam. Teria desaparecido a autoridade ou não teria feito mais que mudar de forma? Vejamos.

Tomemos, a título de exemplo, uma fábrica de fios de algodão. O algodão, antes de se converter em fios, tem de passar, pelo menos, por seis operações sucessivas, operações essas que se executam, em sua maior parte, em diferentes secções. Além disso, para manter as máquinas em movimento, necessita-se de um engenheiro que inspecione a máquina a vapor, mecânicos para os consertos diários e, ainda mais, de muitos carregadores destinados a transportar os produtos de uma sala para outra, etc. Todos esses operários homens, mulheres e jovens, estão obrigados a iniciar e a terminar seu trabalho à hora determinada pela autoridade do vapor, que zomba da autonomia individual. O primeiro ponto que se faz necessário é que os operários concordem no que diz respeito às horas de trabalho; uma vez fixadas as horas, ficam todos submetidos a elas, sem nenhuma exceção. Depois, em cada sala, e a cada instante, surgem questões de detalhe sobre o modo de produção, sobre a distribuição dos materiais, etc., questões que têm que ser resolvidas em cada momento, sob pena de se paralizar imediatamente toda a produção. Ou se resolvem pela decisão de um delegado posto à frente de cada ramo de produção, ou pelo voto da maioria, se isto for possível, de qualquer forma, a vontade de alguém terá sempre que se subordinar, ou, seja, as questões serão resolvidas autoritariamente. O mecanismo automático de uma grande fábrica é muito mais tirânico do que jamais o foram os pequenos capitalistas que empregam operários. Na porta dessas fábricas, poder-se-ia escrever, pelo menos com respeito às horas de trabalho: *Lasciate ogni autonomia, voi che entrate!* ("Renunciad à toda autonomia, oh! vós que entraís!"). Se o homem, com a ciência e o gênio inventivo, submete as forças da natureza, estas se vingam dele, submetendo-o, enquanto as está empregando, a um verdadeiro despotismo, independente de toda organização social. Querer abolir a autoridade, na grande indústria, é querer abolir a própria indústria, é querer destruir as fábricas de fios com máquinas a vapor, para voltar aos tempos da roca.

Tomemos, para dar um outro exemplo, uma estrada de ferro. Também aqui é absolutamente necessária a cooperação de uma infinidade de indivíduos, cooperação que deve ter lugar em horas muito certas, para que não se produzam desastres. Também aqui, a primeira condição para que a empresa funcione é uma vontade dominante que resolva todas as questões secundárias. Esta vontade pode estar representada por um só delegado ou por um comitê encarregado de executar as resoluções de uma maioria de interessados. Tanto num como noutro caso, existe uma autoridade bem determinada. Ainda mais, que acontecerá com um primeiro trem que arrancasse, se se abolisse a autoridade dos empregados da estrada de ferro sobre os senhores viajantes?

Onde, porém, salta mais aos olhos a necessidade da autoridade, e de uma autoridade imperiosa, é num barco em alto mar. Ali, no momento

de perigo, a vida de cada um depende da obediência instantânea e absoluta à vontade de um só.

Quando coloquei argumentos dêste tipo junto aos mais furiosos anti-autoritários, não souberam responder-me mais que isto: "Ah! é verdade, mas aqui não se trata de darmos a um delegado uma autoridade, mas um encargo!" Estes senhores acreditam mudar a coisa ao mudar-lhe o nome. Eis como zombam do mundo êstes profundos pensadores.

Já vimos, pois, que, de um lado, uma certa autoridade, delegada ou não, e de outro, uma certa subordinação, são coisas que, independentemente da organização social, nos são impostas pelas condições materiais nas quais produzimos e fazemos circular os produtos.

E vimos, além disso, que as condições materiais de produção e de circulação crescem inevitavelmente com a grande indústria e com a grande agricultura, e tendem cada vez mais a dilatar o campo desta autoridade. E' absurdo, pois, falar do princípio da autoridade como de um princípio mau e do princípio da autonomia, como de um princípio bom. A autoridade e a autonomia são coisas relativas, cujas esferas variam nas diferentes fases do desenvolvimento social. Se os autonomistas se limitassem a dizer que a organização social do futuro restringirá a autoridade até o limite estrito em que as condições da produção a tornam inevitável, poderíamos entender-nos; mas, longe disso, permanecem cegos a todos os factos que fazem a coisa necessária e se lançam, com furor, contra a palavra.

Por que os anti-autoritários não se limitam a clamar contra a autoridade política, contra o Estado? Todos os socialistas estão de acôrdo em que o Estado político, e, com êle, a autoridade política, desaparecerão, como consequência da próxima revolução social, ou, seja, as funções públicas perderão seu caráter político, transformando-se em simples funções administrativas, chamadas a zelar pelos verdadeiros interesses sociais. Mas os anti-autoritários exigem que o Estado seja abolido de uma penada, mesmo antes de terem sido destruídas as condições sociais que o fizeram nascer. Exigem que o primeiro ato da revolução social seja a abolição da autoridade. Não viram nunca uma revolução, êstes senhores? Uma revolução é, indubitavelmente, a coisa mais autoritária que existe; é o ato por meio do qual uma parte da população impõe sua vontade à outra parte por meio de fuzis, baionetas e canhões, meios autoritários, se é que existem; e o partido vitorioso, se não quer ter lutado em vão, tem de manter êste domínio pelo terror que suas armas inspiram aos reacionários. A Comuna de Paris teria durado, porventura, um só dia, se não tivesse empregado esta autoridade de povo armado frente aos burgueses? Não podemos, ao contrário, criticá-la por não tê-la empregado com bastante amplitude?

Assim, pois, de duas, uma: ou os anti-autoritários não sabem o que dizem e, neste caso, não fazem mais que semear a confusão, ou o sabem e, neste caso, atraçoam o movimento do proletariado. Num e noutro servem à reação.

Correspondência dos nossos leitores

JOÃO NEVES (Rio) — Não acreditamos que o Dr. Matos Pimenta, algum dia, haja afirmado que, na Rússia, uma pessoa pode ter 40 casas para alugar. E, se o afirmou, fê-lo equivocadamente. Ninguém, na URSS, pode possuir *casas* para alugar. Pode, sim, alugar cômodos de sua própria casa, se o seu tamanho o permitir, e por preços jamais superiores aos cobrados pelo próprio Estado, bem como as casas de campo, nos períodos de estadia nas cidades, e vice-versa.

IRANI MARTINS — Em sua carta, faz as seguintes perguntas: “se a luta de classes tem sido a base de todo o desenvolvimento e sua força motriz, o que acontece na sociedade socialista, i. é. na sociedade sem classes? O que passa a ser a base e a força motriz do desenvolvimento, nessa fase? Por acaso cai a teoria da luta de classes na sociedade comunista? O que passa então a ser, nela, a força motriz?”

Na sociedade socialista, fase inferior do comunismo, da mesma forma que no comunismo propriamente dito, não existem classes, segundo a conceituação formulada até aqui. Se não há classes, é óbvio que não pode haver luta de classes. A força motriz do desenvolvimento histórico de uma sociedade sem classes, comunista, será representada, possivelmente, permita-se-nos a imaginação, pelo elevado grau de consciência das gentes, desenvolvida sobre as bases do mais amplo desenvolvimento das forças produtivas, que permitirão ao homem dar o salto à liberdade plena, com a sua libertação da contingência econômica. Quando o trabalho físico fôr igualado ao trabalho intelectual e o trabalho deixar de ser uma necessidade vital e se tornar uma exigência fisiológica, somente estímulos espirituais determinarão o desenvolvimento da sociedade. Contudo não foram estabelecidas ainda as leis que presidirão o desenvolvimento da sociedade comunista. Na URSS, atual, em que, pela primeira vez, no mundo, o socialismo ensaia os seus primeiros passos, surgem as primeiras formas de estímulo para o progresso que não o da “luta de classes”. Formas materiais como o estarranovismo e emulação socialista e espirituais como a da pura e íntegra consciência socialista que se estende cada vez mais a todos soviéticos. Conviém seja lembrado que as forças produtivas soviéticas ainda não se desenvolveram tanto que já permita o comunismo e ainda resta o cerco do capitalismo, a entrar o progresso soviético, razão porque ainda não estão definidas todas as leis que presidirão o desenvolvimento da sociedade socialista. De qualquer forma, parece-nos, é mais importante preocuparmo-nos e estudarmos agora os métodos que nos facultarão a liquidação do capitalismo, que especularmos, divagarmos, sobre qual será o “motor” da história futura...

O GRUPO "MUSICA VIVA" E SUA DECLARAÇÃO DE PRINCIPIOS

A música, traduzindo idéias e sentimentos na linguagem dos sons, é um meio de expressão; portanto, produto da vida social.

A arte musical — como tôdas as outras artes — aparece como super-estrutura de um regime cuja estrutura é de natureza puramente material.

A arte musical é o reflexo do essencial na realidade.

A produção intelectual, servindo-se dos meios de expressão artística, é função da produção material e sujeita, portanto, como esta, a uma constante transformação, à lei da evolução.

Música é movimento.

Música é vida.

MÚSICA VIVA, compreendendo êste facto, combate pela música que revela o eternamente novo, isto é: por uma arte musical que seja a expressão real da época e da sociedade.

MÚSICA VIVA refuta a assim-chamada arte acadêmica, negação da própria arte.

MÚSICA VIVA, baseada nesse princípio fundamental, apoia *tudo* o que favorece o nascimento e crescimento do novo, escolhendo a revolução e repelindo a reação.

MÚSICA VIVA, compreendendo que o artista é produto do meio e que a arte só pode florescer quando as forças produtivas tiverem atingido um certo nível de desenvolvimento, apoiará qualquer iniciativa em prol de uma educação não somente artística, como também ideológica; pois não há arte sem ideologia.

MÚSICA VIVA, compreendendo que a técnica da música e da construção musical depende da técnica da produção material, propõe a substituição do ensino teórico-musical baseado em preconceitos estéticos tidos como dogmas, por um ensino científico baseado em estudos e pesquisas das leis acústicas, e apoiará as iniciativas que favoreçam a utilização artística dos instrumentos rádio-elétricos.

MÚSICA VIVA estimulará a criação de novas formas musicais que correspondam às idéias novas, expressas numa linguagem musical contrapontístico-harmônica e baseada num cromatismo diatônico.

MÚSICA VIVA, repele, entretanto, o formalismo, isto é: a arte na qual a forma se converte em autônoma; pois a forma da obra de arte autêntica corresponde ao conteúdo nela representado.

MÚSICA VIVA, compreendendo que a tendência "arte pela arte" surge num terreno de desacôrdo insolúvel com o meio social, bate-se pela concepção utilitária da arte, isto é, a tendência de conceder às

obras artísticas a significação que lhes compete em relação ao desenvolvimento social e à super-estrutura d'ele.

MÚSICA VIVA, adotando os princípios de arte-ação, abandona como ideal a preocupação exclusiva de beleza; pois, toda a arte de nossa época não organizada diretamente sobre o princípio da utilidade será desligada do real.

MÚSICA VIVA acredita no poder da música como linguagem universalmente inteligível e, portanto, na sua contribuição para a maior compreensão e união entre os povos.

MÚSICA VIVA, admitindo, por um lado, o nacionalismo *substancial* como estágio na evolução artística de um povo, combate, por outro lado, o *falso* nacionalismo em música, isto é: aquêle que exalta sentimentos de superioridade nacionalista na sua essência e estimula as tendências egocêntricas e individualistas que separam os homens, originando forças disruptivas.

MÚSICA VIVA acredita na função socializadora da música, que é a de unir os homens, humanizando-os e universalizando-os.

MÚSICA VIVA, compreendendo a importância social e artística da música popular, apoiará qualquer iniciativa no sentido de desenvolver e estimular a criação e divulgação da boa música popular, combatendo a produção de obras prejudiciais à educação artístico-social do povo.

MÚSICA VIVA, compreendendo que o desenvolvimento das artes depende também da cooperação entre os artistas e das organizações profissionais, e compreendendo que a arte somente poderá florescer quando o nível artístico *coletivo* tiver atingido um determinado grau de evolução, apoiará todas as iniciativas tendentes a estimular a colaboração artístico-profissional e a favorecer o desenvolvimento do nível artístico coletivo; pois a arte reflete o estado de sensibilidade e a capacidade de coordenação do meio.

Consciente da missão da arte contemporânea em face da sociedade humana, o grupo MÚSICA VIVA acompanha o presente no seu caminho de descoberta e de conquista, lutando pelas idéias novas de um mundo novo, crendo na força criadora do espírito humano e na arte do futuro.

Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1946.



LIBERDADE SINDICAL — O que se compreende por liberdade sindical é o direito assegurado ao trabalhador de constituir, ele mesmo, sua própria organização, independente de qualquer regulamento do governo, dentro de suas possibilidades e conhecimentos. E' o próprio proletariado que deve escolher as formas e métodos a usar na sua organização sindical, a maneira de dirigi-las, respeitadas apenas as exigências legais para o seu reconhecimento como sociedade civil. (João Amazonas — *Dário da Assembléa* — 14-5-946.)



A Filosofia ao Alcance de Todos *por Cécile Ungland*

OITAVA LIÇÃO

III

OS PRINCÍPIOS DO MATERIALISMO HISTÓRICO

No fim de seu *Prefácio* ao livro *Contribuição à Crítica de Economia Política*, Marx diz:

Nos umbrais da ciência, como na entrada do inferno, impõe-se esta divisa:

*Seja daqui banida toda suspeita
E que neste lugar se desvaneça todo temor. (1)*

As investigações científicas, nos seus começos, sempre excitaram as suspeitas dos homens e suscitaram seus temores; os primeiros astrônomos e matemáticos, na Grécia antiga, afiguram-se, aos seus contemporâneos, perigosos revolucionários. As primeiras tentativas de experimentação foram por muito tempo associadas, na imaginação dos homens, às operações misteriosas e perigosas da feitiçaria. Não podia deixar de acontecer o mesmo com a História, com a ciência dos fatos sociais. Quando Marx e Engels, estabelecendo os princípios do materialismo histórico, lançaram os fundamentos da ciência histórica, houve na Europa uma profunda emoção. Na França, não somente os representantes da burguesia, mas também a massa dos socialistas franceses ("que queriam levantar o mundo com a fórmula mágica: "liberdade, igualdade, fraternidade") ergueram-se indignados. Na Alemanha, "os tagarelas democratas vulgares" encolerizaram-se, porém a cólera não surge sem ser acompanhada pelo medo.

Quando Engels escreveu seu ensaio intitulado *O MATERIALISMO HISTÓRICO*, começou com estas palavras:

"Sei perfeitamente que o conteúdo deste ensaio provocará protestos numa considerável parte do público inglês. (2)

(1) Karl Marx-Friedrich Engels — *Estudos Filosóficos*, págs. 86-87. (E.S.I.) os versos são de Dante (*Divina Comédia — O Inferno*).

(2) Idem, pág. 103.

Isso aconteceu há um século e o medo que o materialismo histórico provocava numa parte considerável do público inglês e francês não desapareceu ainda, subsiste.

Entretanto, nos umbrais da ciência, como na porta do inferno, é preciso proscrever a dúvida e liquidar o temor.

O materialismo histórico é, realmente, a concepção científica da História; nada mais, nada menos.

Nas lições precedentes, definimos o materialismo dialético: concepção científica da natureza. O materialismo histórico é uma aplicação da concepção materialista e do método dialético às sociedades humanas. Por outras palavras, não há dois métodos diferentes; há apenas um método: o materialismo dialético. Quando se descobriu, com o desenvolvimento das ciências históricas, que o método dialético se aplica tão bem ao exame das sociedades quanto o materialismo dialético se aplica ao estudo dos fenômenos da natureza e do indivíduo humano, chamou-se materialismo histórico a essa aplicação da dialética.

Estais lembrados de que foram as descobertas das ciências físicas e naturais que levaram Marx e Engels a elaborar o método do materialismo dialético (particularmente três descobertas: a célula, a transformação da energia e a transformação das espécies). Foram os trabalhos dos historiadores do século XIX e os trabalhos pessoais de Marx e Engels, que os levaram a encontrar na história as leis da dialética.

Engels escreveu na CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA ECONOMIA FOLÍTICA de Karl Marx:

"O desenvolvimento da concepção materialista, mesmo num só exemplo histórico, era um trabalho histórico que exigiria anos de estudos tranquilos, porque é evidente que nesse terreno nada se pode fazer com simples frases e que só uma massa de materiais históricos escolhidos de modo crítico e completamente assimilados pode permitir realizar-se semelhante tarefa". (3).

Precisamos compreender bem este ponto: o materialismo histórico não é um conjunto de princípios criados pelos pensamentos de Marx e Engels para ser aplicado à História. Seus princípios foram extraídos do conhecimento dos próprios fenômenos históricos; é a própria História que revela esses princípios que se encontram em seu seio. Uma vez elaborados, eles se tornam uma regra para novas descobertas, um instrumento de investigação e explicação da História. Aconteceu exatamente como com a dialética: o desenvolvimento da célula, a transformação das espécies, a estrutura da luz e da matéria, impõem ao espírito, que se inclina diante da experiência, as leis da dialética: uma vez desembrasadas da experiência, elas constituem, em conjunto, para o espírito, um método admiravelmente fecundo de descobertas.

Quais são os princípios do materialismo histórico?

Destacamos, como primeira lei da dialética, a lei da transformação incessante, da evolução.

(3) Idem, pág. 93.

Essa lei do céu, da terra, das espécies vivas, é também a lei da História. Os filósofos do século XVIII, na França, não deixaram de observar essa evolução histórica: Voltaire preocupou-se em descrever a longa viagem da razão que "caminha por pequenas jornadas". No século XIX, Hegel, numa obra poderosa e genial, descreve a evolução da história da humanidade. Mas nem uns nem outros ousaram ir até às últimas consequências deste fato: saber que nada há de definitivo, de absoluto. A dialética mostra a caducidade de todas as coisas e que nada existe fora do *processus* ininterrupto do devir.

Hegel, obrigado a construir um sistema de filosofia, devia terminar seu sistema por uma espécie de verdade absoluta: assim, afirmava ele o conhecimento da idéia absoluta, daí o lado revolucionário de seu método ser esmagado "sob o peso de seu lado conservador". Na prática histórica, Hegel chegava aos mesmos resultados e às mesmas contradições; a humanidade, que conseguiu, na pessoa de Hegel, elaborar a idéia absoluta, pôde igualmente, na prática, fazer passar a idéia absoluta para a realidade. No fim da *Filosofia do Direito* julga-se que a idéia absoluta deve ser realizada na monarquia representativa que Frederico Guilherme II prometia em vão, obstinadamente a seus súditos, isto é, numa *dominação das classes possuidoras, indireta, temperada e moderada, adaptada às condições pequeno-burguesas da Alemanha da época*.

Dessa mesma maneira foi que a maioria de nossos filósofos do século XVIII sonhou um triunfo para eles inteiramente racional, um triunfo absoluto da burguesia sobre o feudalismo.

Mas a lição da filosofia de Hegel, uma vez liberta de suas contradições e, principalmente, a lição da prática histórica, é a existência de uma sucessão de etapas transitórias da sociedade humana, cada etapa justificada, de início, pela época e pelas condições às quais ela deve sua origem, injustificável pela série de novas condições que se desenvolvem pouco a pouco em seu seio e destinada a dar lugar a uma etapa superior que, por sua vez, entra no ciclo da decadência e da morte.

Em lição anterior, citámos a frase do discurso de Jaurès à juventude, na qual ele denuncia o erro do *Eclesiastes*, reacionário e desabusado.

"Não há nada de novo sob o sol". Precisamos deixar de pensar que não há nada de novo na História, porque assim pensando estamos contra a experiência, contra a realidade. Dois fenômenos históricos só parecerão idênticos ao ignorante que, abstraindo-se de uma grande parte da realidade, verá semelhanças onde elas não existem. Não há fenômenos históricos que se repitam, assim como as idades da terra ou do céu não são a repetição de ciclos sempre recomeçados; há, sim, relações constantes na evolução, o que é muito diferente.

* * *

Falando do método hegeliano, chamei-o de revolucionário, pois que ele leva a pensar não haver nenhuma forma social definitiva, nenhuma sociedade perfeita, nenhum estado ideal perfeito da humanidade, mas

que a lei dialética da transformação é inseparável da lei dialética do condicionamento recíproco. Essa lei da natureza de ação recíproca universal, que todas as ciências experimentais comprovam, encontra-se na dialética da História, e é o lado "conservador" do materialismo histórico. Ele reconhece a justificação de cada etapa do desenvolvimento da sociedade pela sua época e pelas suas condições, quer dizer que se trata de um conservadorismo relativo.

No ensaio de Engels, que citei atrás, sobre o materialismo histórico, escreve ele:

...espero que mesmo a respeitabilidade britânica não se sinta muito chocada si... emprego a expressão "materialismo histórico"... E me farão talvez tanto mais beneficiário dessa indulgência quanto mais eu provar que o materialismo histórico pode servir vantajosamente mesmo à respeitabilidade britânica. (4)

Realmente, em 1800, aproximadamente, um estrangeiro culto que fôsse residir na Inglaterra ficaria admirado daquilo que consideraria como a "hipocrisia religiosa" dos ingleses, e era levado a considerar como estúpida a respeitável classe média inglesa dessa época. O materialismo histórico, convidando o historiador a explicar essa aparência estúpida pelo conjunto de suas condições; ligando essa aparência estúpida a todas as circunstâncias da época e do ambiente, ressalta que a classe média inglesa não era tão estúpida quanto podia parecer a um estrangeiro inteligente. Sua estupidez explica-se e desaparece com as condições.

Por isso, o materialismo mecanicista do século XVIII errou, condenando, em nome da razão eterna, períodos inteiros da História, como o fez com a Idade Média. Todo período se explica pelas condições, tanto quanto como etapa necessária do *processus* do desenvolvimento social.

A tarefa da história científica não é mais pesquisar, no passado das instituições, o que elas tiveram de bom ou mau — o que é um método anti-científico e anti-histórico. A história científica liquida a história panegírica na qual o historiador glorificou um regime passado; não se trata de glorificar ou de condenar, mas de explicar a História, explicar a necessidade dos fenômenos históricos como o físico explica a razão de ser da variedade dos fenômenos luminosos ou como o naturalista explica as mutações da drosófila pelas reações do meio ambiente.

* * *

Objetarão, porém, haver uma diferença fundamental entre a história da natureza e a história das sociedades. Na natureza, "são simplesmente fatores inconscientes e cegos que agem uns sobre os outros" enquanto que não nos apercebemos da reação exercida sobre ela pelos homens. Em tudo o que se produz na natureza nada há que seja deliberado, que seja intencional ou mesmo que seja consciente; ninguém se lembraria de acreditar nas intenções do calor e da eletricidade, e os filósofos mais

(4) Idem, págs. 110, 111.

admiradores do instinto, como Bergson, foram obrigados a concordar que o instinto não era consciente, que o instinto era uma força cega.

Na história da sociedade, pelo contrário, os fatores atuantes são somente os homens, homens dotados de consciência, que agem com reflexão ou com paixão e que perseguem determinados fins; a História é feita pelos homens, que possuem intenções.

Dessa oposição, tira-se a conclusão de que a História não pode ser uma ciência; de que ela não pode encontrar, como as ciências, nenhuma lei geral, e não pode utilizar os métodos próprios das ciências, mas somente uma intuição idêntica à do artista: trata-se de adivinhar, de penetrar, com um golpe de vista, as intenções dos homens e particularmente as intenções dos grandes homens que fazem a História. Foi essa uma das idéias sustentadas, em 1939, por um filósofo francês, Aron, na tese em que ele pretende demonstrar que a História não pode ser uma ciência.

Esse argumento é falso.

1. São realmente desígnios particulares, intenções particulares, que fazem a história dos homens, mas o desígnio preconcebido, a finalidade particular, raramente se realiza. Na maioria dos casos, os numerosos fins perseguidos se estrechocam e se contradizem; ou, então, eles são irrealizáveis à falta de meios para serem realizados. E' assim que os conflitos de inúmeras vontades individuais levam, a maior parte das vezes, na História, a resultados inteiramente diferentes e quase sempre diretamente opostos àqueles que se propunham, de modo que os motivos de ação individual (ambição, entusiasmo, desinteresse, ódio pessoal, cálculo frio de interesse), todos esses móveis não têm finalmente senão uma importância secundária para o resultado final.

Se os móveis pessoais têm um interesse secundário e uma importância acessória nos fenômenos históricos, a finalidade da História não é penetrá-los por não sei que espécie de intuição.

Na verdade, as finalidades das ações são desejadas, mas os resultados que seguem, na realidade, essas ações, não o são; ou se parecem, de início, corresponder à finalidade desejada, eles vêm a ter, afinal, consequências inteiramente diversas das desejadas. (5)

E os acontecimentos históricos surgem, de maneira geral, exatamente como os fenômenos físicos ou biológicos: parecem obras do acaso.

O nariz de Cleópatra...

Devemos ficar por aqui? Devemos parar diante do acaso como diante de uma porta fechada? Não. E' como diz Engels, admiravelmente:

Quando o acaso parece projetar-se na superfície é sempre sob o domínio de leis internas, ocultas, e devemos tratar apenas de descobri-las (6).

Sob o capricho aparente da História, devemos procurar as leis gerais internas.

(5) Engels — *Feuerbach*, etc., pág. 34 — E.S.I., 1945.

(6) Idem, pág. 35.

2. Êsses móveis pessoais, essas intenções dos homens que fazem sua história, serão termos primários ou acobertam forças motoras que estão escondidas atrás desses motivos?

Essa a pergunta que o materialismo antigo nunca fez a si próprio. Os antigos materialistas nunca foram até o fim de seu materialismo; seus métodos encerram uma contradição. Explicam a natureza como materialistas; explicam o homem como materialistas; mas explicam a sociedade e a História como idealistas.

A fonte da História é para eles um jogo de pensamentos, opiniões, idéias: eis a sua inconseqüência.

Compreendei bem: a inconseqüência não é reconhecer na História forças motoras ideais: é não examinar o que se esconde atrás delas; é não atingir as causas determinantes.

A filosofia da história de Hegel tem o mérito de pesquisar os motivos aparentes da História, as últimas causas dos acontecimentos históricos. Mas a fragilidade dessa concepção é que ela traz para a História, a fim de explicar seu motor, noções a ela estranhas: a ideologia filosófica. Por exemplo: Hegel explica a história da Grécia antiga como a elaboração da "formação da individualidade bela, a realização da obra de arte como tal. E Engels escreveu:

Hegel diz, nessa ocasião, muitas coisas belas e profundas sobre os gregos antigos, mas isso não impede que hoje não nos contentemos mais com tal explicação, que não passa de uma frase, e nada mais. (7)

Quais são, portanto, as verdadeiras causas do desenvolvimento da História, qual é o motor da História, quais são os fatores determinantes que se escondem sob os motivos de ação individuais ou coletivos?

A dialética materialista, que é o método explicativo da natureza, é igualmente o método explicativo dos fenômenos sociais. Não é o espírito que determina a matéria; é a matéria e suas propriedades que determinam o espírito; não é a consciência dos homens, indivíduos ou massas, que determinam as realidades sociais e históricas; é o ser social que determina a consciência dos homens.

E' preciso colocar sobre os seus pés a dialética da história e explicar as idéias dos homens pelo corpo das sociedades.

Que é a matéria de uma sociedade? Que é o corpo de uma sociedade?

Sabemos bem o que é sua cabeça: é o conjunto de suas instituições políticas, jurídicas, o conjunto de idéias morais, religiosas, sociais de uma determinada sociedade. O corpo, que é? É a própria maneira por que vive a sociedade, como produz, consome e se recreia. É o conjunto das condições materiais da vida. O materialismo histórico afirma que as condições materiais da vida são o motor da História. Conjunto de condições materiais de vida, que quer isso dizer?

Quer dizer a natureza que cerca a sociedade, o meio geográfico que é uma das condições necessárias à vida material e que sob ela influi. Mas será isso o motor da História? Não. O meio geográfico acelera ou retarda o curso do desenvolvimento social, mas não o determina:

(7) Idem, pág. 36.

Porque as mudanças e o desenvolvimento da sociedade se efetuam incomparavelmente mais rápidos do que as mudanças e o desenvolvimento do meio geográfico. (8)

Um dos exemplos que nos dá Stálin é este: a história da Europa conhece quatro regimes sociais: o comunismo primitivo, a escravidão, o regime feudal, o regime capitalista. Na URSS, houve cinco regimes (com o socialismo). Ora, no mesmo período, as condições geográficas da Europa ou não mudaram nada ou mudaram tão pouco que os geógrafos nada dizem a respeito. O meio geográfico não pode, portanto, ser a causa determinante do desenvolvimento social.

O crescimento e a densidade da população estão também compreendidos nas condições de vida material da sociedade. O crescimento ou a densidade das populações é a força motora da História? Não. Certamente, o crescimento da população facilita ou retarda o desenvolvimento social. Mas ele não nos dá, de nenhum modo, a chave do problema: como um regime social sucede precisamente a outro regime social? Por que a escravidão sucedeu o regime feudal e não um outro regime? Por que o regime capitalista burguês sucedeu ao regime feudal e não a um outro regime?

Qual é, então, no sistema de condições da vida material das sociedades, a força principal que determina a *fisionomia da sociedade*, o caráter do regime, o desenvolvimento da sociedade de um regime a outro?

O materialismo histórico considera que essa força é o modo de obtenção dos meios de existência necessários à vida dos homens, o modo de produção dos bens materiais, o conjunto das forças produtivas.

Essas forças produtivas são inseparáveis das relações dos homens entre si no *processus* da produção, das relações de produção entre os homens. Numa determinada sociedade, os homens produzem em comum, por grupos, por associações. Nessas associações há determinadas relações entre os homens, relações de domínio e de submissão, relações de senhor a escravo, de patrão a assalariado, ou, então, relações de colaboração, de auxílio sem exploração (socialismo). Está claro que essas relações de produção não foram escolhidas pelos homens; eles não as desejaram nem as decretaram; essas relações são independentes de sua vontade, são necessárias e determinadas, determinadas pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais.

Diremos, portanto, que a *produção* de uma determinada sociedade engloba as forças produtivas dessa sociedade (meios de produção, hábitos de trabalho) e as relações de produção entre os homens.

O materialismo histórico afirma que o modo de produção é o motor da História; o modo de produção e seu desenvolvimento são os fatores determinantes do desenvolvimento da sociedade.

Em seu Prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política* diz Marx:

(8) Stálin — *O Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico*, in *Sobre os Fundamentos do Leninismo*, pág. 286 — Editorial Calvino Ltda. — 1945.

O conjunto das relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas de consciência sociais determinadas (9).

Numa dada sociedade, as relações jurídicas não podem ser compreendidas nem por si próprias, nem por nenhuma evolução geral do espírito humano; elas têm suas raízes nas condições materiais de existência. O direito público e o direito privado são tratados como domínios independentes, que devem ser expostos de maneira sistemática, mas são, na realidade, a expressão das relações da propriedade; esses direitos, para ter força de lei, devem assumir a forma de razões jurídicas. E' assim que o Código Civil francês, depois da Grande Revolução burguesa, é o quadro da sociedade burguesa capitalista, elaborado na base do direito romano.

Assim também, numa dada sociedade, a ideologia filosófica é o reflexo das relações de produção e do estado das forças produtivas. Engels escreve no seu *Ludwig Feuerbach*:

Se toda a época da Renascença, desde os meados do século XV, foi um produto essencial das cidades, por consequência da burguesia, o mesmo aconteceu com a filosofia que despertou, então, do seu sono. Seu conteúdo não era, no fundo, mais do que a expressão filosófica das idéias correspondentes ao desenvolvimento da pequena e da média burguesia para a grande burguesia (10).

Assim também a ideologia religiosa é o reflexo das condições de existência material dos homens.

Nas admiráveis páginas de *Ludwig Feuerbach*, Engels explica a grande revolução religiosa da Reforma.

Assim também as instituições sociais, em seu desenvolvimento, e suas modificações, refletem os desenvolvimentos e as modificações dos modos de produção.

Em seu livro *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Engels explica a história da família. Demonstra que a situação inferior da mulher, sua situação de escrava doméstica, apareceu com a propriedade privada dos meios de produção: propriedade do rebanho, das ferramentas pelo homem que as utiliza, enquanto que a mulher é exclusivamente reservado o trabalho da casa, e Engels demonstra a libertação progressiva da mulher ou, pelo menos, a possibilidade dessa libertação progressiva com a entrada das mulheres na produção industrial, e o fim do sistema de serviços exclusivamente domésticos da mulher.

A conclusão a que chegam Marx e Engels para a elaboração de seu método é que daí para o futuro não mais deve haver filosofia da História, como não deve haver filosofia da natureza. A filosofia da História desapareceu; é a ciência da História que compete, exclusivamente, a explicação dos fenômenos sociais, como é às ciências físicas e naturais que compete, exclusivamente, a explicação dos fenômenos naturais.

(9) *Estudos Filosóficos.*

(10) Engels — *Ludwig Feuerbach.*

Mas se parássemos aí, teríamos mutilado, como tantas vezes o fazem, o materialismo histórico.

Esclareçamos: as condições materiais de existência dos homens determinam todas as instituições e toda a ideologia de uma sociedade. Mas essas condições materiais de existência, inclusive as relações da produção, como já dissemos, são suportadas pelos homens.

Será, então, que chegamos a um fatalismo sistemático? Devemos sofrer, com todas as suas conseqüências e suas determinações, as condições materiais de existência?

Dissemos que o pensamento determinado pela matéria em geral e pelo corpo em particular reage por sua vez sobre o corpo, que êle é capaz de disciplinar, e sobre a matéria, que êle é capaz de transformar. O mesmo acontece na História: as idéias nascidas das condições materiais de existência são capazes de transformar essas condições.

Há, como diz Stálin, "velhas idéias" e "velhas teorias"; elas servem aos interesses das forças decadentes da sociedade. Elas são importantes, freiam o desenvolvimento da sociedade, das condições materiais da existência. Há, pelo contrário, idéias, teorias de vanguarda; não menos importantes, pois facilitam o desenvolvimento da sociedade e *adquirem tanto mais importância quanto mais fielmente refletem as necessidades do desenvolvimento da vida material da sociedade* (11).

As idéias novas, as teorias novas, somente surgem quando o desenvolvimento da vida material apresenta, diante da sociedade, novas tarefas. Uma vez surgidas, tornam-se uma força "da maior importância":

A teoria transforma-se em força material desde que as massas dela se apoderem — diz Marx (12).

...O Partido do proletariado deve apoiar-se numa teoria... que seja capaz... de pôr em movimento as grandes massas populares... mobilizá-las e organizá-las... (13).

Foi assim que as idéias filosóficas, sociais e políticas dos filósofos franceses do século XVIII produziram, com a mobilização das massas, a Revolução burguesa de 1789. (Idéias, elas próprias, determinadas pelo desenvolvimento de novas forças produtivas, que haviam surgido espontaneamente, independentes da vontade dos homens). Assim também as idéias de Marx e Engels, por sua vez, mobilizando as massas, determinaram a aceleração de uma revolução econômica na revolução bolchevique.

(11) Stálin — *O Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico*, in *Sobre os Fundamentos do Leninismo*, pág. 284 — Editorial Calvino — 1945.

(12) Karl Marx — *Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (Obras completas, t. 1, pág. 406).

(13) Stálin — *O Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico*, in *Sobre os Fundamentos d Leninismo*, pág. 284 — Editorial Calvino Ltda. — 1945.

De Tudo, um Pouco...

COMO ENRIQUECERAM... — “Georges Ensor diz em seu livro, publicado em 1818: “Os grandes da Escócia expropriam famílias como se extirpassem a má erva; procedem para com as aldeias e seus habitantes como os índios, ébrios de vingança, tratam as feras em suas guaridas. Um homem é vendido por um velo de ovelha, por uma perna de carneiro e por menos ainda... Quando da invasão da China Setentrional, o grande conselho dos mongóis discutiu se não seria conveniente exterminar a todos os habitantes do país e convertê-lo num vasto campo de pastagem. Numerosos grander latifundiários da Escócia puseram em execução em seu próprio país e contra seus próprios compatriotas aquêlê disígnio.” (Georges Ensor — *An Inquiry into the Population of Nations, Land.*, 1815, págs. 215 e 216.)

GRANDES LAVOURAS — O traço essencial das grandes lavouras é a exploração em larga escala. Cada unidade produtora, conjugando áreas extensas e numerosos trabalhadores, constitui-se como uma usina, com organização coletiva do trabalho e mesmo especializações. Isto se observa em particular na produção típica da agricultura colonial: a do açúcar, onde o engenho, com seu conjunto de máquinas e aparelhamentos, forma uma verdadeira organização fabril. Mas não é só nas indústrias anexas da agricultura que vamos encontrar tais caracteres. Embora menos acentuados, eles aparecem na própria lavoura do campo. O preparo do terreno, a sementeira, os cuidados com a planta, a colheita, bem como outras operações conexas, realizam-se sempre na base do trabalho coletivo. A observação é importante porque são justamente êstes caracteres apontados que distinguem a exploração em larga escala e a individualizam entre as demais de exploração rural. E isto tem grande significação econômica e social. E’ dêste tipo de organização, em que se constituiu a lavoura brasileira, que derivou tôda a estrutura do país: a disposição das classes e categorias de sua população, o estatuto particular de cada uma e dos indivíduos que as compõem. O que quer dizer, o conjunto das relações sociais no que têm de mais profundo e essencial. (Prado — *Formação do Brasil Contemporâneo*, pág. 137.)

A LUTA PELO SOCIALISMO — Lênin, citado por John Reed, em *Dez Dias que Abalaram o Mundo*, pág. 357, disse: “Ora, se fôssemos esperar que todos os homens atingissem o mesmo grau de consciência para só depois disto lutar pelo socialismo, teríamos de esperar quinhentos anos para começar a luta!...”

O Pensamento de Marx



A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS É FONTE DE MAIS VALIA ?

KARL MARX.

As tentativas de apresentar a circulação das mercadorias como fonte de mais-valia dissimulam, de ordinário, um quiproquó, uma confusão entre o valor de uso e o valor de troca. "Não é verdade que nas trocas se dê valor igual por valor igual. Pelo contrário, cada um dos contratantes dá sempre um valor menor por um maior. Com efeito, se se trocasse sempre valor igual por valor igual, nenhum dos contratantes obteria lucro. Ora, ambos o obtêm, ou deveriam obtê-lo. Por que? Porque não tendo as coisas senão um valor relativo às nossas necessidades, o que é mais para um é menos para outro, e vice-versa. Não são as coisas necessárias ao nosso consumo que pomos à venda; é, sim, o que nos sobra. Abrimos mão de uma coisa que nos é sem utilidade para obter outra que nos é necessária... Era natural julgar que se dava nas trocas valor igual por valor igual, tôdas as vezes que as coisas que se trocavam eram consideradas do mesmo valor, relativamente à quantidade de dinheiro dada. Há ainda uma consideração que deve entrar no cômputo, qual seja a de saber se ambos trocamos uma coisa que nos é supérflua por outra que nos é necessária" (1). Percebe-se que Condillac não faz distinção entre valor de uso e valor de troca. Com infantil ingenuidade, substitue uma sociedade onde a produção das mercadorias está desenvolvida por uma organização onde o próprio produtor produz seus

(1) "Il est faux que dans les échanges on donne valeur égale pour aucun des contractants. Or, tous les deux en font ou en devraient toujours un moindre pour une plus grande. En effet, si on échangeait toujours valeur égale pour valeur égale, il n'y aurait de gain à faire pour aucun des contractants. Or, tous les deux en font ou en devraient faire. Pourquoi? C'est que, les choses n'ayant qu'une valeur relative à nos besoins, ce qui est plus pour l'un, est moins pour l'autre, et réciproquement. Ce ne sont pas les choses nécessaires à notre consommation que nous sommes censés mettre en vente; c'est notre surabondant. Nous voulons livrer une chose qui nous est inutile, pour nous en procurer une qui nous est nécessaire... Il fut naturel de juger qu'on donnait les échanges valeur égale pour valeur égale, toutes les fois que les choses

meios de subsistência e só põe em circulação o que excede às próprias necessidades, isto é, o que lhe é supérfluo (2). O argumento de Condillac é, contudo, encontrado amiúde nos economistas modernos, sobretudo quando se cogita de demonstrar que a forma desenvolvida da troca das mercadorias, o comércio, é uma fonte de mais-valia. "O comércio acrescenta valor aos produtos porque, nas mãos do consumidor, êsses produtos têm o comércio como um ato real de produção" (3). Mas não se pagam mercadorias duas vezes, primeiro como valor de uso, depois como valor de troca. Se o valor de uso é mais útil ao comprador do que ao vendedor, o dinheiro é mais útil ao vendedor do que ao comprador. Se não fôsse assim, o vendedor não o venderia. Poder-se-ia, pois, dizer com exatidão que o comprador faz "um ato real de produção" ao transformar seu dinheiro nas meias que lhe vende o comerciante.

Quando há troca de mercadorias, ou de mercadorias e dinheiro do mesmo valor, isto é, de equivalentes, é evidente que não se retira da circulação mais do que aquilo que nela se põe. Não há formação de mais-valia. Mas, em sua forma pura, a circulação das mercadorias exige a troca de equivalentes. Na realidade, porém, as coisas não se passam assim. Suponhamos, pois, uma troca de não-equivalentes.

No mercado das mercadorias há apenas um possuidor de mercadorias diante de outro. O poder que estas pessoas exercem entre si é apenas o poder de suas mercadorias. A diferença das mercadorias é o motivo material da troca. Graças a ela, os dois possuidores encontram-se em dependência recíproca, possuindo, cada um, não o objeto de suas

qu'on échangeait étaient estimées égales en valeur chacune à une même quantité d'argent. Il y a encore une considération qui doit entrer dans le calcul, c'est de savoir si nous échangeons tous deux un surabondant pour une chose nécessaire." (Condillac: *Le Commerce et le Gouvernement*, 1776, ed. Daire et Malinari nos *Mélanges d'Economie Politique*, Paris, 1817, pág. 267).

(2) Le Trosne responde com a máxima precisão ao seu amigo Condillac:

"Dans la société fermée il n'y a de surabondant en aucun genre" (Numa sociedade fechada não há supérfluo de espécie alguma). Ao mesmo tempo, caustica-o com êste comentário: "Si les deux échangistes reçoivent également plus pour également moins, ils reçoivent tous deux autant l'un que l'autre." (Se ambos os que trocam recebessem igualmente mais pelo que vale igualmente menos, os dois receberiam a mesma coisa). Apesar de Condillac não fazer a mínima idéia da natureza do valor de troca, é o melhor contraditor do professor W. Roscher e de suas idéias pueris. (Ver Roscher: *Die Grundlagen der Nationalökonomie*, Dritte Auflage — Os fundamentos da economia nacional, 3.^a edição, 1858).

(3) "Commerce... adds value to products, for the same products in the hands of consumers, are worth more than in the hands of producers, and it may strictly be considered an act of production." (S. P. Newman: *Elements of Political Economy*, Nova York, 1835, pág. 85).

próprias necessidades, mas o objeto das necessidades do outro. Afóra esta diferença material dos valores de uso, as mercadorias admitem apenas uma única diferença, a que existe entre sua forma natural e sua forma valor, entre a mercadoria e o dinheiro. Os possuidores não se distinguem, pois, a não ser por uns serem vendedores, isto é, possuidores de mercadorias, e outros compradores, isto é, possuidores de dinheiro.

Admitamos que, por um privilégio inexplicável, o vendedor possa vender sua mercadoria acima do valor, por exemplo, por 110, quando ela vale apenas 100, isto é, com uma majoração nominal de 10 %. O vendedor embolsa, pois, uma mais-valia de 10. De vendedor, torna-se, porém, comprador. Encontra um terceiro possuidor de mercadorias, que, como vendedor, goza do mesmo privilégio de vender uma mercadoria com 10 % de lucro. Como vendedor, nosso amigo ganhou 10, como comprador perdeu 10 (4). De facto, o que acabamos de dizer resume-se nisto: todos os possuidores revendem reciprocamente as mercadorias 10 % acima do valor. E' como se as vendessem pelo valor real. Este aumento nominal geral produz o efeito que produziria a estimação em prata e não em ouro dos valores das mercadorias. Os nomes monetários, isto é, os preços das mercadorias seriam aumentados, mas as relações de valor permaneceriam as mesmas.

Suponhamos, ao contrário, que seja privilégio do comprador adquirir as mercadorias abaixo do valor. Neste caso, não teremos necessidade de lembrar que o comprador se tornará vendedor. Era vendedor antes de se tornar comprador. Como vendedor já perdeu 10 %, antes de os ganhar como comprador (5). Não há, pois, nenhuma modificação.

A formação de mais-valia e, por conseguinte, a transformação do dinheiro em capital não pode, pois, ser explicada pelo facto de que os vendedores vendam as mercadorias acima do valor, nem pelo facto de os compradores adquirirem-nas abaixo do valor (6).

(4) "By the augmentation of the nominal value of the produce... sellers not enriched... since what they gain as sellers, they precisely expend in the quality of buyers" (O vendedor não enriquece pelo aumento do valor nominal dos produtos, já que perde como comprador precisamente o mesmo que ganha como vendedor). (*The Essential Principles of the Wealth of Nations*, Londres, 1797, pág. 66).

(5) "Si l'on est forcé de donner pour 18 livres une quantité de telle production qui en valait 24, lorsqu'on emploiera ce même argent à acheter, on aura également pour 18 l, ce que l'on payait 24" (Se somos forçados a dar por 18 libras uma quantidade de certa produção que vale 24, quando empregarmos esse mesmo dinheiro para comprar teremos igualmente 18 l. pelo que pagaríamos 24). (Le Trosne, pág. 897).

(6) "Chaque vendeur ne peut donc parvenir à renchérir habituellement ses marchandises qu'en se soumettant aussi à payer habituellement plus cher les marchandises des autres vendeurs; et par la même raison, chaque consommateur ne peut payer habituellement moins cher ce qu'il achète qu'en se soumettant aussi à une diminution semblable sur le prix des choses qu'il vend." (Cada vendedor não pode, pois, conseguir habi-

Em nada se simplifica o problema, insinuando considerações estranhas, como faz R. Torrens: "A procura efetiva consiste na facilidade e na inclinação (!) dos consumidores de dar pelas mercadorias, em troca direta ou indireta, uma parte de capital superior às despesas de produção" (7). Na circulação, produtores e consumidores nada mais são do que vendedores e compradores. Pretender que, para o produtor, a mais-valia resulta do facto de que o consumidor paga a mercadoria acima do valor, é o mesmo que dizer, por linhas travessas, que o possuidor de mercadorias, como vendedor, possui o privilégio de vender caro demais. O vendedor produziu a mercadoria, ou representa o produtor, mas o comprador igualmente produziu a mercadoria representada no seu dinheiro, ou representa o produtor. Um produtor encontra-se diante de outro produtor. O que os distingue é o facto de um comprar e o outro vender. Não avançamos um passo sequer quando verificamos que, sob o nome de produtor, o possuidor de mercadoria vende acima do valor e que, sob o nome de consumidor, paga a mesma mercadoria caro demais (8).

Os representantes consequentes da ilusão de que a mais-valia resulta de uma sobrelevação nominal dos preços, ou do privilégio do vendedor de vender sua mercadoria cara demais, supõe, pois, uma classe que sempre compra sem vender ou consome sempre sem produzir. No ponto a que chegamos em nosso estudo, isto é, considerando apenas a circulação simples, ainda não podemos explicar a existência de semelhante classe. Mas antecipemos. O dinheiro com o qual essa classe compra constantemente, deve chegar-lhe ininterruptamente dos possuidores de mercadorias, sem troca, gratuitamente, de boa vontade ou à força. Vender a essa classe mercadorias acima do preço é tornar a ganhar, em parte, por meios fraudulentos, dinheiro que se tinha dado sem nada se receber em troca (9). E' assim que as cidades da Ásia Menor pagavam à antiga Roma um tributo anual em dinheiro. Com esse dinheiro, Roma comprava,

tualmente aumentar o preço de suas mercadorias sem se submeter também a pagar habitualmente mais caro as mercadorias dos outros vendedores, e, pela mesma razão, cada consumidor não pode pagar habitualmente menos caro o que compra, a não ser que também se submeta a uma diminuição semelhante no preço das coisas que vende). (Mercier de la Rivière, pág. 555).

(7) "Effectual demand consists in the power and inclination (!), on the part of consumers, to give for commodities, either by immediate or circuitous bater, some greater portion of... capital than their products costs". (R. Torrens: *An Essay on the Production of Wealth*, Londres, 1821, pág. 349).

(8) "The idea of profits paid by the consumers, is, assuredly, very absurd. Who are the consumers?" (A idéia de lucros pagos pelos consumidores é verdadeiramente absurda. Quem são os consumidores?). (G. Ramsay: *An Essay on the Distribution of Wealth*, Edimburgo, 1856, pág. 184).

(9) "When a man is in want of a demand, does M. Malthus recommend him to pay some other person to take of his goods?" (Se não

nessas mesmas cidades, mercadorias pelas quais pagava caro demais. Os asiáticos engazopavam os romanos e assim rehaviam dos conquistadores, através do comércio, parte do tributo. Mas, em última análise, os enganados eram os asiáticos, pois suas mercadorias eram pagas com seu próprio dinheiro. Este não é um método de enriquecimento ou de formação de mais-valia.

Não saíamos, pois, dos limites da troca, onde os vendedores são compradores e os compradores vendedores. Nossa dificuldade provém talvez do facto de não termos considerado as pessoas como indivíduos, mas como atores.

Pode ocorrer que o possuidor A seja suficientemente maligno para enganar os colegas B e C e que, com a melhor boa vontade do mundo, estes sejam incapazes de se desforrar. A vende vinho no valor de £ 40 e obtém em troca trigo no valor de £ 50. Transformou suas £ 40 em £ 50, com seu dinheiro fez mais dinheiro e transformou sua mercadoria em capital. Mas observemos mais detidamente. Antes da troca, tínhamos nas mãos de A vinho por £ 40 e nas mãos de B trigo por £ 50, ou, seja, um valor total de £ 90. Depois da troca, temos sempre essa mesma forma valor total. O valor em circulação não aumentou, foi apenas a repartição entre A e B que se modificou. A mais-valia tornou-se menos-valia, o *mais* tornou-se *menos* para o novo possuidor. Operar-se-ia a mesma mudança se A, em vez de recorrer à forma discreta da troca, tivesse simplesmente furtado de B as £ 10 em questão. A soma dos valores em circulação não poderia evidentemente ser modificada pela repartição, do mesmo modo que um judeu não poderia aumentar a massa dos metais preciosos num país vendendo por um guinéu um *farthing* (10) da época da rainha Ana. A classe capitalista de um país não pode enganar-se entre si (11).

Haja o que houver, as coisas continuam no mesmo estado. Se se trocam equivalentes, não se produz mais-valia; se se trocam não-equiva-

ha procura para a mercadoria, aconselhará o sr. Malthus ao possuidor que pague a uma pessoa para comprá-la?), pergunta a Malthus um partidário de Ricardo, estupefacto. Malthus, como seu cabotino discípulo Chalmers, faz o elogio, do ponto de vista econômico, da classe dos simples compradores ou consumidores. [Ver: *An Inquiry into those principles respecting the nature of demand and the necessity of consumption, lately advocated by Mr. Malthus* (Inquérito sobre os princípios referentes à natureza da procura e à necessidade de consumo, ultimamente defendidos pelo sr. Malthus). Londres, 1821, pág. 55].

(10) A quarta parte do *penny*. (N. do Trad.).

(11) Destutt de Tracy, não obstante ou talvez porque fôsse membro do Instituto, defendia o ponto de vista oposto. Afirma que os capitalistas industriais obtêm lucro porque "vendem os produtos acima do preço de custo. E vendem a quem? Em primeiro lugar a outrem." (Lugar citado, pág. 239). (Obs. do Trad.: Esta chamada não consta na tradução francesa, apenas na norte-americana. A que se segue, evidentemente deslocada, estava, na tradução francesa, no lugar da presente, que, sem dúvida, foi omitida por erro de revisão).

lentes, também não se produz mais-valia (12). A circulação, ou troca das mercadorias, absolutamente não cria valor (13).

Compreende-se, pois, porque, em nossa análise, a organização econômica da sociedade moderna, sua forma popular e até certo ponto antediluviana, isto é, o capital comercial e o capital usurário, foi deixada, a princípio, de lado.

E' no verdadeiro capital comercial que se manifesta em sua maior pureza a forma D-M-D, comprar para vender mais caro. Por outro lado, o movimento total completa-se no interior da esfera de circulação. Mas como é impossível explicar, pela própria circulação, a transformação do dinheiro em capital, ou a formação da mais-valia, o capital comercial parece impossível, desde que se troquem equivalentes (14). Parece que não pode ter por origem senão a dupla fraude que, contra o produtor vendedor e o produtor comprador fez o comerciante, que se insinua entre eles como intermediário parasita. E' neste sentido que Franklin diz: "A guerra é um saque, o comércio uma fraude" (15). Se se quiser

(12) "L'échange qui se fait de deux valeurs égales n'augmente ni ne diminue la masse des valeurs subsistantes dans la société. L'échange de deux valeurs inégales... ne change rien non plus à la somme des valeurs sociales, bien qu'il ajoute à la fortune de l'un ce qu'il ôte à la fortune de l'autre." (A troca que se faz de dois valores iguais não aumenta nem diminui a massa dos valores subsistentes na sociedade. A troca de dois valores desiguais... em nada muda a soma dos valores sociais, se bem que acrescenta à fortuna de um o que tira da do outro). (J. B. Say, lugar cit., t. I, pág. 434). Sem se inquietar naturalmente com o sentido dessa afirmação. Say aproveita-a, quase palavra por palavra, dos fisiocratas. O mais célebre aforismo de J. B. Say: "On n'achète des produits qu'avec des produits" (Só se compram produtos com produtos), encontra-se, no original fisiocrata, redigido assim: "Les productions ne se paient qu'avec des productions" (Produções somente são pagas com produções). (Le Trosne, pág. 889). Este exemplo mostra como Say, para aumentar o próprio valor, soube explorar escritos de que ninguém mais falava em seu tempo.

(13) "Exchange confers no value ta all upon products." (A troca não confere nenhum valor aos produtos). (F. Wayland: *The Elements of Political Economy*, Boston, 1853, pág. 168).

(14) "Under the rule of invariable equivalents commerce would be impossible." (Se tivesse como regra a equivalência invariável das coisas trocadas, o comércio seria impossível). (G. Opdyke: *A Treatise on Political Economy*. Nova York, 1851, pág. 691). "A diferença entre o valor real e o valor de troca repousa num facto: o valor de uma coisa difere do suposto equivalente com o qual se troca no comércio; tanto vale dizer que este equivalente não é equivalente." (Engels, pág. 96).

(15) "War is robbery, commerce is generally cheating." [Benjamin Franklin: *Works*, vol. II, ed. Sparks, em *Positions to be examined concerning national Wealth* (Atitudes relativas à riqueza nacional que devem ser investigadas), pág. 376].

que a expansão do capital comercial se explique apenas pela simples fraude sobre os produtores de mercadorias, é preciso recorrer a toda uma longa série de termos intermediários que ainda não possuímos aqui, pois, até agora, nos temos apoiado unicamente na circulação e seus factores simples.

O que dissemos do capital comercial aplica-se melhor ao capital usurário. No capital comercial, os dois extremos, o dinheiro que é lançado no mercado e o dinheiro a mais que dêle se retira, têm, pelo menos, como intermediários, a compra e a venda, o movimento da circulação. No capital usurário, a forma D-M-D' é reduzida, pela supressão do meio termo, à forma D-D', ao dinheiro que se troca por mais dinheiro. E', pois, uma forma contrária à natureza do dinheiro; é, por conseguinte, inexplicável do ponto de vista da troca das mercadorias. Daí lermos em Aristóteles: "A crematística é dúptica, pois se relaciona ao comércio e à economia; neste último caso, é necessária e louvável, mas, no primeiro, calca-se na circulação e, com justiça, é condenável, já que não repousa na natureza, mas num embuste recíproco. Também a usura é justamente detestada, de vez que o dinheiro constitui, neste caso, a fonte do lucro e não é usado para o fim para o qual foi inventado. Com efeito, originou-se para facilitar a troca das mercadorias, mas o interesse faz com o dinheiro mais dinheiro. Daí seu nome *córes* (16). Os filhos parecem-se aos pais. O juro é dinheiro gerado pelo dinheiro. De todas as formas de adquirir dinheiro, esta é a menos natural" (17).

No decorrer de nossa investigação, verificamos que o capital comercial e o capital usuário são formas derivadas, e veremos ao mesmo tempo, as razões em virtude das quais aparecem na história anteriormente à forma fundamental moderna do capital.

Já vimos que a mais-valia não poderia resultar da circulação e que, no momento de sua formação, deve se passar, fora da circulação, qualquer coisa que permanece oculta (18). Mas poderá a mais-valia resultar de outra coisa que não seja a circulação? Esta é a soma de todas as relações estabelecidas pelas mercadorias entre seus possuidores. Fora dela, o possuidor apenas está em relação com sua própria mercadoria. Relativamente ao valor desta mercadoria, a relação consiste simplesmente no facto de ela conter certa quantidade, medida segundo leis sociais determinadas de trabalho do possuidor. Esta soma de trabalho é expressa na grandeza do valor e, como a grandeza do valor é expressa em moeda, ela é representada, por exemplo, pelo preço de £ 10. Mas o trabalho não é representado no valor da mercadoria, nem num excesso dêsse valor,

(16) Palavra grega que significa, ao mesmo tempo, *interesse* e *gerado*. (N. do Trad.).

(17) Aristóteles, lugar cit., cap. X.

(18) "Profit, in the usual condition of the market, is not made by exchanging. Had it not existed before, neither could it after that transaction." (O lucro, nas condições habituais do mercado, não é resultado da troca. Se não existia antes, não poderia existir depois da transação). (Ramsay, pág. 184).

isto é, num preço de 10 que seria ao mesmo tempo um preço de 11, num valor que seria superior a si mesmo. Por seu trabalho, o possuidor de mercadoria pode criar valores, mas não valores que aumentem por sua própria recriação. Pode aumentar o valor de uma mercadoria, somando, com novo trabalho, um valor novo ao valor existente, transformando, por exemplo, couro em sapatos. A mesma matéria adquire agora mais valor, de vez que contém maior soma de trabalho. O sapato tem, pois, mais valor do que o couro, mas o valor do couro não mudou, não foi aumentado, não adquiriu mais-valia durante a fabricação dos sapatos. E, pois, impossível que, fora da esfera de circulação, e sem entrar em contacto com outros possuidores, os produtores de mercadorias façam crescer um valor e transformem em capital o dinheiro ou a mercadoria.

O capital não pode, pois, resultar da circulação; por outro lado, também não pode ter origem fora da circulação. Obtivemos assim duplo resultado.

A transformação do dinheiro em capital deve ter por base as leis imanentes da troca das mercadorias, de modo que tenha como ponto de partida a troca de equivalentes (19). Nosso possuidor de dinheiro, que existe apenas no estado de crisálida capitalista, deve comprar e revender as mercadorias por seus preços e, no fim da operação, retirar da circulação mais valor do que aquele que nela lançou. A metamorfose da crisálida em borboleta deve operar-se, ao mesmo tempo, dentro e fora da esfera de circulação. Estas são as condições do problema. *Hic rhodus, hic salta* (19). (Karl Marx — *Le Capital*, tome I, págs. 178-189 — Alfred Costes, editeur, 1930).

19) Pelo que ficou dito anteriormente, o leitor compreenderá que esta afirmação significa apenas que a formação do capital é possível ainda que o preço e o valor de uma mercadoria sejam o mesmo, pois sua formação não pode ser atribuída a qualquer variação de um decorrente do outro. Se os preços realmente diferem dos valores, devemos, antes de mais nada, reduzir os primeiros aos segundos, isto é, considerar a diferença um acidente, de modo a observarmos os fenômenos em sua pureza. Nossa observação não pode ser perturbada por circunstâncias que nada têm a ver com o processo em questão. Sabemos, além disso, que essa redução não é mero processo científico. A contínua oscilação dos preços, suas altas e baixas, compensam-se reciprocamente e reduzem-se a um preço médio, que secretamente as regula. É a estrêla que orienta comerciantes e industriais em todos os empreendimentos que requerem tempo. Estes sabem que, quando um longo período de tempo é tomado, as mercadorias não são vendidas nem acima nem abaixo do preço, mas pelo preço médio. Se, pois, meditarem calmamente sobre o assunto, formularão o problema da formação do capital do seguinte modo: "Como poderemos explicar a origem do capital se supusermos que os preços são regulados pelo preço médio, isto é: em última análise, pelo valor das mercadorias?" Digo em última análise porque os preços médios não coincidem imediatamente com os valores das mercadorias, como acreditam Adam Smith, Ricardo e outros. (Esta nota aparece somente na tradução norte-americana. — N. do Trad.).

O que está certo O que está errado

ERRADO — “A fatalidade, escreve Holbach, é uma ordem eterna, inevitável, necessária, estabelecida na natureza, ou um vínculo inevitável entre as causas atuantes e as ações por ela produzidas. (P. Holbach — *Sistema da Natureza*, pág. 131). ”

CERTO — “De acôrdo com êste ponto de vista, na natureza só prevalece a necessidade simples e direta. Que determinada vagem só contenha cinco ervilhas e não quatro ou seis; que a cauda de um cachorro determinado tenha metro e meio e não seja mais comprida ou mais curta uma só linha; que uma flor de trevo determinada haja sido recusada neste ano pela abelha e a outra flor não e precisamente por determinada abelha e em determinado tempo; que determinada semente de dente-de-leão trazida pelo vento tenha brotado e a outra não; que, na noite passada, me tenha picado uma pulga, às quatro horas da madrugada e não às três ou às cinco, e precisamente no ombro direito e não na pantorrilha esquerda — todos êstes factos são produzidos por uma concatenação irrevogável de causas e efeitos, relacionados pela necessidade inexorável; e a esfera gasosa da qual nasceu o sistema solar estava tão constituída que êstes acontecimentos tiveram de efetuar-se só desta maneira e não de outra.” (Engels — *Dialética e Natureza*, pág. 108, ed. russa.)

ERRADO — Afirmam os reacionários que a URSS se transformou de um país agrícola em industrial, copiando servilmente os métodos capitalistas de industrialização.

CERTO — “O método soviético de industrialização do país difere radicalmente do método capitalista de industrialização. Nos países capitalistas, a industrialização tem início habitualmente pela indústria ligeira. A indústria ligeira converte-se nestes países no primeiro objetivo de industrialização, exige menos inversões e o capital circula mais rapidamente e portanto o lucro é mais fácil do que na indústria pesada. Só depois de um largo prazo, no curso do qual a indústria ligeira acumula lucros e os concentra em bancos, somente depois disso chega a vez da indústria pesada e se dá início à conversão gradual dos lucros acumu-

lados em indústria pesada, à criação de condições para seu desenvolvimento. Mas este processo é longo e exige um prazo dilatado de vários decênios no curso dos quais necessário se torna aguardar o desenvolvimento da indústria ligeira e vegetar sem indústria pesada.

Compreende-se que o Partido Comunista não podia seguir este caminho. O Partido sabia que a guerra se aproximava, que era impossível defender o país sem indústria pesada, que era preciso empreender, quanto antes, o desenvolvimento da indústria pesada, que o atraso no desempenho desta tarefa implicava em fracasso. O Partido recordava as palavras de Lênin: "sem indústria pesada é impossível defender a independência do país, sem ela o regime soviético pode perecer". Por isso, o Partido desprezou o caminho "comum" da industrialização e começou a industrialização do país com o desenvolvimento da indústria pesada. Isto foi muito difícil, mas não insuperável. Nesta tarefa foi de grande alcance a nacionalização da indústria pesada. Não pode haver a menor dúvida de que sem isto não teria sido possível conseguir em tão curto prazo a transformação de nosso país em país industrial." (Stálin — *Discurso aos eleitores*, em 9-2-946.)



UMA VERDADE E UM EQUÍVOCO — O idealismo do regime comunista, cuja prática se tentou na Igreja Apostólica, mas que foi logo abandonado pela falta de convicção entre os falsos adeptos do cristianismo, não encontra terreno propício em nossa pátria.

Seria, como qualquer outro regime, ou melhor do que qualquer outro, praticável se a massa estivesse compenetrada de que a felicidade humana depende do altruísmo de cada indivíduo, não em benefício próprio, mas em benefício da comunidade. (Guaraci Silveira — *Diário da Assembléia*, de 22-6-946.)



É UMA HONRA SER PROLETÁRIO ! — "Já em janeiro de 1932, sob o ministério Casimir-Perier, 15 republicanos dos "Amigos do Povo", compareciam perante a Corte de Justiça do Sena.

Um deles, quando chegou a vez de ser interpelado sobre sua profissão, respondeu: *Proletário*.

O *Presidente* — Isso não é uma profissão.

O *Acusado* — Como! Não é uma profissão? E' uma profissão de 30 milhões de franceses, que vivem do seu trabalho e são privados de todos os direitos políticos." (Willard — *A defesa acusa...*, pág. 39.)



A INGLATERRA E OS ESTADOS UNIDOS MARCHAM PARA O FASCISMO

AMERINO WANICK

Engenh.º Civil

O presente estudo tem como objetivo demonstrar que a Inglaterra e os Estados Unidos da América do Norte, as duas maiores e mais poderosas democracias burguesas, seguindo a lei do desenvolvimento do modo capitalista de produção, na época do imperialismo, isto é, do "capitalismo moribundo", já na fase da crise geral dêse modo de produção, agravada agora pelas conseqüências da segunda guerra mundial, marcham a passo acelerado pela estrada larga que conduzirá ao FASCISMO.

Não é difícil explicar, que a segunda guerra mundial agravou de maneira excepcional, tanto as contradições do modo capitalista de produção na fase do imperialismo, quanto as profundas contradições econômicas existentes entre os dois principais países capitalistas: a Inglaterra e os Estados Unidos da América do Norte.

Por outro lado, torna-se também cada dia mais aguda, no após-guerra, a contradição antagônica gerada pela existência do mundo socialista, representado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, ao lado do mundo capitalista, constituído dos países onde impera o modo capitalista de produção.

Dizemos que a segunda guerra mundial agravou consideravelmente as contradições inerentes ao modo capitalista de produção, na fase do imperialismo, entre outros, pelos seguintes factos:

a) o aparecimento da URSS na cena mundial como uma grande potência econômica, industrial e militar, com surpresa para as demais grandes potências, que subestimavam o seu formidável desenvolvimento e a sua potencialidade militar; a presença da URSS, como jámos dizendo, no taboleiro onde se decidem os destinos do mundo de após-guerra, como uma força gigantesca, mudou a correlação de forças do imperialismo, que não tem mais as mãos livres para o domínio e a exploração dos povos, visto como nenhuma combinação decisiva, queiram ou não queiram, poderá ser tomada na esfera internacional, sem a participação do país que representa o mundo socialista;

b) a imensa destruição de riquezas pela guerra, que enfraqueceu consideravelmente o capitalismo como um todo;

c) a perda para o imperialismo de mercados e de zonas de influência, como conseqüência da libertação pelos próprios povos daqueles países da Europa que estiveram sob o domínio nazi-fascista, e que vivem hoje sob o regime de uma democracia popular, que cada vez mais se consolida e fortalece por meio de reformas, especialment a transformação agrária, e a nacionalização dos sectores fundamentais da economia de cada país, em beneficio exclusivo de todo o povo e não de um grupo dominante explorador;

d) a presença na Europa daqueles países referidos no item c, onde a "democracia de tipo novo" avança por efeito da liquidação sistemática das raízes económicas da reacção e do fascismo, apesar da raiva da reacção internacional, que hoje apenas pode gritar, como está gritando, mas que nada mais poderá fazer com sucesso para barrar a marcha progressiva da democracia e da independência económica naqueles países, por isso que não tem mais possibilidades nem forças para a repetição de um ataque, a moda do que organizou contra a Rússia, após a revolução de 1917;

e) a redução do envólucro capitalista que cerca o país do socialismo, pelo facto daqueles povos da Europa mencionados no item c, bem como tantos outros, nos demais continentes, serem hoje amigos da União Soviética, e não reservas do imperialismo;

f) o fortalecimento da consciência de classe do proletariado mundial, por força das lições decorrentes da segunda guerra mundial, que cada vez mais contribuem para elevar o grau de politização desse proletariado, e para torná-lo mais e mais exigente em presença das forças da reacção;

g) o agravamento da luta dos povos coloniais pela independência política e pela libertação económica de seus países, o que compromete a política dos países dominadores em face de seus próprios povos e enfraquece cada vez mais a posição dos grupos imperialistas;

h) a industrialização dos países de economia semi-colonial, tais como o Brasil, e a luta dos sectores democráticos pela libertação económica desses países do domínio imperialista, o que contribui necessariamente para debilitar o imperialismo;

i) a concentração da produção em escala gigantesca, e o aprimoramento dos métodos de organização científica da indústria, decorrentes da guerra, e para atender às enormes encomendas militares, que exigiram aumento da produtividade do trabalho, agravando, dessa forma, o antagonismo entre a produção social e a apropriação privada, contradição básica do modo capitalista de produção;

j) os acordos bilaterais entre a URSS e vários países do mundo capitalista, como factor de melhoria das condições de cada país em particular, e de enfraquecimento dos grupos imperialistas, que anteriormente dominavam aqueles sectores da economia mundial.

Isso, no que se refere ao agravamento das contradições do modo capitalista de produção, na época em que estamos vivendo.

Dizemos que a segunda guerra mundial agravou de modo excepcional as profundas contradições económicas existentes entre a Inglaterra e os

Estados Unidos, entre outros, pelos seguintes factos:

a) a ausência da Alemanha, da Itália e do Japão do tabuleiro onde se processam, nesta fase de pós-guerra, as competições do comércio internacional e do controle das matérias primas, por efeito da derrota militar desses países e conseqüente desorganização interna, é motivo de sérias divergências entre aqueles dois grandes países capitalistas, cada um dos quais lutará para a conquista das esferas de influência económicas e comerciais, anteriormente sob o domínio daqueles três países;

b) a imperiosa necessidade, por exigência vital, que terão daqui por diante os Estados Unidos da América do Norte, de aumentar consideravelmente as suas exportações, fará surgir dificuldades e conflitos com outros países, especialmente com a Inglaterra, por ser também para ela uma questão de vida ou de morte o aumento das suas exportações;

c) a luta revolucionária na China, não só contra a atual situação dominante, como também contra o imperialismo, pela sua libertação econômica, gera os mais sérios conflitos entre a Inglaterra e os Estados Unidos, os dois países mais diretamente interessados no domínio do imenso mercado chinês, e das enormes reservas de matérias primas existentes no território da China;

d) a luta nos países coloniais pela independência nacional, e nos países semi-coloniais pela libertação econômica do jugo do imperialismo, cria problemas cada vez mais graves para as duas maiores potências capitalistas — Inglaterra e Estados Unidos —, ambas interessadas em manter suas posições de antes da guerra, e em conquistar novos mercados e o domínio sobre as matérias primas existentes naqueles países, o que agravará, certamente, as relações entre aquelas duas potências, no que se relacione com os enormes interesses em jogo, e que são fundamentais, tanto para a política defensiva da Inglaterra, quanto para a política expansiva dos Estados Unidos.

Isso, no que se refere ao agravamento das profundas contradições econômicas existentes entre a Inglaterra e os Estados Unidos da América do Norte.

Dizemos que a segunda guerra mundial agravou consideravelmente a contradição antagonista entre o mundo capitalista e o mundo socialista, entre outros, pelos seguintes factos:

a) a liquidação das forças militares do eixo Roma-Berlim-Tóquio, isto é, dos grupos imperialistas mais agressivos, e que aspiravam, não mais a repartição das esferas de influência e das matérias primas entre os diversos países imperialistas, como nas divisões anteriores, mas sim o domínio do mundo por um grupo de apenas três países, debilitou, incontestavelmente, o capitalismo como um todo, pelo desaparecimento desses parceiros e de suas poderosas forças ao serviço da reação a mais feroz; mas, por outro lado, e por isso mesmo, obriga os restantes grupos imperialistas vencedores, por uma questão de vida ou de morte, e apesar de suas contradições, a se orientarem no sentido de uma união sagrada para a futura cruzada contra o mundo socialista;

b) a revelação, durante a guerra, do poderio gigantesco, industrial e militar da URSS, como factor decisivo da vitória das Nações Unidas sobre os grupos imperialistas do eixo Roma-Berlim-Tóquio, o que classificou essa nação entre as três mais poderosas e de maior prestígio no mundo de após-guerra; essa revelação, como já vimos dizendo, assegurou a vitória definitiva do socialismo, sem quaisquer possibilidades de ser barrada a sua marcha ascendente naquele país, por intervenções estrangeiras, do tipo das que foram tentadas depois da revolução proletária de 1917, e que já naquela época fracassaram, como fracassou também o ataque em 1941, pela mais poderosa organização militar imperialista, as forças militares nazistas;

c) tendo a vitória das Nações Unidas sobre as forças militares nazifascistas, aberto possibilidades a diversos povos da Europa, que lhes permitiram estabelecer governos democráticos populares em seus países, o que mudou, por tais factos, a correlação de forças mundiais em favor da democracia; considerando que cada vez mais se consolida naqueles países o regime democrático, pela liquidação das raízes económicas, políticas e ideológicas da reacção e do fascismo, por força das profundas transformações que ali se processam com a participação ativa dos povos, por intermédio dos seus partidos democráticos; considerando, ainda, que para aqueles regimes, não há recuo de qualquer retrocesso, por intervenções imperialistas directas e abertas, tendo em vista o apoio da União Soviética a esses governos democráticos mantidos pelos seus povos, apoio esse agora possível e decisivo, dado o prestígio incontestado da URSS dentro da organização das Nações Unidas; é evidente que tudo isso contribui para agravar as contradições entre o mundo capitalista e o mundo socialista;

d) o grau de politização cada vez mais apurado, pelas lições da guerra e do pós-guerra, das massas populares de todos os países, especialmente do proletariado, que cada vez mais se fortalece e consolida as suas organizações de classe, é um factor favorável ao fortalecimento e à consolidação da democracia e de enfraquecimento da reacção imperialista;

e) enquanto o capitalismo sangra por todos os poros, tanto por que está decadente, como porque está gastando somas fabulosas e prestígio com a manutenção de forças de opressão para subjugar os povos que estão lutando pela sua independência, e também para corromper o meio mundo com a política e a propaganda desenvolvidas pelos imperialistas em todos os países capitalistas; e mais ainda, enquanto que o mundo capitalista e especialmente os Estados Unidos, encontram-se as portas de uma crise de efeitos catastróficos, que já está à vista e cuja marcha inexorável nada poderá deter, inicia a URSS a execução do seu primeiro plano quinquenal de pós-guerra, o que, certamente, agrava a contradição básica entre o mundo capitalista e o mundo socialista;

f) se por um lado, sai o capitalismo enfraquecido como um todo da segunda guerra mundial, constata-se, por outro lado, o fortalecimento gigantesco dos Estados Unidos, que são hoje o mais poderoso país capitalista, com supremacia sobre os demais, especialmente tendo-se em vista o enfraquecimento da Inglaterra, que hoje se apresenta em situação de manifesta inferioridade em relação àquele país, circunstâncias essas que contribuem para agravar a posição do mundo capitalista em relação ao mundo socialista, pela política cada vez mais agressiva contra a União Soviética, dos grupos imperialistas norte-americanos, que aspiram agora o domínio do mundo, tal como também tinham na mente os imperialistas alemães, quando iniciaram a marcha para o nazismo;

g) a luta dos povos coloniais pela sua independência, que tem a simpatia da União Soviética, e de todas as forças democráticas do mundo, agrava de tal modo as dificuldades para os países dominadores, que os impele à prática de uma política violenta, em desacordo com os prin-

cípios gerais traçados nas conferências internacionais, o que dificulta os entendimentos entre esses países dominadores e a União Soviética;

h) as tentativas dos grupos imperialistas para a formação de blocos de nações visando o cerco capitalista da União Soviética, obrigam o país do socialismo a executar uma política enérgica para a sua segurança, dada a enorme extensão do seu território e as numerosas frentes expostas aos ataques inimigos;

i) o tratamento visivelmente desigual dispensado à União Soviética no pós-guerra e ostensivamente favorável à Inglaterra, no que se refere aos acordos para empréstimos e concessões de crédito para o aceleramento dos planos de restabelecimento da economia de cada um desses países, cria para o povo e para o governo soviético um clima de desconfiança justificado, dado que é por todos reconhecido que a União Soviética sofreu perdas e destruições em escala astronômica, que exigirão anos de sacrifícios e despesas enormes para voltar ao nível de antes da guerra.

Isso, no que se refere ao agravamento da contradição antagônica gerada pela coexistência do mundo capitalista e do mundo socialista.

A CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO

Salientamos, assim, entre muitos, os principais factos que mostram como a segunda guerra mundial contribuiu para agravar as contradições destacadas no início deste trabalho, resta-nos demonstrar a tese que é objeto do presente estudo, isto é, que a Inglaterra e os Estados Unidos da América do Norte marcham a passo acelerado pela estrada larga que conduzirá ao fascismo.

As estatísticas revelam, que no período da segunda guerra mundial os Estados Unidos mais do que duplicaram a sua produção industrial, e que a produtividade do trabalho aumentou consideravelmente alcançando cerca de 20 %. Também houve desenvolvimento, em particular, da produção de meios de produção, sendo que em 1943-44 a produção de meios de produção (incluindo armamentos) havia aumentado de três e meia vezes em relação à produção de antes da guerra (citado por E. Varga).

Isso quer dizer, que houve enorme concentração da produção e de capitais, e que o aperfeiçoamento das máquinas e da organização do trabalho elevou consideravelmente a produtividade do trabalho.

O capitalismo nos Estados Unidos se fortaleceu e atingiu, assim, a um grau de desenvolvimento que ultrapassou todos os limites de antes da guerra. Por essa razão torna-se mais aguda a contradição fundamental entre a produção social cada vez mais desenvolvida, e a apropriação privada, o que compromete, como é sabido, o modo capitalista de produção.

Por outro lado, essa gigantesca capacidade produtiva dos Estados Unidos, coincidente com a contração do seu mercado interno, exige expansão para o exterior: para a conquista de mercados, sob pena de não encontrar consumo para as mercadorias produzidas, o que agrava a posição dos Estados Unidos em relação aos demais países exportadores, especialmente em relação à Inglaterra. É também sabido, que essa situação terminará com uma crise de superprodução, que desta vez dei-

xará muito longe a crise aguda e a mais prolongada da história, isto é, a de 1929-1933.

Quais as conseqüências dessa situação?

Por um lado, já se constata uma tendência militarista nos Estados Unidos, que daqui por diante necessitarão manter forças militares no exterior para assegurar os antigos mercados e conquistar novos. Ao lado desse militarismo, cresce também assustadoramente uma burocracia reacionária, que tem como ponto de apoio o quartel general da reação norte-americana: o *Departamento de Estado*.

Daí, a agressividade, que cada vez mais assumirá maiores proporções, dos grupos imperialistas americanos, que influem incontestavelmente no governo.

A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL BURGUESA

E' sabido que o capital industrial progressista, que predominou até o século passado, é representado politicamente pela democracia liberal, razão pela qual puderam os Estados Unidos e a Inglaterra manter por tanto tempo as liberdades democráticas burguesas.

O que há de novo agora, no após-guerra, é que já se passou a fase em que foi possível a coexistência do domínio do capital financeiro monopolista, já na fase superior e última de seu desenvolvimento, com a forma de governo democrático-burguesa nos países imperialistas.

O agravamento de tôdas as contradições apontadas neste estudo, significa também que se torna cada vez mais aguda, e em processo de sua resolução, a contradição entre o conteúdo imperialista agressivo das forças econômico-financeiras monopolistas, e a forma de Governo liberal-democrático-burguesa, predominante em países imperialistas. Esta forma política não corresponde mais ao conteúdo e, então, deverá surgir uma nova forma, que corresponda ao conteúdo naquela fase, isto é, o capitalismo monopolista financeiro, com suas características de agressividade e de expansionismo. Pretender que o imperialismo, na situação de após-guerra, se torne dócil, mansinho, etc., etc., é o mesmo que pretender que um leão faminto se torne herbívoro numa fazenda de carneiros.

Soou a hora de crise para a democracia liberal burguesa nos maiores e mais poderosos países imperialistas. O Governo democrático-liberal-burguês não mais poderá continuar a representar, por muito tempo, o capital monopolista financeiro, depois da segunda guerra mundial. Necessitam as forças imperialistas elas mesmas tomar o poder político em suas próprias mãos, e não mais por seus representantes políticos, para que posam conduzir a batalha de vida ou de morte por sua sobrevivência.

A forma de governo que corresponde ao conteúdo do modo capitalista de produção, na época do "capitalismo moribundo", e após a segunda guerra mundial, nos maiores e mais poderosos países imperialistas, é o *fascismo*, com camisa ou sem camisa, e do modo pelo qual convenha que se apresente nesta altura dos acontecimentos. A forma de apresentação do fascismo não importa; o que caracteriza a situação é a tendência das forças imperialistas assumirem elas mesmas também o poder político,

e não mais por intermédio de governos liberais democrático-burgueses, que não têm mais possibilidades de conduzir o barco gigantesco, que já está "fazendo água".

Enquanto o barco navegava em mar sereno, podia o comandante dar-se ao luxo de largar o comando sob a responsabilidade do Imediato ou do Primeiro Piloto. Mas, agora, que o navio está açoitado pelo vendaval, e "fazendo água" por todos os porões, impõe-se a presença pessoal do próprio comandante no leme, com a responsabilidade direta e imediata da direção da batalha em mar encapelado.

Para levar à frente a batalha de vida ou de morte pela própria sobrevivência, não poderão mais os grupos imperialistas confiar no Estado liberal democrático-burguês. Necessitam tomar o próprio poder político, como já o fizeram os imperialistas alemães, quando iniciaram o preparo da segunda guerra mundial. Entretanto, mesmo assim, não houve santo que os salvasse.

A LUTA DO IMPERIALISMO EM DUAS FRENTES

Duas são as frentes principais dessa batalha decisiva para o imperialismo: *a crise econômica catastrófica que se avizinha, e a terceira guerra mundial, que já está sendo preparada.*

Para lutar contra a crise econômica que já está à vista, e atenuar suas terríveis conseqüências, a classe dominante descarregará, como sempre o fez, sobre os ombros do povo e, em particular, do proletariado, todo o peso da crise, assegurando, assim, a concentração capitalista.

E' evidente, que nesta altura dos acontecimentos, em que as massas muito aprenderam com as lições da última guerra, e o proletariado concentra a sua artilharia pesada, isto é, a sua consciência revolucionária de classe, nos pilares da Federação Mundial dos Sindicatos, organizada pelos representantes de mais de 70 milhões de trabalhadores, é evidente, como já estamos dizendo, que a classe dominante só terá possibilidade de vencer a batalha nessa frente, por meio de leis fascizantes contra o povo, o que quer dizer, com sacrifício das liberdades democráticas, que foram tabu até agora.

A luta, pois, na frente de batalha — *a crise* — exigirá uma marcha para o fascismo, que é a forma de governo capaz de assegurar à classe dominante, nesta altura dos acontecimentos, condições favoráveis para descarregar sobre os ombros do povo o peso dessa calamidade.

Examinemos agora o que se passará quanto à segunda frente de batalha, isto é, *a terceira guerra mundial, que já se está preparando.*

E' incompreensível admitir-se, que os imperialistas, e em particular, os imperialistas alemães, não teriam podido preparar a segunda grande guerra, se tivesse prevalecido na Alemanha a forma de governo estabelecida pela Constituição de Weimar.

A preparação da segunda guerra mundial, que seria uma guerra total para o domínio do mundo por alguns grupos imperialistas, exigiu a direção do poder político pelos representantes diretos dos próprios grupos imperialistas, o que tanto significou o estabelecimento da forma

evolução democrático-burguesa, iniciada no século XVI, governo que cor-
ção de 1648.

Por essa razão, dominou a Inglaterra a indústria e a predominância das
mundiais, sendo que a sua burguesia foi sempre a pioneira do desenvolvimento
do modo capitalista de produção. Quando o capitalismo entrou em política-
decadência, pela sua metamorfose em capitalismo monopolista financeiro. Ora,
também entrou a burguesia inglesa em decadência, e se apresenta agora em
fraca, temerosa e envelhecida.

Coisa diferente aconteceu nos Estados Unidos da América do Norte.

Só muito mais tarde, entrou aquela nação na cena internacional,
visto como foi no século passado que se processou o enorme desenvolvi-
mento de suas forças produtivas, na época do capital industrial pro-
gressista.

No século corrente, por efeito da primeira e da segunda guerras
mundiais, teve lugar naquele país uma imensa concentração de meios de
produção, atingindo a acumulação capitalista limites nunca dantes ima-
ginados.

Os Estados Unidos passaram de país devedor, ao mais poderoso
país credor do mundo capitalista.

E' compreensível, pois, o caráter vigoroso, agressivo e fogoso dos
grupos imperialistas norte-americanos, que são muito jovens, em compa-
ração com a idade do estabelecimento do modo capitalista de produção
no mundo.

Voltemos à nossa pergunta:

Quais os sinais indicativos de que a Inglaterra e os Estados Unidos
já estão marchando para o fascismo?

Quanto à Inglaterra, são menos visíveis esses sinais indicativos da
caminhada para o fascismo.

A velha e decadente burguesia inglesa tem problemas seríssimos e
contradições que cada vez mais se agravam no vasto império colonial
britânico. Além disso, tem tradições a zelar, e uma vastíssima experi-
ência que lhe permite acompanhar os acontecimentos e adaptar-se a
eles com mais facilidade do que qualquer outro grupo burguês. Há,
ainda, que contar com as reações populares, num país onde a opinião
pública é relativamente exigente.

Daí, o seu cuidado, o seu andar às apalpadelas.

Há, porém, um facto que abre o veu, para que se possa ver o que
se passa nos bastidores.

Referimo-nos à nacionalização de certos sectores da indústria pesada
e de outros, notadamente, da indústria do carvão mineral. A nosso ver,
a nacionalização de tais sectores da indústria pesada e de outros, cor-
responde a três objetivos, que são:

a) transferir para os ombros do povo, aliviando os da burguesia,
os "deficits" dessas indústrias, pois, como tem sido publicado, as indústrias
nacionalizadas são todas deficitárias, especialmente as de extração de
carvão mineral;

b) assegurar à burguesia decadente inglesa, em vez de "deficits"
anuais, uma renda fixa, resultante da indenização recebida pela naciona-
lização de tais empresas;

nazista de governo na Alemanha e da forma fascista de governo na Itália.

O nazismo foi a expressão do poder político nas mãos dos grupos imperialistas alemães.

E', pois, da mais evidente evidência, que os grupos imperialistas dominantes no mundo capitalista, após a segunda guerra mundial, quando tôdas as contradições se tornam agudíssimas e atingem ao auge do seu desenvolvimento; quando a politização dos povos, especialmente do proletariado, muito progrediu com as lições da última guerra, quando a pequena-burguesia se proletariza; é, pois, evidente, como iamós dizendo, que os grupos imperialistas só poderão desencadear a terceira guerra mundial, *que será contra o mundo socialista*, liquidando primeiramente em seus países com a democracia liberal burguesa, que não mais corresponde a etapa do imperialismo, na hora que estamos vivendo, e estabelecendo, então, a forma de governo em consonância com essa etapa, que é o *fascismo*.

De acôrdo com a lei do desenvolvimento do modo capitalista de produção, na época do "capitalismo moribundo", e após a segunda guerra mundial, seria de esperar-se uma guerra decisiva entre o mundo capitalista e o mundo socialista, para resolver a contradição antagônica surgida após a primeira guerra mundial com o nascimento do Estado Socialista, e agora agravada com a revelação do poderio gigantesco econômico-industrial-militar da URSS, que assegurou um lugar proeminente entre as demais nações, pela sua ação decisiva na luta e pela vitória contra as fôrças militares do eixo Roma-Berlim-Tóquio.

Há, no entanto, grandes possibilidades de ser evitada essa guerra decisiva entre os dois mundos opostos e antagônicos.

Uma delas será a revolução social na Inglaterra e nos Estados Unidos, que impedirá a marcha até o fim para o fascismo.

Tendem êsses dois países, como deduzimos, para o fascismo; e sòmente poderá ser detida essa marcha por uma revolução do povo contra o domínio do capital financeiro monopolista.

E assim será também detida a marcha para a terceira guerra mundial.

Essa é a solução que convém aos interêsses dos povos anglo-americanos e de tôda a humanidade.

Se os povos americano e inglês não conseguirem deter, em tempo, a marcha para o fascismo, a terceira guerra mundial tornar-se-á mais provável, como meio de liquidar a contradição antagônica decorrente da coexistência do mundo capitalista e do mundo socialista.

A INGLATERRA MARCHA PARA O FASCISMO

Quais os sinais indicativos de que a Inglaterra e os Estados Unidos já estão marchando para o fascismo?

Antes de mais, convém chamar a atenção para a posição da burguesia dominante na Inglaterra, enfraquecida como foi pelas consequências da primeira e da segunda guerras mundiais, e pela situação especial de ter sido a Inglaterra o primeiro país que realizou integralmente a

revolução democrático-burguesa, iniciada no século XVII, com a revolução de 1648.

Por essa razão, dominou a Inglaterra a indústria e o comércio mundiais, sendo que a sua burguesia foi sempre a pioneira do desenvolvimento do modo capitalista de produção. Quando o capitalismo entrou em decadência, pela sua metamorfose em capitalismo monopolista financeiro, também entrou a burguesia inglesa em decadência, e se apresenta agora fraca, temerosa e envelhecida.

Coisa diferente aconteceu nos Estados Unidos da América do Norte.

Só muito mais tarde, entrou aquela nação na cena internacional, visto como foi no século passado que se processou o enorme desenvolvimento de suas forças produtivas, na época do capital industrial progressista.

No século corrente, por efeito da primeira e da segunda guerras mundiais, teve lugar naquele país uma imensa concentração de meios de produção, atingindo a acumulação capitalista limites nunca dantes imaginados.

Os Estados Unidos passaram de país devedor, ao mais poderoso país credor do mundo capitalista.

E' compreensível, pois, o carácter vigoroso, agressivo e fogoso dos grupos imperialistas norte-americanos, que são muito jovens, em comparação com a idade do estabelecimento do modo capitalista de produção no mundo.

Voltemos à nossa pergunta:

Quais os sinais indicativos de que a Inglaterra e os Estados Unidos já estão marchando para o fascismo?

Quanto à Inglaterra, são menos visíveis êsses sinais indicativos da caminhada para o fascismo.

A velha e decadente burguesia inglesa tem problemas seríssimos e contradições que cada vez mais se agravam no vasto império colonial britânico. Além disso, tem tradições a zelar, e uma vastíssima experiência que lhe permite acompanhar os acontecimentos e adaptar-se a êles com mais facilidade do que qualquer outro grupo burguês. Há, ainda, que contar com as reações populares, num país onde a opinião pública é relativamente exigente.

Daí, o seu cuidado, o seu andar às apalpadelas.

Há, porém, um facto que abre o veu, para que se possa ver o que se passa nos bastidores.

Referimo-nos à nacionalização de certos sectores da indústria pesada e de outros, notadamente, da indústria do carvão mineral. A nosso ver, a nacionalização de tais sectores da indústria pesada e de outros, corresponde a três objetivos, que são:

a) transferir para os ombros do povo, aliviando os da burguesia, os "deficits" dessas indústrias, pois, como tem sido publicado, as indústrias nacionalizadas são tôdas deficitárias, especialmente as de extração de carvão mineral;

b) assegurar à burguesia decadente inglesa, em vez de "deficits" anuais, uma renda fixa, resultante da indenização recebida pela nacionalização de tais empresas;

c) concentrar nas mãos do governo, que é o comité executivo da classe dominante e, portanto, o representante dessa mesma burguesia interessada (apesar da argumentação de que está no poder o Partido Trabalhista), certas indústrias fundamentais ligadas direta ou indiretamente as indústrias de guerra antecipando desta vez, de muitos anos, providências que só seriam tomadas já em caso de guerra.

Compreende-se perfeitamente uma tal orientação, dado o caráter de rapidez estonteante da ação das forças militares, que é de prever-se, no caso de uma terceira guerra mundial. A nacionalização desses sectores já atingidos por essa política do governo inglês, seguir-se-ão outras medidas com o mesmo caráter de centralização e de concentração dos sectores fundamentais da economia pelo Estado.

Uma coisa, porém, é a nacionalização de meios de produção pelo governo inglês, que é o governo de um país imperialista e, portanto, explorador de outros países, o que significa centralizar nas mãos desse governo, que é o governo da classe dominante, não só o poder político, mas também o poder econômico, como medida de precaução e de reforço do poderio da classe dominante, e de preparação para a guerra; outra coisa, profundamente diferente, é a nacionalização de meios de produção por um governo democrático popular, representante de todo o povo.

No primeiro caso, a nacionalização significa o reforçamento da nação e a marcha para o fascismo, que é o caso da Inglaterra; no segundo, a marcha para o socialismo, que é o caso daqueles países da Europa que sofreram o domínio do nazi-fascismo, e nos quais se instalaram governos democráticos populares, representantes de todo o povo, isto é, naqueles países chamados de "países de democracia de novo tipo".

Isso, no que se refere propriamente à Inglaterra.

OS ESTADOS UNIDOS MARCHAM PARA O FASCISMO

Examinemos agora os sinais indicativos da marcha dos Estados Unidos para o fascismo.

Como já anteriormente salientámos, são hoje os Estados Unidos o maior país capitalista, onde se concentram os mais agressivos e poderosos grupos representativos do capital financeiro monopolista, dirigentes incontestes da política capitalista mundial.

Sendo os grupos imperialistas norte-americanos os mais jovens, mais poderosos e os mais agressivos, compreende-se que lhes cabe a direção da reação internacional na preparação, tanto material, quanto ideológica, da terceira guerra mundial, para liquidação da contradição antagônica gerada pelo aparecimento de um país socialista, e agravada na guerra e no pós-guerra, pela revelação do gigantesco poderio econômico-industrial-militar da União Soviética.

Quais os sinais indicativos de que os Estados Unidos já estão em marcha acelerada pela estrada larga que conduzirá ao fascismo?

No que diz respeito aos Estados Unidos e por aquelas circunstâncias acima apontadas, os sinais se revelam abertamente, sem qualquer aparência para ocultá-los.

A política exterior agressiva dos Estados Unidos demonstra claramente o papel de vanguarda dos grupos imperialistas norte-americanos no trabalho de articulação da reação no plano mundial. Enquanto projetam ajudar financeiramente e apoiar militarmente os governos anti-democráticos da Grécia e da Turquia, mantêm Franco e Salazar no poder.

A sua política interna revela a disposição das forças reacionárias para liquidar as organizações operárias, restringir o direito de greve; intensificar a campanha anti-democrática sob o falso pretexto de campanha sagrada contra os comunistas e o comunismo, preparar, enfim, ideologicamente o povo americano para aceitar, pouco a pouco, restrições em suas liberdades democráticas e também para o ato final de tomada do poder político por essas forças ultra-reacionárias, o que significa *fascismo*; salvo se o povo norte-americano, por um processo revolucionário, detiver em meio do caminho a marcha para o fascismo.

Estamos assistindo ao desenvolvimento dos mesmos métodos empregados pelos imperialistas alemães, quando iniciaram a sua marcha para o fascismo.

O perigo para o mundo, segundo a opinião do finado Hitler e dos outros monstros que o acompanhavam, isto é, os *marionettes* dos imperialistas alemães, era o comunismo e, portanto, tornava-se então necessário organizar poderosas forças para liquidar o inimigo da humanidade, como eles propalavam. O mundo inteiro assistiu o desenvolvimento dessa política, e o que dela decorreu para a humanidade.

Agora mesmo, depois das experiências vividas, Truman fala a mesma linguagem, e pretende fazer a cruzada santa contra o comunismo. Toda a imprensa reacionária norte-americana e mundial bate diariamente nessa tecla, como programa de preparação ideológica dos povos para a guerra futura.

A TERCEIRA GUERRA MUNDIAL

A história nos ensina que a classe dominante, nas épocas de decadência, cai no misticismo, procura refúgio na filosofia idealista, e amparo moral para as suas dúvidas e incertezas. Nesta altura dos acontecimentos, a classe dominante decadente procura amparo, além de sua crença no sobrenatural, também numa realidade concreta: *A bomba atômica*.

O Generalíssimo Stálin, que deve entender de bomba atômica muito mais do que todos nós, leitor amigo, já disse que a bomba atômica serve para intimidar apenas pessoas de nervos fracos, e que não será factor decisivo numa guerra. Mesmo assim, a burguesia dominante, que está com a cabeça quente, poderá, de repente, perdendo totalmente a cabeça, depositar todas as suas esperanças na *bombinha*, antecipando a guerra, que, embora pouco provável, poderá entretanto, ~~se~~ deflagrada por um ato de loucura dos grupos imperialistas já sem perspectivas, e apavorados com a marcha inexorável da humanidade para um mundo melhor, mais justo, onde reinará a cooperação fraternal entre os homens, em vez da exploração milenar do homem pelo homem.

Há ainda u, na série de atos a serem concretizados antes que seja tempo para o deflagrar da catástrofe.

Aqui na América, é imperioso para a reação organizar e uniformizar os países semi-coloniais num sistema único e indivisível e que se denomina, em linguagem diplomática: *Defesa do hemisfério ocidental*. O Departamento de Estado, isto é, o quartel general da reação, trabalha ativamente nesse sentido, contando com o apoio dos sectores reacionários de cada país americano.

Um sistema único de forças militares, armadas e controladas pelos Estados Unidos, e bases econômicas para o suprimento de gêneros alimentícios e de matérias primas, constituem um dos pontos fundamentais da preparação para a terceira guerra mundial. Para se lançarem na suprema aventura, necessitam os Estados Unidos de uma retaguarda organizada e garantida.

Em discurso pronunciado em 25 do corrente, no Nacional Press Club, o General Eisenhower, chefe do Estado Maior do Exército dos Estados Unidos, declarou ser necessário "o auxílio às democracias do mundo, porque no caso de guerra, os Estados Unidos necessitarão de todos os aliados disponíveis", acrescentando, que os "Estados Unidos devem manter um exército forte, em todos os momentos, porque quando chegar a guerra, dificilmente haverá tempo para reunir e organizar as forças necessárias para a luta" (*Diário de Notícias*, de 26 de março).

E' indispensável, pois, alertar os povos da América contra o plano reacionário norte-americano, que corresponde, em última análise, em transformar os países latino-americanos em satélites dos Estados Unidos numa aventura guerreira, para defender os privilégios dos grupos imperialistas dominantes.

Lutar contra a guerra e pela independência econômica nacional significa, para os povos latino-americanos, lutar conseqüentemente contra o imperialismo americano, em particular, e contra o imperialismo como um todo, que é hoje, como igualmente o fôra ontem o imperialismo do eixo Roma-Berlim-Tóquio, o principal inimigo da humanidade.

CONCLUSÃO

A transformação do capital industrial progressista predominante até fins do século passado, em capital financeiro monopolista do século corrente, pela união do capital industrial com o capital bancário, corresponde a uma nova etapa do modo capitalista de produção, que é a etapa do imperialismo. Essa metamorfose significa que no começo do corrente século, que assinala e revela a transformação, entrou o modo capitalista de produção na fase já de crise geral, isto é, passou de capitalismo progressista a capitalismo monopolista decadente.

Como é próprio da lei do desenvolvimento do modo capitalista de produção, o agravamento das contradições inerentes a esse sistema conduziu à primeira guerra mundial, que não só tornou consideravelmente mais agudas tais contradições, como debilitou o capitalismo como um todo, criando as premissas para uma segunda guerra mundial.

Sendo a democracia liberal burguesa a forma de governo que corresponde ao conteúdo do modo capitalista de produção, na época do capital industrial progressista, que se caracteriza pela predominância das leis do liberalismo econômico, isto é, da livre concorrência, compreende-se que a classe dominante dessa fase capitalista seja representada politicamente por intermédio de governos liberais democráticos burgueses. Ora, desde que o capitalismo industrial progressista se transformou em capitalismo monopolista, no começo do século corrente, surgiu a contradição entre a etapa nova, isto é, o capitalismo imperialista, e a velha forma, isto é, a democracia liberal burguesa, que ainda continuou, até a ascensão do nazi-fascismo, como a sua exclusiva roupagem política, ou a sua representação estatal. Tendo a primeira guerra mundial agravado consideravelmente tôdas as contradições próprias do modo capitalista de produção, já na fase superior e última do desenvolvimento, a fase do imperialismo, agravou-se, pela mesma razão, a contradição de conteúdo e forma, isto é, agravou-se a luta contra a velha forma — o Estado Democrático Burguês — que teima em representar ainda a nova etapa do capitalismo, isto é, o capitalismo monopolista financeiro, o Imperialismo.

O nascimento do Estado Nacional Socialista, na Alemanha, e do Estado Fascista, na Itália, significa ali a liquidação da contradição entre o conteúdo e a forma, pelo nascimento da *forma nova*, correspondente à nova etapa do capitalismo.

O fascismo é a forma estatal que corresponde ao conteúdo do modo de produção capitalista na época do capitalismo decadente, do "capitalismo moribundo", já na fase de crise geral. O fascismo é, assim, o produto da crise geral do capitalismo.

A transição para o fascismo, disse Stálin, demonstra, não apenas a força da burguesia, mas também a sua fraqueza.

E. Varga, o famoso economista, Diretor do Instituto de Economia Política Mundial, de Moscou, caracterizou bem o fascismo quando disse que "no essencial, representa o fascismo a expressão política do aprofundamento da crise geral do capitalismo".

Sendo assim, e considerando que a segunda guerra mundial, não só debilitou ainda mais do que a de 1914-1918 o capitalismo como um todo, como principalmente agravou ao auge tôdas as contradições inerentes ao modo capitalista de produção na fase do imperialismo, segue-se que a contradição de conteúdo e forma está também em crise agudíssima, em processo rápido de resolução, em caminho de ser liquidada.

A democracia liberal burguesa, isto é, o Estado democrático burguês, não é mais a forma política em consonância com o conteúdo do modo capitalista de produção, após a segunda guerra mundial, já em fase de crise geral aprofundada.

Por tôdas essas razões, compreende-se bem, em relação aos Estados Unidos, como exemplo, que as manifestações agressivas, o desespero, as tendências reacionárias para debilitar as organizações proletárias, a projetada limitação do direito de greve, a política expansiva e agressiva externa, a marcha para limitações às liberdades individuais, como é exemplo a ordem de Truman relativa à "limpeza dos quadros do funcionalismo" de

clementos suspeitos à reação, e a campanha anti-comunista; tudo isso, e mais o que não está lembrado, e o que ainda virá, significa, ineludivelmente, a luta do capitalismo monopolista financeiro para estabelecer a forma política que lhe corresponde: o Estado Fascista.

A nova etapa do capitalismo, nesta altura dos acontecimentos, não cabe mais nos limites da velha forma política. O Estado liberal democrático burguês já é um empecilho à agressividade imperialista, que luta para sobreviver nesta fase de crise geral, agravada enormemente pela presença de um poderoso país socialista vitorioso, que não poderá mais ser atacado impunemente, sem perigo de vida. O capitalismo monopolista financeiro exige a toda a pressa que se confeccione a roupagem adequada, que se adapte, como uma luva aos dedos, ao seu organismo decadente, mas que não quer morrer, que luta desesperadamente, que grita para continuar vivendo.

A forma estatal que corresponde ao capitalismo monopolista financeiro, na época de preparação da terceira guerra mundial contra a União Soviética, é o *Estado Fascista*, agressivo e terrorista. O fascismo é o próprio imperialismo no poder; é a desmascarada posse simultânea do poder econômico e do poder político para fazer a guerra, para tentar sobreviver, mesmo que para isso seja necessário matar a metade da humanidade.

Assim raciocinando e entendendo a situação, é que nos animamos a desenvolver o tema, de que os dois maiores e mais poderosos países imperialistas marcham a passos largos pela estrada que conduzirá ao fascismo. Isso não quer, entretanto, dizer que seja inelutável atingir o fim da jornada. A decisão caberá ao povo inglês e ao povo americano.

A crise gigantesca que se processa com o agravamento da contradição antagônica entre o mundo capitalista e o mundo socialista, será o prelúdio de uma nova era. Liquidadas revolucionariamente as contradições básicas do modo capitalista de produção, na fase do imperialismo, entrará a humanidade na era da cooperação fraternal entre os povos, onde não mais haverá exploração do homem pelo homem.

A humanidade marcha inexoravelmente para um mundo melhor e mais justo. E' a lei suprema do desenvolvimento da sociedade.

● ●

O CAPITALISMO E A GUERRA — “A guerra é inseparável do capitalismo... qualquer outra teoria ou proposição, por mais “real que pareça, é simplesmente uma mentira com o fim de prolongar o sistema de exploração e da guerra. Por isso, o leninismo repele todas as teorias pacifistas sobre a “abolição da guerra” dentro do capitalismo e indica às massas trabalhadoras e a todos os oprimidos o *único caminho* que leva ao fim proposto: a destruição do capitalismo. (Lénin — *La guerra y la humanidad*, pág. 67.)

●

BIOLOGIA E MARXISMO

por Marcel Benoit

CAPÍTULO SÉTIMO

O PROBLEMA DA ADAPTAÇÃO

A persistência da vida na terra foi apresentada, no capítulo precedente, de modo puramente materialista e concreto. Quando se a explica pela "adaptação", emprega-se um termo abstrato, perigoso, se fôr definido claramente.

Disseram que a adaptação era "uma questão pavorosa". É, sem dúvida, um problema que, mal formulado, impressiona a imaginação. O ser vivo, tomado isoladamente, parece frágil num mundo hostil. Sua sobrevivência parece quase miraculosa. Daí a pensar que foi criado em vista dessa sobrevivência e a ela adaptado só há um passo que filósofos e naturalistas têm dado, muitas vezes.

Acabamos de ver que, na natureza real, a sobrevivência de um indivíduo dado, de antemão, é, na verdade, fenômeno excepcional. Vimos, também, a propósito dos fatos da evolução, que as espécies, por adaptadas que possam parecer, estão votadas a se extinguirem depois de uma duração que não excede alguns milhares de séculos. O golpe de vista quase instantâneo que o homem pôde lançar sobre o mundo vivo não deve levar a admitir para este uma estabilidade que não existe. O que é verdade é que espécies e indivíduos *mais ou menos* adaptados sobrevivem enquanto os acontecimentos não os fazem desaparecer e também que o seu desaparecimento, quando se produz, é rapidamente compensado *mais ou menos* pela prodigiosa fecundidade da matéria viva em criar indivíduos novos e espécies novas.

A estabilidade do mundo vivo é, pois, apenas, global. Foi a conclusão que Vernadski enunciou. Os biologistas espiritualistas também a enunciam, mas em termos equívocos:

Já que a vida começou e se perpetua, diz Cuénot (1), há, evidentemente, harmonia ou coordenação entre ela e as condições cósmicas.

Este equívoco se origina de que a vida é considerada como entidade estável e não como um conjunto, sem cessar mutável, de seres vivos materiais. Leva, facilmente, a admitir uma harmonia querida, expressão

(1) CUÉNOT, *A adaptação*, pág. 388.

de finalidade talvez divina (2). Dissipamo-lo, contudo, se examinarmos o problema em seu detalhe material.

No equilíbrio das populações vivas, tal como a descrevemos no capítulo precedente, deve-se admitir uma finalidade? E' idéia muito antiga, que procede de uma crença na bondade providencial. Bernardin de Saint-Pierre levava-a ao extremo: achava que, se os galhos carregados de frutas se inclinam para o chão é para que o homem faça a colheita com maior facilidade e que, se o melão tem sulcos, é para ser mais facilmente dividido em família. Não é só o antropocentrismo desta finalidade que a torna ridícula. Muitos naturalistas têm t'ido e conservam ainda concepções quase igualmente pueris sobre as relações dos seres vivos entre eles.

E' o caso, principalmente, quando falam das sociedades animais ou ainda da simbiose (3), isto é, do agrupamento de espécies diferentes, de benefícios recíprocos. Vimos, atrás, como se devem interpretar as sociedades animais, do ponto de vista científico e materialista. O mesmo se dá com os casos de simbiose. Quando verificamos, por exemplo, que, no agrupamento de uma alga e de um cogumelo, que constitui um líquen, os dois elementos têm uma nutrição e sua vida facilitada, isso significa que uma finalidade os haja reunido para a ajuda mútua? Isso não significa, muito simplesmente, que essa união realiza as condições naturais nas quais eles prosperam melhor? A prova é que, em condições convenientes, artificiais, o cogumelo e, sobretudo, a alga podem ser isolados e viver perfeitamente.

O entusiasmo otimista dos naturalistas levou-os, aliás, a descrever muitas pretensas simbioses que, posteriormente, estudadas mais de perto, se mostraram indiferentes ou até nocivas a um dos cônjuges. Há todos os graus intermediários possíveis entre a simbiose e o simples resultado mais ou menos favorável da vizinhança entre dois seres vivos.

Nos fenômenos de simbiose, que não são, aliás, mais do que detalhes ínfimos em relação ao conjunto da vida, não há com que justificar a hipótese de uma finalidade.

Pode-se justificá-la, então, pela manutenção da vida no globo graças ao equilíbrio das formas?

Ter-se-ia de dizer que essa finalidade quer carnívoros para limitar o desenvolvimento dos erbívoros; erbívoros, para frear a extensão das plantas e parasitas, para deter a multiplicação de seus hospedeiros.

(2) Cumpre esclarecer o sentido da palavra "finalidade". Quando, no que se seguir, nada fôr precisado, ela será tomada com a significação de finalidade inteligente ou providencial. A finalidade vaga e instintiva do tipo do "impulso vital" de Bergson, será chamada finalidade bergsoniana. Enfim, a finalidade inconsciente, que Goblot admitiu, não será discutida porque é, apenas, uma palavra, curta, porém equívoca, além da qual o materialismo dialético penetra para atingir as realidades concretas.

(3) Simbiose — União de dois seres vivos, de espécies diferentes, na qual cada um dos dois parece encontrar vantagem.

Ter-se-ia de dizer que ela quer a luta pela vida, mas esta se faria, por isto, mais compreensível? Mesmo se se considerasse o equilíbrio de um ponto de vista químico inteiramente global, ficar-se-ia surpreendido com o seu rendimento muito fraco, isto é, em relação à matéria bruta consumida, com o pouco que é dela assimilado. De acordo com avaliações feitas no mar, um animal não transforma em sua própria substância senão a décima parte das matérias animais ou vegetais que consome. Se, como é freqüente, semelhante operação se repete três ou quatro vezes, o último carnívoro da série utiliza, apenas, a milésima parte da matéria vegetal inicial.

Se se quiser julgar a hipótese de uma finalidade no conjunto do mundo vivo, não se deverá esquecer que a ciência e a filosofia são obra do homem, em suas relações com a natureza, e que a existência do homem supõe condições materiais indispensáveis. Supõe uma duração de evolução suficiente para que dela tenha podido sair o homem, ser vivo complicado. Supõe, assim, certa estabilidade da vida como do mundo físico terrestre. Supõe também ambiente tal que o homem haja podido não só aparecer como espécie animal, mas também adquirir desenvolvimento técnico e mental suficiente para filosofar. Se as coisas andassem demasiado mal no conjunto do mundo vivo, não existiríamos hoje para verificá-lo. Não se devem inverter os termos do problema, como fazia José Prudhomme (4), admirando a finalidade divina que fizera os rios passarem no meio das cidades.

Passam-se as coisas de modo diverso, se considerarmos os seres vivos isoladamente? Aqui também se criaram muitas ilusões, às quais os naturalistas ainda não renunciaram de todo. Muitos dentre eles imaginam de bom grado que a estrutura e a fisiologia de um animal ou de uma planta são, exatamente, adaptadas e ajustadas às necessidades da respectiva existência.

Cuvier fundara neste modo de pensar um método para reconstituir a forma dos animais fósseis: de certos caracteres julgava poder deduzir rigorosamente, o gênero de vida e, dêste, outras particularidades de forma, ainda desconhecidas. Autores mais fantasistas, como Bernardin de Saint-Pierre, queriam atribuir utilidade a todo pormenor de estrutura e chegavam a resultados bastante curiosos, como este:

A natureza fez preta a ponta da cauda dos arminhos da Sibéria, afim de que esses animalinhos inteiramente brancos, quando andam na neve, onde quase não deixam vestígio das patas, se possam reconhecer, quando vão uns atrás dos outros, nos reflexos luminosos das longas noites do norte (5).

Vestígios muito nítidos dêste otimismo exagerado, entretanto, encontram-se também nos transformistas antigos, como Lamarck ou Darwin, e, principalmente, em muitos darwinianos.

(4) JOSÉ PRUDHOMME — Tipo criado pelo caricaturista francês Henri Monnier, de certo modo equivalente ao Acácio de Eça de Queiroz. (N. do T.).

(5) *Estudos da natureza*, X, pág. 319.

Reconheceu-se, há muito tempo, que o método de Cuvier, que supunha adaptações precisas, o levou a erros graves. Reconheceu-se que, num ser vivo, podem existir órgãos inúteis, indiferentes ou até nocivos. No que diz respeito ao homem, que se tem tendência a considerar como particularmente perfeito, Metchnikof escreveu um grande trabalho, a fim de denunciar as suas imperfeições (6). Para ter idéia de conjunto da questão, deve-se ler um capítulo (7) devido a Cuénot e no qual ele mostra, claramente, que o ser vivo é, sob certos pontos de vista, muito inferior a uma máquina industrial bem estudada.

Se considerarmos, diz ele, um organismo que, no conjunto, é adaptado, especificamente, ao seu meio, já que vive e dura, falta muito para que todos os pormenores sejam diretamente úteis. Ao lado dos órgãos necessários e suficientes, cuja conveniência ao meio e cuja finalidade são evidentes, há, certamente, outros inúteis (órgãos rudimentares), resíduos da evolução anterior; há aparelhos cuja complicação e cujas dimensões são desproporcionadas à sua utilidade problemática...: procurei demonstrar que, ao lado dos dispositivos indiferentes, que poderiam ser outros sem inconveniente algum, há órgãos supérfluos, quase inúteis, talvez mesmo quase prejudiciais. Estamos de tal modo, sem que o saibamos, imbuídos de idéias feitas sobre a utilidade de todas as partes de um organismo que nos custa admitir que o baço, a glândula uropígia, a bexiga aérea, órgãos complicados, com nervos, vasos, fisiologia própria, sejam órgãos inúteis ou quase: no entanto, a extirpação deles, sem inconvenientes perceptíveis, está aí para o demonstrar.

Tal é, em relação às adaptações de detalhe, a posição atual de um sábio que, nesta passagem mesma, se diz finalista. Alguns biólogos, de tendência mais mecanista, têm atitude diferente. Rabaud, por exemplo, nega toda adaptação das formas vivas às respectivas funções, e admite, em compensação, uma adaptação rigorosa, de ordem físico-química, nas trocas de matérias entre o meio e o ser vivo.

Isto parece, ao mesmo tempo, muito e muito pouco. E' muito porque, do ponto de vista físico-químico, também a relação entre o ser vivo e o seu meio está longe de ser perfeita.

Conhece-se um savel americano que, na natureza, põe, em água doce, a 12° e à luz, ao passo que as condições melhores possíveis, determinadas no laboratório, são uma água salobra a 7,5 de sal por 1.000, uma temperatura de 17° e a obscuridade. Dessa discordância resulta forte mortalidade dos ovos, o que não obsta, no entanto, à espécie de sobreviver. Do mesmo modo, existe um molusco marinho, o búzio, que suporta muito mal que o ponham a seco. Isso não impede essa espécie de ser abundante na baía canadense de Fundy, onde as marés são as mais fortes do mundo. Mas a espécie perde, a cada maré, grande número de indivíduos. Poder-se-iam citar, com facilidade, muitos outros exemplos.

(6) METCHNIKOF, *Estudos sobre a natureza humana*.

(7) CUÉNOT, *A adaptação*, capítulo II, pág. 31 (*Os limites da adaptação*).

Por outro lado, Rabaud parece dar demasiado pouca importância à adaptação das formas. Um animal pode nadar sem nadadeiras especialmente conformadas, é mais do que certo, mas poderia um animal voar, se não tivesse asas? Por que essa diferença, senão porque as condições mecânicas do vôo são mais estritas do que as do nado? De igual modo os ovos do savel atrás citado seriam incapazes de viver em água supersalgada ou à temperatura de 40°.

Em suma, o meio exterior impõe à forma, à estrutura e às propriedades diversas do ser vivo condições fora das quais sua vida é absolutamente impossível. Mas, se o ser satisfaz essas condições de qualquer maneira, pode viver, também, de qualquer maneira. Nesses limites, o fato de sua existência e de sua sobrevivência depende da intensidade e das circunstâncias da concorrência, vale dizer: depende, acima de tudo, dos animais e das plantas que o cercam. Volta-se ao equilíbrio de conjunto do mundo vivo.

Assim, uma adaptação mais ou menos exata de um órgão, seja do ponto de vista de sua forma, seja do de suas propriedades físico-químicas, não tem efeito decisivo. Pode favorecer um pouco a vida do indivíduo e a da espécie, mas, como outros organismos, podem também ser mais ou menos adaptados e, às vezes, até nocivos, é somente o conjunto de todas essas condições muito complexas que decide do resultado: vida ou morte.

Aqui, também, não há lugar para uma finalidade. A vida do indivíduo e mesmo a da espécie nunca são, realmente, mais do que precárias, provisórias e incertas. Têm, contudo, por elas alguma probabilidade. Do mesmo modo, os graus de adaptação diferentes e mais ou menos perfeitos dos diversos órgãos têm também uma probabilidade. E' neste sentido que Cuénot fala de adaptações estatísticas.

Membros conformados em nadadeiras, diz ele, são tão comuns nos animais aquáticos que sua presença num fóssil permite afirmar que este vivia na água. Mas é só uma probabilidade, muito grande, aliás, porque pode haver animais aquáticos sem nadadeiras evidentes ou que as substituam por outra coisa e pode haver animais terrestres que possuam conformações análogas e nadadeiras (8).

Acrescenta, pouco adiante:

Quando se fala de adaptação estatística, isto não quer dizer, unicamente, que, num meio dado A, a grande maioria das espécies apresente um caráter especial A que se considera como em relação de conveniência com o meio; isto significa também e principalmente que, no meio A, há um número de espécies de caráter A que é relativamente grande em relação ao número que pode existir em meios B, C, etc.. Por exemplo, à beira mar ou nas ilhas, há muitos insetos ou aves ápteras, ou de asas atrofiadas, ou de asas nulas, mas é só relativamente ao continente, pois o número das espécies incapazes de voar não está, em maioria, à beira mar.

(8) CUÉNOT, *A adaptação*, pág. 18.

A noção de adaptação estatística explica ainda o fato de que os fisiologistas, investigando a função útil de um órgão, a encontrem quase sempre, senão sempre: a hipótese de que um órgão tem uma função tem por si certa probabilidade.

O uso que se faz do acaso, nesta questão, obriga a lembrar que ele não significa a ausência de causas. Significa, apenas, que, entre as causas ou as ações recíprocas complexas, grande número permanece desconhecido. Tais são muitas das causas atuais porque estamos longe da análise correta de todos os fatores mecânicos, físicos e químicos do meio. Tais são, entretanto, principalmente, as causas históricas que resultam da evolução dos seres vivos. Quando verificamos, por exemplo, que um peixe e uma baleia, que se deslocam com grande velocidade n'água, têm formas mais ou menos semelhantes, pomos êsse fato, muito naturalmente, em relação com as propriedades mecânicas da água. Mas, quando se trata de explicar que essas formas diferem, todavia, notavelmente (por exemplo, a nadadeira caudal possui duas orientações diversas), temos de apelar para a evolução diferente que êsses dois tipos animais seguiram, isto é, para causas históricas.

Essas causas históricas devem exprimir-se, certamente, no momento atual, pela composição e pela estrutura da matéria de que são feitos o peixe, de um lado, e a baleia, de outro. Voltaremos, adiante, a êste ponto. Enquanto, todavia, essas diferenças de composição e de estrutura não fôrem conhecidas, isto é, enquanto não tivermos meio experimental de sôbre elas influir, elas continuarão a ser também dados históricos, que se terão de levar em conta se se quiser compreender a adaptação.



SANTO QUINTA-COLUNA — “Lisboa, 18 (A.P.) — Em tôdas as igrejas de Portugal começaram novenas em louvor do Venerável Bartolomeu dos Mártires, aguardando-se que surja o necessário para a sua beatificação.”

Êste Bartolomeu dos Mártires, o “Santo Arcebispo”, teve a celebridade que lhe deu a pena de Frei Luiz de Souza sôbre ele a melhor que produziu em prosa a literatura clássica portuguesa.

Entretanto, Bartolomeu foi um safadíssimo quinta-coluna! Aderiu à Espanha quando o duque d'Alba conquistou Portugal e correu submisso, rasteiro, a fim de beijar a mão de Filipe II, — uma espécie de Hitler beato, comungador. Isso numa época de angústia, quando D. Antônio Prior do Crato, depois de se ter batido em Alcântara com as costas contra a parede, se escondia, desprotegido, pelo interior do reino. Filipe II ofereceu 80 mil ducados em ouro a quem lhe entregasse vivo ou morto o seu antagonista. Embora grassasse então a fome nas aldeias portuguesas, não houve camponês que denunciasse o fugitivo. Êle refugiou-se dois anos em vários lugares e até mesmo em Braga, onde o malandro Bartolomeu o entregaria se pudesse. Depois embarcou incógnito para a Inglaterra. (Imprensa em Revista — *Diretrizes*, 19-7-46.)



Para Compreender e Interpretar Marx *por Sidney Hook*

CAPÍTULO VII

LÊNIN: A VOLTA A MARX E PARA A FRENTE

Já antes de Sorel haver elaborado sua filosofia sindicalista, outra tendência oposta ao reformismo oficial da social-democracia começava a adquirir vida num outro lado. Era representada por Rosa Luxemburgo, na Alemanha, e por Lênin, na Rússia. Estava inteiramente livre de toda a demagogia anti-intelectual, mas era sensível a cada manifestação do sentimento revolucionário das massas. Sua interpretação de Marx diferia da de Sorel tanto quanto da de Bernstein. Reprovava, nos sindicalistas, o esquecimento de que toda a luta de classe é uma luta política; recusava a utilização da atividade parlamentar com um fim revolucionário e, finalmente, cultivava o fetichismo da violência. Criticava ainda mais severamente o parlamentarismo inócuo dos partidos socialistas, sua concepção ingênua, que considerava cada debate parlamentar como uma luta de classes e seu fetichismo da não violência.

Desde 1901, Lênin começou a luta contra essa variedade russa do economismo — ostensivamente marxista — que declarava que se deveria deixar a luta econômica diária dar nascimento simultaneamente à sua própria atividade política e à sua liderança política. Os economistas (1) sustentavam que, atribuir a uma ideologia política um poder dominante qualquer sobre os movimentos de massa, era incompatível com a teoria do materialismo histórico. A consciência política de um país não pode ser mais madura do que o seu desenvolvimento econômico. Argumentando contra essa subestimação da inteligência revolucionária, Lênin escreveu: "Eles não compreendem que um ideólogo é digno desse nome quando marcha à frente do movimento espontâneo, quando aponta o verdadeiro caminho a seguir e quando é capaz de resolver, antes de todos os outros, os problemas teóricos, políticos e táticos encontrados nos "elementos materiais" do movimento... É necessário criticar o movimento, mostrar seus perigos e defeitos e aspirar *elevar* a espontaneidade à consciência.

(1) Para eles, a luta política não era sinão um reflexo automático do desenvolvimento econômico e o partido político deveria seguir e não dirigir os movimentos de massa.

Dizer que os ideólogos não podem afastar do seu caminho o movimento criado pela ação recíproca do meio e dos elementos, significa ignorar a verdade elementar de que a consciência *participa* dessa ação recíproca e dessa criação." (Conversa com os *Defensores do economismo*, *Obras completas*, Edições Sociais Internacionais, Paris, vol. IV, pág. 386).

Usando o mesmo tom, mas não tão claramente, Rosa Luxemburgo escreveu no seu *Massenstreik, Partei und Gewerkschaften* (Greves de massas, partido e sindicatos), depois da experiência da Revolução russa de 1905:

"...A tarefa da social-democracia não consiste somente na preparação técnica e na direção dessas greves, mas, — sobretudo — na direção política do movimento inteiro. A social-democracia é a vanguarda do proletariado mais esclarecido, aquele que possui a maior consciência de classe. Não deve nem pode esperar, com fatalismo e de braços cruzados, que surja a "situação revolucionária", esperar até que o movimento espontâneo do povo caia do céu. Ao contrário, nesse caso, como nos outros, deve ficar à testa do desenvolvimento das coisas e procurar acelerar esse desenvolvimento."

A consciência para a qual Lênin e Rosa Luxemburgo apelavam não era a intuição mística mas o conhecimento científico. O conhecimento científico não era simplesmente um conhecimento desinteressado das tendências objetivas do mundo econômico, mas uma apreciação crítica das possibilidades da ação política libertada por tal conhecimento. A espontaneidade, que os sindicalistas exaltavam em detrimento da reflexão, não era suficiente. A menos que uma ideologia ou *teoria* militante dirigisse essa vontade espontânea, a energia dela será usada em táticas de greves esporádicas e fúteis. A direção eficiente do movimento dos trabalhadores está ligada à existência de uma classe especial de revolucionários profissionais — fazendo parte desse movimento e, não obstante, diferente dele nas suas funções — para tornar mais efetivo todo o impulso espontâneo que será produzido. Marx era um desses revolucionários profissionais. Era o cúmulo do absurdo, por parte dos que se chamavam "ortodoxos", esperar que o curso do desenvolvimento econômico produzisse automaticamente o socialismo. Pelo seu próprio movimento imanente, ele não podia produzir mais que pressuposições do socialismo. O Poder não é concedido nem por Deus nem pelo processo econômico. Deve ser conquistado. Quando Marx falava do comunismo como o resultado de uma "necessidade social", referia-se à resultante do processo social inteiro, em que um dos factores era o desenvolvimento das condições econômicas objetivas e o outro a afirmação de uma vontade revolucionária de classe. A tarefa de um partido político de revolucionários profissionais era conciliar esses dois factores, trabalhando reciprocamente um sobre o outro, agindo como vanguarda e, ao mesmo tempo, como estado-maior, na luta de classes revolucionária. A luta de classes não era simplesmente uma função causal do ritmo do desenvolvimento econômico. Isso seria fatalismo. As forças econômicas e a organização revolucionária não estão em relação uma com a outra, como causa mecânica e efeitos, são dois factores independentes e componentes de um todo *dialético* — um todo dialético sendo um todo se desenvolvendo sem tropeços e no qual as partes se interatuam

reciprocamente uma sobre a outra. Diminuir a eficiência da Idéia revolucionária, que se projeta na ação presente sobre a direção futura das coisas, sob pretexto do que elas eram e do que nós somos na qualidade de seres munidos de uma vontade consciente, é tornar-se vítima de uma ideologia burguesa (2). Isso não é marxismo, é, pelo contrário, o resumo de todas as políticas de desvios, de compromissos e de caprichos, às quais Marx declarou guerra de morte.

O economismo primitivo não refletiu sobre o fim real do movimento da classe trabalhadora. Como consequência, confundiu os fins e os meios. E por isso acabou por adotar, a respeito da luta de classes revolucionária, a mesma atitude passiva dos revisionistas. Teoricamente, os anarco-sindicalistas de esquerda e os socialistas-reformistas de direita se confundiram. "A luta desejável é a que é possível, e a luta que é possível é a que se desenvolve agora", escreveu a *Rabótschaia Misl*, órgão do economismo, fazendo eco às frases semelhantes do marxismo "legal", variante russa do revisionismo.

Foi Rosa Luxemburgo quem lançou contra o revisionismo o ataque clássico do ponto de vista do marxismo dialético. O ataque era, ao mesmo tempo, uma acusação à doutrina ortodoxa oficial. Começou o seu famoso panfleto *Reforma ou Revolução*, mostrando que a recusa de Bernstein de levar a sério o fim declarado do movimento socialista tinha ao menos uma sombra de justificação. Por que, depois de tudo, de que maneira era concebido esse fim pelos "ortodoxos"? Geralmente como um coletivismo econômico com uma estrutura de organização indeterminada, com mil espécies de passagens diferentes, acrescentadas pelos que desenhavam esse quadro. Que conexão orgânica, na verdade, poderia existir entre construções utópicas desse gênero e as exigências da luta de classes diária! Não há nada de extraordinário em que Bernstein tenha confessado

que o fim era nada e o movimento tudo. Mas, tanto Bernstein, quanto seus adversários, adotaram as mesmas *premissas erradas* com relação ao fim do movimento proletário. Esse fim não é a organização de uma comunidade socialista (na qual os problemas não podiam ser examinados de maneira inteligente sinão após sua aparição), mas a *conquista do poder político*. Da mesma maneira que Lênin, ela sustentava que o processo de produção capitalista engendra automaticamente apenas as premissas do socialismo. A tomada ativa do poder, que, numa crise revolucionária, guinda a classe operária ao leme do Estado, depende, em primeiro lugar, da inteligência política, da vontade e da organização. O único fim realista do movimento só pode ser a ditadura revolucionária da classe operária, que deve governar durante o período de transição do capitalismo ao socialismo. Eis um fim em ligação orgânica com os meios só pode ser fútil, porque eles não podem ser de tal forma que escolha e no caráter dos meios empregados. E uma discussão sobre os

(2) Lênin — *Que fazer?*, pág. 121 — Edit. Calvino Ltda.

meios só pode ser fútil, porque eles não podem ser de tal forma que impeçam a realização do fim (3).

O facto de se ocupar mais amplamente da luta presente pelo poder do que do estado futuro da sociedade trazia consequências amplas e admiráveis. Roubava de golpe o terreno sob os pés dos que acreditavam numa *Kompensationspolitik* (Política de compensação). Havia deputados social-democratas dispostos, como o declara um reformista: "a votar créditos para canhões em troca de direitos eleitorais para o povo". Se o fim do movimento era o socialismo, considerado como uma fase iminente do desenvolvimento económico, não se pode fazer nenhuma objeção de princípio a esta troca. O número de canhões do Exército do Kaiser, a força do Estado existente, não tinham nenhuma importância; não poderiam de maneira alguma impedir a marcha inexorável dos acontecimentos. A razão pela qual a mesma lógica não se opunha também às reivindicações de reforma eleitoral continuou um mistério. Mas o carácter de suicídio de uma tal tática de negociata não era mais um mistério e revelou-se claramente quando se substituiu a conquista do poder político e a ditadura do proletariado pelo fim nebuloso do socialismo. Era pura loucura começar fortificando o Estado se se queria tomá-lo.

A lógica do dilema que Luxemburgo e Lênin apresentaram à social-democracia era clara. Se o movimento só consiste em reformas práticas, e essa não tem sinão como finalidade insistir no fim concebido como conquista do poder político, deve ocasionar dificuldades. Quando esta conquista é considerada como alguma coisa mais do que um mito poético, ela se torna uma intromissão nas tarefas específicas do presente. Por exemplo: não se pode ligar a luta pelo aumento de salário ou pelo descanso de meio dia no sábado com a conquista do poder. Bernstein tinha razão pretendendo ter dado expressão teórica aos práticos reformistas da social-democracia alemã. Se, por outro lado, o fim é a conquista do poder político, as reformas devem ser consideradas como *sub-produtos* da luta de classes. Dessa maneira, as reivindicações imediatas não são riscadas do programa (êsse foi um dos erros de Daniel de Leon, o mais ortodoxo dentre os marxistas americanos) — mas tornam-se um trampolim para a agitação política. Nenhuma ocasião é, portanto, desprezível se serve para intensificar a luta de classes. Toda luta de classes deve ser considerada como uma luta política em estado potencial e dirigida não somente no sentido de melhorar as condições de existência das massas — o que já é importante — mas ainda em arrancar o controle do Estado das mãos da classe dominante.

(3) A unidade orgânica dos meios e dos fins fazia parte do materialismo dialético. A análise conveniente dessa relação, alterada naturalmente por uma entologia idealista já fôra feita por Hegel (*Encyclopadie*, etc., sect. 121; *Wissenschaft des Logik* (Ciência da lógica), ed. Lasson, vol. II, pág. 544) que os teóricos social-democratas, com exceção de Plerránov, Lênin e seu grupo, ignoravam completamente.

A obra de Rosa Luxemburgo e de Lênin marca, por assim dizer, o início da reforma marxista (4). Os textos de Marx e Engels deveriam ser lidos à luz do seu espírito primitivo. Recusando-se a ser "ortodoxos" a todo preço, Lênin e Rosa Luxemburgo afirmavam ser mais fiéis às idéias e métodos de homens que tinham, em sua origem, inspirado essa ortodoxia, do que todos os pedantes que lhes lançavam o anatema como a herejes. O curso dos acontecimentos contribuiu para opor claramente essas duas interpretações marxistas. Um desses grupos fez a República alemã; o outro, a revolução russa. O abismo entre eles alargou-se de tal maneira que tornou possível aos líderes do primeiro grupo se vangloriarem de ter salvo a civilização ocidental do caos da barbárie, obra do segundo grupo, e aos líderes deste último denunciarem os primeiros como apostatas da causa da classe operária.

A exatidão histórica exige que indiquemos, antes de finalizar este capítulo, algumas diferenças importantes que separavam Lênin de Rosa Luxemburgo, todos dois também oponentes da "ortodoxia" marxista. Lênin, recusando a teoria da espontaneidade, tira as conclusões lógicas, portanto, da questão da organização. Se o partido político devia ser a vanguarda na luta pela revolução social, não podia correr o risco de comprometer sua posição de comando destruindo sua autonomia de organização relativamente aos sindicatos ou a todo o proletariado. Rosa Luxemburgo exigia uma forma de organização que refletisse mais democraticamente a opinião das massas fora do partido. Essa exigência era justificada na proporção em que se dirigia contra a burocracia do partido alemão que, não somente era superado pelos sentimentos radicais dos membros de base e dos simpatizantes da classe operária, como freava também seu movimento na direção de uma posição mais revolucionária. Mas essa exigência era injustificável se a quizessemos universalizar, considerando-a boa para todos os países, em particular para a Rússia, onde tal forma de organização acarretaria para o partido o perigo de ser levado a reboque pelos elementos não amadurecidos. Dessa maneira, uma excessiva confiança na teoria da espontaneidade mecânica surgia na oposição de Rosa Luxemburgo a toda aliança entre operários e camponeses pela realização de uma ditadura revolucionária, no seu desdém pela questão nacional e na sua crença de que as guerras nacionalistas não eram mais possíveis na era do imperialismo monopolista. A diferença de seu ponto de vista com o de Lênin talvez decorresse da sua análise do imperialismo. Na sua *Acumulação do Capital*, sustentou que, em seguida ao esgotamento do mercado interno, o capitalismo precisa achar uma saída nos países coloniais, um após outro, e que só poderia viver enquanto esses países fossem exploráveis. No mesmo instante em que o mundo fosse dividido entre os poderes imperialistas e industrializados, a revolução

(4) Esta expressão não é mais que um simples desenvolvimento da metáfora de Engels quando comparou *O Capital* de Marx à Bíblia da classe operária internacional. (Cf. um dos seus resumos de *O Capital* de Marx, reimpresso nos *Marx-Engels-Archiv.*, vol. II, pág. 445, prefácio de Engels à edição inglesa, vol. I, pág. 30, edit. Kerr.)

internacional deveria necessariamente explodir, uma vez que o capitalismo não pode aumentar suas forças produtivas e continuar indefinidamente seu processo de acumulação em toda a sociedade produtora de mercadorias, relativamente isolada, por mais amplo que seja.

Lénin negava que o capitalismo desmoronasse de modo tão mecânico. Quem quer que acreditasse que o capitalismo não tivesse saídas — por mais grave que fosse sua crise — era vítima da pseudo-ciência da social-democracia alemã “ortodoxa”. Sem uma revolução internacional organizada, o capitalismo jamais ruiria, a menos que, antes, destruísse a civilização inteira por meio de guerras sangrentas.

“Devemos principalmente apontar dois erros muito divulgados. De um lado, os economistas burgueses apresentam esta crise como um simples “desajustamento”, segundo a elegante maneira de dizer dos ingleses. De outro lado, os revolucionários esforçam-se em provar que não há absolutamente saída para a crise. Isso é falso. Não existe posição sem alguma saída possível.” (*Obras*, Discurso no II Congresso da Internacional Comunista, 1920).

O que é estranho é que Lénin despreza a incompatibilidade entre seu ativismo político e sua filosofia dinâmica de ação recíproca expressa no *Que fazer?*, de um lado, e de outro, a teoria do conhecimento conforme uma correspondência absolutamente mecânica, defendida tão veementemente por ele no *Materialismo e Empírio-criticismo*. Neste, ele segue Engels, palavra por palavra, na sua afirmação de que as “sensações são as cópias, as fotografias, as imagens, os reflexos das coisas” e o espírito não é ativo no conhecimento. Parece crer que, se se sustenta a participação do espírito como factor *ativo* no conhecimento, condicionado pelo sistema nervoso e toda a história do passado, a isso se segue que o espírito cria tudo o que existe, inclusive seu próprio cérebro. Isso seria o idealismo mais caracterizado, e idealismo significa religião e crença em Deus. Mas a passagem da primeira à segunda proposição é o *non sequitur* mais manifesto que se possa imaginar. Na realidade, no interesse da sua concepção do marxismo como teoria e prática da revolução social. Lénin admitiu que o conhecimento é um processo ativo, um processo no qual matéria, cultura e espírito *reagiam reciprocamente uns sobre os outros* e as sensações não constituíam o conhecimento, mas uma parte dos elementos trabalhados pelo conhecimento.

E’ a posição tomada por Marx nas *Teses sobre Feuerbach* e na *Ideologia Alemã*. Quem quer que considere as sensações como cópias exatas do mundo exterior, conduzindo elas mesmas ao conhecimento, não pode escapar do fatalismo e do mecanismo. Nas obras políticas e não técnicas de Lénin não se encontra nenhum traço dessa epistemologia (5) dualista lokeana. Seu *Que fazer?*, como já vimos, aceita francamente o papel ativo do conhecimento de classe no processo social. E’ nos seus trabalhos práticos, tratando de problemas concretos de agitação, revolução e reconstrução, que se encontra a verdadeira filosofia de Lénin. (No próximo número: *O marxismo como método*.)

(5) A epistemologia é a ciência da natureza do conhecimento.
N. do Trad.

O SISTEMA BICAMERAL DO SOVIET SUPREMO DA URSS: O SOVIET DA UNIÃO E O SOVIET DAS NACIONALIDADES

A. S. SPEKTOROV.

O regime soviético, tanto no seu conteúdo como na sua forma, é autenticamente popular e o mais democrático de todos os regimes, porque o poder, em toda sua plenitude, está em mãos do povo soviético, pertence aos trabalhadores. Os Soviets locais de deputados dos trabalhadores, em todos os escalões, expressam diretamente a vontade do povo e exercem o poder, nos limites de seu território e nos sectores de sua competência, em nome e por incumbência dos trabalhadores da cidade e do campo: dos operários, dos camponeses e da intelectualidade. O poder soberano do povo soviético encontra sua expressão no órgão superior do poder do Estado da União de Repúblicas Socialistas Soviéticas: no Soviet Supremo da URSS.

Na URSS não há poder mais alto do que o seu Soviet Supremo. Através dos povos do país soviético foram-lhe conferidos plenos poderes para realizar todas as tarefas determinadas pela Constituição estaliniana. O Parlamento soviético está investido de altos poderes legislativos. Sobre o mesmo não há nem pode haver supremacia de nenhum outro órgão do Estado; pelo contrário, todos os órgãos estatais da URSS a ele estão subordinados e são por ele controlados.

E' excepcional o poder legislativo desse parlamento popular. Exerce ele todos os direitos conferidos à União de Repúblicas Socialistas Soviéticas. E' ele o único poder legislativo da URSS. E' composto de duas câmaras com direitos iguais: O Soviet da União e o Soviet das Nacionalidades.

O Soviet da União é o órgão superior do Poder, nele estando representados os interesses comuns a todos os trabalhadores da URSS, independentemente de sua nacionalidade. "Mas, além desse interesse comum. — assinala Stálin — as nacionalidades da URSS têm também seus interesses particulares, específicos, vinculados a suas particularidades nacionais. E esses interesses específicos podem ser postos à margem? Evidentemente, não. E' necessário que haja um organismo supremo especial, que reflita com exatidão esses interesses específicos? Indiscutivelmente, sim. Não pode haver a menor dúvida de que, sem um organismo semelhante, seria impossível governar um Estado multinacional como é a URSS. Esse organismo é representado pela segunda câmara: o Soviet das Nacionalidades da URSS" (1). Efetivamente: na URSS, organização estatal constituída de 51 unidades nacionais, há 16 repúblicas federadas e 16 repúblicas autônomas, 9 regiões autônomas e 10

(1) J. Stálin — *Informe sobre o projeto da Constituição da URSS.*

territórios nacionais. Cada uma dessas divisões administrativas tem seus representantes no Soviet Supremo da URSS.

Ao estabelecer as normas de representação para ambas as câmaras do Soviet Supremo, a Constituição da URSS parte do princípio de igualdade das nações. A diferença existente no que diz respeito às normas de representação referentes às repúblicas autônomas e federadas, bem como às regiões autônomas e territórios nacionais, não significa, de modo algum, a introdução de qualquer desigualdade entre as nações.

Não se deve esquecer que a república federada é integralmente soberana, desfrutando a plenitude do poder estatal e, de acordo com o artigo 17 da Constituição da URSS, pode decidir por si mesmo o problema de separar-se da URSS, da qual faz parte na base de uma absoluta voluntariedade.

O problema das repúblicas autônomas, que não têm o direito de separar-se da URSS, é resolvido de outra forma porque, segundo assinala J. Stálin, sua situação geográfica, sua composição nacional e o índice de sua população não lhes oferece a possibilidade real de separar-se, caso assim o desejem. As Constituições das repúblicas autônomas são aprovadas pela república federal à qual pertencem.

Os direitos das regiões autônomas que, em regra, entram na composição do território e não possuem Constituições, são um tanto diferentes dos que gozam as repúblicas autônomas. A autonomia regional é um outro escalão de desenvolvimento da federação, quando não há ainda possibilidade de conceber a autonomia estatal a um ou outro grupo nacional.

A diferença das formas de desenvolvimento da federação e os distintos graus de estruturação estatal das formações nacionais, acarretam consigo uma diferença nas normas de representação para os diferentes tipos estatais nacionais.

As diferenças no que diz respeito à organização dos distritos eleitorais para a eleição ao Soviet da União e ao Soviet das Nacionalidades, estão ligadas diretamente às particularidades dessas duas câmaras do Soviet Supremo da URSS.

Na constituição do Soviet da União, a igualdade das eleições é expressa através da igualdade de votos dos eleitores e da igualdade das circunscrições eleitorais à razão de 300.000 habitantes por circunscrição eleitoral (cada circunscrição elege um deputado para o Soviet da União, assegurando assim a plena igualdade de votos de cada eleitor); por outro lado, a constituição do Soviet das Nacionalidades está subordinada a outros princípios: aos princípios do internacionalismo leninista-stalinista de igualdade de direitos para todos os povos e nacionalidades do grande país soviético.

Se, no que se refere ao Soviet das Nacionalidades, a circunscrição eleitoral se baseasse no número de habitantes, na base de 300.000 por circunscrição eleitoral, deixaria de se fazer representar no Soviet das Nacionalidades uma quantidade de povos.

Há na URSS muitos povos como, por exemplo, os *evenkos*, *nentses* e outros cuja população não chega a ser de 300.000 habitantes. A Constituição da URSS e a Lei eleitoral proporcionam possibilidades a todos

os povos, inclusive aos menos numerosos, de ter seus representantes no órgão Supremo do poder do Estado soviético.

A organização das circunscrições eleitorais no que se refere às eleições para o Soviet das Nacionalidades assegura plenamente a igualdade de direitos dos povos, nacionalidades, grupos nacionais e minorias nacionais da URSS. Cada república federada possui 25 circunscrições eleitorais, tendo direito, por conseguinte, a 25 deputados; em cada república autônoma são eleitos 11 deputados; em cada região autônoma, 5 deputados; e um deputado em cada território nacional, independentemente do número de habitantes.

Assim é que a enorme RSFSR, com sua população de mais de 100 milhões de habitantes e a pequena Armênia, com sua população de 1.300.000 habitantes, têm iguais direitos no Soviet das Nacionalidades, ou, seja, 25 deputados cada uma. Possuem também os mesmos direitos a Tartária, densamente povoada, e a Yakutia, de pouca densidade de população. Essas duas repúblicas autônomas têm 11 deputados cada uma, etc.

Os distritos eleitorais para as eleições ao Soviet das Nacionalidades têm, naturalmente, proporções as mais variadas: desde a circunscrição eleitoral da RSFSR, com 4.300.000 eleitores aproximadamente, até a do distrito nacional de Evenkia, que conta com 4.900 habitantes.

A plena e efetiva igualdade de direitos de todas as nacionalidades da URSS manifesta-se claramente no facto de que qualquer habitante de uma República autônoma participa tanto das eleições de deputados ao Soviet das Nacionalidades de sua república autônoma, como das eleições de deputados ao Soviet das Nacionalidades da república federada de que é cidadão.

Em Kara-Kalpakia, por exemplo, o eleitor, como habitante da República Socialista Soviética Autônoma de Kara-Kalpakia, vota para deputado ao Soviet das Nacionalidades de Kar-Kalpakia; como habitante da República Socialista Soviética de Uzbekia, participa das eleições para deputado ao Soviet das Nacionalidades de Uzbekistão; e, por último, cada cidadão da URSS elege um deputado ao Soviet da União. Dessa forma, o habitante de Kara-Kalpakia participa da eleição de três deputados.

A igualdade das duas câmaras traduz-se, antes de tudo, na igualdade de princípios de sua constituição. Essas câmaras são eleitas pelos cidadãos da URSS, nas circunscrições eleitorais, na base do sufrágio universal, direto e igual, e mediante voto secreto. Para ambas as câmaras é eleito um número aproximadamente igual de deputados.

Nas câmaras da primeira legislatura do Soviet Supremo da URSS, eleitas em 1937, havia: 569 deputados no Soviet da União e 574 no Soviet das Nacionalidades. Há oito anos, nas primeiras eleições para o Soviet Supremo da URSS, participaram os povos de 11 repúblicas federadas. No transcurso desse período, a União Soviética cresceu e se tornou poderosa. Sob a bandeira da Constituição soviética agruparam-se novos milhões de cidadãos a quem foram concedidos iguais direitos políticos para as eleições do órgão superior do poder do Estado. Das eleições do ano de 1946 participaram 16 repúblicas federadas bem como os povos, incorporados a seus irmãos consanguíneos, das regiões ocidentais da

Ucraina, da Bielorrússia, da Bessarábia, da Ucrânia Subcarpática, bem como da região autônoma de Tuvin, da região de Pechenga, da parte sul de Sarralina, das ilhas Kurilas e outras. Tendo em vista o índice de população da União Soviética, por decreto do Presidium do Soviet Supremo da URSS, de 16 de outubro de 1945, foram constituídas 656 circunscrições eleitorais para as eleições de 656 deputados ao Soviet da União. Por esse mesmo decreto e de acordo com os princípios que regulam a formação da outra câmara e com o número das repúblicas federadas e autônomas, das regiões autônomas e dos territórios nacionais, independentemente de suas dimensões e de sua população, foram constituídas 631 circunscrições eleitorais para a eleição de 631 deputados ao Soviet das Nacionalidades (não se contando 52 deputados eleitos por circunscrições especiais, organizadas nas unidades do Exército Vermelho e da Frota Vermelha, quando se achavam fora das fronteiras da Pátria soviética, à razão de 26 deputados para cada câmara). Por conseguinte: 682 deputados para o Soviet da União e 637 para o Soviet das Nacionalidades.

As duas câmaras do Soviet Supremo da URSS — o Soviet da União e o Soviet das Nacionalidades — são eleitas por um prazo de quatro anos; e isso é feito simultaneamente. Dessa forma, uma não leva vantagens sobre a outra.

A autêntica igualdade de direitos dessas duas câmaras consiste também no facto de que a elas pertence, em grau igual, a iniciativa legislativa.

Ambas as câmaras podem levantar, com a mesma autoridade, perante o Soviet Supremo, a questão da nomeação de comissões de revisão e investigação.

“Uma lei é considerada aprovada quando aceita por ambas as câmaras do Soviet Supremo por simples maioria de votos em cada uma delas.” (Art. 39 da Constituição da URSS). As sessões de ambas as câmaras começam e encerram-se ao mesmo tempo, sendo idêntica a sua ordem de trabalho.

As sessões conjuntas de ambas as câmaras são presididas, rotativamente, pelos presidentes do Soviet da União e do Soviet das Nacionalidades. Os presidentes e seus dois vice-presidentes são eleitos separadamente por cada uma das câmaras.

As leis aprovadas pelo Soviet Supremo da URSS (isto é, as que passam através das duas câmaras) são publicadas pelo Presidium do Soviet Supremo da URSS em todas as línguas das repúblicas federadas.

Ambas as câmaras têm direitos iguais no que se refere à eleição dos diferentes órgãos do poder, da administração, da justiça e da magistratura. Nas sessões conjuntas de ambas as câmaras são eleitos, tanto o Presidium do Soviet Supremo da URSS (2), como o Governo: o Conselho de Ministros da União Soviética. Esses órgãos são controlados, em todas as suas atividades, por ambas as câmaras.

(2) De acordo com a lei do Soviet Supremo, aprovada na primeira sessão de 19 de março de 1946, ficou estabelecido que o Presidium do Soviet Supremo seria composto do Presidente do Presidium do Soviet

As câmaras do Soviet Supremo organizam comissões, eleitas entre os seus deputados: umas permanentes, outras temporárias. As primeiras funcionam durante todo o período de plenos poderes do Soviet Supremo; as segundas, dentro dos limites fixados por aquelas por cada câmara. Ao todo, são eleitas três comissões permanentes para cada câmara: a comissão de moções legislativas, que prepara ou apresenta resoluções sobre as questões de legislação geral; a comissão orçamentária, que exerce a mesma função nas questões referentes à legislação financeiro-orçamentária; e a comissão de assuntos exteriores, que tem funções idênticas no terreno dos atos de importância na política exterior.

As comissões são eleitas por cada uma das câmaras e têm responsabilidades perante as mesmas. As comissões permanentes são pouco numerosas (de 11 a 27 deputados). Essas comissões têm o direito de iniciativa no terreno legislativo; o direito de exigir dados e documentos necessários, podendo convocar os representantes dos órgãos de administração; e o direito de investigar qualquer ramo de trabalho do Estado.

A plena e real igualdade de ambas as câmaras está claramente ressaltada no artigo 47 da Constituição da URSS, que diz o seguinte: "Em caso de desacôrdo entre o Soviet da União e o Soviet das Nacionalidades, a questão será submetida à resolução de uma comissão de conciliação, organizada em bases paritárias. Se a comissão de conciliação não chegar a uma solução satisfatória, ou se a sua decisão não satisfizer a uma das duas câmaras, a questão será submetida a novo exame das duas câmaras. Se não se conseguir uma decisão aprovada por ambas as câmaras, o Presidium do Soviet Supremo dissolverá o Soviet Supremo e convocará novas eleições".

Dessa forma, as discussões entre as duas câmaras são resolvidas por meio de uma consulta aos eleitores, que decidem definitivamente a questão em litígio. E' essa uma particularidade característica da democracia soviética e da soberania do povo soviético.

Pelo que fica exposto, verifica-se que a Constituição soviética se baseia no princípio do internacionalismo socialista, não aceitando nenhuma espécie de desigualdade de raças, nem de nações. E isso é perfeitamente compreensível. O Estado Soviético é, entre todos os Estados do mundo, o que se compõe do maior número de nações e, ao mesmo tempo, o único Estado multinacional onde as relações entre as nacionalidades não são determinadas pelo número de habitantes de cada nação, nem por seu nível econômico e desenvolvimento cultural, nem pela religião, mas sim

Supremo da URSS, dos Vice-presidentes (segundo o número das repúblicas federadas), do Secretário do Presidium e outros 16 membros do mesmo Presidium. Além disso, os 16 Vice-presidentes do Presidium são presidentes dos Presídiums dos Soviets Supremos das repúblicas federadas, isto é, representantes de todas as repúblicas federadas que fazem parte da URSS.

Fica assim garantido o importantíssimo princípio da igualdade de direitos de cada república soviética, de cada povo que habita a União de Repúblicas Socialistas Soviéticas.

pela idéia leninista-stalinista da amizade entre as nações, da colaboração fraternal e da igualdade de direitos.

O Soviet da União, o Soviet das Nacionalidades e o Soviet Supremo do País Soviético, traduzem a vontade do povo, refletem seus interesses, fiscalizam as leis populares. "O Poder soviético é forte devido a sua afinidade com o povo. Ao contrário da democracia parlamentar, a soviética tem um caráter verdadeiramente popular" (3).

Essa intimidade com o povo e o caráter popular do parlamento soviético encontram sua expressão, de modo particularmente claro, na composição das duas câmaras do Soviet Supremo da URSS resultante das eleições do ano de 1946.

Entre os deputados do Soviet Supremo da União, há 287 operários, ou seja 42 %; 151 camponeses, ou seja 22 %; e os restantes deputados são representantes dos diferentes setores da intelectualidade soviética, entre os quais figuram 18 acadêmicos — os sábios mais notáveis do país. Entre os deputados do Soviet da União há 535, ou seja 78 %, que foram condecorados com ordens e medalhas da União Soviética; 48 deputados são heróis da União Soviética; 39 deputados são heróis do Trabalho Socialista, sendo que 19 foram laureados com o Prêmio Stálin.

Entre os deputados do Soviet da União, há 250 que possuem a instrução superior; 39 que não terminaram o ensino superior; e 160 com instrução secundária.

Os dados sobre a idade dos componentes dessa câmara são os seguintes: 12 têm entre 23 e 25 anos; 97 entre 26 e 35; 176 entre 36 e 40; 194 entre 41 e 45; 114 entre 46 e 50; e 89 passam dos 50 anos.

Entre os deputados ao Soviet da União figuram 116 mulheres, o que é uma prova de que no Estado Soviético as mulheres possuem, em todas as esferas da vida estatal e social, iguais direitos aos dos homens.

Na composição do Soviet das Nacionalidades estão representadas todas as nacionalidades que povoam a União Soviética.

Entre os deputados do Soviet das Nacionalidades há 224 operários, ou seja 34,1 %; há 198 camponeses, ou seja 30,1 % e 235 empregados e intelectuais, ou seja 35,8 %. Essas cifras demonstram a estreita unidade e a perfeita harmonia de interesses existentes entre os operários, camponeses e intelectuais da União Soviética, bem como o caráter autenticamente popular do Soviet das Nacionalidades.

Dentre o número de deputados-operários há 178 que atuam nas esferas administrativa, militar e social; e, dentre os camponeses, 75 efetuam o mesmo trabalho. Isso mostra claramente como, graças aos cuidados do Governo soviético, os operários e os camponeses do país soviético se convertem em estadistas, em funcionários dirigentes das instituições soviéticas, tanto econômicas como culturais.

A presença, entre os deputados do Soviet das Nacionalidades, de uma considerável quantidade de militares, desde o cabo até o marechal da União Soviética, demonstra o profundo amor do povo soviético ao heróico

(3) V. M. Mólotov — Informe feito na sessão solene do Soviet de Moscou, em 6 de novembro de 1945.

Exército Vermelho, que salvou a Pátria e os povos amantes da liberdade da ameaça da escravidão nazi-fascista.

Ao lado dos operários e camponeses avançados de todos os ramos da economia popular, entre os deputados do Soviet das Nacionalidades, há muitos especialistas destacados: médicos, engenheiros, pedagogos, 54 heróis da União Soviética e 13 heróis do Trabalho Socialista, bem como 16 laureados com o Prêmio Stálin. São condecorados com ordens e medalhas do Estado 447 deputados, ou seja 68 % do seu total.

Entre os deputados do Soviet das Nacionalidades, 195 dêles, ou seja 29,7 %, terminaram o ensino superior; 32 dêles, ou seja 4,9 %, não terminaram esse ensino; e 140, ou seja 21,3 %, possuem a instrução secundária. Entre os deputados do Soviet das Nacionalidades, há 509 membros e candidatos do Partido Comunista e 148 sem partido.

A idade dos deputados dessa câmara é a seguinte: 34 deputados entre 23 e 25 anos; 55 entre 26 e 30 anos; 95 entre 31 e 35; 145 entre 36 e 40; 170 entre 41 e 45; 75 entre 46 e 50; 37 entre 51 e 55; 20 entre 56 e 60; e 26 que passam dos 60. Esses dados, bem como as cifras referentes ao Soviet da União, atestam que o parlamento soviético é o mais jovem e enérgico do mundo.

O sistema de representação bicameral existe também nos países capitalistas. Mas o sistema bicameral e o Soviet Supremo da URSS é radicalmente diferente do sistema bicameral dos parlamentos democráticos. Sua própria denominação diz o que é o mesmo: câmara dos lordes (na Inglaterra), câmara dos pares (no Japão), etc. Em vários países essas câmaras são nomeadas de cima para baixo ou são constituídas por direito hereditário.

Na Inglaterra, a câmara dos lordes é composta de lordes, duques, marqueses, príncipes, viscondes, barões, arcebispos, bispos etc., nomeados pelo Rei. "A câmara dos lordes possui uma influência que reside na riqueza, na alta categoria, na posse das terras, nas idéias e sentimentos enraizados no próprio tecido da história inglesa, nas tradições, nos costumes, nas práticas do pensamento, elaborados durante séculos" (4).

No Japão, a câmara dos pares é constituída de "pessoas notáveis", de príncipes, juristas, etc., nomeados pelo Imperador e que transmitem, por herança, o seu posto na câmara.

E, onde não há nomeação, existem grandes barreiras que anulam certas "liberdades" conferidas pela lei no que se refere às eleições para a câmara baixa.

Nas eleições para a câmara de deputados da França, por exemplo, o eleitor deve ter 21 anos e o candidato 25; nas eleições para o senado (câmara alta) o eleitor e o candidato devem ter mais de 40 anos. Além disso, as eleições para o senado ali são realizadas de modo indireto, isto é, não diretamente pelo povo, mas por colégios eleitorais das municipalidades e das administrações rurais. Ainda mais: a maioria dos eleitores é constituída de grandes burgueses. Conquanto mais de 12

(4) S. Low: *O regime estatal de Inglaterra*, pág. 163.

milhões de pessoas tenham direção eleitoral para a constituição da câmara de deputados, o corpo eleitoral do senado é composto de algumas dezenas de milhares de burgueses.

Isso transforma as câmaras altas em um "freio" original, em um baluarte reacionário contra o povo, contra o movimento para a frente. As câmaras baixas vêm-se obrigadas, por vezes, sob pressão das massas, a introduzir uma ou outra lei que, sem ferir a classe dominante em seu conjunto, provoca, entretanto, um certo prejuízo a algumas de suas camadas. Nesses casos, e a serviço da classe dominante, o senado faz prevalecer os seus direitos. Em todos os países capitalistas as câmaras altas ou têm o direito de veto sobre a lei aprovada pela câmara baixa, ou então, a faculdade de devolver essa lei à câmara baixa para que seja modificada.

Nos Estados Unidos, o senado (a câmara alta do Congresso), diferentemente dos representantes da câmara baixa, participa da nomeação dos ministros-secretários de Estado. A composição desse senado fica perfeitamente caracterizada com as palavras do grande jurista inglês Breis: "No momento atual existem, no senado americano, muitas pessoas possuidoras de grande fortuna. Algumas dessas pessoas chegaram a ser senadores graças à sua riqueza; e o número desses senadores ricos aumenta constantemente. Apenas uns poucos senadores enriqueceram pelo facto de exercerem esse cargo" (5).

Nos países que são Estados capitalistas federativos, as câmaras altas não representam absolutamente as nacionalidades. Na Suíça, o "Conselho dos Estados" é organizado na base de representantes dos cantões e não das nacionalidades. O mesmo ocorre nos Estados Unidos, onde cada Estado envia ao senado dois representantes.

Nesses países, o princípio estabelecido e de acordo com o qual cada Estado ou cantão envia um número igual de representantes, produz justamente uma desigualdade manifesta nas eleições. O Estado de Nova York, com seus vários milhões de habitantes, envia dois deputados, da mesma forma que o longínquo Estado agrário de Nevada, que possui apenas uns 80 ou 90 mil habitantes. O cantão de Berna (Suíça), que possui mais de 600.000 habitantes, tem a mesma representação que o cantão de Appenzel com seus 15.000 habitantes aproximadamente.

O sistema bicameral dos parlamentos burgueses constitui uma prova do estreito caráter da democracia burguesa: uma democracia para os ricos.

Respondendo a uma proposta sobre a liquidação do sistema de duas câmaras na União Soviética, disse J. Stálin: "É invocada a história parlamentar dos Estados Unidos e da Europa; é invocado o facto de que o sistema bicameral existente nesses países só tem dado resultados negativos; que a segunda câmara degenera habitualmente em um centro de reação, em um freio contra a marcha dos povos no sentido do progresso. Tudo isso é exato. Mas isso ocorre porque nesses países não existe

(5) D. Breis — *A República Americana*, Ed. Moscou, 1889. Parte I, pág. 129.

igualdade entre as câmaras. E' sabido que à câmara alta são concedidos mais direitos do que à câmara baixa e, além disso, como regra geral, a câmara alta é constituída por processos não democráticos, sendo freqüentemente seus membros nomeados de cima para baixo. E' certo que esses resultados negativos não se verificariam, desde que fôsse estabelecida a igualdade entre ambas as câmaras e desde que a câmara alta fôsse eleita por processos democráticos tal como a baixa" (6).

O sistema bicameral do Soviet Supremo da URSS tem em vista um objetivo inteiramente diferente: o mais perfeito e cuidadoso reflexo dos interesses dos trabalhadores de tôdas as nacionalidades; a exata realização do democratismo socialista estabelecido na Constituição soviética.

(6) J. Stálin — *Sôbre o projeto de Constituição da URSS.*

● ●

PARA PERTENCER AO PARTIDO — O camarada Stálin afirmava em seu informe ao Pleno do Comité Central do P.C. (b) da URSS, realizado em fevereiro-março de 1937:

"Para assimilar o programa do *Partido*, é preciso ser um verdadeiro marxista, um marxista comprovado e bem preparado teoricamente. Eu não sei se haverá muitos membros de nosso Partido que já tenham assimilado nosso programa, que sejam verdadeiros marxistas, preparados teoricamente e bem comprovados. Se continuássemos no mesmo caminho, nos veríamos obrigados a não deixar no Partido a não ser intelectuais, enfim, homens sábios. Mas, para que serviria um Partido assim? Temos uma fórmula leninista sôbre a condição para ser membro do Partido, fórmula comprovada, submetida a tôdas as experiências. De acôrdo com essa fórmula, considera-se membro do Partido a todo aquêle que *aceita* o programa do Partido, contribue e atua em uma de suas organizações. Fixai bem: na fórmula de Lênin não se fala de *assimilação* do programa, mas de sua *aceitação*. São duas coisas completamente distintas. A razão está com Lênin e não com nossos camaradas do Partido que estão a papaguear sôbre a assimilação do programa. E isto se compreende. Se o Partido estabelecesse que sômente poderiam ser membros os camaradas que já tivessem assimilado o programa e tivessem chegado a ser marxistas teoricamente bem preparados, não formaria o Partido em seu seio milhares de círculos políticos, centenas de escolas do Partido nos quais se ensina aos seus filiados o marxismo e se os ajuda a assimilar nosso programa. Está bem claro que, se nosso Partido organiza essas escolas e círculos entre seus filiados, o faz porque sabe que seus membros não chegaram ainda a assimilar seu programa, não chegaram ainda a ser marxistas bem preparados teoricamente." (A. Idánov — *Informe ao XVIII Congresso do P.C. (b) da URSS*, Moscou, 1939 — Ediciones en lenguas extranjeras, págs. 30-31.)

●

De Tudo, um Pouco...

IGNORANTES PRESUNÇOSOS — O presidente da CTAL afirmou que “independentemente de toda questão ideológica e de toda crença religiosa” da mesma forma que não se pode desconhecer as repercussões da Revolução Francesa nos destinos da Humanidade, do mesmo modo não se pode desconhecer a enorme importância da Revolução Socialista de Outubro no futuro de todos os povos.

“Só os nécios — disse Toledano —, que levam seu sectarismo até a obsessão, ou os ignorantes presunçosos, acreditam que, quando negam o facto histórico, o facto histórico perde importância e que quando, ao contrário, exaltam a significação de um facto sem importância, esse facto adquire proporções gigantescas”. (*Noticiero de la CTAL*, México, 18-1-1946, n. 70).

COMO ESTRUTURAR O PARTIDO — Resolução “Sobre a estrutura do Partido”, do X Congresso:

“1. O Partido do marxismo revolucionário repele de modo radical toda tentativa de estabelecer formas de organização do Partido e métodos de seu trabalho que sejam acertados e aplicáveis a todas as etapas do processo revolucionário. Pelo contrário, a forma de organização e os métodos de trabalho se determinam, em todos seus aspectos, pelas peculiaridades de uma situação histórica determinada e concreta e pelos problemas que resultam, de modo imediato, dessa situação.

“2. Partindo desse ponto de vista, é perfeitamente compreensível que toda forma de organização e os métodos de trabalho correspondentes, ao se transformarem as condições objetivas de desenvolvimento da revolução, podem deixar de ser formas de desenvolvimento da organização para se converterem em entraves desse mesmo desenvolvimento. Pode também acontecer o inverso, que uma forma de organização, que tenha perdido sua utilidade, se torne de novo imprescindível e passe a ser a única conveniente, ao ressurgirem as condições objetivas que lhe correspondem.

“3. Em geral, antes de se tornar totalmente imprescindível uma mudança de rumo, observam-se contradições entre as exigências da nova situação em gestação, de um lado, e a forma de organização estabelecida e seus métodos de trabalho, de outro. Só se deve mudar de rumo quando, de modo geral, no fundamental e no mais importante, se tenha levado a cabo a obra que tornou necessário o tipo de organização precedente e o método de trabalho correspondente.” (A. Idánov — *Informe ao XVIII Congresso do P.C. (b) da URSS*, Moscou, 1939 — Ediciones en lenguas extranjeras, pág. 8.)

Questões de Economia Política

ECONOMIA SOCIALISTA — Podemos dizer que é a economia de transição entre a economia mercantil e a comunista. O plano da economia comunista futura, aí conjuga-se com a espontaneidade da economia capitalista. Enquanto sobreviver o capitalismo poderoso na face da terra, a economia socialista não poderá transformar-se em economia comunista, embora se expanda e se desenvolva extraordinariamente, permitindo que as forças produtivas, em seu seio, atinjam altos graus de eficiência e produtividade, pela liberdade com que se desenvolvem.

Na economia socialista há a dissolução das contradições capitalistas, pois "o proletariado toma o Poder e, por meio dêles, converte os meios sociais de produção em propriedade pública, os quais escapam das mãos da burguesia. Assim, perdem os meios de produção a condição de capital que detinham até aí, e dá-se ao seu caráter social plena liberdade para anpor-se. A partir dêsse momento, já é possível uma produção social de acôrdo com um plano previamente traçado. O desenvolvimento da produção torna um anacronismo a persistência de diversas classes sociais. A medida que desaparece a anarquia da produção social, vai também diminuindo a autoridade política do Estado. Os homens, donos finalmente de sua própria existência social, tornam-se ao mesmo tempo senhores da natureza, senhores dêles mesmos, homens livres.

A realização dêsse acontecimento (na sociedade comunista), que redimirá o mundo, é a missão histórica do proletariado moderno. E é ao socialismo científico, expressão teórica do movimento proletário, que cabe investigar as condições históricas e a natureza dêsse movimento, mostrando, dêsse modo, à classe hoje oprimida, as condições e a natureza de sua própria causa (1).

Na economia socialista, que é uma economia de transição, na qual há diversas etapas de desenvolvimento, há, como já assinalamos, a abolição progressiva da propriedade privada dos meios de produção e de circulação. Na economia socialista "o desaparecimento da indústria privada não pode ser considerado como casual. Sucumbiu, sobretudo, porque o sistema socialista da economia é superior ao capitalista. Sucumbiu, em segundo lugar, porque o sistema socialista da economia nos proporcionou a possibilidade de reequipar, no curso de vários anos, toda a nossa indústria socialista em base técnica nova, moderna. Semelhante possibilidade não é nem pode ser proporcionada pelo sistema capitalista da economia. E é negável que, do ponto de vista da técnica da produção, do ponto de vista do grau de saturação da produção industrial com novos elementos técnicos, nossa indústria ocupa o primeiro lugar no mundo" (2).

(1) Engels — *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*.

(2) Do Informe de Stálin ao XVIII Congresso do PC (b) da URSS.

ECONOMIA COMUNISTA — Será o sistema de produção altamente desenvolvido, que permitirá ao homem o domínio tão completo quanto possível sobre a natureza, libertando-o das necessidades individuais fundamentais pela posse comum de todos os bens produzidos. A produção e distribuição serão sociais, com a abolição completa da propriedade privada. Os produtos do trabalho humano deixarão de ser mercadorias e passarão a ter apenas o caráter de valores de uso.

Sim, porque a raiz do valor mergulha em relações sociais específicas, tais como estas se criam na economia fundada na troca. Desaparecendo estas relações, as relações de produção dos homens entre si se submetem a uma regularização consciente, através de planos prévios de produção e distribuição, e, assim, a necessidade do valor desaparece.

Nessa economia presidirá o princípio: a cada um segundo as suas necessidades; de cada um segundo a sua capacidade". Na sociedade comunista "a primazia do econômico sobre o político cederá lugar paulatinamente a uma primazia do político sobre o econômico, o que equivale a uma primazia da atividade livre humana sobre a necessidade material" (3).

Somente com a economia comunista poderá o homem dar o seu "salto para a liberdade".

Na futura sociedade comunista todos os objetos ou coisas fabricados continuarão a ter um valor de uso, embora não mais sejam mercadorias. O objeto produzido que tem um valor de uso só se transforma em mercadoria quando é produzido especialmente para o mercado; ora, na economia comunista não haverá mercado, pois a produção será social e a distribuição também.

Consideremos também a sociedade comunista, de que a União Soviética cria presentemente as bases. Todos os membros desta sociedade trabalharão coletivamente para a satisfação das suas necessidades, e trabalharão de acordo com um plano definido, sob a direção de um órgão que expressará a vontade dessa organização econômica. Este órgão estudará, de antemão, servindo-se das estatísticas, as necessidades dos membros da sociedade comunista e repartirá, inspirando-se nos resultados desse estudo, o trabalho entre as diferentes empresas. Os instrumentos de trabalho e as matérias primas serão racionalmente repartidos entre as empresas, sem troca, sem compra, nem venda. As matérias primas já preparadas passarão às empresas de transformação, manufacturas; os produtos acabados entrarão em seguida nos armazéns sociais, que os repartirão entre os membros da sociedade, de acordo com as necessidades. O ajustamento da produção às necessidades dos homens resultará, assim, na sociedade comunista, da organização da sociedade sobre um plano de conjunto, e de direção consciente.

A despeito da enorme diferença entre a economia camponesa natural e a economia comunista, estes dois sistemas têm um caráter comum: são um e outro organizados e dirigidos por uma vontade humana consciente.

(3) José Ferrater Mora — *Dicionário de Filosofia*, pág. 450, Editorial Atlante S.A., 1944.

Pegueno Dicionário Marxista

Publicaremos nesta secção esboços de verbetes, que, desenvolvidos futuramente, figurarão no Dicionário-Enciclopédia de Estudos Sociais, ainda em organização. Convidamos quantos se interessarem em contribuir para essa obra, graciosa ou remuneradamente, a procurar-nos

MEIOS DE PRODUÇÃO — Meios de produção são tudo o que o homem utiliza no processo de produção. Duas são as categorias de meios de produção: os *meios de trabalho* e os *objetos de trabalho*. Todos os recursos oferecidos pela natureza, o peixe no mar, a madeira nas florestas, o carvão no fundo da terra, são *objetos de trabalho*. *Meios de trabalho* são coisas que o homem emprega ou de que serve para transformar os objetos de trabalho de acôrdo com os seus objetivos, como, por exemplo, os instrumentos, as máquinas e, por extensão, as estradas, as oficinas, os prédios, a energia elétrica, etc. Na medida em que se realizam os progressos da ciência e da técnica, os meios de trabalho se transformam e se aperfeiçoam. A utilização dos meios de trabalho caracteriza as diferentes etapas da evolução das necessidades humanas. "O que distingue uma época econômica de outra não é o que se fabrica mas como se fabricam os meios de trabalho. Os meios de trabalho são a medida do desenvolvimento do trabalhador e a expressão das relações sociais nas quais se trabalha". (Marx, *O Capital*, 1.^o volume.) É importante a análise dos dois tipos de meios de produção pela aplicação que dela se faz quando se estuda a *reprodução do capital*. Os objetos de trabalho, que são as matérias primas e materiais auxiliares, são incorporados nos produtos e, portanto, quando a mercadoria é vendida, o valor dos *objetos de trabalho* é recuperado de uma vez. O mesmo não acontece com os *meios de trabalho*, cujos valores são distribuídos por vários ciclos produtivos, pelo desgaste lento e até imperceptível. Assim, uma máquina de prensar serve, durante 10 anos, para a produção de milhares de peças e, em cada uma, apenas uma parcela insignificante de seu valor é somada. Portanto, o capital do proprietário da fábrica está circulando mais depressa nas suas aplicações em objetos de trabalho e no pagamento dos salários e despesas gerais do que na parte dispendida com maquinários, etc. Os meios de produção são propriedade dos capitalistas e garantem o poder social aos seus detentores. Os operários, enquanto não arrancarem os meios de produção das mãos dos seus expliadores atuais, para entregá-los a toda a sociedade, não poderão dar um fim ao regime de exploração da força de trabalho como mercadoria criadora de valor. Os meios de produção são trabalho passado, trabalho morto, em relação ao trabalho vivo do operário. Na sociedade capitalista, o trabalho morto domina o trabalho vivo. "O capital não significa que o trabalho acumulado sirva ao trabalho vivo como meio para uma nova produção. Significa que o trabalho

vivo serve ao trabalho acumulado como meio para conservar e aumentar ainda mais seu valor de troca.” (Marx — *Trabalho Assalariado*, pág. 26.)

MODO DE PRODUÇÃO — “O modo de produção da vida material determina o desenvolvimento social, intelectual e político” (Marx). Esta expressão, segundo Marx, significa a maneira por que é produzido tudo o que se destina a satisfazer as necessidades imediatas da vida, alimentação, moradia, vestuários, utensílios, etc. “O que distingue, escreve Marx, uma época econômica de outra, não é tanto o que se fabrica, mas como se fabrica.” Em seu livro, *O determinismo econômico de Karl Marx*, Lafargue coloca muito bem a questão: “Marx entende por modo de produção a maneira de produzir e não o que se produz; nos tempos pré-históricos teciam-se panos, e não foi senão há cerca de um século que se começou a tecer mecanicamente. O método mecânico de produção, é a característica da indústria moderna.” E’ do modo de produção, cujos progressos são relativamente rápidos, que nascem, recebendo influências decisivas em todo o seu desenvolvimento, tôdas as instituições sociais, políticas, jurídicas, etc. O modo de produção é caracterizado, pois, pelas relações existentes entre os homens quando produzem ou trabalham e pelo grau de desenvolvimento das suas forças produtivas. O modo de produção determina o caráter do regime social dos homens. Cada novo modo de produção importa numa nova e superior etapa da história da humanidade. “O modo de produção, de acordo com uma determinada etapa histórica (comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, etc.) representa a unidade das forças produtivas e das relações de produção que às mesmas correspondem. As forças produtivas representam a relação entre os instrumentos de produção e os homens que põem em movimento esses instrumentos de produção; as relações de produção são representadas pelas relações recíprocas que se estabelecem entre os homens no processo da produção de bens materiais. “O modo de produção constitui a base e determina o caráter do regime social. Cada nova forma de produção determina uma nova e superior etapa na história da humanidade. “Isto significa que a história do desenvolvimento da sociedade é, acima de tudo, a história do desenvolvimento da produção, a história dos modos de produção, que se substituem uns aos outros, ao longo dos séculos.” (Eudin e Rosenthal — *Nuevo Diccionario Filosófico de la URSS*.) “Assim, as formas econômicas, sob as quais os homens produzem, consomem e trocam, são transitórias e históricas. Adquirindo novas faculdades produtivas, os homens modificam seu modo de produção e, com o modo de produção, modificam tôdas as relações econômicas que nada mais foram senão relações necessárias de um determinado modo de produção.” (Da carta de Marx a Paul Anniekov, 28-12-1848.) Foi uma descoberta revolucionária essa conclusão: “O modo de produção da vida material determina o processo da vida social, política e intelectual, em geral.” Tôdas as relações da sociedade e do Estado, tôdas as formações religiosas e jurídicas, tôdas as concepções teóricas que surgem na História só podem ser compreendidas, se também o são as condições materiais da vida, na época correspondente, uma vez que aquelas constituem uma decorrência dessas últimas. “Não é a consciência do homem que determina a sua

existência, mas, ao contrário, é a sua maneira de ser social que determina a sua consciência." "Os homens, as novas gerações, ensinaram Marx e Engels, sempre encontram as condições de sua vida material já existentes. São essas condições materiais ou o *modo de produção* dos bens materiais que determinam toda a fisionomia da vida dos homens: suas relações sociais, a forma política da sociedade, sua consciência e suas idéias. A evolução e a transformação das condições materiais da vida conduzem, inevitavelmente, à mudança também das relações sociais, de todas as superestruturas políticas e ideológicas. No seio da velha sociedade, preparam-se e amadurecem as condições para a mudança das relações sociais existentes, na passagem à nova sociedade. As causas dessa passagem não são a idéia, a razão, mas a alteração ocasionada nas forças produtivas, seu progresso." (Rosenthal — *O método dialético marxista* — in "Divulgação Marxista", n. 1, pág. 125.) "No processo da produção — diz Marx —, os homens não atuam somente sobre a natureza, mas atuam também uns sobre outros. Não podem produzir sem se associar de um certo modo para a atuação em comum e o estabelecimento de um intercâmbio de atividades. Para produzir, o homem contrai determinados vínculos e relações, e através desses vínculos e relações sociais, e somente através deles, entra em contacto com a natureza e efetua a produção". (Karl Marx e F. Engels, *Obras Completas*, ed. cit., t. V, pág. 429). "Por conseguinte, a produção, o modo de produção, não envolvem apenas as forças produtivas da sociedade, mas também as relações de produção, que constituem, portanto, a forma sob a qual se corporificam as relações entre os homens no processo da produção dos bens materiais. "Uma das características da produção é que nunca se imobiliza a certa altura durante um longo período, mas se modifica e evolue constantemente, com a particularidade de que essas modificações verificadas no modo de produção provocam, inevitavelmente, a transformação de todo o regime social, das idéias, das concepções e instituições políticas; em suma, determinam a reorganização de todo o sistema político e social. Nos diversos períodos da evolução social, o homem emprega vários modos de produção, ou, para dizê-lo em termos mais vulgares, mantém diferentes gêneros de vida. No regime do comunismo primitivo, o modo de produção era diferente do em vigor sob a escravidão, como o do regime escravagista foi diferente do predominante sob o feudalismo etc.. E, em consonância com essa variabilidade, são diferentes, também, o regime social de vida dos homens, sua vida espiritual, suas concepções e instituições políticas.

"Conforme o modo de produção vigente numa sociedade, assim é, também fundamentalmente, essa sociedade e assim são, igualmente, suas idéias e teorias, suas concepções e instituições políticas. Ou, para dizê-lo em termos mais vulgares, conforme vive o homem, assim ele pensa. "Isso significa que a história da evolução da sociedade é, antes de tudo, a história do desenvolvimento da produção, dos modos de produção se sucedendo uns aos outros no decorrer dos séculos; enfim, a história do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção entre os homens. "Isso significa ainda que a história da evolução social é, da mesma maneira, a história dos próprios produtores dos bens materiais,

a história das massas trabalhadoras, que são o fator fundamental do processo da produção, proporcionando os bens materiais necessários à subsistência da sociedade". (Stálin — *Sôbre os fundamentos do leninismo*, págs. 289/91 — Edit. Caivino, 1945).

TRABALHO (JORNADA DE) — A jornada de trabalho, calculada em horas de trabalho por dia, está dividida em duas partes: na primeira, *tempo de trabalho necessário*, o trabalhador reproduz o valor de sua *força de trabalho*, produzindo, portanto, o equivalente do valor de sua força de trabalho, isto é, a quantidade de valor suficiente para compensar o valor dos produtos necessários à sua subsistência; na segunda parte da jornada, *tempo de trabalho suplementar*, o operário cria uma *mais-valia*, um valor, de que se apossa o capitalista. Quaisquer que sejam os limites entre a primeira e a segunda parte, elas constituem em conjunto, a jornada de trabalho. De quantas horas se compõe a jornada? O número de horas tem variado historicamente e de acordo com os avanços da técnica, da *produtividade do trabalho* em geral e, também, de acordo com o desenvolvimento das lutas operárias em favor da diminuição da jornada de trabalho. Aumentando a produtividade do trabalho, diminui, proporcionalmente, a primeira parte da jornada, que o *tempo de trabalho necessário* à produção do valor da força de trabalho. Se, antes, eram necessárias 5 horas para produzir o valor correspondente ao salário do operário, depois da introdução de máquinas aperfeiçoadas, de métodos de trabalho moderno, etc., bastam 3 ou 2 horas para o mesmo fim, desde que permaneçam estáveis os salários. Durante os séculos XVIII e XIX, quando se processou a revolução industrial e o crescimento e concentração do capital, a jornada de trabalho alcançou mesmo 14 e 16 horas, tendo sido limitada, posteriormente, como resultado das lutas operárias decididas e enérgicas, para 12, 10 e, finalmente, através de uma campanha que se estendeu por dezenas de anos, já nos fins do século XIX, a 8 horas diárias. A jornada de trabalho não pode descer abaixo dos limites marcados pelo tempo de trabalho necessário e pelo mínimo correspondente ao *tempo de trabalho suplementar*, parte destinada a formar o valor para o crescimento do capital.

Quanto ao seu limite máximo, a jornada de trabalho estende-se até o esgotamento físico e moral do operário, como acontece no período da *acumulação primitiva do capital*, e como ainda hoje se verifica todas as vezes que a classe dominante em nossos dias consegue esmagar a resistência do proletariado. Dentro das 24 horas do dia, o operário chega, em alguns países e em determinadas condições de opressão e exploração, a trabalhar 16, 18 e mais horas por dia, até a sua completa destruição como força de trabalho e como ser humano. Basta lembrar os trabalhos forçados a que foram submetidos os operários estrangeiros escravizados pelo nazismo, durante a última guerra mundial. Com alimentação deficiente, com poucas horas de sono, submetidos aos métodos de trabalho intensivos e brutais, acossados pela brutalidade dos policiais e da Gestapo, o operário europeu sofreu, durante o período da dominação nazista, um extraordinário desgaste de forças, um aniquilamento rápido e precoce. A origem dessa brutal exploração estava na necessidade de produção da máquina de guerra nazista e na existência de milhões de

setes, revoltados, inimigos do regime nazista, cuja destruição pelo excesso de trabalho era o melhor processo de expolição para o nazismo, interessado em esmagar e submeter os povos da Europa.

A jornada de trabalho de 8 horas representou a reivindicação central do movimento operário europeu e americano, socialista ou não, durante o último quartel do século XIX. Criaram-se jornais com este título: "*La journée de huit heures*", semanário editado na Suíça (Zurich), a partir de 7 de dezembro de 1889; "*Eight Hours League*", em Boston na América, em 19 de maio de 1869. A Internacional, em seu 3.º Congresso, em Genebra (1866), inscreveu em seu programa a jornada de 8 horas. Para os socialistas já era então considerado o limite das 8 horas como o máximo tolerável, competindo aos operários de cada ramo de produção prosseguir na luta para a diminuição para 6, 5 e 4 horas. De fato, quando, já no século XX, principalmente depois da guerra de 1914-18, se generalizou na indústria e no comércio das grandes cidades a jornada de 8 horas, passou-se a lutar para a conquista da "semana inglesa" (jornada de 4 horas aos sábados), semana de 40 horas, na França, a Frente Popular vitoriosa nas eleições de 1936 promulgou a *semana das 40 horas*, abolida mais tarde, (1939), em consequência da reação anti-democrática e anti-operária que sobreveiu, em 1938-1939, culminando com a traição de Munich, seguida da destruição de todas as conquistas do proletariado francês e da entrega da França aos nazistas, pelos *muniquistas* e *fascistas*.

A jornada de trabalho ocupa, no regime capitalista, todas as horas disponíveis do trabalhador, excluindo as horas imprescindíveis ao repouso, à alimentação, à satisfação de certas necessidades sociais, horas essas que são fixadas em seu mínimo pelo grau de civilização atingido. E' preciso não esquecer que, na sociedade capitalista, o operário é força de trabalho e que, em consequência, todo o seu tempo disponível "pertence" ao capitalista. As exigências do capitalismo são extremas. Marx relatou-as em uma admirável página de *O Capital*:

"Em sua paixão cega e desmesurada, sob a forma de trabalho extra, o capital ultrapassa não somente os limites morais, mas ainda o limite fisiológico último da jornada de trabalho. Usurpa o tempo que exigem o crescimento, o desenvolvimento e a conservação do corpo em boa saúde".

"Rouba o tempo que devia ser empregado para respirar o ar livre e gozar a luz do sol. Ele restringe o tempo das refeições e o incorpora, sempre que pode, no próprio processo da produção, de modo que o trabalhador, rebaixado do papel de simples instrumento, se vê abastecido de alimentos como uma fornalha é abastecida de carvão, e uma máquina, de hulha e de graxa. Reduz o tempo destinado ao sono, para renovar e refrescar a força vital, ao mínimo de horas de pesado sono sem o que o organismo esgotado não poderia mais funcionar.

"Por mais distante que esteja tudo isso da manutenção normal da força de trabalho, que serve de regra para a limitação da jornada de trabalho, é, ao contrário, o maior desgaste possível em um dia, por mais violento e penoso que seja, o que regula a medida do tempo de descanso do operário. O capital não se inquieta em nada quanto à duração da jornada de trabalho. O que lhe interessa unicamente é o máximo que pode

ser dispendido em uma jornada. E ele alcança o seu objetivo, abreviando a vida do trabalhador, da mesma forma que um agricultor ambicioso obtém da sua terra um rendimento maior esgotando a sua fertilidade.

"A produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valia, absorção de trabalho extra, não só provoca, pelo aumento da jornada de trabalho que ela impõe, a deterioração da força de trabalho do homem, privando-o de suas condições normais de funcionamento e de desenvolvimento, seja físico, seja moral — como também provoca o esgotamento e a destruição, a morte precoce desta força. Ela prolonga o período produtivo do trabalhador durante um curto lapso de tempo, abreviando a duração de sua vida".

Nada mais exato. O capitalista julga-se no direito quando, por todos os meios possíveis, prolonga a jornada de trabalho. Ele comprou uma mercadoria, a força de trabalho; acha que deve usá-la como julgar conveniente. Não se interessa pela saúde nem pela duração da vida operária. Por seu lado, o operário defende também o seu direito à vida quando pretende reduzir a duração da jornada de trabalho. Como vemos, é um direito real contra um suposto direito. O que é que decide, nestas condições? A força, ou seja, o capitalista, que impõe as condições de trabalho a cada um de seus operários. Cada operário, para viver, é obrigado a vender o uso de sua força de trabalho, e, por isso, sucumbe definitivamente.

Eis por que a regulamentação da jornada de trabalho deu lugar a uma luta secular entre as duas classes fundamentais em que se divide a sociedade: os capitalistas e os trabalhadores. A luta desenvolveu-se durante séculos, obstinada, e às vezes dissimulada. Muitos foram os choques, até que se alcançasse uma jornada normal de trabalho. Seria impossível rememorar todos os esforços feitos no sentido de arrancar dos exploradores a diminuição dos trabalhos forçados. Desde o século XIV, até o começo do século XIX, como se verifica pelos editos, ordenanças reais, etc., a burguesia conseguiu aumentar continuamente a duração da jornada. Depois da revolução francesa de 1789, quando a burguesia se instalou definitivamente no poder e quando se foi constituindo a classe operária, quando esta foi começando a compreender os seus direitos à vida, uma tendência se foi verificando para a redução da jornada de trabalho, com o medo de uma justa explosão revolucionária. Os congressos operários e socialistas assinalaram, em suas discussões, que esse fenômeno foi o resultado das lutas operárias.

Além de algumas poucas leis regulamentando os limites da jornada de trabalho, mesmo assim nunca completamente aplicadas, nenhum remédio foi oferecido pelos capitalistas para sanar os males provenientes da exploração econômica do regime capitalista. Os capitalistas burlam as leis. Em todo o caso, os operários, concientes de que só o seu esforço coletivo e orientado poderá trazer-lhes sucessos em sua luta contra a exploração, procuram resolver os seus problemas de salário, jornada de trabalho, etc., sem confiar de modo algum nas "soluções" capitalistas, quer sejam as da filantropia, quer as da proteção oficial do Estado burguês, e menos ainda nas dos socialistas utópicos, evolucionistas.

ÚLTIMAS EDIÇÕES

HISTÓRIA DO SOCIALISMO E DAS LUTAS SOCIAIS, por Max Beer, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00

PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLITICA, por Lapidus e Ostrovitianov, 2 vols. Preço de cada vol. Cr\$25,00

LENINE, SUA VIDA E SUA OBRA, por D. S. Mirski Cr\$25,00

CARLOS MARX, SUA VIDA E SUA OBRA, por Max Beer (Com um resumo d'O CAPITAL) . . Cr\$25,00

A QUESTÃO SOCIAL E OS CRISTÃOS SOCIAIS, por Lisandro de la Torre Cr\$25,00

TRES PRINCÍPIOS DO POVO, por Sun Yat Sen Cr\$25,00

A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO, por F. Engels (Como Apêndice, "O Código Soviético da Família") Cr\$25,00

ANTI-DUHRING, por Frederico Engels Cr\$30,00

CAUSAS ECONÔMICAS DA REVOLUÇÃO RUSSA, por M. N. Pokrovski (Como Apêndice, "Preço, Salário e Luero", por Marx) Cr\$25,00

URSS, UMA NOVA CIVILIZAÇÃO, por Sidney e Beatrice Webb, 5 vols. Preço de cada volume . . . Cr\$25,00

A MEDICINA NA RÚSSIA SOVIÉTICA, pelo Dr. Lelio Zeno . . Cr\$25,00

O GÊNIO DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA, pelo Instituto M. E. L., de Moscou Cr\$25,00

DEMOCRACIA DE HOJE E DE AMANHÃ, por Edvard Beneš . . Cr\$25,00

TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX, ENGELS, LENINE E STALIN SOBRE LITERATURA E ARTE, por Jean Freville Cr\$25,00

TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX SOBRE FILOSOFIA, seleção de J. Duret Cr\$25,00

TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX SOBRE ECONOMIA POLITICA, seleção de P. Y. Nizan . . . Cr\$25,00

O PODER SOVIÉTICO, pelo Deão de Canterbury Cr\$25,00

O CRISTIANISMO E A NOVA ORDEM SOCIAL NA RÚSSIA, pelo Deão de Canterbury Cr\$25,00

MISSÃO EM MOSCOU, por Joseph E. Davies Cr\$25,00

MISSÃO EM TÓQUIO, por Joseph C. Crew Cr\$30,00

DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO, por John Reed Cr\$25,00

SANTA RÚSSIA, por Maurício Hindus Cr\$30,00

O SEGREDO DA RESISTÊNCIA RUSSA, por Maurício Hindus . . Cr\$25,00

A RÚSSIA ESMAGARA O JAPÃO, por Maurício Hindus Cr\$25,00

A RÚSSIA NA PAZ E NA GUERRA, de Anna Louise Strong . . Cr\$25,00

A CHINA LUTA PELA LIBERDADE, de Anna Louise Strong . . Cr\$25,00

RIO SELVAGEM (Romance da construção socialista), de Anna Louise Strong Cr\$25,00

ENTRE DOIS MUNDOS, memórias de Anna Louise Strong . . . Cr\$30,00

ÁSIA SOVIÉTICA, por Davies & Stelger Cr\$25,00

A VERDADE SOBRE A RELIGIÃO NA RÚSSIA, pelo Patriarca Sergio e outros Cr\$25,00

STALIN, por Emil Ludwig . . Cr\$25,00

PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA NA UNIÃO SOVIÉTICA, pela Dra. Ester Conus . . Cr\$25,00

A QUESTÃO AGRÁRIA, por V. I. Lenin Cr\$25,00

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO MARXISMO, por F. Engels, A. Tálheimer, H. Harari e L. Ségal . . . Cr\$30,00

MARX, ENGELS E MARXISMO, por Lenin, Marx e Engels, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00

NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE ECONOMIA POLITICA, de Luis Ségal, 2 vols. Cada volume . . . Cr\$25,00

A DEFESA ACUSA... — de Marcel Willard Cr\$25,00

MATERIALISMO E EMPIROCRITICISMO, de V. I. Lenin, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$35,00

PRESTES E A REVOLUÇÃO SOCIAL, de Abguar Bastos Cr\$ 35,00

Editorial CALVINO Limitada

Av. 28 de Setembro, 174 — Rio de Janeiro

AOS NOSSOS LEITORES

Com o objetivo de manter a publicação desta revista, conforme já frisamos em nosso número anterior, estamos reajustando todos os seus elementos materiais. Por isso, ainda nesta edição reunimos os números 19 e 20 num só volume. A partir de maio próximo, *Divulgação Marxista* aparecerá definitivamente como publicação mensal, a Cr\$ 10,00 o número de venda avulsa da quinzena; Cr\$ 12,00 os atrasados; Cr\$ 30,00 as assinaturas trimestrais (3 números); Cr\$ 60,00 as semestrais (6 números); e Cr\$ 120,00 as anuais (12 números). De qualquer forma, porém, nossos atuais e futuros assinantes não serão prejudicados, uma vez que faremos o desdobramento lógico dos prazos de vencimentos de suas assinaturas, que se referem a números e não a meses.

Aproveitamos, outrossim, a oportunidade para agradecer as primeiras manifestações de solidariedade prática que já nos chegaram às mãos, através de algumas dezenas de novas assinaturas e de informações positivas de que muitos companheiros já iniciaram a campanha de conquista de novos leitores para *Divulgação Marxista*. Se essa campanha for intensificada, superaremos rapidamente a crise. E isso sucederá, não temos dúvida.

NOVIDADE!

MATERIALISMO E EMPIRO-CRITICISMO

de V. I. Lênin

"Na realidade, este livro não é somente uma crítica de Bogdánov, Iuchkévitich, Basárov, Valentínov e seus mestres filosóficos, Avenarius e Mach, que em suas obras tentaram ensinar um refinado e polido idealismo, contrapondo-o ao materialismo marxista. O livro de Lênin é, além disso, uma defesa dos fundamentos teóricos do marxismo, do materialismo dialético e do materialismo histórico; uma generalização materialista dos descobrimentos mais importantes e essenciais das ciências naturais, durante um período histórico inteiro, que vai desde a morte de Engels até o aparecimento da obra *Materialismo e Empiro-Criticismo*". (Da *História del P. C. (b) de la URSS*, Ediciones en lenguas Extranjeras, Moscú).

2 vols. em papel vergé (preço excepcional) Cr\$ 30,00

ATENDE-SE PELO SERVIÇO DE REEMBOLSO POSTAL

Editorial CALVINO Limitada

Avenida 28 de Setembro, 174 — Rio de Janeiro